



**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História**

ZÉLIA DE OLIVEIRA GOMINHO

**CIDADE VERMELHA:
A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA NO PÓS-ESTADO NOVO
RECIFE, 1945-1955.**

RECIFE
2011

ZÉLIA DE OLIVEIRA GOMINHO

CIDADE VERMELHA:
A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA NO PÓS-ESTADO NOVO
RECIFE, 1945-1955.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor(a) sob orientação do Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende.

Recife
2011

Catálogo na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

G633c Gominho, Zélia de Oliveira
Cidade vermelha: a experiência democrática no pós-Estado Novo Recife, 1945-1955 / Zélia de Oliveira Gominho. – Recife: O autor, 2011.
291 f. : il., 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em História, 2011.
Inclui bibliografia.

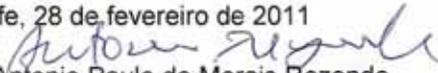
1. História. 2. Democracia. 3. Estado Novo, 1945-1955. 4. Liberdade de expressão. 5. Recife (PE). I. (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2011-27)

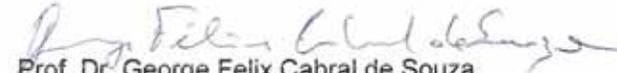
ATA DA DEFESA DE TESE DA ALUNA ZÉLIA DE OLIVEIRA GOMINHO

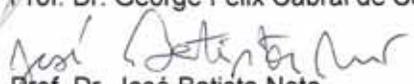
Às 9h. do dia 28 (vinte e oito) de fevereiro de 2011 (dois mil e onze), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pela aluna **Zélia de Oliveira Gominho** intitulada "**CIDADE VERMELHA: A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA NO PÓS-ESTADO NOVO. RECIFE, 1945-1955**", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito "**APROVADA**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Antonio Paulo de Moraes Rezende (orientador), Christine Paulette Yves Rufino Dabat, George Felix Cabral de Souza, José Batista Neto e Denis Antônio de Mendonça Bernardes. A Banca recomendou, por unanimidade, a publicação do trabalho. A validade deste grau de Doutor está condicionada à entrega da versão final da tese no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar a partir da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução N° 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, a Vice-coordenadora, Profª. Drª. Tanya Maria Pires Brandão, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

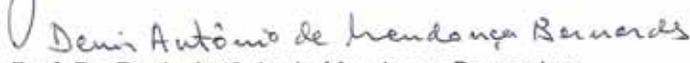
Recife, 28 de fevereiro de 2011


Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende


Profª. Drª. Christine Paulette Yves Rufino Dabat


Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza


Prof. Dr. José Batista Neto


Prof. Dr. Denis Antônio de Mendonça Bernardes


Profª. Drª. Tanya Maria Pires Brandão


Sandra Regina Albuquerque

Dedico esta obra...

*A Antonia de Oliveira Gominho, minha mãe, que no seu “movimento feminino”
conquista o seu lugar no mundo com muita fé e perseverança;*

*A Júlia Gominho Buarque de Paula, filha querida, companheira divertida e
carinhosa nessa caminhada;*

*A Marcelo José Buarque de Paula, meu esposo, meu companheiro de coração e
de alma nessa jornada;*

*E a todos os homens, mulheres e crianças que um dia lutaram pela democracia
em nossas vidas.*

Agradeço...

*Primeiramente, a Deus que me dá força e luz para persistir na caminhada;
Aos amigos do céu e da terra que me auxiliam na escrita;
A todos que participaram efetivamente dessas histórias que narrei, pela experiência de vida
que legaram.*

*A minha querida família, não só agradeço, mas peço perdão pelas ausências e impaciências.
Aos meus parentes e amigos pela preocupação constante e o incentivo.
Aos meus colegas de turma, especialmente Vera e Osvaldo, pela amizade fraterna.
Aos meus professores, nessa temporada e também nas passadas, que contribuíram direta e
indiretamente para ser a historiadora e a pessoa que sou; com um afeto especial pelo meu
orientador Antonio Paulo Rezende, pelo professor Antonio Montenegro e pela professora
Socorro Ferraz.*

*Aos professores Christine Dabat e José Batista Neto por suas apreciações e pertinentes
sugestões, por ocasião do exame de qualificação.*

*Às amigas Noemia da Luz e Mitiko Ojima pela atenta leitura desta tese, que, com sábia
minúcia, me ajudaram a dar os acabamentos formais e a aperfeiçoar a escrita.*

*Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE por ter acreditado nas possibilidades
do meu trabalho e oferecido condições para realizá-lo com o auxílio financeiro da CAPES.
A CAPES pelo importante investimento na cultura acadêmica do país.*

*Aos que trabalham e trabalharam na secretaria da Pós-Graduação em História,
especialmente Aluizio, Carmem, Sandra e Marielly pelo acolhimento sempre amigo.*

*A todas as instituições, arquivos e pessoas com quem me relacionei nesses cinco anos, e que
contribuíram direta e indiretamente para o desenvolvimento dessa pesquisa.*

*A mim mesma, por ter persistido, apesar das dificuldades em escrever uma tese sem deixar de
ser filha-mãe-esposa-irmã-tia-amiga-professora.*

“O direito do outro é como brasa: se o reténs, ele te queima as mãos”.
Provérbio Africano

“Liberdade, antes confusa que nenhuma”.
Machado de Assis

“Não acredito na sua democracia”.
Pichação na parede lateral da Corregedoria da Justiça Federal, prédio do antigo Grande Hotel,
no centro do Recife.

RESUMO

Esta tese se baseia no estudo de variadas fontes históricas e obras bibliográficas para falar da experiência democrática no Recife no intervalo de tempo entre o fim do Estado Novo, 1945, até a conquista da autonomia do município em 1955; todavia, ressalta a imprensa como uma das fontes privilegiadas. Nesse percurso, localizamos a experiência democrática em diversas instancias, mais especificamente: na cultura, na política, no trabalho e no cotidiano. Este esforço foi subdividido em quatro capítulos: o primeiro trata da modernidade, a moda, novas tecnologias e novos lazeres em meio a tradições culturais; a presença norte-americana; modos de democratização de acesso a bens culturais e a percepção do ser democrático na sensibilidade em relação ao outro, particularmente a mulher. O segundo capítulo estuda a liberdade de expressão, tão cara à democracia: a imprensa e seus publicistas, o movimento partidário e feminino, a charge e a propaganda são os pontos destacados. O terceiro capítulo se refere à movimentação sóciopolítica no Recife em campanha pela democracia, contra a ditadura e a favor de grupos partidários: estudantes, trabalhadores e comunistas. No quarto e último capítulo tratamos do Recife Comunista e Base Militar, da Câmara Municipal do Recife enfrentando as problemáticas urbanas, bem como sua luta pela autonomia.

Palavras-chave: Pós-Estado Novo, experiência democrática, Recife.

ABSTRACT

This thesis is based on the study of historical sources and bibliographical works to talk about the democratic experience in Recife in the time interval between the ends of the Estado Novo, 1945, until the conquest of autonomy of the municipality in 1955, however, underscores the press as a privileged sources. Along the way, we located the democratic experience in several instances, more specifically, culture, politics, work and in daily life. This effort was divided into four chapters: the first deals with the modern, fashion, new technologies and leisure in the midst of cultural traditions, the U.S. presence; modes of democratic access to cultural goods and the perception of being democratic in sensitivity in the other, particularly women. The second chapter considers the freedom of expression, so dear to democracy: the press and his publicists, the women's movement, the charge and propaganda are the main points. The third chapter addresses the socio-political movement in Recife in campaign for democracy against dictatorship and in favor of party groups: students, workers and communists. In the fourth and final chapter dealt with the Communist and Recife Military Base, the Municipality of Recife facing urban issues, as well as their struggle for autonomy.

Keywords: Post-New State, democratic experience, Recife.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	V
Epígrafe.....	VI
Resumo/ Abstract.....	VII
Lista de Figuras.....	IX
Experiência Democrática, Uma Introdução.....	01
I Ser Moderno e Democrático.....	11
I. 1 Os Melhores Anos de Nossa Vida.....	12
I. 1.1 Som & Imagem.....	17
I. 1.2 Cinema: Gênero de Primeira Necessidade?.....	23
I. 2 A Emergência do Teatro.....	28
I. 3 Um Carnaval de Guerra.....	35
I. 4 So This is Recife: Aproximações Brasil - Estados Unidos.....	49
I. 5 Meninas de Hoje: Moda, Beleza e Atitude.....	64
II Liberdade de Expressão.....	81
II. 1 A Imprensa: Fonte e Objeto.....	82
II. 2 Arautos da Democracia.....	89
II. 3 O Movimento Feminino.....	101
II. 3.1 O Comitê de Mulheres Pró-Democracia.....	106
II. 3.2 Unidas pela Paz.....	111
II. 3.3 E Onde estão as Marcas de Batom na História?.....	114
II. 4 Queremos Getúlio! Queremos o Brigadeiro!.....	118
II. 5 Charges e Propaganda.....	128
III A Pólis Recifense se Agita.....	153
III. 1 O Caso Demócrito: A Construção de um Sentimento Democrático.....	154
III. 2 Juventude Inquieta.....	167
III. 3 A Voz do Trabalhador.....	176
III. 4 Democraticamente Ilegais... Recife e a Cassação dos Mandatos Comunistas.....	187
IV Recife: Cidade-Base... Cidade Vermelha.....	211
IV. 1 Recife e o Comunismo: (Des) Fazendo memórias.....	212
IV. 2 A Luta pela Autonomia.....	226
IV. 3 A Avenida da Ditadura e da Democracia.....	239
IV.4 Beliscadas de Cidadania.....	247
A Experiência da Escrita - Considerações Finais -.....	256
Fontes & Referências Bibliográficas.....	263

LISTA DE FIGURAS

Figura	Descrição e fonte	Página
01	Reprodução de imagem de cartaz da Campanha para alistamento eleitoral. Diário de Pernambuco. Recife, 06 de setembro de 1945.	01
02	Anúncio: Miss Baby e o Guaraná Fratelli Vita. Folha da Manhã [matutino]. Recife, 06 de janeiro de 1945	11
03	Anúncio do filme Os Melhores Anos da Minha Vida. Folha da Manhã [vespertino]. Recife, 18 de outubro de 1947	12
04	Anúncio: filme Arco-Íris no Cine Éden. Folha do Povo. Recife, 09 de agosto de 1947.	19
05	Anúncio: Projetor à venda na loja Mesbla. Jornal Pequeno. Recife, 24 de janeiro de 1947.	20
06	Clichê de Leonora Amar. Folha da Manhã [matutino]. Recife, 11 de março de 1945.	26
07	Reprodução de imagem fotográfica de Carmem Miranda. "O expansionismo do samba". Folha da Manhã [vespertino] 1 ^a p. Recife, 13 de outubro de 1947.	26
08	Anúncio da Parada de Ritmos no Teatro Santa Isabel. Folha da Manhã. Recife, 27 de janeiro de 1945.	29
09	Anúncio da Peça "Dia de Eleição", no Teatro Santa Isabel. Diário de Pernambuco. Recife, 23 de outubro de 1947.	34
10	Propaganda Seu Kilowatt, o Carnaval e a Guerra. Diário de Pernambuco. Recife, 25 de fevereiro de 1945.	36
11	Reprodução de imagem fotográfica do Casamento de Glória Maria Gouveia com o Capitão-Ten Henry Hare Carter. Folha da Manhã [matutino]. Recife, 08 de abril de 1945.	49

12	Propaganda do Chiclets Adams. Folha da Manhã. Recife, 21 de março de 1945.	53
13	Reprodução de imagem fotográfica do “Stateside Stuff”: show no Teatro Santa Isabel para FEB. Diário de Pernambuco. Recife, 26 de abril de 1945.	55
14	Reprodução de imagem fotográfica de: “Kay Francis pessoalmente nas bases do Recife”. Diário de Pernambuco, 26 de maio de 1945.	56
15	Clichê de Lee Archer. Diário de Pernambuco. Recife, 02 de setembro de 1945.	60
16	Clichê de Patrícia Fitz. Diário de Pernambuco. Recife, 02 de setembro de 1945.	60
17	Reprodução de imagem fotográfica do Show So This is Recife no USO Town Club. Diário de Pernambuco. Recife, 02 de setembro de 1945.	61
18	Propaganda de maiô de duas peças à venda na Loja A Primavera. Jornal Pequeno. Recife, 24 de outubro de 1947.	67
19	Página “Meninas de Hoje” por Gil Brandão. Folha da Manhã [matutino]. Recife, 07 de janeiro de 1945.	68
20	Propaganda do cigarro Beverly. Diário de Pernambuco. Recife, 15 de outubro de 1947.	69
21	Anúncio da Escola Doméstica do Recife. Folha da Manhã [matutino]. Recife, 21 de março de 1945.	71
22	Reprodução de imagem fotográfica do Time de Voleibol do Instituto de Educação de Pernambuco com a treinadora Carminha Castro. Folha da Manhã [vespertino]. Recife, 18 de outubro de 1947.	73

23	Reprodução de imagem fotográfica das Candidatas à Miss Universidade: Semíramis, Carly, Maria Inês, Daisy e Dulce. Diário de Pernambuco. Recife, 03 de outubro de 1947.	74
24	Reprodução de imagem fotográfica da Miss Universidade 1947. Diário de Pernambuco. Recife, 07 de outubro de 1947.	75
25	Clichê da Miss Peixinhos. Folha do Povo. Recife, 06 de novembro de 1947.	76
26	Clichê de Nevaldina Serrano. Folha do Povo. Recife, 11 de janeiro de 1948.	78
27	Clichê de Maria de Lourdes. Candidata à Rainha dos Trabalhadores. Folha do Povo. Recife, 17 de dezembro de 1947.	79
28	Clichê de Argentina Bezerra. Candidata à Rainha dos Trabalhadores. Folha do Povo. Recife, 17 de dezembro de 1947.	79
29	Clichê de Julieta de Castro. Candidata à Rainha dos Trabalhadores. Folha do Povo. 11 de janeiro de 1948.	79
30	Clichê de Nitalma Pessoa. Candidata à Rainha dos Trabalhadores. Folha do Povo. Recife, 17 de dezembro de 1947.	81
31	Reprodução de cartaz de campanha do Brig. Eduardo Gomes. Diário de Pernambuco. Recife, out de 1945.	111
32	Fotorreportagem: Reunião da Coligação Feminina da UDN. Diário de Pernambuco. Recife, 16 de setembro de 1945	116
33	Reprodução de imagem fotográfica de Cândida Maranhão. Jornal Zero Hora [Ed. Online 159990]. Porto Alegre, 04 de junho de 2009.	118
34	Clichê de Adalgisa Cavalcanti. Folha do Povo. Recife, 1947.	118

35	Clichê de Cândida Maranhão. Folha do Povo. Recife, 1947.	118
36	Clichê de Júlia Santiago da Conceição. Folha do Povo. Recife, 1947.	118
37	Título da notícia de Novo Golpe de Getúlio Vargas. Diário de Pernambuco. Recife, 24 de outubro de 1945.	120
38	Quadrinhas Pau Seco; e Por conta alheia. Jornal Pequeno. Recife, 21 de junho de 1945.	126
39	Quadrinhas Pau Seco; e Por conta alheia. Jornal Pequeno. Recife, 22 de junho de 1945.	126
40	Quadrinha Pau Seco. Jornal Pequeno. Recife, 08 de agosto de 1945.	126
41	Quadrinha Pau Seco. Jornal Pequeno. Recife, 21 de agosto de 1945.	126
42	Reprodução de imagem de notícia sobre o Conflito com Queremistas após deposição de Getúlio Vargas. Jornal Pequeno. Recife, 01 de novembro de 1945.	127
43	Caricatura Bloco dos Pierrots. Folha da Manhã. Recife, 11 de novembro de 1945.	128
44	Charge A democracia e seus brinquedos. Folha da Manhã [vespertino]. Recife, 06 de novembro de 1947.	129
45	Charge A máquina democrática da ditadura. Diário de Pernambuco. Recife, 27 de junho de 1945.	131
46	Charge O Estado Novo morreu ou é um surto cataléptico? Diário de Pernambuco. Recife, 06 de julho de 1945.	131
47	Charge A política do pobre contra o rico. Diário de Pernambuco. Recife, 14 de julho de 1945.	132

48	Charge Comentário Indígena às eleições inglesas. Diário de Pernambuco. Recife, 02 de agosto de 1945.	133
49	Charge As fases de Getúlio Vargas no poder. Jornal Pequeno. Recife, 07 de agosto de 1945.	134
50	Charge Pracinhas e a democracia no Brasil. Diário de Pernambuco. Recife, 25 de agosto de 1945.	134
51	Charge Queremos Getúlio. Diário de Pernambuco. Recife, 22 de agosto de 1945.	135
52	Charge Tapurús no leite. Jornal Pequeno. Recife, 24 de julho de 1945.	136
53	Caricatura Agamenon Magalhães. Jornal Pequeno. Recife, 20 de junho de 1945.	137
54	Caricatura Agamenon Magalhães. Jornal Pequeno. Recife, 25 de julho de 1945.	137
55	Reprodução de imagem de flash em que Orlando Dantas confirma liberdade de imprensa com o diretor do DIP. Folha da Manhã. Recife, 24 de fevereiro de 1945.	138
56	Charge Agamenon censura livros. Diário de Pernambuco. Recife, 09 de junho de 1945.	140
57	Charge O Ministro de Justiça H. Menon e a Imprensa. Diário de Pernambuco. Recife, 17 de junho de 1945.	141
58	Charge Agamenon e a morte de Demócrito. Diário de Pernambuco. Recife, 26 de junho de 1945.	142
59	Charge O perigo está no chinês. Diário de Pernambuco. Recife, 21 de junho de 1945.	143

60	Caricatura O calunga Agamenon. Diário de Pernambuco. Recife, 22 de agosto de 1945.	143
61	Charge Himmler inspira Agamenon. Diário de Pernambuco. Recife, 28 de junho de 1945.	143
62	Caricatura do Presidente Dutra. Folha do Povo. Recife, 17 de julho de 1947.	144
63	Caricatura do Presidente Dutra. Folha do Povo. Recife, 23 de novembro de 1947.	144
64	Charge A pedra da União Nacional. Folha do Povo. Recife, 28 de setembro de 1947.	145
65	Charge O Papai Noel da Ditadura. Folha do Povo. Recife, 25 de dezembro de 1947.	146
66	Propaganda da Texaco: Tiradentes, símbolo da independência. Diário de Pernambuco. Recife, 21 de abril de 1945.	146
67	Propaganda da Texaco: Vitória da Paz. Diário de Pernambuco. Recife, 09 de maio de 1945.	147
68	Propaganda da Kosmos Capitalização S.A.: “Alvorada de Luz”. Diário de Pernambuco. Recife, 06 de maio de 1945.	147
69	Propaganda da Atlantic: Por Direito de Nascimento. Diário de Pernambuco. Recife, 27 de maio de 1945.	149
70	Propaganda da Pernambuco Tramways: Seu Kilowatt, Convalescência. Diário de Pernambuco. Recife, 28 de outubro de 1945.	150
71	Anúncio do café Pilão de Ouro. Folha do Povo. Recife, 02 de outubro de 1947.	151

72	Anúncio do Café Santa Cruz. Folha do Povo. Recife, 02 de outubro de 1947.	151
73	Anúncio de Armazém Nova Aurora. Folha do Povo. Recife, 08 de outubro de 1947.	151
74	Anúncio da Sorveteria Botijinha. Folha do Povo. Recife, 12 de outubro de 1947.	151
75	Anúncio de filme em cartaz no Cine/ Teatro do Parque: Forja de Heróis. Jornal Pequeno. Recife, 05 de março de 1945.	153
76	Nota de falecimento de Demócrito de Souza Filho. Folha da Manhã. Recife, 04 de março de 1945.	157
77	Notícias sobre Queremistas. Diário de Pernambuco. Recife, 21 de agosto de 1945.	158
78	Clichê de Demócrito de Souza Filho. Diário de Pernambuco. Recife, 09 de abril de 1945. 1 ^a p.	166
79	Reprodução de imagem fotográfica: Protesto de Estudantes de Direito contra o novo decreto de Anistia. Diário de Pernambuco. Recife, 13 de setembro de 1945.	167
80	Reprodução de imagem fotográfica de Gilberto Freyre. Diário de Pernambuco. Recife, 14 de abril de 1945.	173
81	Manchetes: Brasil rompe com a Rússia e Eleições. Folha da Manhã [vespertino]. Recife, 21 de outubro de 1947.	177
82	Reprodução de imagem da Bandeira do Brasil partida em pedaços e distribuída entre os Dezoito do Forte Copacabana. Diário de Pernambuco. Recife, 25 de fevereiro de 1945.	191
83	Charge O “casamento” de Getúlio Vargas com Luís Carlos Prestes. Jornal Pequeno. Recife, 29 de setembro de 1945.	191

84	Nota convocatória pela organização em defesa da democracia. Folha do Povo. Recife, 22 de novembro de 1947.	195
85	Charge Truman golpeia o povo brasileiro. Folha do Povo. Recife, 12 de outubro de 1947.	197
86	Charge Aos Caçadores de Mandatos... Basta! Folha do Povo. Recife, 16 de dezembro de 1947.	197
87	Anúncio de candidaturas a deputado estadual de Pernambuco. Folha do Povo. Recife, 02 de outubro de 1947.	205
88	Página “Prestes disse: Estes São os Meus Candidatos”. Folha do Povo. Recife, 26 de outubro de 1947.	207
89	Anúncio dos candidatos à Câmara dos Vereadores do Recife. Folha do Povo. Recife, 28 de setembro de 1947.	208
90	Clichê de Antonio Marques da Silva. Folha do Povo. Recife, 07 de setembro de 1947.	209
91	Clichê de Demócrito Ramos da Silveira. Folha do Povo. Recife, 09 de setembro de 1947.	209
92	Publicidade: Seu Kilowatt rechaça críticas aos serviços da Tramways. Diário de Pernambuco. Recife, 01 de junho de 1945.	211
93	Retrato de Luiz Carlos Prestes por A. Petricci. Folha do Povo. Recife, 28 de setembro de 1947.	223
94	Gregório Bezerra “vítima preferida dos novos nazistas”. Folha do Povo. Recife, 16 de janeiro de 1948.	228
95	Manchete sobre a Lei de Autonomia da Recife. Folha da Manhã. Recife, 04 de janeiro de 1955.	235

96	Manchete sobre a Lei de Autonomia da Recife. Folha do Povo. Recife, 05 de janeiro de 1955.	235
97	Reprodução de notícia: Prefeitura do Recife tomada de assalto. Folha da Manhã [matutino]. Recife, 15 de fevereiro de 1955.	238
98	Reprodução de destaque pela defesa da autonomia do Recife. Folha do Povo. Recife, 13 de fevereiro de 1955.	238
99	Cartoon de Samuel Willig critica superlotação dos bondes do Recife. Diário de Pernambuco. Recife, 26 de julho de 1945.	240
100	Quadrinha Pau Seco do João Quaremista. Jornal Pequeno. Recife, 14 de agosto de 1945.	242
101	Quadrinha Pau Seco do João Quaremista. Jornal Pequeno. Recife, 16 de agosto de 1945.	242
102	Caricatura de Agamenon Magalhães. Legenda “O dedo misterioso que entrava o projeto, no Conselho Administrativo, da Federação das Indústrias de Pernambuco”. Jornal Pequeno. Recife, 29 de agosto de 1945.	243
103	Reprodução de imagem fotográfica: Colunas pixadas na Av. Dez de Novembro/ Guararapes. Jornal Pequeno. Recife, 23 de agosto de 1945.	244
104	Miséria em Pernambuco, fotorreportagem de Edmar Morel. Diário de Pernambuco. Recife, 09 de maio de 1945.	249
105	Miséria em Pernambuco, fotorreportagem de Edmar Morel. Diário de Pernambuco. Recife, 10 de maio de 1945.	249
106	Miséria em Pernambuco, fotorreportagem de Edmar Morel. Diário de Pernambuco. Recife, 12 de maio de 1945.	250
107	Miséria em Pernambuco, fotorreportagem de Edmar Morel. Diário de Pernambuco. Recife, 13 de maio de 1945.	250

108	Miséria em Pernambuco, fotorreportagem de Edmar Morel. Diário de Pernambuco. Recife, 17 de maio de 1945.	251
109	Miséria em Pernambuco, fotorreportagem de Edmar Morel. Diário de Pernambuco. Recife, 23 de maio de 1945.	251
110	Miséria em Pernambuco, fotorreportagem de Edmar Morel. Diário de Pernambuco. Recife, 27 de maio de 1945.	252
111	Assistência Hospitalar em Pernambuco, fotorreportagem de Edmar Morel. Diário de Pernambuco. Recife, 04 de maio de 1945.	253
112	Assistência Hospitalar em Pernambuco, fotorreportagem de Edmar Morel. Diário de Pernambuco. Recife, 05 de maio de 1945.	253
113	Assistência Hospitalar em Pernambuco, fotorreportagem de Edmar Morel. Diário de Pernambuco. Recife, 05 de maio de 1945.	254
114	Propaganda de medicamento contra stress. Diário de Pernambuco. Recife, outubro de 1945.	256
115	Propaganda do Fermento Royal, receita de bolo. Diário de Pernambuco. Recife, outubro de 1945.	256
116	Uma das salas do Arquivo da Câmara Municipal do Recife. Acervo pessoal, 2008.	263



Fig. 01 – Chamada para alistamento eleitoral. Diário de Pernambuco.
Recife, 06 de setembro de 1945.

EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA
UMA INTRODUÇÃO

Buscando uma imagem para abrir e representar essa introdução, entre as tantas que digitalizei, nada me satisfazia inteiramente. A escolha acabou recaindo por essa convocatória para o alistamento eleitoral em 1945, possivelmente reprodução de algum cartaz espalhado pela cidade e publicado no jornal Diário de Pernambuco, que diariamente exortava a população a participar das eleições, ápice do exercício democrático. Observemos a imagem: intimidação, constrangimento, autoridade, hierarquia, ordem militar, dever patriótico e obrigação são as mensagens que nos sugerem essa figura de militar, sobrevivente ou herói de guerra, que aponta para o cidadão e exige que se apresse para poder experimentar seu direito de voto. A imagem também reproduz a mesma posição do clássico cartaz do Tio Sam, personagem simbólico dos Estados Unidos da América, de dedo em riste, convocando soldados para a guerra. É nesse clima de persuasão que a experiência democrática do pós-Estado Novo foi vivenciada. A obrigação de votar pelo bem da pátria era a experiência máxima. E liberdade, muitas vezes, era ainda um anseio tolhido pelos resquícios ditatoriais.

Experiência Democrática

O século XX extrapola as possibilidades de conhecimento para o historiador tanto em termos de fontes quanto com relação a temas e problemáticas. Apesar da extensão da produção historiográfica e das demais áreas das ciências humanas, ainda há muito que ser investigado, abordado e passível de releituras; o revisionismo, quando bem fundamentado teórica e metodologicamente, redimensiona e pluraliza a percepção a respeito do passado, do vivido, do experimentado.

Seguimos as trilhas de variados escritos clamando pela democracia; ou melhor, pela experiência democrática no Recife das décadas de 40 e 50, por experiências vividas no cotidiano.

Democracia. Um sistema, um regime, uma atitude, uma forma de convivência que chega a ser utópica de tão difícil de ser percebida nas relações humanas. Um dos caminhos é a contraposição, o que usufruímos hoje, em termos de liberdade e de direitos cidadãos, e que não havia no passado. Mas, não foi esse o caminho escolhido, e sim a percepção de democracia, de relação e convivência democrática, que se manifesta nas práticas e representações de uma determinada sociedade, num determinado lugar e tempo.

Por democracia se entende, comumente, como a atitude de acatar a vontade da maioria. E essa maioria, geralmente, é identificada como a maior parte da população, portanto, a democracia seria a vontade do povo, o desejo popular. No senso comum

contemporâneo falar de povo, de popular, é se remeter aos mais pobres, que quase sempre são a grande maioria. Mas, o povo cidadão se configura de maneira diversa em diferentes épocas. Ser povo com direito à cidadania na democracia grega pouco se compara ao ser povo cidadão hoje. A democracia contemporânea é francesa, iluminista, com fortes traços ianques; e o Brasil constrói a sua democracia com base nesses referenciais. A princípio, a Revolução Francesa apresentou os modelos de liberdade, igualdade e fraternidade - a Queda da Bastilha foi muito lembrada durante o fim do Estado Novo, a ponto desse fato histórico ser celebrado no carnaval de 1945. Mas, simultaneamente, os Estados Unidos, o Bom Vizinho, se mantiveram presentes, favorecendo o intercâmbio, oferecendo proteção e modelos de conduta; interferindo nos negócios do Estado.

Segundo Marco Mondaini¹, o Estado Brasileiro seguiu uma seqüência invertida em relação à experiência vivida por Inglaterra, França e Estados Unidos quanto ao reconhecimento dos direitos cidadãos, que são fundamentais para a convivência democrática. Estes países primeiro reconheceram os direitos civis (as liberdades individuais), depois os direitos políticos (a igualdade política) e por fim os direitos sociais (a igualdade social). O Brasil começou pelos direitos sociais². Diz o autor:

[...] a sensação de que se vive no Brasil sob um Estado de Direito Democrático, com direitos civis e políticos respeitados, somente veio à tona nos últimos vinte anos, ressalvado o fato de que, para muitos brasileiros, isso se deu apenas no campo jurídico-formal³.

O fim de uma ditadura remete a manifestações em prol da democracia. A ditadura não é, normalmente, entendida como democracia, embora seus líderes possam compreender que ofereçam uma. Segundo Agamenon Magalhães, Interventor em Pernambuco, o regime que foi instalado em novembro de 1937:

É uma democracia autoritária corporativa. O indivíduo atua no Estado Brasileiro, colaborando com o governo, como cidadão, na Câmara Política, e como produtor, no Conselho de Economia Nacional. O Governo central é forte, dentro da Federação, perdendo os Estados em autonomia dos poderes e franquias, que forem necessários para fortalecer a nação.⁴

¹ **Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Ed Contexto, 2009. P. 12-13.

² O prof. Denis Bernardes, membro da banca, observou sua discordância a respeito dessa inversão apresentada pelo prof. Mondaini sobre a democracia brasileira. Para o prof. Denis as Constituições de 1924 e 1930 já contemplavam os direitos civis.

³ Op. cit. P. 13.

⁴ **Folha da Manhã**. Recife, 01 de junho de 1938.

Partindo da explicação de Agamenon Magalhães, se compreende que todos têm o dever de colaborar com o Estado, nos limites e condições impostas pelo governo. A democracia, nesse sentido, é a oportunidade oferecida a todos, independente de classe social – o princípio da igualdade -, em colaborar, em cumprir sua função social, mas sem liberdade, sem autonomia. O “poder do povo” está na inclusão das camadas populares, ou melhor, dos trabalhadores do Brasil no âmbito das instituições políticas oficiais, ao alcance dos olhos e das mãos do Estado, mas, por outro lado, juridicamente protegidos da exploração capitalista liberal.

O fim do Estado Novo foi marcado pela defesa da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa. E é nesse veículo, e nas ruas, que era manifestada a democracia desejada pelas diversas forças políticas que atuavam naquele momento histórico. Para uns havia um retorno, sendo assim podemos supor que existia um referencial, uma experiência a ser revivida. Era o caso dos grupos liberais de classe média identificados com os Tenentes do Forte de Copacabana, que reconheciam no breve período entre 1930 e 1937 uma experiência democrática. E temos também nesse grupo as oligarquias destronadas em 1930, que retornavam à vida política, mas se remetiam aos valores de liberdade do passado colonial, como a expulsão dos holandeses, as revoluções liberais do século XIX e a campanha abolicionista de Joaquim Nabuco. Para outros a democracia se inaugurava ou se renovava no Brasil nesse momento, e nesse ponto temos o proletariado que afirmava que a democracia nunca existiu no país; e sim um Estado policial, que lhe negava todos os direitos e os desterrava para lugares inóspitos. Entretanto, para os “trabalhadores do Brasil”, os “queremistas” seguidores de Vargas, a democracia surgiu com Getúlio: uma democracia social. Todavia, o momento histórico anunciado em 1945, era para todos, acima de tudo, uma oportunidade.

A democracia envolve um conjunto de princípios⁵ e exige uma série de atitudes que não se limitam à esfera da instituição política; perceber sua práxis na vida social, manifestada

⁵ Poder e responsabilidade cívica exercida por todos cidadãos, diretamente ou por representantes livremente eleitos; proteção à liberdade, institucionalização da liberdade; governo da maioria com respeito aos direitos individuais e das minorias; descentralização do governo a nível regional e local, este último sendo acessível e receptivo às pessoas; proteção aos direitos humanos fundamentais, como a liberdade de expressão e de religião; a ser tratado legalmente como igual; participação plena na vida política, econômica e cultural da cidade; eleições livres e justas abertas a todos cidadãos; proteção legal e jurídica igual pra todos; diversificação, princípios fundamentais que refletem a vida política, social e cultural de cada país; dever de participar do sistema político, que protege seus direitos e liberdades; tolerância, cooperação e compromisso. Estes são, em linhas gerais, os princípios da democracia. Disponível em <<http://www.embaixadaamericana.org.br/democracia/what.htm>> Acesso em 15 dez 2009.

nas relações de força cotidianas é um desafio. Um desafio que investigamos pela perspectiva histórico-cultural, visando reconhecer as experiências democráticas que se configuram no período pós-Estado Novo até a conquista da autonomia política do Recife em 1955.

Aparentemente a proposta se apresenta como um estudo de história política, haja vista os marcos que a delimitam. No entanto, as referências teóricas que inspiram esse trabalho apontam para um estudo mais relacionado à construção da memória, ao estudo das práticas e representações de democracia, às paixões e sensibilidades que envolvem em grupo e individualmente os seres sociais; num contexto de mudanças e permanências institucionais, que repercutem no cotidiano sócio-cultural de uma cidade, no caso, Recife. A questão democracia, aqui, transcende o ser político institucional, e se manifesta na sensibilidade dos moradores, que se movimentam em vários sentidos, nem sempre políticos. O sentido de política aqui investigado é como experiência social de articular, negociar, influenciar, confrontar, combater, conquistar, resistir; atitudes perceptíveis não só nos ambientes institucionais, mas na convivência cotidiana dos mais diversos lugares.

Segundo Cornelius Castoriadis, democracia é o regime da autolimitação, da autonomia ou da autoinstituição⁶. Nesse período, o povo empreende um processo de construção de sua autonomia, e esse processo demanda aprendizagem; compreender-se agente, conscientizar-se de suas possibilidades de criação, de seu poder instituinte na sociedade.

Diferentes espaços de convivência, experiência e criação nos oferecem os fios para tecermos a rede, ou as redes, dessa história. História delicada de um momento delicado. O intervalo de 1945 a 1955 é reconhecido na historiografia como o da redemocratização. No entanto, há persistência de dispositivos ditatoriais de censura. Alguns autores reconhecem em Dutra um dos governos mais autoritários, e em 1947 o Partido Comunista volta à clandestinidade. Esse intervalo de tempo, assim, se configura como um difícil processo de aprendizagem. Para uns uma oportunidade, para outros uma ameaça; a derrocada de uns e a ascensão de outros. O movimento político é intenso e os moradores da cidade se manifestam de variadas maneiras.

Os trabalhos acadêmicos de Dulce Pandolfi (**Pernambuco de Agamenon Magalhães**, 1984); de Antonio Lavareda e Constancia Sá (**Poder e Voto**, 1986); de Manoel Correia de Andrade (**Pernambuco Imortal**, 1997); e as memórias de Paulo Cavalcanti (a série **O caso eu conto como o caso foi**, 1978, 1980, 1982, 1985) ainda são os grandes referenciais para se conhecer a história de Pernambuco nas décadas de 40 e 50. Esses estudos se prendem a

⁶**Figuras do Pensável. As Encruzilhadas do Labirinto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004; Volume VI, p. 205,206.

trajetórias, estratégias e estruturas, geralmente, relacionadas ao movimento político dos grupos partidários mais importantes do Estado, com ênfase no Governo de Pernambuco, pouco se remetendo às problemáticas municipais. Um trabalho que foge um pouco desse esquema e se preocupa com dimensões mais culturais é **O Recife: Histórias de uma Cidade** (2002), de Antonio Paulo Rezende.

Outros estudos acadêmicos vêm se revelando nos últimos tempos enfocando aspectos menos políticos e mais culturais do período: O trabalho **O Movimento e a Linha. Presença do Teatro do Estudante e do Gráfico Amador no Recife** (2007)⁷, de Flávio Weinstein Teixeira, se debruça sobre o que considera uma renovação cultural no período de 1946 a 1964; no livro **Uma Cidade e Dois Prefeitos** (2001), de Virgínia Pontual, que nos oferece conhecimento sobre o Recife durante a administração de Novais Filho e Pelópidas da Silveira - este último em dois momentos - temos uma abordagem sobre a Cidade, com foco nas transformações urbanas; já a dissertação de mestrado, **A Construção de um Líder Político: Francisco Heráclio do Rego. Limoeiro, 1945-1955** (2008), de Márcio Ananias Vilela é sobre personalidade política de grande influencia na época, o coronel Chico Heráclio, liderança em Limoeiro, Zona da Mata de Pernambuco, que foi palco de sérios conflitos durante as eleições municipais de 1947; e para conhecermos as negociações interpartidárias que fizeram a Frente do Recife em diversos momentos entre 1955 e 1964, coligação que favoreceu a vitória de Pelópidas da Silveira para Prefeito do Recife em 1955, e a de Miguel Arraes ao Governo do Estado em 1962 podemos recorrer à dissertação **Alianças Políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)** (2008), de Taciana Mendonça. A autora também considerou diversos pontos abordados nessa tese, mas numa perspectiva mais da história política, como, por exemplo, a lei de autonomia que possibilitou a eleição para o cargo de prefeito do Recife. Segundo Taciana Mendonça, esta sanção se acrescentava às motivações que tornaram possível a Frente do Recife. Ambas as dissertações foram produzidas no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

No entanto, os jovens historiadores estão preferindo a década de 60, ao desvelarem as histórias da ditadura militar, como a dissertação **Medo, Comunismo e Revolução: Pernambuco (1959-1964)**⁸ (2009), de Pablo Porfírio. O período de 1945 a 1955 ainda é

⁷ Editora Universitária/ UFPE, 2007.

⁸ Co-editado pela Editora da Universidade Federal de Pernambuco e o Programa de Pós-Graduação em História, 2009.

pouco explorado, entretanto, concentra o germinar de idéias e paixões que movimentariam as lutas dos chamados *Anos Rebeldes*: de meados da década de 50 para os anos 60.

Com referência a história em contexto nacional, sobressai os estudos do professor Jorge Ferreira, da Universidade Federal Fluminense, sobre os trabalhadores, o *queremismo*, o imaginário trabalhista e a democracia entre 1945 e 1964: **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática** (3º volume, 2003); **O Imaginário Trabalhista** (2005); e **A Democracia no Brasil** (2006). Nesses textos, Jorge Ferreira reage à idéia - muito presente na historiografia desenvolvida durante a ditadura militar - de negar o caráter democrático do processo iniciado em 1945. A truculência do governo Dutra, o dito “sindicalismo populista”, o “populismo” são conclusões que desmerecem a experiência democrática do período, desqualificando-a como “democracia populista”. Ferreira observa que nos Estados Unidos, o exemplo ocidental de país democrático, a situação não era muito diferente da vivida no Brasil, mesmo porque a política repressiva em questão era de inspiração norte-americana, nos parâmetros da Guerra Fria. O autor observa...

Os que resistem em admitir que o período em questão representou uma experiência democrática pensando no governo Dutra, baseiam-se, muitas vezes, em uma receita prévia de democracia, esquecendo que esta não nasce pronta, é conquistada, ampliada e “inventada”, no dizer do filósofo Claude Lefort. A democracia não é um pacote pronto, ela avança no conflito e na luta social⁹.

Para Jorge Ferreira as instituições democráticas funcionavam; e outro aspecto ressaltado em suas pesquisas é a participação dos trabalhadores na vida política do país. Contudo, a presente tese observa que as “instituições democráticas” instaladas e reinstaladas em 1945 ainda eram muito dependentes dos dispositivos ditatoriais do Estado Novo, mas não há como negar que o caminho foi aberto, entretanto, a passagem ainda era estreita.

O interesse desta tese se debruça sobre como Recife se comportou com as macro-mudanças que se anunciavam: fim da ditadura, fim da guerra, eleições, constituinte, eleições novamente e, por fim, eleições municipais. Bem como, em relação às mudanças na infraestrutura da cidade; e às novidades científicas, tecnológicas, culturais que se revelaram no pós-guerra e transformaram sutil e progressivamente o cotidiano da população.

⁹ FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Atual, 2006. P.6,7.

A liberdade democrática não se instala, plenamente, no Brasil com o fim do Estado Novo. Recife não se torna um município autônomo e democrático com a Constituinte de 1946, ou com as eleições municipais de outubro de 1947. Ocorrem processos de luta e de aprendizagem fundamentais nesse intervalo de 1945 a 1955, não só na esfera política, mas especialmente entre os grupos sociais. E são esses processos que nos interessam desvelar.

Segundo Peter Gay, “uma experiência é o encontro da mente com o mundo, no qual nem este nem aquela são jamais simples ou totalmente transparentes”, e mais adiante o autor ainda afirma que “a experiência é também um encontro do passado com o presente”; este historiador ressalta que a experiência cria os objetos de interesse e da paixão, dá forma aos anseios e levanta as “barreiras contra ansiedades ameaçadoras”; comprova-se assim “a existência de um tráfego ininterrupto entre o que o mundo impõe e o que a mente exige, recebe e reformula”¹⁰.

Para Durval Muniz Albuquerque Jr¹¹, considerando Immanuel Kant, o mundo da experiência é dominado pelo relativismo, quando conhecimento e realidade se adaptam funcionalmente. Complementando essas reflexões, François Dubet, ao propor uma sociologia da experiência social, define experiência como...

[...] uma combinatória de lógicas de ação que vinculam o ator a cada uma das dimensões de um sistema. O ator deve articular estas lógicas de ação diferentes e a dinâmica que resulta desta atividade constitui a subjetividade do ator e sua reflexividade¹².

Anne Marie Wautier identifica em François Dubet marcas de outros pensadores da corrente interacionista – Mead, Alfred Schutz e Goffman, que, por sua vez, se inspiraram em: Simmel, Weber e Mauss. Segundo A.M. Wautier, F. Dubet compreende a experiência social como o “resultado de uma articulação aleatória” entre três lógicas: integração, estratégia e

¹⁰GAY, Peter. **A Experiência Burguesa. Da Rainha Vitória a Freud. A Educação dos Sentidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. P. 19. Peter Gay reafirma sua explicação teórica no volume cinco da mesma série: **Guerras de Prazer**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P. 265.

¹¹ “[...] Desde Kant, instauram-se as premissas do relativismo, em que conhecimento e realidade não correspondem, mas se adaptam funcionalmente. O mundo da experiência, sendo o único lugar da procura da verdade, não havendo outro mundo anterior. [...]”. **História: A Arte de Inventar o Passado**. São Paulo: EDUSC, 2007. P. 59.

¹² DUBET, François. **Sociologie de l’expérience**. Paris: Seuil, 1994. P. 105. Citado por WAUTIER, Anne Marie. Para uma Sociologia da Experiência. Uma Leitura Contemporânea: François Dubet. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 05 nº 09, jan/ jun 2003, p. 181. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 ago. 2009. (versão PDF p.08).

subjetivação, ou seja, o ator social é definido pelos seus vínculos com a comunidade, pelos seus interesses no mercado e por ser sujeito crítico frente “a uma sistemática de produção/dominação, de alienação”¹³. Comunidade, mercado e sistema cultural formam para F. Dubet o conjunto social. Para Dubet, com as palavras de Anne Marie Wautier, “o conflito social não é nem defesa da identidade nem mobilização racional; é a luta contra a alienação, no sentido da impotência, do sentimento de não ser nada mais do que o espectador de sua própria vida. [...]”¹⁴.

Consideramos, então, refletindo sobre as fontes pesquisadas e os autores supracitados, que o conhecimento e a percepção de democracia que as diversas redes sociais articulavam nesse momento histórico, entre 1945 e 1955, estavam perpassados por uma série de práticas e representações sócio-culturais conservadoras que se confrontavam com uma atualidade, que elas mesmas, conscientes e inconscientemente, investiam. Sendo assim, o encontro ainda não acontecia e sim o desencontro, o conflito; a adaptação era tosca e ainda não funcionava dando margem a contradições e ambiguidades; mas a oportunidade era necessária para a aprendizagem: um difícil e lento processo de aprendizagem. As experiências vividas se configuram em tentativas de adaptação, mas também, por vezes, são dolorosos processos de mudança de percepção, de opinião, mais do que isso: de atitude.

A cor vermelha, segundo a Simbologia, lembra fogo e sangue “é a cor da ação, da energia vital. Está relacionada também à sexualidade, às paixões, à destruição e ao ódio”¹⁵. Era a cor do estandarte da Faculdade de Direito do Recife, que os estudantes empunharam no trágico comício de três de março de 1945¹⁶. E em vinte e quatro de outubro de 1947¹⁷, dois dias antes das eleições municipais e estaduais, o jornal Diário de Pernambuco alarmava seus leitores sobre o Recife estar “sob o domínio vermelho”, ou seja, nas mãos dos comunistas “acumpliciados com o governo do Estado, na defesa e propaganda de candidatos comuns”. Segundo o jornal, uma “brigada de choque”, “os vermelhos”, “acompanhados de um guarda civil comunista” espalharam cartazes de propaganda eleitoral por todo bairro do Pina durante a madrugada; estavam “armados e municiados” e “atiraram contra a polícia” do comissariado local, onde haviam afixado atrevidamente cartazes. Dias antes, o Governo Federal havia

¹³ WAUTIER, Anne Marie. Op.cit. P. 182 [PDF p. 09].

¹⁴ Idem. Op.Cit. P. 184 [PDF p. 11]

¹⁵ **O que é Simbologia**. Edição especial da **Revista Destino**. Editora Globo S.A., 1992.

¹⁶ “Demócrito não pensou um só instante em recuar. Vejo sua cabeça loura, refeita e decidida, bela e sonhadora, ao lado do **estandarte vermelho da Escola de Direito** como símbolo da decisão e da coragem de todos os estudantes do Brasil”. FREYRE, Gilberto. Quiseram Matar o Dia Seguinte. [Discurso proferido quando da inauguração do retrato de Demócrito de Souza Filho na redação do Diário de Pernambuco]. **Diário de Pernambuco**. Recife, 10 de abril de 1945. [grifo nosso]

¹⁷ A cidade sob o domínio vermelho. **Diário de Pernambuco**. Recife, 24 de outubro de 1947.

sancionado a lei considerando Recife e diversas capitais como “Cidades-Base”¹⁸, bases militares, portanto, impossibilitadas de eleger seu próprio prefeito. As perspectivas eleitorais, naquele momento histórico, estavam favoráveis aos comunistas; Gregório Bezerra era o candidato à Prefeitura do Recife. Nessas circunstâncias, podemos considerar que a reação conservadora também usou do vermelho para a autonomia municipal, todavia, em outra função simbólica, tão comum nos sinais de trânsito, o “PARE”; ou podemos nos remeter também à arbitragem do futebol, o cartão vermelho que expulsa o jogador considerado numa falta grave. Mas, não pôde impedir que os demais *jogadores* continuassem na partida, e candidatos a vereadores e a deputados, mesmo em legendas *anticomunistas*, alçassem às tribunas.

Percebemos, assim, que, nesse período, o Recife e outras capitais do Brasil viveram uma democracia vermelha, em vários sentidos: pela presença, mesmo ilegal, do Partido Comunista do Brasil e pela ação e “a energia vital” de todos, comunistas ou não, em lutar por suas idéias, por seus projetos de cidade, sociedade, governo, e, principalmente, em buscar construir na experiência social, partidária, parlamentar e cotidiana, em meio a conflitos, ambiguidades e aprendizagens, um conceito fundamental do mundo contemporâneo: a democracia.

¹⁸ O decreto-lei se baseava no artigo 28 da Constituição de 1946, que considerava “portos e bases militares de excepcional importância para a defesa do país”, sendo eles: Manaus (Amazonas); Belém (Pará); Natal (R. G. do Norte); Recife (Pernambuco); Salvador (Bahia); Niterói e Angra dos Reis (Estado do Rio); São Paulo, Santos e Guarulhos (São Paulo); Florianópolis e São Francisco (Santa Catarina); Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, Gravataí e Canoas (R. G. do Sul); Corumbá (Mato Grosso). **Diário de Pernambuco**. Recife, 23 de outubro de 1947.

MISS BABY

está
dizendo:
— "É daqui...
O
Guaraná
Fratelli
Vita..."



OUÇA HOJE E TODAS AS NOITES
MISS BABY
na sua P.R.A.8 e na FESTA DA MOCIDADE

Fig 02 - Anúncio: **Miss Baby e o Guaraná Fratelli Vita.**
Folha da Manhã [matutino]. Recife, 06 de janeiro de 1945.

I

SER MODERNO E DEMOCRÁTICO

“É daqui...”, da pontinha da orelha, o guaraná Fratelli Vita, da italiana família Vita, que minha mãe conheceu quando mocinha. A fábrica de refrigerantes ficava na Rua da Soledade, no bairro da Boa Vista, nas ruínas ainda pode ser lido o lema “La Salute e L’igiene”. Miss Baby era uma “jovem cantora da terra do Tio Sam”, contratada pela Rádio Clube de Pernambuco, e que interpretava *swings* apimentados com grande sucesso na época.¹⁹ Observem que o anúncio agrega vários signos representativos da vida do Recife nessa época: a cultura norte-americana – o gesto “da pontinha da orelha”²⁰; o rádio; o guaraná; a Festa da Mocidade; e os trajes da artista numa situação à beira mar.

O gás do guaraná se esvai, mas o doce da bebida fica; assim pretendemos nesse capítulo: ler o gostinho que ficou de práticas e representações culturais pela cidade; naquilo que é momentâneo, efêmero, mas que deixa marcas na memória. O rádio, o cinema, o teatro, a moda, as festividades, e a presença estrangeira possibilitaram a construção de certa compreensão de modernidade e de democracia, que pode ser traduzida em valores, sentimentos e atitudes que permearam a época.

I.1 Os Melhores Anos de Nossa Vida.



Fig. 03 – Anúncio do filme **Os Melhores Anos da Minha Vida**.
Folha da Manhã [vespertino]. Recife, 18 de outubro de 1947.

¹⁹ Miscelânea Sonora. **Jornal Pequeno**. Recife, 03 de janeiro de 1945.

²⁰ “Concordando com as coisas excelentes, minha mulher instintivamente aperta o lóbulo da orelha. Meus netos erguem o polegar. Esse gesto popularizou-se no Brasil depois de 1942, trazido pelos aviadores norte-americanos. [...]” CASCUDO, Luís da Câmara. **História de Nossos Gestos**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ EDUSP. (Reedição: São Paulo, Editora 34, 2000.). p 154. Citado em nota (1) por TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo Sedutor. A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. P. 10 (195).

²¹O título se refere a um filme norte-americano lançado em 1946, e que obteve sete Oscar em 1947²². O longo drama trata da difícil readaptação de três militares à vida civil após a Segunda Guerra Mundial; um deles está mutilado. A premiação motivou um concurso no Recife, em que as pessoas escreviam sobre seus melhores anos. Os gerentes da RKO, Paramount, Universal e Metro deram o primeiro prêmio para H. de Amorim, morador da Rua do Amparo, Olinda. Considerando a proposta desse capítulo, e percebendo na película em questão uma maneira de sugerir ao público um modelo de superação dos anos de guerra; é interessante observar o que, por sua própria experiência de vida, o filme sugeria ao concorrente premiado:

Enquanto a Humanidade viver eternamente insatisfeita não podemos classificar quais os melhores anos vividos por nós durante a nossa efêmera permanência nesta terra.

[...] todos nós temos sempre dias felizes e dias amargos; ora como consequência de nossas próprias atitudes ora em cumprimento do nosso cruel destino. Assim “os melhores anos de nossa vida” estão dependendo em grande parte de nós mesmos, isto é, da maneira como encaramos as coisas e os fatos. E desde que nos conformemos com o que somos e que saibamos solucionar os nossos problemas esportivamente podemos transformar uma vida ruim em uma existência alegre e feliz.

Enfim, toda vida é boa e toda a vida é má...²³

Conformar-se com o que parece estar predestinado a enfrentar, e saber lidar com os revezes da vida, ou seja, não se revoltar, agir “esportivamente”: festejar vitórias, aceitar derrotas, continuar a competir. Partindo da reflexão de Amorim, a atitude de eterna insatisfação mobiliza tanto para uma vida má quanto para uma vida boa e, nesse sentido, o filme busca estimular o desejo de enxergar mais do que as dificuldades inerentes à vida, mas também o que pode torná-la melhor. O otimismo, muitas vezes identificado como traço próprio do ser brasileiro é aqui estimulado, num contexto histórico marcado por expectativas motivadas pelas mudanças institucionais em curso, não só para a política interna do Brasil, como internacionalmente.

²¹ Este texto parte de um estudo de fontes e de oportunas reflexões provocadas na disciplina ministrada pelo prof Dr. Antonio Paulo Rezende no 2º semestre de 2006: “Cultura e Modernidade: As Seduções do Efêmero”.

²² Melhor: filme; diretor – Willian Wyler; ator – Fredric March; ator coadjuvante – Harold Russel; edição; música e roteiro original.

²³ **Folha da Manhã**. Recife, 19 de outubro de 1947.

O cotidiano é marcado por momentos de prazer e desprazer, mas, especialmente, pelo desejar, desde a necessidade mais básica do ser humano às mais complexas, sendo estas, geralmente, anseios criados pelo *outro*. Esse *outro* é o grupo social, a comunidade, a sociedade, na qual o indivíduo é criado e é inserido, ou excluído, e não apenas sofre suas influências, mas colabora para sua manutenção e transformação.

A modernidade exaspera a complexidade dos anseios humanos. Um universo de mercadorias em expansão e o acesso a bens materiais e imateriais cada vez mais amplos ressoam na formação de valores e de ideais de felicidade. Um desses bens é a produção cinematográfica, que contempla, desde a idéia inicial até a circulação final, aspectos socioeconômicos, políticos e culturais. O cinema revela-se um espaço destinado não só à diversão, mas também, e particularmente em certos períodos da história, à instrução, à informação, à formação de opinião.

O cinema, as salas de exibição, na primeira metade do século XX, irrompia por muitos lugares, e, particularmente a partir da década de 40, oferecia uma variedade de produções, que promovia uma significativa revolução nos costumes. No Brasil, especialmente no período da Segunda Grande Guerra, o cinema exibia, juntamente com as grandes produções hollywoodianas, noticiários do conflito, e era veículo de propaganda das realizações do Estado Novo.

No Recife, na década de 1930, existiam cerca de vinte e um cinemas espalhados pela cidade. Era uma diversão de bairro, cada um tinha o seu, às vezes mais de um - como os três de Afogados. Os melhores, segundo Rostand Paraíso²⁴, eram: o Parque, o Moderno e o Cine Encruzilhada. Na década de 1940, Gilberto Freyre em seu Guia Prático, Histórico e Sentimental anotava a existência de 28 cinemas²⁵; surgem: o Art Palácio, o Trianon e o São Luiz. Conforme lembranças de Rostand Paraíso, menino e adolescente da época, além do rádio, o cinema era a diversão predileta.

Íamos ao Espinheirense duas ou três vezes por semana, atentos aos programas duplos que nos permitiam ver dois filmes pelo preço de um. Em duas sessões, a 2ª se iniciando às 20:30 horas, a programação era aberta com um jornal americano, um Fox-Movietone, sempre a exaltar o padrão de vida americano e a nos dar as últimas notícias da guerra que havia sido recentemente deflagrada na Europa. Seguia-se um jornal, geralmente de A. Botelho Filmes, de qualidade bem inferior e que, naqueles tempos do

²⁴ PARAISO, Rostand. **Antes que o tempo apague...(Crônica dos anos 40 e 50)**. Recife: Comunicarte, 1996.

²⁵ Apud REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. (Des) Encantos Modernos. Histórias da cidade do Recife na Década de Vinte. Recife: FUNDARPE, 1997. P. 75

Estado Novo, era submetido à censura prévia pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sendo quase todo dedicado às inaugurações oficiais e às personalidades políticas ligadas à ditadura de Vargas²⁶.

A memória adulta de Rostand percebe o vivido num contexto de relações sociais e internacionais determinantes; situação que na época, certamente, era só deleite e que passou a ter uma nova significação: não era só diversão, mas a sugestão de um modelo, do padrão de vida norte-americano, a democracia ianque frente à ditadura Vargas, aproximações culturais. Rostand Paraíso recorda-se, também, dos desenhos animados ou pequenas comédias - **Carlitos, O Gordo e o Magro, Harold Loyd, Os Três Patetas** -, que, às vezes, faziam parte da programação; como também, nas quartas e quintas-feiras exibiam seriados depois do filme principal: **As aventuras de Búfalo Bill, O Caveira, O Capitão Marvel, Os Perigos de Paulina, Flash Gordon**.

Essa prática social de ir ao cinema, possivelmente, envolvia todo um ritual e uma atmosfera, por vezes, singular: o convite ansioso à garota; o dinheirinho esperado dos avós, da madrinha, dos pais, ou de um serviço prestado nessa intenção. Valor que permitisse, talvez, não só o ingresso, mas também o doce de uma bala, a pipoca, um lanche ou sorvete depois da sessão e que, provavelmente, renderia um bom papo a respeito do filme assistido, como também outros assuntos oportunos: planos, promessas, esperanças; ou, quem sabe, um ponto final pelo deslize cometido no escurinho do cinema. Roberval Santiago em sua dissertação, **Cinematógrafo Pernambucano: A Jornada da Transgressão, do Sonho e da Sedução**²⁷, comenta como as salas de exibição, e a própria produção cinematográfica, sofreram muitas críticas em seus primeiros tempos. O comportamento inadequado de seus frequentadores provocou reações publicadas na imprensa, em que se observava o cinema como ambiente promíscuo e erotizado, e pelos filmes fazerem insinuações de libertinagem. Nesse trabalho, Roberval, ao recorrer a material impresso e filmes da época, buscou analisar e compreender as mudanças provocadas pelo cinema na sociedade, nas duas primeiras décadas do século XX

Em 1945, um pai escreveu para a seção “Cartas à Direção”, do Diário de Pernambuco²⁸, e protestou pela situação imprópria que viveu no Cine Boa Vista ao levar seus filhos, um menino de onze anos e uma menina de oito, para a matinê de domingo. Nessa ocasião, entretanto, o desconforto foi provocado pela película em cartaz: “Caçadora de

²⁶ PARAÍSO, Rostand. Op.cit. P. 95, 96.

²⁷ Recife: Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 1995. P. 48.

²⁸ **Diário de Pernambuco**. Recife, 10 de janeiro de 1945. O autor da carta era José Rodrigues Bittencourt, morador da Rua Velha, 134.

Corações”. Como parecia ser de costume na época, as crianças, devido à proximidade de casa, iam sozinhas; no entanto, o pai resolveu acompanhá-las e ficou desconfiado se o título era apropriado para o público de crianças que freqüentavam a matinê. Conta ele, utilizando gíria da época, que primeiro assistiram um jornal, depois “uma comédia bem pau” e um “dos mais fracos desenhos da Disney”, e, por fim, o dito filme. A sala estava repleta de crianças entre cinco e oito anos, e também havia rapazes de quinze a dezesseis anos; e, à medida que as cenas que denotavam malícia e sensualidade, com beijos e outras situações, consideradas impróprias por esse pai, apareciam, os rapazes assobiavam, gritavam, expressando toda euforia própria da idade, o que levou o pai a se retirar com seus filhos. Esse senhor - revoltado pela falta de controle desse tipo de diversão, num horário direcionado ao público infantil - denunciava: “A minha impressão sobre o filme é que se houvesse de fato uma Comissão de Censura Cinematográfica seria o mesmo proibido para menores de 18 anos”. A questão da censura é algo ainda problemático em 1945. Se, por um lado, há um cerceamento da liberdade de pensamento (político), de outro modo, como é o caso do cinema, não parece haver um discernimento do que é apropriado para um público infantil assistir, ou, possivelmente, uma fiscalização mais rigorosa dos cinemas.

Para as camadas populares, ir ao cinema podia anteceder ao expediente de trabalho noturno. Como se recorda Seu Arnaldo, que aos doze anos era aprendiz na Fábrica de Tecidos da Macaxeira e trabalhava à noite, das 22 às 6 horas da manhã. Ele assistia à sessão das 18 horas no cinema de Casa Amarela, e “corria para a fábrica, pra pegar de dez horas da noite”²⁹. Observa-se que pela idade Seu Arnaldo não poderia trabalhar, muito menos no turno da noite – a Constituição de 1934 proibia o trabalho de menores de catorze anos e permitia a partir dos dezesseis anos no horário noturno, salvo em indústrias consideradas insalubres³⁰.

Freqüentar o cinema é um lazer tipicamente moderno³¹, um dos frutos da Revolução Industrial. Um lazer que dita moda, que traz a novidade de longe, que aproxima culturas, que diverte, que emociona, que provoca para o *bem* e também para o *mal*. É com essa compreensão que nos deparamos com pequenos artigos de jornal comentando as ambigüidades e contradições de sentimentos expressos e vividos no ambiente dos cinemas.

²⁹ CRUZ, Arnaldo Rodrigues da. **Casa Amarela, Memórias, Lutas e Sonhos...** Recife: Depto de Memória de Casa amarela, FEACA, 1988, Série I. Entrevistados. P. 72. Relato Oral. [O Sr. Arnaldo nasceu a 04 de outubro de 1926]

³⁰ Art. 121, 1º parágrafo, letra D.

³¹ Sobre o impacto social causado pela cultura cinematográfica recomendo a leitura do segundo capítulo de SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Especialmente as páginas 89-95; e na página 93 uma citação sobre “obsessão cinematográfica”. E também, sobre o Ciclo do Recife de cinema nos anos vinte, a obra de REZENDE., Antonio Paulo de Moraes. Op. cit. P.75-90.

Em janeiro de 1945, Genolino Amado, na época, cronista dos Diários Associados, escrevia sobre o que denominou de “Confusão Contemporânea”. O autor comenta o fato de num mesmo espaço e numa sucessão de instantes as pessoas experimentarem emoções tão diversas: o riso, o choro; o horror e a admiração; a solidariedade e a indignação; o aplauso e a vaia; em suma: coisas da vida apresentadas como um espetáculo real e, geralmente, fictício para divertir, para informar, ou simplesmente – cremos ser o objetivo mais claro – emocionar; oferecer sensações, prazeres, sentimentos. O que para uns, talvez, fossem experiências efêmeras, para outros, possivelmente, mais marcantes e duradouras.

I.1.1 Som & Imagem

Essa experiência de viver emoções conflitantes num curto espaço de tempo já se configurava com a presença do aparelho de emissões radiofônicas na sala de estar de muitas famílias. Entre uma música e outra: a notícia de uma tragédia. No entanto, a opção de desligar o rádio e comentar a matéria, ou nem se quer dar atenção à música e se deter na notícia, ou ainda se deter na música e nem ouvir a notícia, possibilita uma reação mais arbitrária no ouvinte.

No caso do cinema, o expectador é levado a seguir algumas regras de conduta: manter silêncio e só comentar após a sessão. Aprendemos que ir ao cinema tem um objetivo pré-definido: assistir a película em cartaz. O que vem antes pode até não ser apreciado; basta entrar no momento que começa o filme. No entanto, a maioria das pessoas segue o ritual de comprar a pipoca, o bombom, o *drops* e entrar ainda com as luzes acesas.

Para as pessoas da primeira metade do século XX, assistir àquela programação, significava não só entretenimento, mas, principalmente, “matar a curiosidade”, aproximar-se de lugares e culturas distantes, de mundos distintos do seu, bem como ter acesso à informação, com o reforço de poder ver; não mais imaginar rostos, cenas, situações, mas ver o que antes se “via” pela narrativa radiofônica, ou impressa, acompanhada, por vezes, de um instante fotografado ou uma ilustração.

A televisão ainda era um projeto, e até uma realidade, embora ainda limitada, na Europa e nos Estados Unidos. Em 1939 o Terceiro Reich esteve no Brasil promovendo uma exposição, aberta à visitação pública, da tecnologia da televisão e do videofone: aparelhagens em funcionamento, estúdio e televisores, exibiram os artistas do rádio por semanas, no Rio de Janeiro. No entanto, o impacto da novidade, ao que parece, ficou mais restrito à capital federal; mesmo porque, a visita alemã - pelo menos na mídia impressa - ficou obscurecida pela presença de uma missão militar norte-americana, chefiada pelo General George Marshall,

que percorreu bases militares do Rio de Janeiro, São Paulo e do Rio Grande do Sul; esta visita era um dos frutos da viagem de Osvaldo Aranha aos Estados Unidos em fevereiro do mesmo ano³². O retorno dessa missão, mais política do que militar, teve a companhia do General Góis Monteiro, e nesse regresso acabaram por marcar presença nas principais capitais do Nordeste e do Norte³³.

Em 1945, Mário Melo³⁴, ao reclamar da cobrança de ingresso para assistir Orlando Silva, o “Cantor das Multidões”, no auditório da Rádio Clube, mencionou a televisão em contraposição ao rádio num de seus artigos:

Ademais, quando se diz radiotelefonia, há sempre a idéia de audição e não de visão.

Vamos ao teatro para ver e ouvir. No rádio, antes que entre nós se desenvolva a televisão temos que contentarmos com ouvir³⁵.

A função de difusão exercida pelo rádio é ampliada na forma pelo cinema. O cinema multiplica as possibilidades de percepção do mundo próximo e distante. Como também cria uma mística que transcende a realidade. Apresenta uma diversidade de modelos de conduta, de situações, de exemplos possíveis de serem vividos ou não. Para o senso comum, a imagem pode se configurar em verdade, é a realidade³⁶; mas aqueles homens e mulheres que se apresentavam, particularmente nas películas hollywoodianas, nem sempre podiam ser identificados na experiência cotidiana local, por ser o drama encenado um enredo estrangeiro.

³² Busetto, Áureo. Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a Televisão. In **Revista Brasileira de História**. SP: vol. 27, nº 54, 2007. Pp. 180-181.

³³ Vide reportagens sobre a visita do General Marshall ao Brasil nos jornais **Folha da Manhã** e **Diário de Pernambuco**. Recife, de maio a junho de 1939.

³⁴ Mário Carneiro do Rego Mello (05.02.1884-24.05.1959) nasceu na casa-grande do Engenho Barbalho (bairro da Iputinga, Recife). Era figura conhecida e influente na sociedade pernambucana. Formado em Direito pela Faculdade do Recife. Era Grão-Mestre da Loja Maçônica Seis de Março. Foi proprietário do jornal O Álbum e colaborou para diversos jornais, inclusive do Rio de Janeiro e de São Paulo. Também era músico, tocava piano e violino, e compôs várias músicas. Sócio e secretário-perpétuo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano; e membro da Academia Pernambucana de Letras, e de outras sociedades, inclusive internacionais. Fundou a Associação de Imprensa de Pernambuco (1931); foi membro de 1938 a 1945 do Conselho Administrativo da Interventoria de Agamenon Magalhães; e Deputado Estadual de 1948 a 1950 por Pernambuco, e pelo PSD. Mais detalhes ver GASPARD, Lúcia. Mario Melo. **Pesquisa Escolar On-Line**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/>>. Acesso em: 14 mar 2011. Ex: 6 ago. 2009.

³⁵ MELO, Mário. Ontem, Hoje e Amanhã. **Jornal Pequeno**. Recife, 09 de janeiro de 1945. 1ª página.

³⁶ Daí, por vezes, o choque de algumas pessoas com filmes de ficção-científica, e mesmo com dramas, e a sensação de estarem sendo enganadas; pelos filmes não retratarem algo que consideram real, palpável, possível em seu meio; e assim são vistos como mentira. Razão da preferência por documentários, noticiários, filmes baseados “em fatos reais” ou “históricos”, programas de auditório.

O que possibilitava, por parte dos expectadores, a idealização, especialmente da parte dos mais jovens. O que Roberval Santiago sublinhou como uma “ponte de deslocamento entre o real e o sonho”³⁷. A busca de algo que não existe, ou existe apenas na verossimilhança, e a conseqüente formação de tipos para viver uma encenação, uma emoção criada. Surgem, então, os tipos da moda: as celebridades têm seus estilos imitados. Mas, essa representação só ocorre porque há uma identificação, uma necessidade em transcender a experiência que se vive, que pode estar sendo opressora ou entediante, ou simplesmente segue a sensação do momento.

Mas, a programação cinematográfica não se restringia ao padrão americano, aos filmes de Hollywood. O cinema britânico, apesar da guerra, ainda se movimentava e em junho de 1945 o Sr. Simon Kischner, diretor presidente da British Films do Brasil Ltda veio divulgar as produções inglesas, algumas delas refilmagens³⁸. Cabe destacar, no hall de opções para assistir no Recife, rompendo com o esquema de divulgação do modo de vida capitalista, as produções russas divulgadas pelo jornal Folha do Povo em agosto de 1947, que eram exibidas no Cine Édén, no bairro de Campo Grande.



Fig. 04 - Anúncio: **filme Arco-Íris no Cine Édén. Folha do Povo. Recife, 09 de agosto de 1947.**

Arco Íris era uma “película de seres humanos como eu e vós”, assim o anúncio refletia, afirmando uma identificação natural entre povos tão distantes tanto em termos físicos quanto culturais, mas seres humanos. Este era o ponto de reconhecimento. O “sucesso dos

³⁷ SANTIAGO, Roberval. Op.cit. P.30.

³⁸ **Diário de Pernambuco**. Recife, 14 de junho de 1945.

filmes russos neste cinema” levava a promover também a obra que retratava os conflitos entre russos e franceses no tempo de Napoleão: **General Zuvorov**. A programação do Édén aparecia em outros jornais, mas na lista, não em anúncios maiores. A Artkino Pictures Inc, produtora e distribuidora, não foi percebida nas seções sobre cinema dos demais periódicos.

A produção brasileira estava em crescimento: filmes para todos os gostos, e afirmação das famosas chanchadas³⁹. E sob os auspícios da democratização do país, quando os ideais de liberdade estavam tão em evidencia, nada mais pertinente do que a produção de um filme sobre Castro Alves, a cargo do produtor cinematográfico português Leitão de Barros, por sugestão do produtor brasileiro Davi Serrador. Segundo entrevista realizada pelo jornal Folha da Manhã com o produtor português, em visita a Pernambuco para conhecer os lugares onde passou Castro Alves e em busca de um ator que o interpretasse, o nome do roteirista do filme ainda não poderia ser revelado. Mas, Leitão de Barros menciona que, para fundamentar o roteiro, as biografias de Castro Alves que mais o impressionaram foram de Afrânio Peixoto e Jorge Amado. O filme seria lançado simultaneamente no dia sete de setembro de 1948 em Lisboa, Rio, São Paulo, Salvador e Recife, com contrato de exibição em quase todos os países sulamericanos e cinco países europeus (Bélgica, França, Itália, Espanha e Inglaterra)⁴⁰.

Mas, o cinema também chegava em casa; ou melhor, uma aparelhagem doméstica à venda na loja Mesbla era assim anunciada no jornal:



Fig. 05 - Anúncio: **Projektor à venda na loja Mesbla.**
Jornal Pequeno. Recife, 24 de janeiro de 1947.

³⁹ Vide GALVÃO, Maria Rita; SOUZA, Carlos Roberto. Cinema Brasileiro: 1930-1964. In FAUSTO, Boris (org). **O Brasil Republicano. Economia e Cultura (1930-1964)**. SP, Difel, 1986.

⁴⁰ “Castro Alves”, O Primeiro Filme Histórico Brasileiro. **Folha da Manhã** [vespertino]. Recife, 03 de outubro de 1947.

Adquirir semelhante equipamento, certamente, era um luxo para poucos. Todavia, o processo de democratização do acesso à informação, ao lazer, e à cultura, apesar de estrangeira, culminava, no período, com o cinema. A imprensa escrita era limitada pela capacidade de leitura da comunidade, enquanto o rádio e o cinema facilitavam o acesso a todos, alfabetizado ou não. Mesmo se pensando na questão do poder aquisitivo, de ter um rádio ou poder pagar o ingresso do cinema, ainda assim, esses meios de comunicação tiveram um grande alcance. Contrariando as expectativas da época, nem a mudança para a sonorização e o uso de legendas desfavoreceu a freqüência aos cinemas⁴¹. E quanto ao aparelho de rádio podia ser do vizinho, ou ser improvisado, como explica Biu do Maracatu sobre o *baixo-falante*...

O baixo-falante era o seguinte: o camarada pegava um ferro de ima, e, era nessa posição, pegava uma paletazinha muito bem fininha, uma bobina, bem fininha, que fique da grossura de uma linha, isolava, e então pegava aquela parte da paleta, fazia-se uma papulha de cartolina, aquela coprona, e, tinha uma pedra chamada: pedra de cristal, até essas pedras rochas, tinha dela, pedra...dessas pedras brabas né? A gente batia tirava uma veinha assim amarela era um cristal, era a riqueza do mundo, se o camarada for vê, é uma pedra de cristal, aí a gente quebrava aquilo, tirava botava num, num negocinho assim, ali, e pegava aquela agulha sentava ali, e falava⁴².

Nessa época, era necessário pagar ao governo federal uma taxa de cinco cruzeiros, nos Correios, para se “ouvir qualquer estação do mundo”, assim se legalizava o rádio receptor e se poderia sintonizar qualquer estação ao seu alcance⁴³. Contudo, podemos observar que os populares arranjavam uma maneira de se manter informados, ouvir música e rádio-novela. Por outro lado, o fim da guerra possibilitava o acesso a eletrodomésticos. Até então, muitos eram só anunciados, com a promessa de disponibilidade quando o conflito terminasse. E renunciando o prazer individualista de ouvir o que quer e quando quiser, a Philips assim anunciava o seu Baby Philips, que seria vendido por novecentos e cinqüenta cruzeiros em todo país...

⁴¹ GALVÃO, Maria Rita; SOUZA, Carlos Roberto. Op. Cit. p. 470.

⁴² LINO, Severino (Biu do Maracatu) [Nascido a 24.08.1910]. Entrevistado pelo Depto. de Memória de Casa Amarela (FEACA) em 14.10.87. Transcrição do relato oral no Depto. de Pesquisa Histórica - Setor de Doc. Oral da UFPE; e citada no rodapé da pág. 194 de GOMINHO, Zélia de O. **Veneza Americana X Mucambópolis. O Estado Novo na Cidade do Recife (Décadas de 30 e 40)**. Recife: Ed Livro Rápido, 2007.

⁴³ MELO, Mário. Ontem, Hoje e Amanhã. In **Jornal Pequeno**. Recife, 09 de janeiro de 1945.

Eis finalmente o rádio que vem trazer harmonia ao seu lar e que a todos conquistará à primeira vista. Apresentado em várias tonalidades este novo pequeno prodígio da Philips possui uma fidelidade e um volume jamais conseguidos em rádios de tamanho reduzido. Baby Philips será um novo rádio em sua casa, pois vem resolver o problema das novelas da senhora, dos programas infantis dos garotos – enquanto o senhor ouve em paz os seus programas prediletos no seu rádio maior. Procure vê-lo e ouvi-lo no revendedor de sua preferência! Philips assegura a sua entrega imediata.⁴⁴

O avanço tecnológico favoreceu o acesso à programação radiofônica ao possibilitar que todos os segmentos sociais possuíssem um aparelho de rádio; assim como, cada membro da família poderia selecionar o que mais lhe interessava e onde escutar. Isso caracterizou uma democratização do acesso a bens culturais. Todavia, ao mesmo tempo promoveu uma quebra na unidade familiar, na tradição familiar de se reunir em torno do rádio, ouvir e comentar junto - algo que mais tarde retornaria, também por um breve período, com a televisão. A democracia é acompanhada por um processo de individualização, que contempla no coletivo os limites do indivíduo. A idéia de coletivo, tão inerente aos regimes totalitários, e, no caso do Estado Novo, mais no sentido cooperativista, se diluía na defesa dos direitos e liberdades individuais. O interessante é que esse processo vinha sendo forjado há muito culturalmente, através da exposição freqüente aos fetiches do capital. Os projetos políticos totalitários surgiram numa reação a esse crescente individualismo na sociedade, que pluraliza as opiniões e reconhece a legitimidade do conflito, dificultando, assim, a formação de um poder homogêneo centrado numa minoria. A democracia sobrevive da criação constante de mecanismos de autolimitação, que constrange a desmesura do poder de agir ou de aparecer de uma minoria⁴⁵.

O cinematógrafo se tornou popular, como conta Roberval Santiago⁴⁶. E a radiodifusão, que emergia das experiências radioamadoras dos primórdios dos anos vinte⁴⁷, nesse momento, era, ao lado do cinema, e talvez mais, a grande febre. Além disso, a ditadura Vargas promoveu uma série de dispositivos culturais que elegiam o rádio, o teatro e o cinema como seus principais meios de reeducação. Nos Centros Educativos Operários eram exibidos gratuitamente filmes instrutivos e de lazer -, geralmente, “uma gentileza da Coordenação de

⁴⁴ **Diário de Pernambuco**. Recife, 03 de setembro de 1947.

⁴⁵ cf CAILLÉ, Alain. Um Totalitarismo Democrático? Não, o Parcelitarismo. In MARTINS, Paulo; MATOS, Aécio; FONTES, Breno. **Limites da Democracia**. Recife, Ed. Universitária/ UFPE, 2008. P. 21-31.

⁴⁶ Op. cit.

⁴⁷ PHAELANTE, Renato. **Fragments da História do Rádio Clube de Pernambuco**. Recife: CEPE, 1994.

Negócios Inter-Americanos”. E desde 1938 a transmissão do programa “A Hora do Brasil” era obrigatória nas rádios.

I.1.2 Cinema: Gênero de Primeira Necessidade?

Em 1952, a Câmara do Recife discutia sobre o cinema ser gênero de primeira necessidade. O Presidente da Comissão Central de Preços, Benjamim Cabello, havia emitido portaria concedendo aumento de 35% aos cinemas de todo o Brasil. O vereador Wilson Barros Leal, do Partido Trabalhista Brasileiro, apresentou decreto no sentido de revogar essa disposição. No entanto, com o aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, a Empresa São Luiz Ltda pediu aumento dos ingressos. Vandenkolk Vanderlei, do Partido Democrata Cristão, declarava, então, que concedeu entrevista ao Jornal do Commercio afirmando que não considerava cinema gênero de primeira necessidade, e que o Sr. Campanha – provavelmente algum empresário do ramo - justificou o aumento para ter como pagar o reajuste do salário mínimo; contudo, segundo Vandenkolk, o aumento veio e ele não pagou os funcionários. O vereador José Guimarães Sobrinho, do Partido Social Progressista (PSP) - que havia iniciado a discussão - comentou que à semelhança de algumas empresas de ônibus, que não adotaram o aumento das passagens concedido, alguns cinemas dos subúrbios faziam o mesmo. Expôs, nesse sentido, o exemplo do bairro de Afogados, cujo Cine Central não adotou o aumento e os moradores pressionaram declarando greve ao Cine Eldorado, que havia reajustado os ingressos.

A questão se desdobra sobre as condições de conforto, comodidade e até de saúde pública apresentadas pelas salas de exibição da cidade. Os vereadores foram unânimes na opinião de que as condições dos cinemas não condiziam com o aumento do valor dos ingressos, a maioria não possuía ar refrigerado. Não só nos subúrbios, mas também os do centro da cidade: Moderno, Art-Palácio, Trianon, Parque e Royal, este último considerado até um atentado à saúde pública. O vereador Carlos Duarte, do Partido Ruralista Brasileiro (PRB), observava: “pois que numa cidade que segundo estatísticas registram mais de 40% de tuberculose, é um perigo esse ar refrigerado”. A fala do vereador, registrada nos anais da Câmara, deixa uma impressão dúbia a respeito do assunto: o vereador era contra ou a favor do ar refrigerado? Se pensarmos nas condições de ventilação, os cinemas do Recife representariam verdadeiros viveiros de bacilos; fechados ou abertos se configuravam ambiente de risco. Considerando, certamente, essa situação, Carlos Duarte sugeriu ao vereador Guimarães Sobrinho – que aceitou e pediu a colaboração do colega - que lançasse

um projeto autorizando a Prefeitura Municipal do Recife a oferecer cinema gratuito ao povo, nas praças públicas de todos os subúrbios; e reforçava:

A proposta não é utopia. O Município contribui com milhares de cruzeiros para a Secretaria de Educação, no sentido de auxiliar o ensino público municipal e por sua vez a Secretaria de Educação dispõe de mais de 30 aparelhos cinematográficos, se já não estão quebrados, estão encostados⁴⁸.

A sugestão foi bem aceita na plenária. E Carlos Duarte comentava que, assim, o Poder Público instalava uma concorrência sem ferir os interesses privados. Barros Leal diz, então, que a idéia deveria ser estudada com carinho, “uma vez que assistimos empresas americanas fazendo exibição e propaganda da América do Norte”, e revelou que no Sindicato da Fiação do Recife, do qual era presidente, há mais de um ano exibia filmes ao ar livre. Havia também outra experiência de cinema ao ar livre na Vila dos Comerciários: desde 1946, dois senhores, Mario Soares da Silva e Antonio Pinheiro de Carvalho, comerciários residentes na vila, ofereciam aos domingos, sem fins comerciais, projeções para distrair os moradores daquela localidade, especialmente as crianças. E, nesse sentido, tiveram o apoio de Edmar Fernandes, delegado do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC), para financiar o aluguel dos filmes. Em setembro de 1947, Mário e Antonio solicitavam a colaboração do Serviço Social dos Comerciários para adquirirem um projetor sonoro e outros melhoramentos para o dito cinema⁴⁹.

A busca por um lazer saudável e edificante era uma preocupação da época. Contudo, Barros Leal enxergava que o cinema também proporcionava um processo de aculturação, de consumo do estilo de vida norte-americano. Para as comunidades suburbanas, apesar da precariedade, os cinemas eram importantes pontos de encontro, espaços de lazer, que poderiam ser incluídos entre os itens de primeira necessidade, mas, certamente, não quando o assunto era aumento do preço do ingresso.

Revistas especializadas em cinema, ou melhor, sobre o mundo das celebridades hollywoodianas e brasileiras eram inúmeras⁵⁰. Na maioria dos jornais, seções diárias e, semanalmente, páginas inteiras eram publicadas; principalmente, à medida que o jornal se

⁴⁸ RECIFE, Câmara Municipal do. **Anais da Câmara Municipal do Recife**, 05 de março de 1952. P. 244.

⁴⁹ **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 21 de setembro de 1947.

⁵⁰ Muitas delas podem ser encontradas na Biblioteca Pública Estadual, localizada em frente ao Parque Treze de Maio (Recife).

modernizava graficamente. Além da publicação de matérias específicas sobre o mundo do cinema, eram expostas cartas dos leitores – “Carta dos Fans [sic]” no jornal Folha da Manhã -, geralmente, esclarecendo dúvidas a respeito da vida particular e do trabalho dos artistas, traduzindo para o leitor correspondência que este tenha trocado com algum artista, ou canções; ou o próprio leitor oferecendo seus conhecimentos sobre filmes e artistas. Os fãs de cinema costumavam participar de concursos para ganhar fotografias autografadas. Como também, surgiram na época muitos cineclubes. Entusiastas por cinema se reuniam em sessões especiais e para refletir e debater sobre a arte cinematográfica⁵¹.

Entretanto, algo que incita como uma questão a ser investigada é o movimento de brasileiras em direção à Hollywood na intenção de ser atriz famosa, segundo Antonio Pedro Tota,

Orson Welles contribuiu para difundir a ilusão americana entre as jovens brasileiras [...] Um anúncio de abril de 1942 pedia ‘moças de 18 a 25 anos para o filme de Orson Welles. Bons salários – ‘de 70\$000 a 100\$000 por dia’, cerca de cinco dólares – e a promessa, para a candidata aprovada, de não ser ‘meramente elemento na multidão’. Isso significava que as moças escolhidas seriam figuras de destaque nas filmagens de Welles. Primeiro passo para trabalhar na RKO, em Hollywood. Não se tem notícia de que alguma delas tenha ido para os Estados Unidos⁵².

No entanto, em 1945, a Folha da Manhã destacava Leonora Amar como cantora de mérito e grande possibilidade de ser uma nova Carmem Miranda⁵³, pois tentava o sucesso em Hollywood, nos Estados Unidos.

A *bombshell* luso-brasileira Carmem Miranda representava para o Brasil àquela época, ao mesmo tempo, orgulho e decepção. A princípio, a vaidade nacional se satisfazia em saber que uma artista brasileira fazia sucesso no exterior, ainda mais que participava de produções cinematográficas em papéis de destaque, revelando que se adequou à língua e aos padrões da Broadway. Mas, para alguns nacionalistas, e, especialmente, para pessoas do mundo da música que se viram de certa maneira prejudicados ou desprestigiados, a estrela parecia se afastar cada vez mais de suas referências populares, ou melhor, dos músicos e compositores

⁵¹ Segundo TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O Movimento e a Linha. Presença do Teatro do Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946-1964)**. Recife: Editora Universitária/ UFPE, 2007. P.88, existiam seis cineclubes em 1954 no Recife: Cine Clube do Recife, Vigilante Cura, Cine Clube do Estudante Universitário, Cine Clube Universitário, Cine Clube Náutico e o Cine Clube do late.

⁵² TOTA, Antonio Pedro. Op. Cit. P. 134.

⁵³ **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 11 de março de 1945.

que a tornaram conhecida⁵⁴. Assim, tanto encontramos notícias louvando Carmem Miranda e exaltando seus filmes, como observando esse desconforto por ela ter se tornado uma celebridade internacional. Guido Fernandes, jornalista a serviço dos Diários Associados nos Estados Unidos, buscou perceber a receptividade do povo norte-americano ao trabalho de Carmem Miranda. Sua enquete oscilou entre paixão e ódio. Como havia quem se divertisse e morresse de rir com Carmem, e admirasse sua aparência, quanto havia quem não suportasse tanta badalação em torno dela, a considerasse irritante e clamasse para que a levassem embora em nome da Boa Vizinhaça. O jornalista constatou que Carmem era uma das atrações mais caras da noite de Nova York, seus pés estão na calçada da fama, e sua casa em Beverly Hills era atração turística. No entanto, o jornalista deixa transparecer em seu texto que desprezava esse estilo de sucesso, e compartilhava com aqueles que consideravam Carmem Miranda a “hot potato” importada de Copacabana⁵⁵.



Figs. 06 e 07 - Leonora Amar; e Carmem Miranda “O expansionismo do samba”.

Folha da Manhã [matutino]. Recife, 11 de março de 1945.

Folha da Manhã [vespertino] 1ªp. Recife, 13 de outubro de 1947.

⁵⁴ Assis Valente foi um dos que se ressentiram da mudança de Carmem Miranda para os EUA. De 1932 a 1939 ela tinha gravado 24 músicas de Assis, em 1942 recusaria gravar Brasil Pandeiro. Vide **Assis Valente. MPB Compositores 37**. São Paulo:Editora Globo, 1997. P. 18.

⁵⁵ **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 de outubro de 1947.

Carmem Miranda, como diz o anúncio, era considerada a “Embaixatriz do Samba”. A matéria veiculada pelo jornal, no entanto, apenas reproduz trechos de reportagem sobre o samba publicado num periódico norte-americano, “Norte”. O autor da matéria ressaltava o interesse das revistas norte-americanas, e de outros lugares do hemisfério, pelas músicas e danças do Brasil, com destaque para o samba. O artigo de “Norte” descreve com detalhes como se desenvolve a dança ressaltando o aspecto “semi-selvagem” da exibição, e faz propaganda do carnaval carioca; mas, em nenhum momento do texto há referência à Carmem Miranda, ela aparece apenas como ícone relacionado ao assunto.

“Da Cidade Maravilhosa para a Veneza Americana” assim era o subtítulo da seção “Panorama Sonoro” na revista Atlântida, sob a direção de Luiz Rocha: duas páginas inteiras dedicadas ao mundo do rádio, trazendo notícias das celebridades da Rádio Nacional e da Rádio Globo, ambas do Rio de Janeiro. Este tipo de seção era presente de forma restrita ou ampliada em todos os jornais pesquisados. No Jornal Pequeno, por exemplo, se intitulava “Ondas Sonoras”. A programação e o broadcasting das rádios eram constantemente avaliados, dando-se ênfase persistente a algum artista por promovê-lo, como uma grande descoberta, e se criança, um prodígio, ou por já ter se fixado no firmamento das estrelas. Assim como, também se observava a queda de rendimento ou falta de novidade do artista que vai perdendo o brilho, como um cometa que passa.

Na PRA-8, a famosa Rádio Clube de Pernambuco, a situação, embora local, não era diferente. Por sinal, ocorriam várias contendas entre o diretor da Rádio, Arnaldo Pinto, e Mário Melo - que foi um dos fundadores da Rádio Clube, segundo ele, quando a associação rádio e cultura eram restritas ao campo da radioeletricidade. Discussões que eram expostas na imprensa⁵⁶: primeiro, a respeito da cobrança do valor de dez cruzeiros como ingresso para se assistir à audição de Orlando Silva no auditório da PRA-8. Para Mário Melo, se a rádio cobrava para se ver o cantor, quando sua função é auditiva, passava, então, para o ramo das diversões públicas. Portanto, estaria sujeita a impostos e taxas específicos, que também eram cobrados na bilheteria do Teatro Santa Isabel. Arnaldo Pinto defendia a cobrança, argumentando que esta era necessária para preservar o auditório - que possuía número limitado de cadeiras - e que a renda seria revertida para a caridade. Outro motivo de discussão com Arnaldo Pinto se deveu à qualidade dos anúncios publicitários divulgados pela rádio, nos quais Mário Melo identificou diversos defeitos, desde o estado precário dos discos até o atentado à gramática, passando pelo estilo, no seu entender, irritante.

⁵⁶ **Jornal Pequeno**. Recife, 09 de janeiro-12 de janeiro-16 de janeiro-20 de março de 1945.

Cabe um parêntese. É curioso que a impressão que alguns norte-americanos tinham de Carmem Miranda, e Mário Melo percebia dos reclames comerciais é a mesma: irritante. Tanto Carmem quanto os comerciais a que se refere Mário Melo são acelerados. A artista Carmem Miranda expressava intenso movimento, seu semblante sorria no todo, dos seus olhos saíam faíscas, ela cantava músicas animadas, ritmadas e chorinhos endiabrados; os reclames criticados por Mário Melo tentam reproduzir narrativas de futebol: eram frases ou expressões insistentemente repetidas. Mário Melo era do tempo que propaganda era o boca-boca ou alguns classificados no jornal. Captar recursos para jornal impresso por meio de publicidade tornou-se uma idéia mais efetiva quando Assis Chateaubriand adquiriu O Jornal (São Paulo, 1924)⁵⁷; assim como se tornou uma estratégia utilizada também pela radiodifusão. Mas, toda essa aceleração refletia o movimento de um tempo que surpreendia os filhos do final do século XIX e início do XX; que por mais que tenham vivido intensamente sua juventude nada se compara ao que estavam presenciando no agora; assim, o incomodo, o desconforto, o estranhamento era até certo ponto natural. E eles, possivelmente, ainda se chocariam mais com a era do rock que já ensaiava aparecer.

I.2. A Emergência do Teatro.

A presença no Recife de cantores que faziam sucesso no Rio de Janeiro movimentava o entretenimento local. No Largo do Forte das Cinco Pontas acontecia o “Teatro de Variedades” sob o comando do locutor Júlio Amaral⁵⁸; que também participava da Festa da Mocidade, evento situado no Parque Treze de Maio, em prol da Casa do Estudante de Pernambuco. Já no Teatro Santa Isabel os eventos musicais eram constantes, como a “Parada de Ritmos”, estrelada por Miss Baby, César Ladeira e a Symphonies Jazz, sob a direção de Nelson Ferreira. Os bilhetes eram vendidos na sorveteria Botijinha, e o interessante é que o cartaz era bilíngüe:

⁵⁷ Cf. MORAIS, Fernando. **Chatô: O Rei do Brasil**. SP: Companhia das Letras, 1994. Pp. 141-143.

⁵⁸ **Jornal Pequeno**. Recife, 05 de janeiro de 1945.



Fig.08 – Anúncio da Parada de Rítmos no Teatro Santa Isabel. Folha da Manhã. Recife, 27 de janeiro de 1945.

Naquela época, o teatro era encarado não apenas como lazer, diversão, mas como possuidor de um grande potencial educativo, especialmente pelo Estado. Havia uma preocupação em oferecê-lo às diversas camadas sociais, especialmente, às populares. Nesse sentido, existia a proposta re-educativa do governo, mas também iniciativas mais despreocupadas como a de José do Rego Barreto Júnior⁵⁹, o Rei da Chanchada: o Teatro de Emergência. A denominação soa estranha, mas não era novidade naquela época; seria um espaço desmontável e provisório, quase um circo. Em 1940 Mazzaropi⁶⁰ havia criado a Companhia Teatro de Emergência, que funcionava num barracão de zinco desmontável, o Pavilhão Mazzaropi, em Jundiaí, São Paulo; e montou também o Circo Teatro Mazzaropi, ou Troupe Mazzaropi, que era um teatro ambulante com repertório fixo⁶¹. E Belo Horizonte, por ocasião das comemorações do seu cinquentenário em 1947, na falta de um teatro municipal,

⁵⁹ Nasceu no Cabo de Santo Agostinho em 05 de junho de 1903; faleceu no Recife em 21 de fevereiro de 1983. Ator teatral; montou companhias mambembes de teatro de comédias, com que percorreu o interior de Pernambuco e outros estados do Brasil.

⁶⁰ Amácio Mazzaropi nasceu em São Paulo, capital, em 09 de abril de 1912 e faleceu em Taubaté (SP) em 13 de junho de 1981. Em 1946 começava um programa dominical da Rádio Tupi chamado Rancho Alegre; na década de 50 fez muito sucesso com filmes que retratavam o mundo caipira.

⁶¹ Disponível em: <<http://www.meucinemabrasileiro.com/personalidades/mazzaropi/mazzaropi.asp>>; <<http://www.museumazzaropi.com.br/sucesso/suc20.htm>> e <http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_690.html> Acessos em 15 fev 2010.

ergueu um Teatro de Emergência, mas com a intenção de ser definitivo. Em 1950 o mesmo foi inaugurado e batizado como Teatro Francisco Nunes⁶².

Barreto Júnior propôs para o Recife algo semelhante ao projeto de Mazzaropi: um Teatro de Emergência a ser erguido na Praça Dantas Barreto, “a título precário”, “espetáculos populares, a preços módicos”, e colaborando para esse projeto os vereadores Antonio Luiz da Silva Filho (PDC), Heitor Manoel Pereira (PSP), Ranilson Sá Barreto (UDN) e Arnaldo Paes de Andrade (PSD) indicaram ao prefeito que permitisse a instalação do referido teatro em 1949⁶³.

Entre 1950 e 1952, Barreto conseguiu construir o Teatro de Emergência Almare, localizado no bairro de Santo Antonio. O Almare – chamado por Barreto Júnior de *teatro desportivo* (podia ser freqüentado de traje esporte, abolindo-se a formalidade exigida no Santa Isabel) e o baixo preço dos ingressos – foi inaugurado pela Companhia Nacional de Comédias Barreto Júnior, com a peça *Amor*, de Oduvaldo Viana, *Carlota Joaquina*, de R. Magalhães Júnior – com Barreto Júnior no papel de D. João VI – *As Três Helenas*, uma comédia do argentino Armando Mook foram também encenadas no Almare, além de diversas revistas cariocas, que trouxeram ao Recife atores conhecidos como Oscarito, Zé Trindade, Zezé Macedo, entre outros.

Em 1952, o teatro foi desmontado para o alargamento da Av. Dantas Barreto, sendo construído o Almare II, no parque 13 de Maio, que só funcionou até 1954, porque não conseguiu ter sucesso⁶⁴.

A proposta de Barreto Júnior era fazer o povo rir, e, por ser um mestre da chanchada e do teatro mambembe⁶⁵, foi chamado para falar do assunto num programa de estudos sobre as representações populares promovido pelo Teatro do Estudante de Pernambuco (TEP) e a Diretoria de Documentação e Cultura, em outubro de 1947⁶⁶. Os círculos de debates ofereciam a oportunidade do encontro de artistas consagrados com estudantes e público

⁶² Disponível em: <<http://www.desvendar.com/cidades/belohorizonte/roteirocentro.asp>> Acesso em: 15fev2010.

⁶³ RECIFE, Câmara Municipal do. **Atas da Assembléia Ordinária de 14 e 15 de março de 1949**. P. 03 e 05, respectivamente.

⁶⁴ GASPAR, Lúcia. *Barreto Júnior. Pesquisa Escolar On-line*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>> Acesso em : 07 fev 2010. Ex.: 6 ago 2009.

⁶⁵ Chanchada, segundo o dicionário Houaiss, é “espetáculo popularesco de baixa qualidade conceptual, formal e cultural, geralmente, mesclando musica e humor”. Mambembe é “conjunto teatral ambulante, pobre e de má qualidade, geralmente, formado por atores amadores, que percorre cidades do interior”.

⁶⁶ Sobre esse ciclo de debates recomendo a leitura de TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O Movimento e a Linha. Presença do Teatro do Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946-1964)**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2007. Pp. 135-141.

interessado. Este ciclo de estudos foi aberto por Ascenso Ferreira⁶⁷, “que ao lado de Cheiroso do mamulengo, de João Martins de Ataíde, do preto Alegria, do cavalo-marinho, de Fuzarca do pastoril” falou sobre Bumba-meu-boi, pastoril e versos populares.

No encontro seguinte teve a aula prática, e o terreiro da Casa do Estudante de Pernambuco foi o palco para essas representações. No jornal Folha da Manhã, edição vespertina, uma página era dedicada a assuntos culturais e, em destaque, havia a crítica de Hermilo Borba Filho⁶⁸. Este acompanhava com interesse os debates na Casa do Estudante, revelando a dificuldade em promover uma discussão mais profícua com a intelectualidade local, que em parte se mostrava indiferente.

Os intelectuais da terra não se estão interessando por esse movimento, o que é uma pena para os intelectuais. Os críticos literários da terra, donos de colunas diárias nos jornais diários, com os nomes feitos no cenário das letras nacionais, não mais se preocupam com os outros problemas da arte. As suas colunas herméticas nada constroem em benefício da coletividade, dirigem-se a uma determinada classe: a classe dos seus colegas de profissão. O teatro que vá pentear macaco. É na concepção deles um gênero bastardo da literatura. [...] ⁶⁹

A indiferença da intelectualidade pernambucana incomodava Hermilo. Para ele, uma crítica literária que queimava as pestanas com Joyce, Proust e Virgínia Woolf poderia, se não discutir literatura dramática, pelo menos emitir suas próprias idéias nas sabatinas. Mas, Borba Filho reconhecia essa indiferença até mesmo em quem fazia teatro, e cita Felipe Gomes, que era presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito e também do Teatro do Estudante de Pernambuco e “não se interessou em fundir o grupo dramático estudantil às realizações do seu diretório”. O jovem Hermilo, estudante de Direito, crítico e amante do teatro, tentava provocar a participação dos críticos “encaramujados” nesse movimento que se

⁶⁷ Poeta pernambucano. Ascenso Carneiro Gonçalves Ferreira (Palmares, 1895- Recife, 1965). Colaborador de jornais, participou do Congresso Regionalista do Nordeste de 1926 e do Congresso Afro-Brasileiro em 1934, ambos no Recife. Vide mais detalhes disponível em www.alcioneideoliveira.pro.br/ASCENSO-FERREIRA-BIOGRAFIA.htm Acesso em 26 mar 2011, entre outras.

⁶⁸ Nasceu em Palmares/ PE em 1917, faleceu no Recife em 1976. Autor, encenador, professor, crítico e ensaísta. Assumiu a direção do Teatro do Estudante de Pernambuco em 1945. Fundou o Teatro Popular do Nordeste. Em 1950 se formou em Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Biografia disponível em: <www.itaucultural.com.br> Acesso em 06 fev 2010. Em 1948, era funcionário da Prefeitura do Recife, “discotecário padrão N efetivo”, e, interinamente, exercia o cargo de Assistente de Diretor, substituindo o professor Edson Nery da Fonseca, que estava à disposição da Universidade do Recife. RECIFE, Prefeitura do. **Ato nº 1818 de 22 de outubro de 1948.**

⁶⁹ BORBA FILHO, Hermilo. Fora de Cena. Os Indiferentes. **Folha da Manhã** [vespertino]. Recife, 23 de outubro de 1947.

fazia “para revelar a maioria uma arte tão séria quanto o teatro”. A idéia, portanto, era tornar acessível a todos o conhecimento da arte teatral, movimentar as discussões em torno da questão permitindo uma fuga ao academicismo, e nessa intenção se incluía conhecer sobre as representações populares, a chanchada e o mambembe.

A inclusão da chanchada nas discussões significava interesse em conhecer para poderem oferecer alternativas, e se percebe nos comentários de Hermilo Borba que, com certa sutileza, a proposta era convencer Barreto Júnior a se direcionar para uma modalidade de teatro mais valorizada do ponto de vista intelectual. Ao comentar sobre a postura dos intelectuais que não expunham publicamente suas opiniões e discordâncias, mas “à boca miúda” teciam seus palpites com ar irônico, Hermilo observava:

É o que vai acontecer com Barreto Júnior, quando defenderá, segunda-feira próxima, a chanchada e o mambembe. E não se diga que essa defesa não tem importância. Tem e muita. Afinal de contas precisamos saber a sua opinião de profissional a respeito de um gênero que pratica há muitos anos. Precisamos saber opinar para discordar, elucidar fatos, tecer comentários, talvez indicar ao ator um caminho melhor e mais largo. Que ele não siga esse caminho, mas a nossa obrigação é esta. Tudo isso são problemas do teatro, que precisam ser esmiuçados, a fim de que se delimitem as posições entre um teatro que pára e um teatro que avança⁷⁰.

A movimentação entre os que faziam, os que estudavam e os que apreciavam o teatro como Arte propiciou na época um repensar da criação estética de forma coletiva e democrática, pois as questões eram debatidas em público numa apresentação ou nos ciclos de palestras. A discussão era estimulada no sentido de se oxigenar as artes, tolhidas por muito tempo em seus potenciais criativos, visto que, durante a ditadura Vargas, a Arte deveria se colocar a serviço do Estado: introduzindo e reforçando seus valores ou simplesmente divertindo sem os ameaçar. A preocupação em discutir as artes cênicas, particularmente em sua experiência local, motivou uma convergência de interesses de outras artes, como a pintura, a literatura, a música. E assim, surgia um teatro que não pára, que experimenta e evolui. Segundo Flávio Weinstein Teixeira, os anos pós-1945: “Foram anos em que, com mais ímpeto e intensidade, uma nova geração de criadores/ produtores culturais se

⁷⁰ BORBA FILHO, Hermilo. Op. Cit.

empenharam por encontrar soluções estéticas novas, uma busca por caminhos alternativos de legitimação e afirmação de seus fazeres artísticos”⁷¹.

Em cena, no Recife, há muito tempo vinham se desenvolvendo grupos como o Gente Nossa (1931), de Samuel Campelo, e o Teatro de Amadores de Pernambuco (1941), de Waldemar de Oliveira. Mas, o Teatro do Estudante de Pernambuco (1946) veio renovar, intelectualmente, o cenário da arte dramática no Recife; no sentido de se pensar sobre os autores e as obras, como também se lançar a novas experiências estéticas - prática que não era comum aos outros grupos. Mais do que isso, o TEP surgiu em meio ao projeto político da redemocratização, idéia manifesta por Hermilo Borba Filho em conferência na Faculdade de Direito do Recife, em 1945:

[...] sendo o teatro uma arte do povo, deve aproximar-se mais dos habitantes dos subúrbios, da população que não pode pagar uma entrada cara nas casas de espetáculos e que é apática por natureza, de onde se deduz que os proveitos em benefício da arte dramática serão maiores levando-se o teatro ao povo em vez de trazer o povo ao teatro⁷².

E essa proposta seria relançada mais tarde, em 1958, com a criação do Teatro Popular do Nordeste (TPN), por Hermilo e Ariano Suassuna, que, em manifesto, teria afirmado: “O TPN representa aquele mesmo espírito de 1946, de reação contra um teatro acadêmico, esclerosado, frívolo e sem ligação com a nossa realidade”⁷³.

A presença de Barreto Júnior nas sabatinas do TEP não mudou sua trajetória, ele continuou com a chanchada. Não podemos dizer se aquelas discussões alteraram algo na sua forma de fazer teatro. O certo é que um teatro mais próximo do povo, pelo roteiro e pelo custo, e “a ligação com a realidade”, de maneira crítica ou não, persistiu até o início da década de setenta⁷⁴. E, por ocasião das eleições de outubro de 1947, a Companhia de Comédias

⁷¹ TEIXEIRA, Flávio W. Op. Cit. P. 97.

⁷² Citação in MOREIRA, Romildo. Teatro Popular do Nordeste. Uma experiência de identidade cultural.

Brincantes 6. Encarte cultural do Jornal do Commercio. Prefeitura do Recife, Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes/ Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1998. p. 04.

⁷³ Manifesto do Teatro Popular do Nordeste. **Arte em Revista**; ano II nº 3. São Paulo: Kairós, 1980. P. 64. In TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Op. Cit. Nota 66; p. 142.

⁷⁴ Depois do *Almare II*, do Parque Treze de Maio, fechar em 1954, Barreto Júnior reativou em 1955, sem sucesso, o Teatro Helvética. Então, em 1956, com o apoio da Prefeitura do Recife construiu um barracão de madeira para aproximadamente 400 pessoas, o Teatro Marrocos, na Av. Dantas Barreto, que funcionou até 1958. “De lá foi transferido para a Praça da República, ao lado do Liceu de Artes e Ofícios, onde permaneceu em atividade com peças de teatro de revista e sessões de strip tease até o início dos anos 1970 quando foi demolido”. GASPARI, Lúcia. Op. Cit.

Barreto Júnior levava ao palco do Santa Isabel uma peça, cujo anúncio utilizava a bomba atômica como alegoria⁷⁵...



Fig. 09 – Anúncio da Peça “Dia de Eleição”, no Teatro Santa Isabel. **Diário de Pernambuco**. Recife, 23 de outubro de 1947.

O Santa Isabel já havia sido palco do Teatro de Revista⁷⁶ com a Companhia Brasileira de Teatro Musicado, sob a direção de João Fernandes. Em janeiro de 1945, a companhia de João Fernandes realizou temporada no Recife apresentando as peças: “Agüenta Fedegoso!”; “Fora do Eixo!”; “E Vai ser de Colher!”; e se despediu com “Abaixo a Quinta Coluna!”. Sessões especiais foram oferecidas aos operários através da Diretoria de Reeducação e Assistência Social, sendo os ingressos distribuídos pelos Centros Educativos Operários. Bem como, o próprio Delegado do Ministério Trabalho, Pinheiro Dias, ofereceu outra sessão grátis aos operários, numa sexta-feira à noite. Os filhos dos operários também foram contemplados com uma matinê de “Agüenta Fedegoso!”. Após as apresentações dessa companhia, “um

⁷⁵ **Diário de Pernambuco**. Recife, 23 de outubro de 1947.

⁷⁶ Tipo de espetáculo musical, geralmente, comédia [com referências à situação sóciopolítica do momento ou de louvação às riquezas naturais do Brasil]; famoso pela sensualidade das vedetes que atuavam.

grupo de teatro de revista local” encenaria a comédia de costumes “Quer Matar Papai, Oião?”, que lançaria as músicas para o carnaval de 1945⁷⁷.

I.4. Um Carnaval de Guerra

Haja carnaval ou não / Eu vou cantar! / Sem um tamborim na mão / Não hei de ficar! / Deixemos de ares tristonhos / devemos buscar distração / No riso, na dança e na graça / Da turma que passa/ Haja Carnaval ou não (eu vou cantar)⁷⁸ [1944]

Assim como no ano anterior, vozes se ergueram contra o carnaval de 1945. Não seria conveniente festejar o Momo enquanto os filhos da pátria morriam em campo distante. Contudo, houve quem - embora concordasse e considerasse justa a “questão de consciência” - sugerisse uma alternativa ao “carnaval ‘carnavalesco’ pura e simplesmente [...] para não privar o povo de sua maior festa de folguedo, após trezentos e tantos dias de batente e outras coisinhas mais...”. A. Napoleão Bezerra, autor do trecho citado e retirado de artigo escrito para os Diários Associados, “Por um carnaval de guerra”⁷⁹, acabou por provocar polêmica com Austro Costa ao sugerir um carnaval *sui generis*:

[...] um carnaval de guerra [...] transformar nosso carnaval em um amplo movimento construtivo; um carnaval político, antifascista, com fantasias, carros alegóricos, crítica e blocos inspirados unicamente em motivos patrióticos, ligados à guerra, essa guerra justa e possivelmente a última que assistiremos, pois, se não estou enganado, esta luta traz em seu bojo a extinção das sabidas causas determinantes de tais conflitos [...]

E para reforçar sua compreensão, Napoleão observava quando, num improviso na embaixada da Bolívia, Getúlio Vargas considerou - segundo palavras de Napoleão Bezerra - que seria uma “iniquidade”, depois de tanto sacrificio de vidas e de bens, voltássemos ao regime que determinou essa conflagração. O publicista⁸⁰ ainda sugeria uma enquete sobre a realização ou não do carnaval; uma consulta à opinião pública que permitisse uma discussão

⁷⁷ **Jornal Pequeno**. Recife, 03-22 de janeiro de 1945.

⁷⁸ Marcha com letra e música de Pedro Caetano e Claudionor Cruz, gravado por Francisco Alves pela Odeon. A partitura é de Irmãos Vitale Editores, São Paulo/ Rio de Janeiro, 1944. Acervo do MIS - SP.

⁷⁹ **Diário de Pernambuco**. Recife, 03 de janeiro de 1945.

⁸⁰ Termo muito usado na época. Segundo o dicionário Houaiss: 1 escritor político 2 jornalista ou escritor que escreve sobre política, economia, questões sociais ou jurídicas etc., de interesse do público; articulista.

sobre os prós e os contra do reflexo, no exterior, desse carnaval. Considerava ainda que o fato de brasileiros estarem “lutando, morrendo, matando” não deve ser motivo para retraimentos; e um “carnaval de guerra, político, psicológico” não prejudicaria a produção associada ao esforço de guerra.

E sobre as restrições impostas ao Carnaval pelas circunstâncias da guerra, o Seu Kilowatt, mascote da Pernambuco Tramways, aparece em costumeira propaganda dos jornais sugerindo a compra de “obrigações de guerra”, reforçando a necessidade de cooperação, pois será o último ano do conflito, e anunciando que no próximo carnaval todos poderiam se divertir à vontade.



Fig. 10 – Seu Kilowatt, o Carnaval e a Guerra. *Diário de Pernambuco*. Recife, 25 de fevereiro de 1945.

Para os brasileiros, o ano de 1945 se iniciava não apenas com a perspectiva de solução do conflito mundial, mas também, e principalmente, pela possibilidade de abertura política, do fim do estado de emergência e de todos aqueles dispositivos ditatoriais que cerceavam a liberdade de expressão e de ação. O fim da Era Vargas era percebido cada vez mais próximo. As observações de Napoleão Bezerra sugeriam que, à medida que as “forças democráticas” submetiam “o totalitarismo” no mundo, as definições da política interna também exigiriam mudanças, condição fundamental para que o país garantisse seu lugar entre as Nações Unidas.

Todavia, a cadeira prometida no Conselho de Segurança, enquanto Roosevelt era vivo, foi ocupada pela França, e os Estados Unidos se voltariam para a Ásia⁸¹.

Os jornais, ou melhor, alguns que se diziam oposicionistas ao regime, como, por exemplo, o Diário de Pernambuco e o Jornal Pequeno, refletiram essa expectativa, e buscavam alimentar essa esperança entre seus leitores. Apesar dos mecanismos do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) ainda estarem em vigor, a imprensa começava a se expor driblando ou ignorando o censor de plantão nas redações. De início, motivada pela luta contra os nazistas, que inspirava a defesa dos “sagrados princípios do Direito, da Justiça e da Liberdade”.

Liberdade e Democracia são vocábulos constantes nas matérias, artigos e reportagens abrindo passagem para a discussão acerca da Legalidade. Esse texto de Napoleão Bezerra não confrontava diretamente, usava de sutileza e concluía de maneira que revelava não ter certeza das reações que suas sugestões provocariam: “Do contrário, está aqui quem não falou”, dizia ele. Janeiro de 1945 ainda se mostrava calmo nos jornais, nesse enfrentamento que pouco a pouco se tornava inadiável.

O Diário de Pernambuco havia criado uma seção que permitia aos leitores expor suas opiniões, reclamações, observações, assuntos diversos: “Cartas à Direção”. Austro Costa⁸² se utilizou dessa seção para se comunicar com A. Napoleão Bezerra - pois ambos afirmavam não se conhecer -, primeiramente, contestando, de forma irônica, as afirmações de Napoleão Bezerra; depois buscando um entendimento segundo as regras da Democracia: o respeito pela opinião divergente; – chegaram a se encontrar pessoalmente desfazendo os mal entendidos e até, segundo Austro Costa, se tornando amigos. Ser chamado de fascista, quinta-coluna, galinha verde nesse período tinha o peso de palavrões, assim como comunista não soava muito bem. A paz entre os articulistas exigiu desfazer essas impressões e reforçar o que havia de maior elogio: ser considerado um democrata e antifascista. Na opinião de Austro Costa o povo já estava saturado de guerra:

Pois, já não nos cansam tantos filmes sobre a guerra, tanta caricatura em jornais e revistas, tanta propaganda contra na imprensa e no rádio? Pois,

⁸¹ TOTA, Antonio Pedro. Op. Cit. P.189-190.

⁸² Austriclínio Ferreira Quirino, poeta e jornalista, natural de Limoeiro (PE). Nascido a 09 de maio de 1899 e falecido em 29 de outubro de 1953. Em sua época era muito popular; em 1949 tomou posse na Acadêmica Pernambucana de Letras. Vide mais informações e referências bibliográficas em GASPARD, Lúcia. *Austro Costa. Pesquisa Escolar On-Line*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 29 out 2009. Ex: 06 ago. 2009.

será possível que o povo, para execrar ou levar ao ridículo os tenebrosos energúmenos do Eixo, ainda necessite de os escorchar politicamente nos dias do Carnaval?⁸³

E diante desse “carnaval político”, Austro Costa preferia se retrair a sair à rua fantasiado de Hitler, e acreditava que o povo também não estava disposto a isso, e, nesse sentido, afirmava: “E a hora é do povo, cidadão Bezerra. A hora e o século. [...] ‘este é um século democrático, tudo que se fizer tem de ser pelo povo e com o povo... ou nada se faz”.

Napoleão Bezerra escreve outro artigo⁸⁴ justificando sua postura e reafirmando sua posição ao esclarecer que o sentido de carnaval político a que se referia era o do povo no Rio de Janeiro, em 1942, gritando “Á-fri-ca!”; quando houve manifestações a favor da entrada do Brasil na guerra. Lembrava que ninguém deixava de se divertir nos EUA e na Inglaterra por causa da guerra; justificou seu “carnaval de guerra” como: “divirta-se colaborando” e “colabora divertindo”. Sua sugestão era que a renda das casas de diversões, no Carnaval, fosse revertida para “Campanhas Patrióticas” que atendiam os combatentes e suas famílias.

Paralela a essa discussão entre N. Bezerra e A. Costa, outras cartas e um pequeno artigo de Austregésilo de Athayde⁸⁵ eram publicados no Diário de Pernambuco se colocando contra a realização dos Festejos de Momo, e, através deles, percebemos que outros jornais discutiam a questão. O interessante é que esses colaboradores insistiam em afirmar que não eram contra o carnaval, pelo contrário, apreciavam muito o folguedo; mas, consideravam uma desumanidade festejar enquanto outros guerreavam.

O engenheiro Amaro Bello chegou a caracterizar como uma “palhaçada desumana” o carnaval naquele momento, “é desconsiderar as tradições brasileiras”, dizia ele. Embora afirmasse que não iniciou campanha e não provocou polêmica, apenas quis manifestar sua opinião pessoal. A. Bello expressou sua indignação pelos comentários publicados a partir de sua carta. Comentários que tachavam os que eram contra o carnaval de 1945 de “puritanos” e “inimigos do carnaval”. Revelou que recebeu muitas demonstrações de solidariedade, mas que sua “pobre opinião” deva ter atingido os “interesses de cofre e de caixas registradoras de balcão”⁸⁶; e, nesse sentido, comentava as distorções entre a arrecadação de quarenta mil cruzeiros para o carnaval pela Federação Carnavalesca de Pernambuco, enquanto o Clube

⁸³ COSTA, Austro. Cartas à Direção. **Diário de Pernambuco**, 05 de janeiro de 1945.

⁸⁴ BEZERRA, A. Napoleão. Por um Carnaval de Guerra II. **Diário de Pernambuco**, 07 de janeiro de 1945.

⁸⁵ VIEIRA, Antonio de Moraes. **Cartas à Direção. Diário de Pernambuco**. Recife, 07 de janeiro de 1945; BELLO, Amaro (Eng). **Cartas à Direção. Diário de Pernambuco**. Recife, 27 de dezembro de 1944; 09 e 23 de janeiro de 1945; e ATHAYDE, Austregésilo. **Carnaval. Diário de Pernambuco**. Recife, 14 de janeiro de 1945.

⁸⁶ **Diário de Pernambuco**. Recife, 23 de janeiro de 1945.

Náutico Capibaribe ao promover um baile de carnaval oferecia parte da renda obtida – sendo dois cruzeiros o ingresso – aos cuidados e à alimentação dos lázaros de Pernambuco. Amaro Bello, então, sugeriu ao presidente da Federação que aproveitasse essa festa e fizesse o óbolo de cinco por cento de sua arrecadação, ou seja, dois mil cruzeiros em prol dos leprosos, o que com certeza teria o aplauso de todos aqueles comerciantes que colaboraram com o carnaval. A ironia é latente nos escritos da época, assim como, o enfrentamento com a tomada de posição.

Mário Sette⁸⁷, em artigo publicado no *Jornal Pequeno*⁸⁸, recordava que a discussão sobre o carnaval era antiga, independente de situações de conflito, sempre houve quem emitisse opinião contrária sobre a grande festa popular, que a classificasse de decadente, grosseira e repugnante; e por um bom tempo o carnaval, ou entrudo, se quer era mencionado na imprensa.

O carnaval de Pernambuco em 1945 já era louvado com o slogan de “melhor carnaval do mundo”⁸⁹, Mario Sette observou que o único ano que não houve carnaval foi em 1894, quando a armada e os federalistas revoltaram-se contra a presidência de Floriano Peixoto. A participação do Recife no conflito impediu o carnaval; máscaras e fantasias foram proibidas. Em contrapartida, o ano de 1895 foi inesquecível, e Mário Sette, menino na época, descreve em detalhes.

No Rio de Janeiro, o *Diário de Notícias* continuava sua campanha contra o carnaval. O presidente do Clube Recreativo Vasco da Gama, Manuel Ferreira de Castro Filho disparava: “Desenfreadas orgias e ridículos extravasamentos impróprios de um povo civilizado e de uma hora tão grave para os brasileiros e para o mundo”. Já o folião pernambucano Antonio Pereira de Souza, sócio benemérito do “Prato Misterioso” e de outras agremiações, e membro do Conselho Fiscal da Federação Carnavalesca Pernambucana rebatia: “- E por que não fazer o carnaval de rua e consenti-lo nas sedes? Que homenagem seria esta pela metade?”⁹⁰ O Sr. Antonio não compreendia como se podia negar ao povo que festejasse na rua, e se permitia nos clubes aos que poderiam pagar ingressos e comprar fantasias. Assim também pensava Mário Melo, que como Mário Sette, percebera que antes da guerra invocava-se o argumento

⁸⁷ Escritor pernambucano (Recife, 19 de abril de 1886 – 25 de março de 1950). Funcionário dos Correios, alçou o posto de diretor entre 1932-1936, mas ficou conhecido pela sua obra literária dedicada a reconstituir a história social e pitoresca do Recife do século XIX ao XX. Foi professor de diversos educandários do Recife e catedrático da Faculdade de Filosofia do Recife. Disponível http://www.mariosette.com.br/bio_hiltonsette.shtml Acesso em 26 mar 2011.

⁸⁸ Quando não houve carnaval. *Jornal Pequeno*. Recife, 14 de fevereiro de 1945.

⁸⁹ Carnaval de 1945. *Jornal Pequeno*. Recife, 05 de fevereiro de 1945.

⁹⁰ *Jornal Pequeno*. Recife, 04 de janeiro de 1945.

do carnaval ser uma festa pagã, e se indignava com a questão de se proibir apenas o carnaval nas ruas, e não se contemplar nesse ato de solidariedade as demais festividades:

Pode haver festa de qualquer natureza durante o ano inteiro: bailes, banquetes, piqueniques, sorvetes dançantes e campeonatos de futebol, sem que isto afete nossos sentimentos de solidariedade aos que combatem os inimigos da civilização. Só o carnaval, que é a festa genuinamente do povo, representa quebra de patriotismo, sentimentos condenáveis⁹¹.

A margem dessa discussão, o povo se mobilizava para o carnaval. Na seção “De Olinda” do Diário de Pernambuco, que publicava notícias, resoluções e eventos sociais daquele município, acompanhamos os preparativos da folia e podemos anotar as várias agremiações que desfilariam, e, para isso, desde uma simples troça a um grande clube deveriam obter licença e atender às instruções da polícia. Isso também acontecia no Recife e em outras localidades, havendo no jornal a seção “Carnaval”, que dava conta das prévias, ensaios e regulamentações para o período. A prefeitura de Olinda oferecia subvenção a algumas agremiações, no Recife esse trabalho era feito pela Federação, o capital privado também poderia colaborar, mas, como bem observava Mário Melo, algumas empresas só pensavam em lucrar e nada ofereciam, a exemplo da Companhia Souza Cruz⁹².

Entretanto, o Carnaval de Olinda, do Recife e vários outros lugares surgiam da vontade e espontaneidade do povo. As comunidades agindo com autonomia formavam comissões que se encarregavam de tornar viável a animação na localidade; decoravam as ruas, reforçavam ou implantavam iluminação no trecho da folia, contratavam músicos e para fazer com que os cordões, troças, blocos passassem na sua rua ofereciam brindes e prêmios para o melhor figurino ou o mais animado.

Era de admirar o empenho por esses dias de folia; enquanto os articulistas nos jornais estavam preocupados com a guerra, com a política interna e externa, com as manobras do governo, com a carestia, com as intervenções do governo na indústria... O povo improvisava sua festa; afinal “Qualquer cartão dá um leque; com um pedaço de pano ou de papel se faz um gorro ou um chapéu [...] O que mais tem saída parece ser o chapéu de palha.”⁹³

⁹¹ **Jornal Pequeno**. Recife, 04 de janeiro de 1945.

⁹² **Jornal Pequeno**. Recife, 10 de fevereiro de 1945.

⁹³ Mercados de Sábado de Carnaval. **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 de fevereiro de 1945.

Chapéu de palha de Aracati, Ceará. O “rei do chapéu”, Manuel Alves de Andrade, vendeu vinte e dois mil cruzeiros no carnaval de 1944, nesse de 1945 pretendia vender muito mais: além de uma pilha imensa no pátio do Mercado São José possuía outros pontos de venda, um deles em Casa Amarela⁹⁴. As ruas Duque de Caxias, Livramento e Travessa do Mercado eram tomadas pelo comércio ambulante; a Rua Nova também estava em tumulto com a venda das mais variadas bugigangas. O repórter questionou um folião: “Como pode haver Carnaval com tanta carestia? Ao que respondeu: ‘Qual nada; nós só precisamos de uma camisa, de um chapéu errado e de um pouco de espírito na cabeça. O resto os alto-falantes da Rua Nova fazem’”.⁹⁵

No centro da cidade eram instalados alto-falantes para animação dos foliões; tocavam os sucessos da época, que, em parte, refletiam questões sociais e políticas: “Que rei sou eu”, “Vou pra Pernambuco”, “A guerra acaba amanhã”, “Disse-me-disse”, “Haja Carnaval ou não”, “Dez anos de vida”, entre outros, e os tradicionais frevos de Pernambuco. O que, por outro lado, acarretava um problema, tendo sido alertado numa das cartas enviadas ao jornal: a música não parava quando os blocos passavam. Era um verdadeiro atropelo; com prejuízo, especialmente, para o figurino dos blocos, assim como prejudicava o som dos músicos que desfilavam⁹⁶.

O Diário de Pernambuco, numa sutileza política, dava destaque ao Clube Carnavalesco Misto Vassourinhas, por este fazer homenagem às Nações Unidas com uma “sugestiva legenda”, e ter gastado vinte e cinco mil cruzeiros no figurino para exhibir o enredo “Madame Tallien” - um episódio anterior à Queda da Bastilha -; prestando uma “significativa homenagem à pátria de onde nasceu a mística ‘Liberdade. Igualdade e Fraternidade’”⁹⁷. Na pequena coluna “Cousas da cidade”, Aníbal Fernandes ressaltava: “É curioso como o povo se mantém fiel ao espírito de liberdade; e até em cousas carnavalescas demonstra seu apego aos velhos e imortais princípios”⁹⁸. No dia doze de fevereiro, à noite, o Clube Vassourinhas desfilou em direção ao prédio do Diário de Pernambuco e foi recebido por Aníbal Fernandes, que discursou⁹⁹ e ofereceu, em nome do Diário, uma taça ao clube.

O Clube Lenhadores também ganhou destaque pela própria história - é uma dissidência do Clube das Pás Douradas - e pelo estandarte que confeccionaram para aquele ano: feito de veludo e bordado a ouro, com um metro e oitenta de altura e um metro e trinta

⁹⁴ Chapéus de Aracati. **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 de fevereiro de 1945.

⁹⁵ Mercados de Sábado de Carnaval. **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 de fevereiro de 1945.

⁹⁶ ROCHA, José Alves da. **Carnaval. Diário de Pernambuco**. Recife, 11.02.1945. [carta].

⁹⁷ **Diário de Pernambuco**. Recife, 08 de fevereiro de 1945.

⁹⁸ **Diário de Pernambuco**. Recife, 09 de fevereiro de 1945.

⁹⁹ Mas, o discurso não foi publicado.

de largura, orçado em treze mil e quinhentos cruzeiros. O estandarte, segundo o jornal, fez muito sucesso ao ficar exposto na vitrine do Armazém Caxias.

Entretanto, para as camadas sociais que freqüentavam os clubes elegantes, como: o Internacional, o Náutico Capibaribe, o Português e o British Country Club, entidades que ofereciam os chamados bailes oficiais, o carnaval não teria o mesmo prazer e brilho do passado, pois a polícia impossibilitava o desfile dos corsos, sob a justificativa de racionamento de combustível – transportar pessoas em caminhões também era proibido. Como também estava proibido o uso de máscaras e a prática do escape livre nos carros.

Por causa da guerra, e mesmo pela discussão em torno da conveniência dos festejos, houve uma economia na decoração dos clubes. O Clube Português preferiu economizar na decoração para poder reverter toda a renda em prol da Cruz Vermelha; o Náutico foi decorado com personagens de Walt Disney, e o British fez uma “sugestiva” decoração representando o Carnaval desde os primórdios até os tempos atuais.

O Clube do Esporte (Sport Clube do Recife) era assinalado pelo Diário de Pernambuco como um clube de torcedores, cujo baile vinha se revelando como um dos melhores da cidade, “com a presença de elementos de destaque da sociedade pernambucana”¹⁰⁰. Por outro lado, o Clube Internacional do Recife, segundo matéria paga no Jornal Pequeno¹⁰¹, mantinha “A sua Brilhante Tradição de Elegância e Aristocracia” cobrando alto por uma mesa - trezentos cruzeiros, menos o buffet - e estabelecendo novas regras de acesso aos bailes nesse Carnaval. Medidas que não agradaram de todo a seus sócios, a ponto de um deles revelar sua insatisfação na seção “Cartas à Direção”¹⁰². O clube limitava o acesso ao exigir que seus associados apenas levassem pessoas da família que estavam especificadas no cadastro do clube, e que as famílias associassem os filhos já em idade de freqüentar, pois só assim poderiam ter acesso – uma maneira de restringir, obter recursos e evitar a freqüência de pessoas de reputação duvidosa; estratégia que não garantiu a tranqüilidade da festa, visto que houve problemas. O que mais incomodava o autor da carta eram os gastos que impossibilitariam muitas famílias de comparecer ao baile do Internacional, entretanto, esclarecia que não era o seu caso.

¹⁰⁰ Nos clubes elegantes, a animação do Carnaval Pernambucano de 1945. **Diário de Pernambuco**. Recife, 13 de fevereiro de 1945.

¹⁰¹ Recife, 09 de fevereiro de 1945.

¹⁰² BEIRÓ, Eduardo. **Diário de Pernambuco**. Recife, 25 de janeiro de 1945. Cartas à Direção.

Até mesmo o clube de diversão dos soldados norte-americanos, o “USO Town Club”, United Service Organizations¹⁰³, se rendia ao carnaval pernambucano. Foi planejado um carnaval diverso do “Carnival of fun” americano, “que não tem a espontaneidade, nem a embriagues nem o colorido nosso”.¹⁰⁴ O interessante é que, apesar das manifestações contrárias ao carnaval por causa da guerra, os defensores da folia sempre lembravam que os soldados americanos “distraem-se a toda hora e de todos os modos”, como também os soldados brasileiros. Os marinheiros do encouraçado São Paulo deixaram a base no Rio de Janeiro para o Recife e de imediato providenciaram uma troça de carnaval para participar do carnaval pernambucano, o “Mimosas na Folia”¹⁰⁵.

Após o reinado de Momo, uma enquête foi realizada com os norte-americanos sobre as impressões que tiveram das festividades. Boa parte já havia experimentado em anos anteriores e destacaram o “espírito de ocasião, do qual, nós americanos participamos” e o “espírito de democracia entre ricos e pobres”¹⁰⁶

O Carnaval de Pernambuco pela experiência de ser, principalmente, uma festa que acontece na rua proporciona(va) a sensação, mesmo que momentânea, de ausência de fronteiras ou barreiras sociais. Podemos dizer, que “a democracia entre pobres e ricos” era nada mais do que a proximidade física embalada num coro de vozes, numa euforia dançante, que fervia as diferenças sociais. Alusões à democracia e as nossas tradições de povo livre eram constantes - e, quanto a isso, os Batutas de São José, possivelmente, não representaram à toa os heróis da Restauração Pernambucana e “a figura simbólica da grande Hércia, com a faixa dos Guararapes”¹⁰⁷.

Segundo um neurologista entrevistado no Rio de Janeiro, o professor Neves Manta, “O povo precisa de carnaval como de água para beber”. A folia tem “efeito terapêutico sobre os constrangimentos domésticos e políticos da massa que repousa com a festa e pensa que tudo vai bem”¹⁰⁸. Ao percebermos no fazer e pensar o carnaval na cidade os contrastes e as ambigüidades, nos deparamos com o exercício da autonomia e da autolimitação num tempo

¹⁰³ Eram vários clubes que faziam parte do “Teatro do Atlântico Sul”; cada base militar tinha pelo menos um. No Recife existiam quatro: no Ibura, em Piedade, em Boa Viagem e outro que foi especialmente construído na Rua do Sol, centro do Recife, ao custo de um milhão e duzentos mil cruzeiros. Após a guerra, o prédio foi doado à Prefeitura do Recife, que o demoliu sem razão; segundo PARAÍSO, Rostand. **O Recife e a II Guerra Mundial**. Recife, Edições Bagaço, 2003. P. 231.

¹⁰⁴ Programa de Boa Vizinhança. **Diário de Pernambuco**, 06 de fevereiro de 1945.

¹⁰⁵ cf MELO, Mário. **Jornal Pequeno**. Recife, 04 de janeiro de 1945. Ontem, Hoje e Amanhã.

¹⁰⁶ Qual a sua impressão do carnaval de Pernambuco? Um breve inquérito entre participantes norte-americanos. **Diário de Pernambuco**. Recife, 15 de fevereiro de 1945.

¹⁰⁷ **Diário de Pernambuco**. Recife, 09 de fevereiro de 1945.

¹⁰⁸ **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 de fevereiro de 1945.

estipulado para a insensatez, mas em que, prontamente, uma série de dispositivos culturais e institucionais é acionada para regular a folia.

E, nesse sentido, Mário Melo, cioso da bravura e intrepidez que “distingue o pernambucano dos outros povos do Norte do Brasil”, observava, ou melhor, pedia aos pernambucanos que evitassem trocar de sexo no carnaval, pois que...

A mulher deve ser sempre mulher e impor-se como tal. As defensoras de Tejucupaco não vestiam calças, nem calças vestia Clara Camarão. Contudo, se é tolerável que a mulher deseje ser homem, repugna ver-se homem com trejeitos femininos, em vestes do sexo oposto¹⁰⁹.

Era tolerável ver mulher vestida de homem, mas homem vestido de mulher era considerado repugnante, visto ser a negação das representações que se alimentavam a respeito do ser homem de Pernambuco, mesmo se ressaltando o exemplo das heroínas citadas pelo próprio Mário Melo. E nessa apreciação do autor, podemos entrever também as dificuldades que a mulher enfrentava para seguir a moda de calças e shorts da época.

Apesar dos dispositivos reguladores, a preparação para essa grande manifestação democrática que é considerada o carnaval, como também a sua culminância, ofereceu oportunidade para que vozes se alterassem contra a ditadura Vargas. Particularmente, o Diário de Pernambuco, que explicitava suas tendências partidárias e as tornava mais evidentes ao passo que: o governo anunciava a possibilidade de eleições; o I Congresso Brasileiro de Escritores¹¹⁰ em São Paulo era realizado; a censura era suspensa; e o Brigadeiro Eduardo Gomes se apresentava como candidato à presidência, com o apoio da recém-criada União Democrática Nacional, a UDN¹¹¹.

O carnaval, de tão importante para o extravasamento popular, se tornou mais tarde ponto de discussão na Câmara do Recife em diversos momentos. Com o fim da ditadura, anseios se revelavam por retomar práticas tradicionais da vivência carnavalesca: o encontro de blocos, o escape livre nos carros; o lança-perfume; o corso; as máscaras. Contudo, em

¹⁰⁹ MELO, Mário. Ontem, Hoje e Amanhã. **Jornal Pequeno**. Recife, 15 de fevereiro de 1945.

¹¹⁰ Iniciativa de escritores contrários à falta de liberdade de expressão imposta pelo Estado Novo. A reunião de 22 de janeiro de 1945 se opõe ao governo Vargas e é lançado um manifesto exigindo a democracia no país. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/CongressoEscritores> Acesso em 26 mar 2011.

¹¹¹ Coligação de forças políticas opostas ao regime de Getúlio Vargas abarcando uma diversidade de interesses: desde personalidades destronadas em 1930, elementos do movimento tenentista até o grupo de socialistas capitaneados por Gilberto Freyre: a Esquerda Democrática; que depois se tornou o Partido Socialista Brasileiro, PSB.

1955, o Secretário de Segurança Pública, Coronel Bráulio Guimarães, proibiu o uso do lança-perfume nos clubes e recintos fechados, e do escape livre nos carros. Segundo o vereador Carlos Duarte, o povo apelidou a portaria de “empata frevo”. Provocou, assim, ampla discussão entre os vereadores. O debate na Câmara refletia a opinião de segmentos sociais que se sentiam prejudicados pela proibição do divertimento, do prazer em si, e por muitos já terem adquirido para uso e venda os tubos de lança-perfume. Segundo o vereador Sérgio Xavier, a Rhodia já havia vendido para Pernambuco vinte mil dúzias do produto, e que tinham sido distribuídas entre pequenos comerciantes, estes, em sua opinião, seriam os maiores prejudicados.

A questão de ser prejudicial à saúde o uso do lança-perfume foi mencionada em discussão levantada pelo vereador Romildo Gomes e Carlos Duarte:

O Sr. Romildo Gomes – [...] Quanto ao lança-perfume quero dizer a V. Excia. [Ver. Antonio de Souza], que me disse o Coronel Bráulio Guimarães, que essa proibição nos clubes é para evitar tropeços que terá de enfrentar a polícia, porque a granfinagem não vai aos pequenos clubes, vai ao Internacional, vai ao Português e nas loucuras do Momo, V. Excia., sabe que tem gente que ingere até éter.

[...]

O Sr. Romildo Gomes – Ao meu modo de ver tenho a impressão que o coronel Bráulio Guimarães, com sua portaria, deixa transparecer apenas uma coisa: que procura salvaguardar a saúde da população, porque há pessoas que usam e abusam de lança-perfume e quando termina o carnaval vão bater no hospital de alienados.

O Sr. Carlos Duarte – Esse argumento pode sair da cabeça do Coronel Bráulio, mas de V. Excia., não fica bem, porque quem não quiser cheirar lança-perfume onde será policiado, pelo menos por todo o público (que importa aos mais depravados uma certa dose de recato), irá à rua da Imperatriz comprar uma lança e vai para casa cheirar na sua casa.

O Sr. Romildo Gomes – Mas é um impasse para a polícia, porque nos clubes aparecem até altas autoridades vestidas à paisana embaraçando a ação da polícia.¹¹²

Percebe-se nas discussões uma distinção com relação à aspiração de éter, esta prática era vista como realmente prejudicial à saúde¹¹³. Quanto ao escape livre, as opiniões eram mais divididas, pois era uma medida que visava resguardar o direito de pessoas doentes,

¹¹² RECIFE, Câmara Municipal do. **Ata da 1ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Ordinária, realizada no dia 10 de fevereiro de 1955**. P. 21-22.

¹¹³ “[...] Considerando que, em nosso entender, a polícia deveria adotar as mesmas medidas até hoje usadas, ou seja, a proibição e a repreensão somente aqueles que estiverem aspirando éter; [...]” RECIFE, Câmara Municipal do. **Apelo nº 1**. [do vereador Antonio Batista de Souza] Recife, 10 de fevereiro de 1955. [do vereador Antonio Batista de Souza]. P. 15

convalescentes, tanto que o vereador Romildo Gomes, na discussão, fez referência também às bombas do período junino. Entretanto, o argumento utilizado em defesa do lança-perfume e do escape livre dos carros era que essas medidas da Secretaria de Segurança feriam as tradições carnavalescas de Pernambuco. Um apelo do vereador Antonio Batista de Souza foi apresentado em 10 de fevereiro de 1955, para que, após o debate em plenária, fosse solicitado ao secretário de segurança que re-examinasse o assunto e se tomasse “medidas menos drásticas que por sua natureza não venham prejudicar o carnaval recifense e a alegria e a animação dos foliões pernambucanos”¹¹⁴. Um dos argumentos levantados durante a plenária tentou demonstrar a contradição em se proibir o lança-perfume apenas nos clubes e recintos fechados, sendo, portanto, livre nas ruas.

Em 1948, portanto, sete anos antes dessas determinações da Secretaria de Segurança de Pernambuco, o jornal *Folha do Povo*, numa reportagem a respeito da subida de preços dos artigos de carnaval, assim se referia sobre o lança-perfume:

Não se pode falar de festejos de Momo sem que nos lembremos do lança-perfume. A que preço estará o lança-perfume? – é a pergunta que se ouve de todos, principalmente dos jovens, que não desprezam a perspectiva de privar-se de pequenos prazeres, mas possuir a maior arma do folião¹¹⁵.

Segundo o jornal, “a maior arma do folião” já atingia o valor de quarenta cruzeiros às vésperas do Carnaval, nos dias de Momo estaria a sessenta, e o produto só era encontrado no câmbio negro. Cinco casas comerciais¹¹⁶ controlavam a distribuição, e apesar de terem recebido carregamentos do produto, e com encomendas do Sul a caminho, o lança-perfume era difícil de ser encontrado pelo consumidor e o preço só aumentava. Compreende-se assim porque a proibição do uso do lança-perfume em 1955 tanto incomodou, não só a foliões, mas, especialmente, o comércio local.

Mário Melo, em artigo de 1945, reconhecia o perigo da aspiração do éter e do possível uso criminoso das máscaras, mas considerava “obsoleta” a proibição do encontro de clubes, a não ser “como medida de trânsito” ...

¹¹⁴ RECIFE, Câmara Municipal do. Apelo nº 1 – 1955. **Ata da 1ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Ordinária em 10 de fevereiro de 1955**. P. 15.

¹¹⁵ Carnaval de Miséria e Cambio Negro! **Folha do Povo**. Recife, 21 de janeiro de 1948.

¹¹⁶ Leite Bastos; Jemil Asfora.; Perfumaria Oriental; Nova Aurora; Simões Barbosa & Cia; e ainda outra firma que vendia também a varejo: Mar de Meias.

Outrora, e daí a proibição que vem daqueles tempos, os clubes carnavalescos eram, de ordinário, inimigos.

Quando se encontravam havia uma quase batalha, entre os sócios e os partidários: facadas, cacetadas, navalhadas, tiros, correrias e até mortes.

Quando fundamos a Federação Carnavalesca nosso primeiro trabalho foi harmonizar os clubes, inculcando no espírito dos filiados que eles formavam uma única família, e, ao mesmo tempo, ameaçando com a desfiliação, o que equivale a fechamento, por não ser fornecida a licença, àquele que não seguisse nossos conselhos.

Desapareceram, por completo, as rivalidades.

Nunca mais houve incidente entre clubes.

Quando por ventura, dois clubes se encontram, as respectivas orquestras tocam o hino da Federação e os estandartes se juntam.

Foi este um dos maiores serviços que, à ordem pública, prestou à Federação Carnavalesca¹¹⁷.

A Federação Carnavalesca disciplinou o carnaval pernambucano. E clubes foram desfilados por não seguirem as diretrizes da entidade. Em 1948 vereadores da Câmara do Recife solicitaram a anistia para os clubes que se desentenderam com a Federação no carnaval de 1947. Neste ano, alguns clubes “não seguiram” os conselhos da diretoria da Federação, desafiaram o impedimento e colocaram o bloco na rua. Segundo nota no jornal *Folha do Povo*, o vereador comunista Ramiro Justino pleiteava¹¹⁸ a anistia para os “clubes expulsos pelo ‘crime’ de ter abrilhantado o carnaval de 47 e de não ter deixado morrer uma das mais vivas tradições de nosso povo”¹¹⁹.

A política partidária interferiu no carnaval de 1947, e, segundo a *Folha do Povo*, a festa foi uma das mais fracas devido às “baixas intrigas políticas” entre a Coligação Pernambucana¹²⁰ e o Partido Social Democrático (PSD), mais precisamente: entre a interventoria de Demerval Peixoto e os “dirigentes anticarnavalescos da Federação – o deputado Mário Melo e os seus cabos eleitorais, João Lemos e Campineiro”. Dessa maneira, obedecendo às determinações da Federação Carnavalesca de Pernambuco, Vassouras, Toureiros e o Clube das Pás não desfilaram em 1947. Mas, clubes como o Cachorro do Homem Miúdo e o Transporte em Folia “resistiram à ordem de ‘sabotage’ dada pelo PSD e foram à rua, ‘salvar o carnaval’”¹²¹. Os vereadores comunistas se mobilizavam, enfim, para que o carnaval de 1948 fosse mais feliz, que os erros do passado fossem esquecidos e as

¹¹⁷ MELO, Mário. Ontem, Hoje e Amanhã. **Jornal Pequeno**. Recife, 06 de fevereiro de 1945.

¹¹⁸ Ofício aprovado na Assembléia de 05 de janeiro de 1948.

¹¹⁹ Notas e Comentários. **Folha do Povo**. Recife, 07 de janeiro de 1948.

¹²⁰ União Democrática Nacional (UDN), Partido Democrata Cristão (PDC) e Partido Libertador (PL).

¹²¹ Notas e Comentários. Op. Cit.

agremiações carnavalescas, sem distinção, pudessem contar com o apoio financeiro da Prefeitura do Recife e da Federação, mas, para isso, seria necessário anistiar esses clubes¹²².

Dias depois desses comentários sobre a anistia aos clubes, o jornal Folha do Povo dava destaque em suas páginas ao Clube Carnavalesco Prato Misterioso, um forte concorrente à Taça Imprensa Popular. A semelhança de um Galo da Madrugada, o Prato Misterioso¹²³, com sede na Rua Imperial, há trinta anos animava o segundo dia de carnaval. Um grande número de admiradores acompanhava seu desfile, “Há quem diga mesmo que ‘assistir Carnaval sem ver ‘Prato’ não é brincar carnaval”. O Prato Misterioso também não desfilara em 1947 “em sinal de desagravo à Federação”; e pretendia, nesse ano de 1948, “abalar” o carnaval pernambucano. O presidente do clube era Euclides Santos, o folião Campineiro, o mesmo citado a pouco como um dos cabos eleitorais de Mário Melo. Podemos considerar nessa reportagem a possibilidade de uma estratégia diplomática no sentido de amenizar os desacordos do passado e favorecer as subvenções necessárias às agremiações desfiladas.

Contudo, o ofício expedido pela Câmara à Federação teve resposta negativa em 19 de janeiro de 1948. Mais um motivo para que a Folha do Povo caracterizasse o carnaval de 1948 como um “carnaval de miséria”, além do alto custo de vida atribuído ao governo Dutra, a diversão popular também se via comprometida não apenas pelo encarecimento dos artigos carnavalescos, mas também pela impossibilidade das agremiações desfilarem sem o apoio financeiro e a organização da Federação Carnavalesca de Pernambuco. Acrescentamos que o carnaval de 1948 viveu o clima de conflitos decorrentes da cassação de mandatos dos parlamentares comunistas¹²⁴; sendo assim, as entidades mais populares e afins com os comunistas se viram desprestigiadas pelos interesses pessedistas na Federação.

Mas, em 1955, a pressão para suspender a portaria empata-frevo do Coronel Bráulio Guimarães foi muito grande. Vandenkolk Vanderlei era um dos vereadores mais indignados. Como advogado requereu mandado de segurança contra a portaria, mas foi indeferido. Então, ele entrou com outro mandado em nome da “senhorinha Semíramis Vanderlei”, possivelmente sua filha, obtendo sucesso. A suspensão da portaria não só atendeu Semíramis, mas foi extensivo a todo o Estado de acordo com o princípio da igualdade de tratamento, sem

¹²² Os clubes, blocos e troças da época possuem ficha no DOPS; infelizmente, não houve condições de explorar esse acervo.

¹²³ Fundado em 04 de outubro de 1919 por Euclides Santos (o Campineiro), Oscar Santos, Manoel Nascimento, José Severino Marques e outros. Grupo dissidente da Troça Chumba-lá. Com sede própria e ampla situada à Rua Imperial. In “Prato Misterioso” será um poderoso concorrente a “Taça Imprensa Popular”. **Folha do Povo**. Recife, 18 de janeiro de 1948.

¹²⁴ Não foi possível acompanhar com mais detalhes esse carnaval de 1948, como também o de 1947; certamente é um estudo interessante ver o quanto o embate e as disputas políticas interferiram nesses festejos populares.

privilégios¹²⁵. Mesmo porque, segundo o jornal Folha do Povo, que, por questões partidárias, não mencionou a ação de Vandenkolk e Semíramis, protestos partiram de todos os lugares, especialmente dos clubes; assim como outros mandados de segurança na intenção de derrubar a portaria¹²⁶. Além do lança-perfume, foi liberado o escape-livre dos carros; todavia, mediante uma licença de duzentos cruzeiros, que, segundo o governo, seria revertida à Campanha Pernambucana Pró-Infância¹²⁷.

I. 6. So This is Recife: Aproximações Brasil - Estados Unidos.



Fig. 11– Notícia do Casamento de Glória Maria Gouveia com o Capitão-Ten Henry Hare Carter. Folha da Manhã [matutino]. Recife, 08 de abril de 1945.

A noiva, filha do industrial e diretor-tesoureiro da empresa Folha da Manhã S.A. Vicente Gouveia. O noivo, capitão-tenente da Marinha norte-americana. Não sabemos se Glória e Henry foram felizes, se tiveram filhos ou onde fixaram residência. Não eram os únicos, outros casamentos aconteceram; temos também a notícia do batizado da filha de outro

¹²⁵ Suspenso os efeitos da portaria que proíbe o uso do lança-perfume; Todos os foliões poderão fazer uso do lança-perfume: direito assegurado. **Folha da Manhã**. Recife, 16 e 17 de fevereiro de 1955.

¹²⁶ Vitória do Povo: Suspenso os efeitos da portaria "empata-frevo". **Folha do Povo**. Recife, 16 de fevereiro de 1955.

¹²⁷ Conquistado pelo povo também o escape-livre. **Folha do Povo**. Recife, 19 de fevereiro de 1955.

casal semelhante nos Estados Unidos¹²⁸. Mas, segundo as memórias de Rostand Paraíso e os versos de Mauro Mota¹²⁹, muitas jovens não puderam viver a mesma situação, apesar de terem se relacionado com os Joes¹³⁰ estacionados nas bases militares do Nordeste.

[...]
 Babies saxonizados,
 que só mamam vitaminas,
 os vossos babies meninas,
 em vários cantos gerados,
 nas mapples dos automóveis,
 no interior das cantinas,
 da praia na branca areia,
 nas noites sem lua cheia.

Meninas, tristes meninas,
 vossos dramas recordai
 quando eles no armistício
 vos disserem Good bye.
 [...] ¹³¹

Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, a presença norte-americana saía das telas do cinema e se apresentava ao vivo e a cores nas ruas do Recife. Os acordos Brasil - Estados Unidos de Boa Vizinhança envolviam questões estratégicas e comerciais acompanhadas de um intercâmbio cultural, ou melhor, os países eram convidados a se conhecerem: O Brasil deveria ser mais competitivo economicamente, e os norte-americanos deveriam derrubar preconceitos e ver no país vizinho possibilidades de negócios. Para Antonio Tota, “A americanização do Brasil foi obra de um Estados Unidos mais interessado em manter o continente como parte de seu mercado”¹³². A idéia em 1940 era que...

¹²⁸ Rose Marie, filha de Andrew Joseph Nemeth, do exército americano, e Maria Luzinete Cunha Nemeth, da sociedade do Recife, batizada em Nova York. A menina é neta do prof. Napoleão Evaristo da Cunha. In USA Bits. **Diário de Pernambuco**. Recife, 02 de setembro de 1945.

¹²⁹ PARAÍSO, Rostand. O U.S.O.; Ibura City; As Meninas de Mauro Mota. **O Recife e a II Guerra Mundial**. Recife: Edições Bagaço, 2003. P. 230-232; 233-235 e 245-249. MOTA, Mauro. Boletim Sentimental da Guerra. In NASCIMENTO, Luiz do. **Recife pela voz dos poetas**. Recife: Prefeitura Municipal do Recife/ Séc de Educação e Cultura, 1977. P. 191-194.

¹³⁰ Expressão genérica para se referir aos soldados norte-americanos; presente nos textos do Diário de Pernambuco.

¹³¹ MOTA, Mauro. Op. Cit.

¹³² Idem. Op. Cit. P. 35.

A América Latina se incorporaria ao mercado norte-americano oferecendo o imenso potencial de seus recursos naturais, contribuindo na poderosa máquina de guerra que fazia parte dos planos, ainda não muito explícitos, do governo rooseveltiano. O desemprego desapareceria dos países latino-americanos e, com ele, o campo para que nazistas e socialistas disseminassem suas idéias¹³³.

Uma das principais instituições que colaboraram para a divulgação do Brasil nos Estados Unidos, e vice-versa, foi The Office of the Coordinator of Inter-American (OCIAA), criado em 16 de agosto de 1940 com o nome de Office for Coordinator of Commercial and Cultural Relations between the Américas. A agência era dirigida pelo multimilionário Nelson Rockefeller, cuja família era dona da Standard Oil Company, portanto, presente em vários países da América Latina. Coca-Cola, sorvetes Kibon, revista Seleções, cinema e rádio eram alguns dos produtos e instrumentos, o material de cultura e propaganda, para se divulgar o estilo de vida norte-americano entre os brasileiros¹³⁴, numa explícita concorrência ao germanismo em voga no Brasil e à forte presença comercial da Alemanha na América Latina.

Segundo Antonio Pedro Tota, o OCIAA deveria “convencer os brasileiros de que os Estados Unidos sempre foram amigos do Brasil”, e “difundir entre os norte-americanos uma imagem positiva das repúblicas latino-americanas”¹³⁵. E o Brasil, apesar do governo ditatorial, era apresentado nos EUA como uma democracia, particularmente do ponto de vista racial e dos festejos, como o carnaval. Segundo um locutor brasileiro aos ouvintes da rádio norte-americana NBC: o Brasil possuía uma “democracia carnavalesca que prevenia revoluções”¹³⁶.

Ambos os povos se conheciam através de programas de rádio, filmes, imprensa escrita e eventos sob o patrocínio e orientação do OCIAA. Em 1945, a série de televisão “Asas da Democracia”, patrocinada pela Pan American World Airways na estação WNBT, de Nova York, era aberta com imagens do Rio de Janeiro: a idéia do programa era aproximar os norte-americanos de outros povos do mundo, tanto pelo conhecimento quanto pela possibilidade de colocar ao alcance do “homem médio” o “transporte aéreo de grande velocidade e reduzido custo”¹³⁷. Num programa de rádio, em 1941, os americanos aprenderam que “D. Pedro II havia sido imperador do Brasil no século XIX, e que o Dr. Getúlio Vargas era o líder da

¹³³ TOTA, Antonio Pedro. Op. Cit. P. 52-53.

¹³⁴ Idem. Op. Cit. Nas páginas 59 e 60 o autor analisa a importância da Revista Seleções na difusão do americanismo no Brasil.

¹³⁵ TOTA, Antonio Pedro. Op. Cit. P. 93.

¹³⁶ Idem. P.100.

¹³⁷ Num programa de televisão a capital do Brasil. **Jornal Pequeno**. Recife, 27 de março de 1945.

grande democracia brasileira do século XX”¹³⁸. E no pós-guerra a Rádio Clube de Pernambuco oferecia aos sábados, às 17 horas, e às terças-feiras, às 22 horas e 10 minutos, o programa “Vamos aprender Inglês na sua PRA-8”: aula radiofônica ministrada pela professora Dra. Svaton, diretora do Instituto Moderno de Línguas¹³⁹, cujas lições eram publicadas no jornal Folha da Manhã.

A presença do idioma anglo-saxão na cidade não era uma novidade, pois companhias inglesas, desde o século XIX, eram responsáveis pelos serviços de transportes, energia elétrica e telégrafo, como: a Pernambuco Tramways Power Company Limited, a Great Western Railway Company, a Beberibe Electric Light e a Western Telegraph Company, entre outras empresas dedicadas a outros ramos de negócios e comércio. Existiam também os clubes dos ingleses: o Pernambuco British Club, o The British Country Club e o Pernambuco Golf Club, atual Caxangá Golf & Country Club, para citar os mais conhecidos, pois havia outros. Por sinal, o Sport Clube do Recife foi fundado pelo entusiasmo de funcionários da Great Western e da Western Telegraph, que praticavam o futebol no quintal de suas casas. Daí a origem britânica de muitos termos usados no futebol, assim como palavras inglesas foram incorporadas ao vocabulário local¹⁴⁰.

O mesmo aconteceu durante a guerra com a presença militar norte-americana, situação que favoreceu a adoção de expressões, gestos e maneiras de se portar espelhados nos soldados dos Estados Unidos. Rostand Paraíso comenta que...

O Recife, que, tradicionalmente, falava francês através de sua elite [...] começava, agora, não mais pela sua elite mas pelo seu povão, a falar inglês. E só se ouvia my friend, my boy, sweet girl, forget it, please, Yes, okay, Kiss me, e por aí a fora¹⁴¹.

Até mesmo os jornais incorporavam termos e expressões da cultura norte-americana. O Diário de Pernambuco no quadro intitulado “USA Bits”, onde descrevia as atividades e dava as últimas notícias dos clubes dos aliados, fazia uso constante dessas palavras, geralmente relacionadas ao que era servido de comidas e bebidas, mesmo quando se podia

¹³⁸ Idem. P. 113. O capítulo 2 “O Brasil para americano ver: os Estados Unidos do Bras(z)II nos United States of America”, p.93-128, é particularmente interessante sobre a imagem do Brasil transmitida para os EUA.

¹³⁹ Situado na sala 216 do Edifício Trianon, na Av. Guararapes, centro do Recife. **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 21 de dezembro de 1947.

¹⁴⁰ VAINSENER, Semira Adler. Ingleses em Pernambuco. **Pesquisa Escolar On-line**. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>> Acesso em 28 fev 2010. Ex.: 0 ago 2009.

¹⁴¹ PARAÍSO, Rostand. Op. Cit. P. 221.

utilizar um termo local, e em referência aos eventos e categoria dos frequentadores dos clubes. E Rostand Paraíso registra no seu livro algumas influências das modas e dos modos dos soldados na juventude recifense: entre os rapazes a moda era usar óculos escuros Ray-Ban, vestir slacks¹⁴², cortar o cabelo à Jack Dempsey – raspados a zero sobre as orelhas –, colocar os pés na mesa, tomar Coca-Cola diretamente da garrafa e dirigir um jipe. Enquanto as moças aprendiam a fumar em público e a dançar swing, jazz e o jitter-bug¹⁴³.



Fig. 12 – Propaganda do Chiclets Adams. Folha da Manhã. Recife, 21 de março de 1945.

Acompanhando os Joes e dogfaces¹⁴⁴, que circulavam pelo Recife, vinham a goma de mascar ou chiclete, os cigarros e a Coca-cola, entre outros atrativos da cultura norte-americana, produtos muitas vezes comercializados no mercado negro. Equipamentos e suprimentos dos soldados chegaram a ser alvo de furtos nas próprias bases militares. Um policial brasileiro que trabalhava na vigilância das bases foi acusado de facilitar o acesso de gatunos para desviar mercadorias. “Fumo americano em latas, cigarros ‘Lucky Strike’, ‘Chester Field’ e de outras marcas ‘yankee’; latas de carne em conserva, de manteiga, de leite” foram apreendidas em vários recantos da cidade¹⁴⁵.

A presença efetiva das forças aliadas no Nordeste, particularmente no Recife, foi acompanhada por toda uma infraestrutura de atendimento ao soldado em terra estrangeira, ou seja, um aparato foi erguido para dar assistência aos militares no sentido de que se sentissem em casa: o Teatro do Atlântico Sul. Por meio da United Service Organizations, que foi fundada em 04 de fevereiro de 1941, os “USOs Town Clubs” espalhados por todo o mundo se

¹⁴² Não consegui identificar com certeza o que seria “vestir slacks”, possivelmente algum tipo de calça folgada. Rostand apresenta como um costume masculino, mas o dicionário Michaelis traduz como calça feminina.

¹⁴³ Idem. Op. Cit. P. 235.

¹⁴⁴ Expressões que se referiam aos marinheiros norte-americanos, citadas pelo Diário de Pernambuco.

¹⁴⁵ Grave Denúncia contra o ‘Araque’ transformada em inquérito. Apontado como ‘comparsa’ de vários patoteiros que atuavam na Base do Ibura. **Diário de Pernambuco**. Recife, 07 de maio de 1945.

esforçavam para ser “um lar fora do lar” para homens e mulheres nos serviços armados¹⁴⁶. Onde havia uma base militar norte-americana, ofereciam lazer, divertimento e orientações gerais a respeito do lugar em que os soldados aportavam, inclusive sobre idioma – e sobre este assunto a dica do diretor do USO Recife, Hal Blum, aos militares era: arranje uma namorada e leia jornais.

Valores e costumes dos Estados Unidos eram cuidadosamente reproduzidos no sentido de que não perdessem o norte, até mesmo, do ponto de vista regional: jantares eram oferecidos com o gosto culinário típico da região de origem dos soldados. No Recife existiam quatro ou cinco clubes: o Enlisted Men’s Club (EMC), ou Clube dos Alistados de Piedade¹⁴⁷; o USO Beach Club de Boa Viagem (USED)¹⁴⁸; o USO Town Club, na rua do Sol, no centro do Recife; e no Recife Military Área (RMA), no campo do Ibura, ou Ibura City¹⁴⁹, tinha o Clube Mais ou Menos, que em agosto de 1945 passava a ser um Red Cross Club, ou Clube da Cruz Vermelha¹⁵⁰. No Ibura havia também o Clube NCO que, em setembro de 1945, com o sargento Arthur Quinn à frente de um programa de danças, era oferecido ‘corsages’ às moças e prêmios especiais aos casais de dançarinos¹⁵¹ - mas, não há certeza se este clube fazia parte da mesma organização dos USOs.

Recreadoras norte-americanas, com experiência em artes plásticas e cênicas, em entretenimento – canto, instrumento, dança, teatro -, e, talvez, algumas com conhecimento em psicologia e pedagogia - eram destacadas para dar assistência aos militares: distraí-los, diverti-los, ocupá-los e ajudá-los no que fosse preciso. Em novembro de 1945, por exemplo, chegava Mrs Jane Hope Whitney para substituir Mr. Harold Lucas na direção do USO Town Club do Recife, ela era casada com um escritor e formada em Arte Dramática pela Universidade de Columbia, e teve a carreira de jornalista no New York Evening Post

¹⁴⁶ 4º Aniversário dos USO Clubes em todo Mundo. **Diário de Pernambuco**. Recife, 02 de fevereiro de 1945.

¹⁴⁷ “O EMC é um dos mais bem arranjados clubes do Recife, com a vantagem sobre os outros de ter o mar em “foreground”. Em toda a extensão o clube repousa sobre dois planos separados por leve declive. O salão de danças, a biblioteca, o bar e o “powder room” estão no mesmo nível, três degraus abaixo ficam as mesas com poltronas estufadas à roda. O clube é circundado com telas de arame e o vento do mar açoita-o no interior continuamente. Ao lado do clube ficam as palmeiras e as barracas dos alistados. Uma cafeteira de emergência serve hamburguers, chesseburgers e todas as qualidades de sandwiches. O bar tem uma permanente fonte de coca-cola e “soft drinks” podem ser adquiridos pelo preço de mercado”. USA Bits. **Diário de Pernambuco**. Recife, 21 de dezembro de 1945.

¹⁴⁸ Possivelmente, o Cassino Americano (hoje um restaurante), na av. Beira Mar, no bairro do Pina. Segundo PARAÍSO, Rostand. Op. Cit. P. 232, foi o primeiro a ser erguido, em 22 de abril de 1943. Contudo, o autor diz que foi desativado ainda em 43, devido à construção do USO da Rua do Sol, o que não procede. As atividades diminuíram, mas, em 1945 uma nova administração foi enviada e promoveu novos eventos com a intenção de retomar a freqüência.

¹⁴⁹ PARAÍSO, Rostand. Op. Cit. P. 233-235.

¹⁵⁰ USA Bits. **Diário de Pernambuco**. Recife, 14 de agosto de 1945.

¹⁵¹ USA Bits. **Diário de Pernambuco**. Recife, 15 de setembro de 1945. Corsage é um mini-buquê de flores que as moças usam no pulso em noite de baile; geralmente, é um presente do namorado. Costume nos EUA.

interrompida pela convocação para as atividades nos USOs clubes. Jane H. Whitney já havia estado no USO do porto do Alaska, no clube de São Luis do Maranhão - já fechado naquele momento - e tinha passado um mês em Fortaleza¹⁵². Já o Red Cross Club ficaria sob os cuidados de “três ‘american girls’ treinadas em serviços de recreação”¹⁵³

Existiam homens responsáveis pela organização e administração, mas eram as mulheres que comandavam as atividades dos clubes, sempre buscando movimentar com cursos de desenho, piano, culinária, arte em couro; sessões de cinema, danças, festas, piqueniques, concursos e competições, como o Quiz , ou “batalha dos cérebros”, e a “batalha dos sexos” entre marinheiros e mulheres¹⁵⁴. Promoviam eventos e atividades diversas, particularmente, vivenciando as datas cívicas e religiosas dos Estados Unidos, mas também acompanhando os principais festejos locais, como o carnaval, São João, e as festas de final de ano.

Artistas norte-americanos vinham fazer shows para os militares aqui estacionados. Em abril de 1945 veio um grupo de bailarinas, trapezistas e patinadoras – que também se apresentaram no Teatro Santa Isabel para as Forças Armadas Brasileiras¹⁵⁵.



Fig. 13– “Stateside Stuff”: show no Santa Isabel para FEB.
Diário de Pernambuco. Recife, 26 de abril de 1945.

¹⁵² USA Bits. **Diário de Pernambuco**. Recife, 17 de novembro de 1945.

¹⁵³ USA Bits. **Diário de Pernambuco**. Recife, 14 de agosto de 1945.

¹⁵⁴ USA Bits. **Diário de Pernambuco**. Recife, 17 de maio de 1945.

¹⁵⁵ Idem. Recife, 19 de maio de 2010.

E em maio a atriz hollywoodiana Kay Francis foi “recepcionada por uma verdadeira multidão de soldados e oficiais norte-americanos”. Kay Francis almoçou com os marinheiros no Campo Ingram, visitou o Hospital Knox, autografou várias notas de cruzeiro e rumou para o Rio de Janeiro¹⁵⁶.



Fig. 14– Kay Francis pessoalmente nas bases do Recife.
Diário de Pernambuco, 26 de maio de 1945.

O Campo Ingram era uma infraestrutura montada no Recife para servir a 4ª Esquadra Americana e a sua Força Aérea “com alojamentos, cozinhas, padarias, cantinas, campos de desportos, salão de recreio servindo ao mesmo tempo para os ofícios religiosos de três cultos diferentes - o católico, o protestante e o judaico”¹⁵⁷. Segundo o Comandante Macedo Soares, a Força do Atlântico Sul, sob o comando do Vice-Almirante Ingram, também ocupou os dez andares de um edifício do Instituto de Aposentadorias e Pensões, localizado na Avenida Dez de Novembro, hoje Guararapes, e ainda se utilizaram dos últimos dois andares do Edifício Sulacap, na época recém-construído, abrindo uma porta de ligação entre os dois prédios no sétimo andar. A 4ª Esquadra ainda se valeu de frota de ônibus própria para atender aos deslocamentos dos militares entre as bases e os clubes, no sentido de não sobrecarregar o deficiente serviço de transporte da cidade. O Hospital Knox, visitado por Kay Francis, era um

¹⁵⁶ USA Bits. **Diário de Pernambuco**. Recife, 22 de abril e 25 de maio de 1945.

¹⁵⁷ SOARES, Cte. Gerson de Macedo. **O Brasil na Segunda Guerra Mundial. A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Disponível em < <http://adluna.sites.uol.com.br> > Acesso em 14 mar 2010. Os EUA arrendaram boa parte do Porto do Recife para instalar toda logística necessária à guerra. A estrutura de alojamento, “um vasto acantonamento”, também era no porto e era conhecida como Campo Ingram.

hospital de emergência na praia de Piedade, onde hoje é o Hospital da Aeronáutica do Recife. Em Tejipió os militares dos Estados Unidos também concluíram e equiparam um hospital do Estado de Pernambuco, mediante contrato, lugar que já foi conhecido como Sancho e hoje é o Hospital Otávio de Freitas.

Da movimentação nos clubes participavam: as voluntárias, as sócias e as convidadas. As voluntárias eram norte-americanas, que, em junho de 1945, receberam escudos e um Certificado de Serviços Voluntários. As sócias eram senhoras e senhoritas da sociedade local, que eram chamadas de “Senior hostesses” e de “Junior hostesses”. Senhoras e jovens hospedeiras, que recepcionavam os soldados “contribuindo para o êxito e a continuidade do programa de entretenimento, sociais e patrióticos” do clube¹⁵⁸. Da sociedade local tínhamos, entre outras, Zezita Guimarães e Laurita de Carvalho, que eram “sênior hostesses”, e Neusa e Alice Fontes, que eram “Junior hostesses”¹⁵⁹. Voluntárias e sócias movimentavam a recreação dos clubes promovendo esquetes teatrais, recitais, shows, danças, declamações e palestras que eram oferecidas aos militares. Em junho de 1945, Martha Cavalcanti, aluna do quinto ano do curso de Medicina, foi convidada pelo “Mobile Service do Recife” a cantar “No Love, No Nothing”, “I Dream of You” e “Mad about him, Sad about him, How can I be glad without him” no Town Club, e a senhora Janina Siqueira ministrou palestra na “Hora do Café” sobre a arte popular no Nordeste¹⁶⁰. Os soldados podiam convidar moças para freqüentar os clubes ou participar de algum evento, essas moças também poderiam receber a carteirinha de sócia.

Acompanhando e fazendo parte dessa movimentação dos USOs Clubs e das tropas americanas no Nordeste chegavam profissionais das artes cinematográficas de Hollywood, jornalistas e curiosos pela cultura e pela realidade brasileira. Gilberto Freyre havia denunciado que alguns correspondentes norte-americanos atuavam a serviço do DIP. A imagem do Brasil oferecida no exterior devia passar pelos órgãos censores, e algumas vezes eram necessários “códigos e pombos-correio” para se comunicar situações consideradas indesejáveis pelo Estado. Contudo, alguns jornalistas independentes conseguiam publicar algo diverso da imagem oficial, era o caso da correspondente do “grupo Time-Life-Fortune”, Jane Gray Braga, que em abril de 1945 estava no Recife para, segundo o Diário de Pernambuco, ver a realidade brasileira com suas misérias e dificuldades sem uns óculos colorido que lhe altere a visão¹⁶¹.

¹⁵⁸ USA Bits. **Diário de Pernambuco**. Recife, 29 de junho de 1945.

¹⁵⁹ USA Bits. **Diário de Pernambuco**. Recife, 08 de agosto e 16 de outubro de 1945.

¹⁶⁰ USA Bits. **Diário de Pernambuco**. Recife, 07 e 10 de junho de 1945.

¹⁶¹ Veio observar a situação de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**. Recife, 21 de abril de 1945.

Os jornalistas do Diário de Pernambuco se apresentavam muitas vezes como cicerones desses visitantes mostrando os atrativos locais. Hal “da Silva” Blum, diretor do USO Mobile Service do Recife, segundo o próprio jornal, foi um dos que mais se entrosaram a sociedade local. Tanto que era considerado “o americano mais brasileiro da cidade”. Em maio de 1945 o Diário relatava as aventuras de Hal Blum em férias no município de Joaquim Nabuco. Um amigo usineiro o convidou para conhecer como se fazia açúcar. O relato da viagem no jornal parece até roteiro de filme americano: foi de trem, não avisou, não havia ninguém esperando, era noite, procurou um hotel, encontrou uma pousada/ pensão de três quartos, só havia um quarto; foi procurar o que fazer na rua e não encontrou, mas, ao voltar ao hotel, ouviu alguém cantando, era um repentista que já o inseriu na cantoria como o “bravo americano” e que depois de uma nota de dez cruzeiros no prato não queria mais parar. O mais interessante desse relato no jornal são as caçadas na propriedade do usineiro, que, enfim, conseguiu chegar. Teve direito até a um molequinho doméstico para acompanhá-lo em todos os momentos e cuidar de suas roupas e sapatos, o nome do menino era Alcides, mas ele preferiu batizá-lo de Domingo, numa alusão a história de Robinson Crusoé. Hal Blum apresentou uma paisagem natural da região ainda preservada: abundante mata verde e animais selvagens, como o porco e cervo; segundo ele, havia muita caça. Enquanto lá estava, souberam pelo rádio da rendição da Alemanha. Os empregados da casa foram comemorar e ele ofereceu como atração hipnotizar o pobre do Alcides/ Domingo, no qual enfiou um garfo no braço para provar o feito. Foi a cavalo até Palmares sendo apresentado às autoridades municipais. Lá visitou o hospital e distribuiu graça para as mulheres internadas e cigarros e goma de mascar aos indigentes, acabou por discursar num comício que, sutilmente, não soube precisar se era pelo Brigadeiro ou pelo General, mas fez um hino de louvor ao Brasil ressaltando que desejava viver e morrer em Pernambuco, mas que antes devíamos saldar a dívida com os japoneses e ir a Tóquio “matar um por um todos os japoneses”¹⁶² – detalhe: a bomba atômica ainda não havia sido lançada. Quando da sua despedida, Hal “da Silva” Blum teve direito a artigo de Paulo do Couto Malta relatando sua trajetória no Brasil desde 1943. Sua adaptação à língua e aos costumes é bem descrita nesse texto observando-se em especial a experiência com a cultura popular, incluindo os cultos afros e o uso de brilhantina de cheiro no cabelo, “num entusiasmo louco de integração à qualidade nativa”¹⁶³.

¹⁶² Aventuras de um americano em férias no interior. **Diário de Pernambuco**. Recife, 20 de maio de 1945.

¹⁶³ MALTA, Paulo do Couto. “Good bye and good lucky, hall blum”. **Diário de Pernambuco**. Recife, 23 de setembro de 1945.

Seria esperado que com o fim da guerra o Teatro do Atlântico Sul fosse logo desmontado, pelo menos não mais estimulado, mas não foi assim. As atividades ainda se mantiveram por certo tempo. Henry Sims, supervisor geral dos USOs Clubs, em entrevista ao Diário de Pernambuco, anunciava a intenção de se construir mais três clubes, dois em Natal, sendo um exclusivo para oficiais, e um em Fortaleza, “afim de atender as contínuas idas e vindas de soldados americanos, uns em demanda ao Pacífico, outros de volta ao continente europeu em gozo de licença”¹⁶⁴. Um destacamento, por exemplo, de cento e quarenta moças, denominado WACs, divisão ATC, em setembro de 1945 eram esperadas no quartel general (QG) de Natal para serviços ativos naquela área¹⁶⁵. WACs era a sigla de The Women’s Army Corps, que até 1978 fazia parte do Exército dos Estados Unidos; e ATC era a divisão The Air Transport Command.

As WACs eram mulheres, que por diversos motivos e até iludidas¹⁶⁶, se alistaram para auxiliar os homens na guerra, mas não no tradicional batalhão das enfermeiras, e sim cuidando, principalmente, das informações que circulavam. Trabalhavam como telefonistas, telegrafistas, taquígrafas, censoras, em atividades de escritório, serviços meteorológicos e outras mais complexas, como na área de engenharia de munições¹⁶⁷. O exemplo dessas mulheres certamente repercutiu na sociedade recifense, especialmente em seu segmento feminino, assim como a modernidade sugerida pelas voluntárias e as sênior e júnior hostesses dos USOs Clubs.

E, seguindo a proposta de criar novos espaços recreativos para receber os militares em trânsito, na Ilha de Marajó também estava sendo erguida outra unidade para atividades náuticas com excursões pelo Rio Amazonas¹⁶⁸. Por seu turno, a Área Militar do Recife, no campo do Ibura, recebia as senhoras Lee Archer e Patrícia Fitz que iriam...

¹⁶⁴ USA Bits. **Diário de Pernambuco**. Recife, 08 de agosto de 1945.

¹⁶⁵ USA Bits. **Diário de Pernambuco**. Recife, 14 de agosto e 02 de setembro de 1945.

¹⁶⁶ Algumas delas foram induzidas a se alistar, no sentido de ficarem mais próximas de seus maridos, noivos e namorados e, principalmente, com a alegação de que seu serviço seria um auxílio fundamental (e o termo primeiramente usado foi Força Auxiliar) para que a guerra terminasse mais rápido.

¹⁶⁷ BELLAFAIRE, Judith A. **The Women’s Army Corps: a Commemoration of World War II Service**.

Disponível em < <http://www.history.army.mil/brochures/wac/wac.htm> > Acesso em 13 mar 2010. Ver também QUÉTEL, Claude. **As Mulheres na Guerra. 1939-1945**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009. P.143.

¹⁶⁸ USA Bits. **Diário de Pernambuco**. Recife, 02 de setembro de 2010.



Figs. 15 e 16 – Clichês de **Lee Archer e Patrícia Fitz.**

Diário de Pernambuco. Recife, 02 de setembro de 1945.

[...] dirigir o ‘room’ da Cruz Vermelha no velho Clube Mais ou Menos [...] o objetivo do novo clube é agradar o maior número possível de homens. Lee e Fitz são especialistas em programas desse gênero e certamente as novidades recreativas que vão criar naquele Campo contribuirão bastante para aumentar a atmosfera do ‘home’ entre os ‘G ls’ do Recife¹⁶⁹.

No Recife, em junho de 1945, o USO Beach Club “cenário de muitos domingueiros ‘waffle parties’” passou a ficar aberto apenas de dia para os “G ls” – militares - que quisessem tomar banho de mar, e seria aberto à noite em festas especiais¹⁷⁰. Mas, o que estava um pouco ocioso, como os clubes da área de Piedade e Boa Viagem – o mais movimentado era o do centro da cidade, na Rua do Sol –, de certa maneira renasceram com as festas de despedidas que começaram a ser anunciadas à medida que um novo grupo, ou alguém em especial, partia. Como também, festas eram preparadas para recepcionar outros grupos. Foram destacados novos animadores/ administradores para esses locais no sentido de revivê-los.

Na verdade, os militares eram enviados para o Brasil meio sem entender as razões. Entretanto, os acordos entre os EUA e o Brasil incluíam um período de patrulha da costa brasileira a cargo de marinheiros norte-americanos, “os cabeças raspadas”¹⁷¹. Estes marinheiros iniciaram o contato com o “ambiente praieiro nordestino” participando de um “steak fray” na praia de Piedade, e foram as “Júnior hostesses” do USO “que fizeram as honras da casa durante a party, que se caracterizou pelo espírito cordial do divirta-se-enquanto-é-tempo”¹⁷². E dois navios no porto e três no mar se revezariam para orientar a rota aérea dos aviões rumo aos Estados Unidos e deste para a Europa e em prestar informações meteorológicas. Por sinal, no Campo Ingram existia há um ano uma escola de formação de

¹⁶⁹ USA Bits. **Diário de Pernambuco.** Recife, 02 de setembro de 1945.

¹⁷⁰ USA Bits. **Diário de Pernambuco.** Recife, 06 de junho de 1945.

¹⁷¹ Rito de passagem para aqueles que pela primeira vez cruzavam a linha do Equador. USA Bits. **Diário de Pernambuco.** Recife, 09 de dezembro de 1945.

¹⁷² USA Bits. **Diário de Pernambuco.** Recife, 20 de dezembro de 1945.

observadores meteorológicos, a “Weather School”, que formou quarenta e um militares brasileiros, sendo as aulas ministradas por instrutores brasileiros e norte-americanos¹⁷³.

Em 07 de julho de 1945 encerraram-se as atividades da Marinha americana. A censura foi suspensa no Teatro do Atlântico Sul em setembro, e em 31 de outubro as forças do Exército norte-americano foram oficialmente dissolvidas no Quartel General de Piedade. Cinco grandes bailes de despedidas foram programados no USO Town Club, o terceiro, em outubro, foi um baile de carnaval sem lança-perfume, nem passo de frevo, em que “as sócias e membros do staff” usariam fantasias¹⁷⁴. Em agosto já havia acontecido outro baile de carnaval no Clube dos Alistados de Piedade, onde compareceram alistados até o grau de sargento e “girls” brasileiras e americanas do USO, USED e RMA; segundo o Diário de Pernambuco, houve excesso de camisa listrada de malandro e de moças de calças¹⁷⁵. Mas, o evento mais sugestivo no USO Town Club do Recife aconteceu em setembro com a apresentação do show So This is Recife, idealizado por Paula Hoover.



Fig. 17– Show So This is Recife no USO Town Club. Diário de Pernambuco. Recife, 02 de setembro de 1945.

¹⁷³ USA Bits. Diário de Pernambuco. Recife, 15 de setembro de 1945.

¹⁷⁴ USA Bits. Diário de Pernambuco. Recife, 16 de outubro de 1945.

¹⁷⁵ USA Bits. Diário de Pernambuco. Recife, 03 de agosto de 1945.

O evento congregava artistas amadoras brasileiras e norte-americanas, com a participação de militares. Caracterizou-se por imprimir, na visão do Diário de Pernambuco, “uma feição quase regionalista no gênero de entretenimentos entre o pessoal norte-americano da área”. O aspecto regionalista a que o jornal se refere estava nas apresentações de números de samba, xangô, coco e frevo terminando tudo num carnaval pernambucano. Niedja Silva, vestida de baile em meio a “baianas típicas”, cantou “Boi Tatá”. Beatriz Uchoa Cavalcanti, Joe Dolan, Catherine Hempten, Dolores Cavalcanti, LuRay Streibich, Martha Cavalcanti e o marinheiro Brittingham participaram de uma peça. E Martha Cavalcanti ainda apresentou o solo “Brasil” acompanhada por “baianas de Salvador”¹⁷⁶.

Em vários momentos, notamos o empenho daqueles que faziam a animação dos clubes, utilizando o Diário de Pernambuco como veículo de propaganda, para atrair a freqüência de moças nos eventos dos USOs. Em outros jornais, como a Folha da Manhã e o Jornal Pequeno, pesquisados no mesmo período, não há menção a respeito do movimento nos clubes dos americanos. A Folha da Manhã observava mais a questão da política da boa vizinhança, das relações entre o Brasil e os Estados Unidos que iam além das circunstâncias favorecidas pela guerra no circuito local. E o Jornal Pequeno apresentava uma série de notícias a respeito da bomba atômica. Ao contrário do Diário de Pernambuco, nesses jornais pouco se nota a presença estrangeira no cotidiano da cidade.

Entretanto, nesses últimos meses de guerra, em ritmo de despedida, dispensava-se até o cartão de sócia para se freqüentar os clubes, bastando ter o convite expresso de um “service man”¹⁷⁷. Observamos também, por várias vezes, o incentivo para que as moças enxergassem nesses combatentes uma possibilidade de relacionamento. Numa entrevista com o Capitão Turner, recém chegado da Ilha de Ascensão ao Recife e novo ajudante de ordens do comando, o jornalista assinalava que ele era “handsome and single”, bonito e solteiro. O Capitão Turner estava justamente colaborando na organização das festas de Natal e Ano Novo que aconteceriam no Clube dos Alistados de Piedade – este clube foi submetido a uma intensa reforma para ser palco dessas festas – e, nessa ocasião, o capitão destacava o anseio de que houvesse uma freqüência “satisfatoriamente numerosa de moças”. Segundo ele,

¹⁷⁶ USA Bits. **Diário de Pernambuco**. Recife, 02 de setembro de 1945.

¹⁷⁷ USO Bits. **Diário de Pernambuco**. Recife, 09 de dezembro de 1945.

Nossos soldados sentem-se solitários nesta época do ano; na pátria, este é o momento em que todos se reúnem às famílias por mais dispersos que estejam. Se tudo sair a contento durante as próximas celebrações de Natal e Ano Novo, isso contribuirá em parte para dissipar neles as saudades do lar.

Assim como a formação das WACs nos Estados Unidos provocou reação dos conservadores a ponto de levantar dúvidas sobre a moral dessas mulheres em ambiente predominantemente masculino¹⁷⁸, a freqüência exclusiva de senhoras e senhoritas nos clubes dos americanos também despertaram comentários maliciosos. Segundo Rostand Paraíso, os rapazes do Recife se incomodavam com essa presença estrangeira a concorrer com eles aos corações das moças; até mesmo as prostitutas preferiam os gringos com seus dólares, concorrendo para brigas a socos e pontapés, e até peixeira, entre ianques e nativos. Essa situação deu asas “a críticas ácidas”, que entre outras coisas colocava “que USO significava União das Senhorinhas Ordinárias”. As que freqüentavam o clube eram consideradas “garotas usadas”, e aquelas deslumbradas pelos americanos, que desprezavam os recifenses, eram insultadas de “garota coca-cola”. Segundo o povão, o Recife se americanalhava¹⁷⁹.

A festa de Natal no Enlisted Men’s Club de Piedade lançou mão até da frota de ônibus do exército americano para facilitar o acesso das moças ao evento e levá-las de volta para casa no final das danças. Segundo o Diário de Pernambuco, um número limitado de moças conhecia o clube de Piedade. A maioria era sócia do USO, mas a diretoria estava disposta a ampliar o quadro de freqüentadoras, tanto que todas as moças do Recife estavam convidadas para participar das comemorações de final de ano. Com tanto que “satisfaçam certos requisitos naturais de admissão e possuam convite fornecido pela diretoria”, ou por meio de “soldado americano até o grau de sargento” ou com “o redator do USA Bits” do Diário de Pernambuco. Entre dezenove horas e trinta minutos e vinte e uma horas, de quinze em quinze minutos, no dia 24 de dezembro, os ônibus passaram pelo: Grande Hotel, Restaurante Leite, Largo da Paz, e pelo circular de Boa Viagem para transportar convidadas e sócias ao baile, sendo recebidas com “corsages” e presentes. Incluso no convite, além do transporte, um “Buffet Supper”, “refreshments e Coca-Cola”¹⁸⁰.

¹⁷⁸ BELLAFIRE, Judith. Op. Cit.

¹⁷⁹ PARAÍSO, Rostand. Op, cit. P. 233-235.

¹⁸⁰ USA Bits. **Diário de Pernambuco**. Recife, 21e 23 de dezembro de 1945.

I. 7 Meninas de Hoje: Moda, Beleza e Atitude.

As mulheres das décadas de quarenta e cinquenta enfrentaram alterações importantes na história. Vítimas, agentes ou meras expectadoras elas não passaram incólumes pelas mudanças, mas, geralmente, foram obrigadas, por estratégia ou pela impotência de agir, a aceitar as permanências.

No Recife há uma organização feminista denominada SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, uma sociedade civil autônoma e sem fins lucrativos fundada em 1981, que luta pelos direitos das mulheres buscando “a democratização da própria esfera política e de toda organização da vida social”. O SOS Corpo entende que as relações de gênero são desiguais e devem ser transformadas. Em 2009, o instituto promoveu a campanha “Democracia no mundo e em nossas vidas – Pelo fim da violência contra as mulheres”.

Hanna Arendt dizia que “o sentido da política é a liberdade”¹⁸¹. A perspectiva que adotamos para abordar a história de mulheres no período pós-segunda guerra parte da idéia de perceber essa “democracia no mundo e em nossas vidas”, esse sentido político de liberdade no âmbito das relações sociais cotidianas.

As fontes pesquisadas não ofereceram destaque para o termo feminismo. Artigos e crônicas nos jornais pareciam evitar o uso direto do termo. Tratavam da condição da mulher, especialmente sobre relacionamento social e afetivo, trabalho e política, mas sem se remeter a um movimento dito feminista. O termo feminismo nessa época ainda está muito relacionado à questão do sufrágio. O jornal Folha da Manhã¹⁸² fez articulação semelhante na seção sobre cinema ao comentar a respeito da atitude da atriz hollywoodiana Hedy Lamarr, que acabava “de fazer profissão de fé sufragista”. É interessante observar como o jornal, a partir do exemplo da atriz, desconstrói, e, de certa forma, reafirma - pois Hedy Lamarr era considerada uma exceção à regra - a imagem estereotipada de uma sufragista feminista:

Quando se fala em sufragista, a gente tem logo a impressão de uma solteirona feia e irritada, que se atira agressiva e furiosamente contra os homens, menos para reivindicar liberdades e direitos do que por despeito, para vingar-se de ter ficado solteira... Entretanto, temos agora em Los Angeles uma bela mulher [...]

¹⁸¹ Uma das frases em destaque no site do SOS Corpo. Disponível em <<http://soscorpo.org.br/>> Acesso em 18 jan 2010.

¹⁸² **Folha da Manhã**. Recife, fevereiro de 1945.

Hedy Lamarr havia concedido entrevista na qual, segundo o jornal, desancava “valentemente os homens”, observando que eles:

[...] são fúteis e maus, covardes e egoístas, mentirosos e tolos, desprezam os atrativos morais das mulheres e só amam suas graças físicas. E concluiu: - Como é absurdo o mito da infelicidade intelectual das mulheres!

O jornal, de forma dúbia, concordava com a atriz finalizando a nota com um “Está-se vendo”. A distinção aceita na época de que mulher é emoção, e o homem é só razão, perseguiu e comprometeu o discurso feminista, quando este inflamado, preenchido de indignação, pretendia demonstrar, particularmente para as próprias mulheres, que elas também podiam e deviam exercer seu intelecto em atividades que extrapolavam o universo doméstico.

A democracia, nesse período, é um ideal muito valorizado na política. No entanto, as relações sociais e de trabalho, e especialmente familiares, continuam sendo predominantemente autoritárias e conservadoras. Por volta de novembro de 1945, as escritoras Lúcia Miguel Pereira e Raquel de Queiroz, em edições seguidas da seção dominical de literatura do Diário de Pernambuco, discutiam a problemática da mulher frente às opções oferecidas pelo mundo contemporâneo: carreira, matrimônio, ser solteira celibatária ou não. O pós-guerra ao mesmo tempo em que ofereceu oportunidade para a mulher seguir uma profissão e tomar novos rumos na vida, também derrubou com uma certeza preciosa para muitas: o casamento. Lúcia observava as mulheres que perderam seus maridos, noivos e namorados na guerra. E Raquel comentava situação semelhante com a mulher de província, cujos maridos, noivos e namorados saíam de suas vilas e cidades do sertão em busca de melhores condições de vida em outras paragens, e não mais retornavam. No entanto, nesse trecho de “Solteironas e Celibatárias”, Lúcia Pereira comenta:

Se o mundo fosse como a retardatária província brasileira, com a sua vida arrastada e pacata, se todas as mulheres fossem como nossas provincianas, tímidas e submissas, haveria apenas no fato de ficarem solteiras as moças cujos futuros maridos não voltaram do campo de batalha, um maior número de destinos melancólicos a lamentar. Mas se a situação é na sua essência, a mesma, as circunstâncias são outras. Nem há na sociedade moderna, tão áspera e utilitária, lugar para as “tias” de antigamente, nem as mulheres de

hoje se sujeitariam a viver tuteladas, numa minoridade artificial e deprimente.

A mulher se encontra, ou se perde, num mundo de estímulos contraditórios. Ao mesmo tempo em que a família, de camada social mais favorecida, educava sua filha para ser uma boa *esposa-mãe-de-família-dona-de-casa*, também era estimulada a ser culta. E, no caso da família das camadas populares, a filha era incentivada pelas necessidades da vida a exercer alguma atividade remunerada e contribuir para o orçamento familiar. Além desses estímulos básicos de sobrevivência social, se acrescenta o conhecimento das novidades do mundo moderno, que a mulher tem conhecimento através da imprensa, da literatura, do rádio, do cinema e da própria convivência social.

Num artigo da revista *Atlântida*¹⁸³ era posto que o exemplo de mulher a ser seguido seria o da atriz Joan Crawford. Além de trabalhar, ela mesma cuidava dos afazeres domésticos, de sua filha e de si mesma. O artigo considerava louvável a atuação das mulheres das classes menos favorecidas que: trabalhavam, encaravam o casamento como um acontecimento eventual e não um destino; competiam e até superavam o homem no trabalho, e ainda reivindicavam seus direitos. E criticava a filha das classes abastadas que não trabalhava, agia como parasita e considerava emancipação: fumar, freqüentar clubes, ler Freud e jogar tênis. Contudo, para ambas o artigo não perdoava o fato de desprezarem o zelo pelos afazeres domésticos, e afirmava: “Ser moderna e independente, não implica em deixar de ser mulher, para se tornar simples máquina de trabalho ou boneca de salão. Todo encanto da personalidade feminina está nessa aptidão natural para os lazeres da casa”.

Os jornais da época tinham sempre um espaço diário em suas páginas direcionado para o público leitor feminino, nem que fosse apenas uma receita culinária e uma nota sobre moda. Em 1945¹⁸⁴, no Diário de Pernambuco havia a coluna “Notícias da Moda” e “Crônica de [ou da] Moda”. E o jornal Folha da Manhã, edição matutina, publicava diariamente uma coluna chamada “Mundanismo” e, às quintas-feiras, uma “Secção Feminina” ilustrada de duas páginas, em que trazia: a última moda em roupas, acessórios e decoração de Hollywood, Nova York e de Paris; dicas de relacionamento, ou melhor, mandamentos para a mulher moderna; dicas domésticas e culinárias e sobre avanços profissionais, como, por exemplo, uma escola

¹⁸³ *Atlântida*, fevereiro de 1945.

¹⁸⁴ É importante marcar o período, pois observamos uma mudança após 1945 na qualidade dos jornais. Algumas seções diminuem ou desaparecem. A página dominical “Meninas de hoje” de Gil Brandão, por exemplo, desaparece. Possivelmente, reflexos das mudanças políticas que influenciavam na percepção de matérias-primas para a confecção dos jornais.

de aviação para mulheres nos Estados Unidos¹⁸⁵. O vestuário das atrizes de cinema era o modelo a seguir, e, assim, o comércio do Recife acompanhava a modernidade ao oferecer o desassossego dos pais: o maiô de duas peças.



Fig. 18– Propaganda de maiô de duas peças à venda na Loja A Primavera. *Jornal Pequeno*. Recife, 24 de outubro de 1947.

A moda era estrangeira mas o espaço propagador era o Rio de Janeiro, então, na “Secção Feminina” do jornal *Folha da Manhã*, a coluna que tomava quase todo espaço era intitulada “Fala Rio de Janeiro” de Sociere, ou Alba de Melo, por via aérea. E no domingo havia a página de Gil Brandão.

“Meninas de Hoje” era o título de uma das seções dominicais do jornal *Folha da Manhã*. Uma página inteira, geralmente, colorida em papel couché, na qual Gil Brandão fazia observações a respeito da mulher contemporânea utilizando-se de pequenas crônicas e piadinhas; e, ao mesmo tempo, dava seus primeiros passos como estilista. Gil Brandão era formado em arquitetura, foi o primeiro modelista brasileiro famoso e popularizou os moldes prontos para roupas no *Jornal do Brasil*, em 1959.

¹⁸⁵ MCDERMOTT, Willian F. [da revista *Colliers*]. Escola de Aviação para Mulheres. *Diário de Pernambuco*. Recife, 08 de fevereiro de 1945.



Fig.19 – Meninas de Hoje por Gil Brandão. Folha da Manhã [matutino]. Recife, 07 de janeiro de 1945.

A página de Gil Brandão se revela interessante para se perceber os estereótipos do ser mulher dessa época. Cada página refere-se a um tema, ou melhor, a um grupo específico de mulher: secretária, noiva, loura, num baile de carnaval, em passeio, em festa. Em cada situação Gil expunha seus modelos acompanhados de anedotas, uma crônica ou de um texto sobre alta-costura parisiense, por exemplo. Essas anedotas, quando não apresentavam um tema específico, geralmente, traçavam a mulher como fútil, interesseira, oportunista, sempre a procura de um marido bem de vida que possa sustentar seus caprichos, mesmo em ambiente de trabalho. Mostra também a mulher fofoqueira e maledicente em relação a outras, mas que, por outro lado, demonstra objetividade e não aceita qualquer emprego por qualquer remuneração. Mas, o tom do autor é de que a mulher quer ter um trabalho sem muito esforço, sem abdicar de seu tempo livre, podendo apelar para a sensualidade.

Na página em destaque é possível observar indícios da mudança dos hábitos sociais da mulher, como o fumar em público e a sensualidade que lhe é associada. A figura feminina no alto à esquerda está fumando ao mesmo tempo em que fala ao telefone. E, na propaganda de cigarros abaixo, se naturaliza o fato da uma mulher comprar cigarros.



Fig. 20– Propaganda do cigarro Beverly. Diário de Pernambuco. Recife, 15 de outubro de 1947.

Decotes, recortes e roupas marcadas que valorizavam colo, pernas, cintura e as curvas dos quadris estavam em evidência nos modelos sugeridos por Gil Brandão. O estilista procurava inserir seus figurinos num contexto, e um dos assuntos recorrentes era a preocupação das moças com a idade, de passar do tempo considerado ideal para casar. Uma personagem com mais de trinta e cinco anos, em que os fios de cabelo branco já apareciam, é seu pretexto para sugerir modelo para essa faixa etária. A partir da máxima corrente de que “os homens começam a viver aos quarenta anos. Aos quarenta anos as mulheres começam a morrer...”, Gil Brandão cria uma personagem, “melle.”, em idílio amoroso com um jovem professor de geometria. Ele descreve o traje dos dois, e “melle.”...

Sentia-se mais remoçada no contraste das cores do seu traje. Não se sabia onde o maior realce: se na saia negra cortada pelas mãos de seda daquela que traçava o desenho dos seus trajos, deixando à perspicácia dos estetas uma sombra das linhas do seu corpo impressionantemente adorável ou pelo ‘decor’ de sua blusa verde-mar adornada ao longo das ombreiras por duas aplicações que lembrariam dois acentos circunflexos apostos em sentido inverso¹⁸⁶.

¹⁸⁶ Meninas de Hoje por Gil Brandão. Suplemento Ilustrado. **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 28 de janeiro de 1945.

Ao longe, duas mocinhas observavam o casal. E, no dia seguinte, na festa carnavalesca do Clube Internacional, o casal dança, bebe, fuma e é surpreendido na mesa com a presença das duas jovens. Melle, ferida na questão da idade, reage falando com orgulho de seus cabelos brancos que despontam nas têmporas: “Traduzem o prelúdio de minha primeira decepção e o sintoma de meu primeiro cansaço”. Gil Brandão valorizava a mulher com mais de trinta anos e faz sua “melle.” crescer diante daquelas jovens e, particularmente, no conceito do jovem professor, que “olhou-a boquiaberto. E beijou-a pelos olhos. E beijou-a com os olhos. E viu pelos olhos que melle., aparentemente senhora de si mesma, chorava com a alma. Chorava perdidamente”. Em outro momento, Gil Brandão havia ressaltado o mesmo valor às moças solteiras que passavam dos trinta anos. Ao expor modelos de fantasias, relatava os últimos preparativos de uma família antes de sair para um baile de carnaval. São cinco irmãs, uma delas deve a contragosto dançar com um pretendente bem mais velho para não contrariar o pai. A mais velha tem vinte e sete anos e considera uma indiscrição as moças comentarem suas idades. Segundo Gil, ela é um paradoxo, uma exceção, pois ...

Jamais afirmou que vive seus vinte e sete anos, mas sabe mentir afirmando que já se aproxima dos trinta e cinco e que a vida começa aos quarenta...

Não pintou a cabeleira e, nas têmporas, já aparecem os primeiros cabelos brancos, que a tornam mais bonita, mas impressionante e talvez alguma coisa de maternal.

Alguém teria perguntado: por que não pintaste os cabelos?

E ela, naquela chinesa discreta, teria dito sabiamente, filosofando, destruindo a indiscrição: para não envelhecer...¹⁸⁷

Desejar ser mais velha na condição de solteira certamente seria uma exceção à regra social imposta às mulheres nesses anos pós-guerra. Beleza e juventude eram atributos muito valorizados numa futura esposa. Mas, os fios brancos lhe conferem também “alguma coisa de maternal”. Gil Brandão não se furta a observar que cabelos brancos também são atributos da mulher-mãe, mas no caso da personagem se revelam trunfos de sabedoria. Contudo, este foi um tempo de muitas novidades no ramo dos cosméticos e dos medicamentos para stress e que prometiam dissolver muitos quilos de gordura por mês, como o anúncio do medicamento Formode,¹⁸⁸.

¹⁸⁷ Meninas de Hoje por Gil Brandão. **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 14 de janeiro de 1945.

¹⁸⁸ Anúncio do medicamento Formode. **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 24 de janeiro de 1945.

Produtos de beleza e maquilagem Helena Rubinstein, sabonetes Lever, creme dental Kolynos, maquilagem Royal Briar, produtos de higiene Gessy. As páginas dos jornais viviam povoadas de produtos de beleza e que favorecessem o bem-estar físico das mulheres, como fortificantes e tônicos, e até bebidas alcoólicas, como a cerveja escura Malzbier da Brahma: a “cerveja das famílias” por seu baixo teor alcoólico e a capacidade que lhe era atribuída de completar, equilibrar e aumentar o valor nutritivo de cada refeição¹⁸⁹.

Família. O casamento era considerado o destino natural para todas as moças. E havia até escola especializada para formar excelentes donas de casa, como diz o anúncio abaixo:



Fig. 21– Anúncio da Escola Doméstica do Recife. Folha da Manhã [matutino]. Recife, 21 de março de 1945.

A continuidade da formação escolar a ponto de conquistar um diploma universitário ainda era privilégio de poucas. Aníbal Fernandes observava em sua pequena coluna no Diário de Pernambuco, “Cousas da Cidade”, a dificuldade que as jovens enfrentavam para cursarem o secundário. Além da insuficiência de oferta do, então, chamado curso “Colegial” direcionado ao público feminino, aliado ao fato do preconceito em relação a turmas mistas, havia a despesa, “uma verba anual de 1.200 cruzeiros, sem falar na aquisição de livros”¹⁹⁰, pois apenas os estabelecimentos particulares ofereciam o curso e não havia bibliotecas.

Em 1945 o Governo de Pernambuco decidia oferecer gratuitamente o curso secundário integral no Ginásio Pernambucano. Contudo, as moças estavam impedidas de freqüentá-lo devido o colégio não trabalhar com a chamada co-educação, ou turmas mistas. Aníbal Fernandes sugeria e, segundo ele, o povo reclamava, que na Escola Normal fosse oferecido o curso Colegial para as moças, evitando-se assim, uma despesa com a reestruturação do

¹⁸⁹ Propaganda da cerveja Brahma Malzbier. *Diário de Pernambuco*. Recife, 15 de outubro de 1947.

¹⁹⁰ [Editorial] Democracia na Igualdade dos Sexos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 de fevereiro de 1945.

Ginásio Pernambucano. O jornalista aproveitava o momento para reforçar o clima político de rumo à democracia, ressaltando a importância de se incluir as jovens no direito de frequentar o curso secundário gratuito oferecido pelo Estado¹⁹¹.

A mulher escapava do espaço restrito do lar e se revelava em jogos escolares, na carreira acadêmica e nos concursos de beleza tão em voga. A professora de Educação Física do Estado, Carminha de Castro, era competência reconhecida no atletismo nacional e buscava um espaço junto aos clubes para formar novos talentos, havia sido convidada para dirigir o Departamento Feminino do Sport Clube do Recife em janeiro de 1947. Chegou a iniciar os trabalhos, mas, segundo a Folha da Manhã¹⁹², não obteve o apoio necessário e não pode continuar. Entretanto, as pupilas de Carminha do time de vôlei do Instituto de Educação faziam bonito naquela época frente às alunas do Ginásio Agnes Erskine; ao participarem dos “Primeiros Jogos Colegiais Pernambucanos”, evento promovido pela Diretoria de Educação Física Escolar. A vitória por 2x0 das jovens do Instituto de Educação quebrava os vinte e três anos de “triunfos ininterruptos” das alunas do Ginásio Agnes, que era um internato de moças de orientação religiosa presbiteriana, que atraía alunas de todo o Nordeste¹⁹³.

Significativo era o reconhecimento do sucesso de uma mulher treinadora, professora do Estado, frente a um homem, Milton Tavares, treinador do time de um colégio feminino, da rede privada. Segundo o jornal, as meninas do Instituto estavam melhor preparadas do ponto de vista físico e técnico, e atuaram com “notável serenidade”. O jornal observava também a participação intensa das torcidas, predominantemente feminina, que dividiu as arquibancadas da quadra do Clube Náutico Capibaribe. A manchete alardeava: “Festa de Músculos e do Espírito”.

¹⁹¹ Cousas da Cidade. As moças e o curso de colégio. **Diário de Pernambuco**. Recife, 20 de abril de 1945.

¹⁹² Deixará o Esporte [Sport Clube do Recife] mais uma vez... **Folha da Manhã** [vespertino], 10 de janeiro de 1947.

¹⁹³ O Ginásio Agnes Erskine, surgiu em 1904, como Colégio Americano de Pernambuco. Iniciativa da missionária americana Miss Elisa Reed, enviada pelo Board de Missões da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos. Em 1908 assumiu a missionária Miss Margareth Douglas que consolidou a instituição. Em 1920 o colégio foi transferido do Parque Amorim para o seu atual endereço na Av Rui Barbosa, 704, quando se criou o internato de moças, referência para todo o Nordeste. Meninos só foram admitidos a partir de meados dos anos 70. O novo endereço foi uma doação de um casal de americanos residentes no Brasil, Mr. Hug B. Sproul e esposa. Em homenagem a mãe de Mrs Sproul o colégio adotou o nome de Colégio Evangélico Agnes Erskine. Em 1997, por decisão da Igreja Presbiteriana do Brasil, mudou para Colégio Presbiteriano Agnes Erskine. Disponível em: www.pernambuco.com/diario/2004/08/15/urbana5_0.html e www.agnes.com.br/historia.php Acesso em 24 abr 2010.



Fig. 22– **Time de Voleibol do Instituto de Educação de Pernambuco com a treinadora Carminha Castro. Folha da Manhã [vespertino]. Recife, 18 de outubro de 1947.**

Músculos e espírito: características de atleta. Em nenhum momento o repórter da Folha da Manhã ressaltou a beleza das jovens, talvez para não melindrar os pais com relação aos trajes das jogadoras: shorts curtos, pernas e coxas à mostra. Todavia, a visibilidade feminina na sociedade tem na aparência, nos atributos físicos e na elegância sintonizada com a moda seus critérios e pretextos fundamentais. Tanto que, muitas vezes, a memória das mulheres - segundo Michelle Perrot sobre o século XIX - usa o traje como referência: “‘Eu usava, naquele dia...’ Ela dirá. A memória da mulher é vestida”¹⁹⁴.

Era o tempo dos concursos de beleza motivados como atração, evento, diversão com objetivos, em geral, altruísticos. Atualmente, a seleção de modelos fotográficos e de passarela tem um incentivo eminentemente comercial: negócios e emprego. De modo geral, nos anos quarenta e cinquenta¹⁹⁵ o interesse era mais lúdico e em prol da coletividade, não se excluindo o desejo pelo prêmio; e a moça era meio que exibida para ostentar uma eugenia familiar, da comunidade ou do grupo social a que estava relacionada pelos estudos, trabalho ou lazer.

Os meses de setembro e outubro davam o pretexto da Festa da Primavera e, nesse sentido, o Clube dos Sub-Oficiais e Sargentos da Aeronáutica, em Piedade, promoveu junto

¹⁹⁴ PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. **As Mulheres ou os Silêncios da História**. Bauru/ SP: EDUSC, 2005. P.39.

¹⁹⁵ Estou me restringindo ao período estudado. Mas, é certo que a prática dos concursos de beleza, nesse sentido delineado, vem de longa data, anterior até a esse período, e persiste até hoje, de certa maneira nos mesmos parâmetros; principalmente em feiras do interior, e mesmo na capital, como a “Garota da Laje” no Rio de Janeiro, mas com uma motivação a mais para as moças: oportunidade de uma carreira como modelo, top model, atriz.

com o Diário de Pernambuco, a eleição da Rainha da Primavera em 1947. Sendo eleita a senhorita Regina Loureiro, coroada solenemente em grande baile¹⁹⁶.

Por outro lado, o concurso Miss Universidade de 1947 visava angariar recursos em benefício da Campanha dos Ginásios Populares e da Caixa de Beneficência do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito. Cada centro acadêmico elegeu sua candidata: Semíramis Regueira, da Faculdade de Direito; Terezinha Resende, da Escola de Química; Carly Silveira Gonçalves, da Escola de Belas Artes; Sonia Artigas¹⁹⁷, da Escola de Agronomia; Dulce Fontes, da Faculdade de Medicina; Daisy Dias Santos, da Faculdade de Ciências Econômicas; e Maria Inês de Barros Lira, da Escola de Engenharia.



Fig. 23– Candidatas Miss Universidade: Semíramis, Carly, Maria Inês, Daisy e Dulce. Diário de Pernambuco. Recife, 03 de outubro de 1947.

¹⁹⁶ Coroação da “Rainha da Primavera” do Clube dos Sargentos. **Diário de Pernambuco**. Recife, 07 de outubro de 1947.

¹⁹⁷ Sonia Artigas de Oliveira e Maria Celene Ferreira Cardoso Alameda eram as duas únicas mulheres da turma de 40 alunos do curso de Agronomia que se formou em 1948. Sonia foi a 4ª concluinte. A primeira foi Ester Sara Feldmus, em 1944, e a segunda foi Sara Botler, em 1945. **O Pioneirismo das Engenheiras Agrônomas Pernambucanas nos 96 Anos da UFRPE**. Disponível em www.apcagronomica.org.br Acesso 04 mai 2010.

O “Miss Universidade” nos oferece uma amostra da presença feminina nos cursos de ensino superior no Recife. A eleição aconteceu durante a “Festa da Cinderela”, no dia quatro de outubro de 1947, no Clube Internacional do Recife.



Fig. 24– **Miss Universidade 1947. Diário de Pernambuco.**
Recife, 07 de outubro de 1947.

A Miss Universidade escolhida foi Dayse Dias Santos, a estudante de Ciências Econômicas. Todas receberam prêmios de diversas firmas, dentre elas a Casa Jardim e a Livraria Central. Detalhe interessante é que a Faculdade de Ciências Econômicas ainda não fazia parte da Universidade do Recife, e na mobilização dos estudantes para eleger sua candidata, podemos compreender também o interesse em ver a faculdade reconhecida e integrada à Universidade do Recife. É a própria Miss Universidade, Daisy Santos, que reforça essa compreensão em entrevista ao Diário de Pernambuco no dia seguinte ao evento: “O que consegui devo exclusivamente à bondade de meus colegas. Ao trabalho incessante que realizaram para dar maior prestígio ao nome da Faculdade de Ciências Econômicas”¹⁹⁸.

E nesse clima de culto à beleza feminina por uma boa causa, que, certamente, envolvia uma atividade partidária – aos vinte e seis de outubro de 1947 aconteceram as eleições para a reabertura da Câmara Municipal -, a mulher proletária também não se furtou a elevar sua

¹⁹⁸ Viveu um dos melhores momentos de sua vida durante a “Festa da Cinderela”. **Diário de Pernambuco.** Recife, 10 de outubro de 1947.

beleza. A “Liga das Donas de Casa dos Peixinhos” promoveram o concurso de “Miss Bairro dos Peixinhos” e o povo escolheu Severina Pereira.



Fig. 25– **Clichê da Miss Peixinhos. Folha do Povo.**
Recife, 06 de novembro de 1947

Logo depois, o jornal Folha do Povo lançava o concurso “Rainha dos Trabalhadores”. Para participar, as diversas categorias profissionais deveriam formar comitês pró-candidatura de suas candidatas. De novembro a janeiro de 1948, semanalmente, apurações eram feitas com acréscimo e desistência de candidatas. A votação era mediante cupom a ser recortado do jornal, preenchido e depositado em urna à disposição na redação. O concurso, certamente, era uma maneira da Folha do Povo incrementar as vendas e mobilizar politicamente as categorias. A apuração dos votos estava a cargo dos jornalistas Vicente Barbosa e Clovis Melo, do deputado Rui Antunes e da “senhorinha Áurea Góis”. Vereadores eleitos do Recife se engajaram na campanha, geralmente, pela representante de sua categoria profissional. As candidatas buscavam adesões entre as personalidades populares da política e do comércio.

A primeira candidata a se apresentar foi a líder sindical dos oficiais alfaiates e costureiras, Nevaldina Serrano. Para concorrer com ela, se apresentou Jandira Bezerra, aluna da Escola Pinto Júnior. Entretanto, o jornal deixa a proposta em aberto considerando que a jovem deveria concorrer com outras estudantes, que não surgiram, e assim desistiu. A segunda concorrente foi Nitalma Firmo Pessoa representante da União Central da Juventude Pernambucana. Na primeira apuração Nitalma venceu Nevaldina por cinquenta e dois votos a

vinte e dois. Na segunda apuração Nevaldina venceu por noventa e quatro, mas, ao somarem-se as duas apurações, as duas empataram. O concurso prosseguia cada vez mais efervescente. Novas candidatas surgiram: Julieta de Castro, ex-telefonista da Tramways, de uma comissão que preferia se manter no mistério; a comerciária Cleonice Moreira, do Comitê Popular Democrático¹⁹⁹ de Campo Grande - rainha eleita do bairro, que fazia concorrência a Nevaldina, moradora do mesmo bairro; Argentina Alves Amorim, conhecida como Tinú, do Comitê Popular Democrático do bairro do Cordeiro; Maria de Lurdes Sousa, a Lourdinha, do Comitê Popular Democrático do bairro da Torre; Luzinete Santos, do bairro do Fundão; a operária têxtil Severina Pereira, da Liga das Donas de Casa do bairro de Peixinhos; Zuleide Beatriz, de Olinda; e Argentina Bezerra, que tinha como cabos eleitorais, entre outros, a vereadora eleita Júlia Santiago e Celina Leite, presidente da Liga das Donas de Casa de São José²⁰⁰.

O bairro da Torre teve a iniciativa de preparar um grande baile em homenagem a Lourdinha e confiantes preparavam um vestido de baile para ser usado na coroação. Os partidários das concorrentes provocavam dizendo que, pela proximidade da data, seria um vestido para um baile de carnaval. A disputa acirrada era animada por cabos eleitorais. As categorias que não possuíam candidatas próprias adotavam uma. Comerciantes e jornalistas votavam em Argentina Amorim.

Julieta de Castro apresentava uma vantagem frente às outras candidatas, e que não estava relacionada à beleza física: Era admirada e angariava muitos votos por ter sido demitida da Tramways. Razão: Julieta havia trabalhado para eleger o tranviário Ramiro Justino vereador do Recife²⁰¹. Apesar disso, seus partidários enviaram votos para a redação da Folha do Povo acompanhados por carta em que revelavam não concordar com a apresentação de Ramiro Justino como patrono. A comissão responsável pela candidatura de Julieta Castro era um mistério alimentado, possivelmente, para causar sensação no concurso. Nessa mesma carta, a misteriosa comissão ainda alertava os cabos eleitorais das demais concorrentes ao afirmarem ser uma turma “um pouco perigosa”²⁰².

Cleonice Moreira desistiu em meados de dezembro. A eleição “da mais querida” dos trabalhadores surpreendia tanto pelos votos inesperados de algumas candidatas quanto pela

¹⁹⁹ Comitê Popular Democrático eram organizações de bairro em prol das candidaturas populares à Câmara Municipal do Recife; dos candidatos operários, comunistas, que após as eleições zelavam pelo regime democrático. Vide mais no segundo e terceiro capítulo desta tese.

²⁰⁰ Concurso Rainha dos Trabalhadores. **Folha do Povo**. Recife, 12 de dezembro de 1947.

²⁰¹ Baile na Torre, em homenagem a Lourdinha. O vereador Ramiro Justino patrono da Candidatura Julieta de Castro. **Folha do Povo**. Recife, 05 de dezembro de 1947.

²⁰² Começou a Semana da Virada do Concurso “Rainha dos Trabalhadores”. **Folha do Povo**. Recife, 09 de dezembro de 1947.

ausência de votos para as que estavam à frente. Muitas promessas de votos se anunciavam. As comissões acumulavam os votos para trazê-los em massa ao final do concurso. A candidata Nevaldina Serrano chegou a entrar em atrito na rua com um cabo do Exército que a recriminou por comprar o jornal comunista. Nevaldina respondeu decidida que “compraria e leria o jornal que desejasse”²⁰³, e o militar bateu em retirada.



Fig. 26– **Clichê de Nevaldina Serrano. Folha do Povo.**
Recife, 11 de janeiro de 1948.

Observamos que, ao se referir às candidatas, o jornal quase sempre lhes destacava a categoria profissional e a combatividade política, e não propriamente a beleza; mesmo porque, o concurso não era para selecionar a mais bela trabalhadora ou militante, mas a mais querida dos trabalhadores. No dia 22 de janeiro de 1948, o diário comunista publicava o resultado do animado processo democrático com essas palavras:

Nem as violências da polícia, nem o crime da cassação, nem as mil e uma preterições impostas às liberdades democráticas, nem mesmo a situação de miséria e fome a que vem sendo arrastado o nosso povo, através da alta constante de gêneros alimentícios,- nada disso conseguiu desviar o povo do certame deste jornal para a escolha da ‘Rainha dos Trabalhadores’.²⁰⁴

²⁰³ Agredida uma senhora por comprar a “Folha do Povo”. **Folha do Povo**. Recife, 17 de janeiro de 1948.

²⁰⁴ Proclamada Ontem a Rainha dos Trabalhadores de Pernambuco. **Folha do Povo**. Recife, 22 de janeiro de 1948.

A campanha do jornal Folha do Povo, aparentemente, não passou de algo para movimentar leitores. Todavia, podemos entrever a intenção de demonstrar força e poder de organização das camadas populares mesmo frente às pressões políticas que se evidenciavam contra os comunistas. A vencedora se revelaria pela capacidade de articulação política, de arregimentar adesões a um propósito. Talvez, uma forma lúdica de se aprender a ser democrático. Após anos de ditadura havia uma necessidade de se saber como é exercer livremente o direito de opinião, mesmo numa singela seleção de Rainha - E por que não “miss”? O jornal comunista soube usar de coerência e não utilizou o pronome de tratamento da língua inglesa, um dos sinais do domínio imperialista e do modo de vida burguês, que tanto atacavam. E a rainha, na verdade, era apenas, não a mais bela, mas “a mais querida”.

E para surpresa de muitos, a coroa foi entregue para aquela que ganhou baile em sua homenagem e um vestido para a coroação: “a jovem lutadora democrata Maria de Lourdes Souza”, a Lourdinha, que na apuração final conseguiu apresentar mais de quatro mil votos, totalizando 10.853 votos. A segunda colocada foi Argentina Bezerra, com 9.716 votos, e a terceira foi Julieta de Castro, com 9.060. Nem todas as candidatas foram contempladas com um clichê publicado no jornal, apenas aquelas que passavam dos cem votos. Argentina Bezerra, Nitalma e Lourdinha foram as que mais apareceram.



Figs. 27,28,29 e 30– Clichês de Maria de Lourdes; Argentina Bezerra; Julieta de Castro; e Nitalma Pessoa. Candidatas à Rainha dos Trabalhadores. Folha do Povo. Recife, 17 de dezembro de 1947; e [Julieta] 11 de janeiro de 1948.

As mulheres se engajavam na luta pela Democracia e pela Liberdade ansiando pela Igualdade. Ser mulher visível não apenas pela beleza e dotes domésticos, mas pela

participação nos embates dos homens. O concurso Rainha dos Trabalhadores estava relacionado aos esforços dos comunistas em evitar a cassação dos mandatos, integrava os festejos pelo aniversário de cinquenta anos de Luís Carlos Prestes e pelo sucesso nas eleições municipais.

Revelam-se, assim, as meninas da literatura, da moda, das artes, dos esportes, dos estudos, do trabalho, da política, da família, ... Tantas ocupações, algumas delas, geralmente, concomitantes. A II Guerra deu novas oportunidades à mulher. E a modernidade do pós-guerra ofereceu uma liberdade de ser, com base nos modos de ver e de viver sugeridos pelo regime democrático. A mulher teve que enfrentar o estranhamento e a indiferença dos homens que voltavam da guerra desejando retornar à normalidade, e que pensavam que poderiam retomar de onde pararam. Segundo Claude Quétel,

Essa “força tranqüila”, que havia surgido timidamente por ocasião da Primeira Guerra, afirmou-se de modo maciço em todos os países beligerantes no decorrer da Segunda Guerra Mundial. No mundo inteiro, contudo, logo depois do fim da guerra, os homens exigiram das mulheres que retornassem a seus fogões. E elas retornaram, não como ingênuas, mas como vítimas de sua fatalidade histórica. Além disso, as mulheres de 1945, inclusive na América do Norte, estavam longe de terem alcançado a “consciência do sexo” (Claire Andrieu) que se manifestou em seguida, a partir dos anos 70.²⁰⁵

Contudo, consideramos que algo havia se rompido, uma alteração significativa ocorreu nessa “fatalidade histórica” e a mulher atuante não deixou passar essa oportunidade. Homens e mulheres, num lento processo de reajuste de expectativas, tiveram que aprender e reaprender a conviver com base nas novas regras democráticas. Como também, lutar por novos direitos, garantir e aperfeiçoar os já conquistados. E o desafio continua.

²⁰⁵ QUÉTEL, Claude. Op. Cit. Prefácio.



Fig.31 – Reprodução de imagem de cartaz da campanha do Brig. Eduardo Gomes para presidente. *Diário de Pernambuco*. Recife, outubro 1945.

II LIBERDADE de EXPRESSÃO

O Diário de Pernambuco promoveu em 1945 um concurso de cartazes para a campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes. Este, que abre o segundo capítulo dessa tese, foi o exemplo publicado no jornal para animar os interessados em ganhar os três mil cruzeiros de prêmio²⁰⁶. A memória é instrumento de luta por garantir uma liberdade que, nessa época, pode ser traduzida, não exclusivamente, mas primordialmente, em liberdade de imprensa. O presente capítulo trata do desejo de liberdade de expressão, movimento fundamental no estabelecimento de uma democracia. Que representações circulavam a respeito do conceito de democracia? Como a mulher, tradicionalmente impedida de se expressar, se move nesse contexto político? Charge e propaganda: imagens dos embates de uma época.

II. 1. A Imprensa: Fonte e Objeto.

O período de 1945 a 1955 é um intervalo de tempo inquietante; não só da história do Recife, como do país: conflito mundial sendo solucionado; luta pela democracia; atividade cultural intensa; busca de autonomia. O Recife e o Brasil, nesse contexto, viviam circunstâncias que comumente se considera de retorno à democracia, ou de redemocratização. A proposta é verificar nos discursos que circularam nesse período a compreensão de democracia que sobressaía. E, se acreditavam num retorno, em quais referências históricas se apoiavam. Nesse sentido, a intenção é estudar a historicidade da democracia enquanto prática e representação: a memória, a cultura e a prática democrática no espaço recifense, ou seja, como a democracia era representada, justificada, lembrada e sua experiência era vivida em diversos campos de existência: trabalho, sociedade, política, arte, particularmente no cotidiano; mesmo frente à persistência de representações e práticas do período da ditadura e com o retorno ao poder de seus maiores ícones: Getúlio Vargas e Agamenon Magalhães.

A imprensa não é apenas fonte, mas, sobretudo, objeto de estudo. Enquanto no Estado Novo²⁰⁷ a imprensa tinha que se submeter à censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e colaborar com o Estado; a partir de 1945 os jornais passaram a revelar suas bandeiras de luta, tomar posição pelo fim da ditadura, e empreender esforços pela conquista dos leitores, ou melhor, de eleitores para o seu candidato à presidência. Nesse

²⁰⁶ FERREIRA, Jorge. Quando os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática de 1945. In **O Imaginário Trabalhista: Getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. P. 69-70. [O autor descreve a mesma imagem publicada n’ **O Jornal**. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1945].

²⁰⁷ Período que desenvolvemos na dissertação de mestrado: **Veneza Americana X Mucambópolis. O Estado Novo na Cidade do Recife. (Décadas de 30 e 40)**. Recife: Programa de Pós-Graduação em História - UFPE, 1997.

sentido, não só como veículo de informação, mas como formadora de opinião, a imprensa se apropriava e era responsável pela circulação de representações de democracia; que influenciavam e eram influenciadas por práticas sociais, políticas, econômicas e no campo da produção e da apreciação artística. Nesse último, temos no Recife uma movimentação cultural intensa, especialmente no teatro, como também um processo de democratização do acesso a bens culturais, aspectos já abordados no primeiro capítulo.

Pernambuco, durante o Estado Novo, esteve sob a gerência de um dos mais importantes colaboradores de Vargas nessa ditadura: Agamenon Magalhães. O ano de 1945 começava, no entanto, com sinais de mudança; e vozes discordantes do regime, apesar das dificuldades, conseguiram se erguer através da imprensa e foram reforçadas pelo manifesto de intelectuais presentes no I Congresso Brasileiro de Escritores, como também pela publicação da explosiva entrevista de José Américo de Almeida concedida a Carlos Lacerda, clamando pelo fim da censura, por eleições, pela democracia. A censura foi convidada a se retirar, o presidente tentava manter o controle anunciando eleições e convocando Agamenon para organizá-las como Ministro da Justiça – essa última atitude desagradou à imprensa, particularmente Assis Chateaubriand, que se movia na oposição.

Agamenon, ao assumir a pasta da Justiça, deixou seu Secretário de Segurança, Etelvino Lins, como interventor de Pernambuco. Etelvino já fizera nome como chefe de uma polícia truculenta. As manifestações pela candidatura de Eduardo Gomes e contra a ditadura animavam o Recife, sendo orquestradas, entre outros, pelo Diário de Pernambuco.

Aos três de março de 1945 em meio a um comício que utilizava a sacada do prédio do Diário de Pernambuco como palanque, um dos oradores, o estudante de Direito, Demócrito de Souza Filho, foi alvejado e caiu morto. Na rua foi atingido também o carvoeiro Elias, que faleceu dias depois²⁰⁸. No dia quatro de março o Diário foi ocupado militarmente, e apenas uma nota oficial da Secretaria de Segurança Pública foi publicada nos outros jornais justificando porque estava sendo suspensa a circulação do Diário de Pernambuco por tempo indeterminado. O Diário só retornaria em nove de abril, por decisão da justiça; e a edição desse dia foi quase a mesma de quatro de março, que foi impedida de chegar às ruas. Esses acontecimentos seriam matéria constante não só no Diário, mas em outros jornais da cidade por todo ano de 1945. Demócrito se tornaria um mártir da luta pela democracia e seria

²⁰⁸ Ainda sofreram ferimentos causados por arma de fogo: o estudante Rui de Lima Cavalcanti, sobrinho de Carlos de Lima Cavalcanti; o estudante de Direito José Maria de Moura Marques; um rapaz de 21 anos chamado José de Lima; um militar da Aeronáutica, José Macedo de Arruda, de 17 anos; o estudante Caitano Francisco Durães, de 22 anos; o servente Manuel Alves da Silva; e o marinheiro do navio “Belmonte” Lourival Fagundes. In Os dolorosos acontecimentos da tarde do último sábado. Momento Político Nacional. **Jornal Pequeno**. Recife, 05 de março de 1945.

constantemente lembrado e reverenciado. Por coincidência, ou obra do destino, o nome do rapaz significa "força do povo" ou "eleito do povo".

O Diário de Pernambuco é considerado o jornal mais antigo em circulação da América Latina (1825); desde 1931 faz parte dos Diários Associados de Assis Chateaubriand. Dirigido por Aníbal Fernandes, o Diário passou a ser veículo de campanha da União Democrática Nacional, UDN, e de uma ala desse partido que se denominava Esquerda Democrática; um dos maiores expoentes desse segmento era Gilberto Freyre.

Assis Chateaubriand e Gilberto Freyre passaram pela experiência do Estado Novo em divergência com Agamenon Magalhães. O Diário de Pernambuco fazia campanha por Eduardo Gomes, contra a ditadura Vargas e a interventoria de Etelvino Lins; e abria espaço para leitores exporem opiniões e revelarem problemas de sua comunidade. Em junho de 1945, o *Jornal Pequeno*²⁰⁹, um tablóide popular de seis páginas, vespertino, que até então seguia as diretrizes do Estado Novo, foi vendido a Antonio de Barros Carvalho - um dos publicistas do Diário de Pernambuco - tornando-se mais um reforço na campanha da UDN. O redator responsável pelo *Jornal Pequeno* passou a ser Gilberto Osório de Andrade, também publicista do Diário. O *Jornal Pequeno*, por trinta centavos, oferecia muita crítica e ironia através de seus artigos e charges. Aníbal Fernandes afirmava a intenção de retomar a tradição democrática do *Jornal Pequeno*, pois, segundo ele, o seu fundador, o jornalista Thomé Gibson foi um "trabalhador democrata", amigo de Edmundo Bittencourt, Lauro Sodré e J.J. Seabra "homens que pelejaram pela democracia no Brasil"²¹⁰.

Além do *Jornal do Commercio* - cujos exemplares impressos do período não estão em condições de serem consultados -, circulavam pelo Recife, entre outros: a *Folha do Povo*, porta-voz do Partido Comunista e na campanha de Yedo Fiúza; e a *Folha da Manhã*, fundado por Agamenon em 1938 e órgão oficioso do Estado Novo. O jornal *Folha da Manhã* circulava em duas edições, o matutino e o vespertino, e além das crônicas do próprio Agamenon, que depois foram substituídas pelas de José Campello, oferecia duas páginas para o trabalhador, onde se divulgava e se comentava as leis e as condições de trabalho, como também uma seção intitulada "A voz do povo". O Diário, além da seção "Cartas à Direção", publicava também, numa página dedicada às atividades agrícolas, a seção "Vida no Campo". Contudo, essas seções dirigidas ao trabalhador e que permitiam a expressão de pessoas comuns ganhavam e perdiam espaço no jornal de acordo com suas relações de força. Foi o que observamos ao

²⁰⁹ Foi fundado pelo jornalista Thomé Gibson em 1909.

²¹⁰ **Jornal Pequeno**. Recife, 15 de junho de 1945.

compararmos períodos distintos como 1945 e 1947. Mesmo diante das eleições, em 1947 as duas páginas inteiras para o trabalhador não foram usadas.

É importante caracterizar esses veículos de comunicação do Recife, especialmente o Diário de Pernambuco e a Folha da Manhã. Além de manterem um diálogo entre si, ou melhor, uma disputa de opiniões, eram também espaços em que os leitores poderiam se expor, se confrontarem, participarem dos debates que se configuraram nesse tempo que se alterava. Algo que chama a atenção é o fato dos jornais, por vezes, se colocarem como “policiais da memória” uns dos outros. Nesse momento particular, em que se deseja superar a experiência da ditadura - sendo, portanto, uma época, também, das justificativas, dos *mea culpa*, dos esquecimentos voluntários e de passar a limpo muitas coisas que haviam acontecido e que o DIP impediu a divulgação, por cercear o livre pensar -, os jornais vão ao baú dos registros e trazem à tona pronunciamentos feitos pelas autoridades no tempo do Estado Novo. A Folha da Manhã colocava frases de Chateaubriand que manifestavam pleno apoio ao novo regime como se fossem ilustrações de suas páginas; o Diário faz o mesmo com frases de Agamenon Magalhães, no sentido de alertar que ele continua o mesmo. Por sinal, um dos artigos de Chateaubriand, que seria publicado no Diário de Pernambuco do dia quatro de março, mas, por causa do empastelamento do jornal só veio a ser publicado em nove de abril, intitulado “A Vaca Totalitária”, foi uma reação à nomeação de Agamenon Magalhães para o cargo de Ministro da Justiça. Para Chatô, o ex-interventor de Pernambuco era totalmente inadequado para o cargo, por seu perfil antidemocrático e fascista.

Assis Chateaubriand costumava dizer que quem quisesse ter opinião que comprasse um jornal. O trocadilho expressa bem o que pensava o jornalista e grande empreendedor das comunicações a respeito do poder da imprensa. Além de estar alertando a seus funcionários sobre quem determinava a opinião dos Diários Associados, também manifestava a importância do jornal como formador de opinião; e, nesse momento histórico, particularmente meio de conquistar eleitores.

De terça a sábado, por dez páginas do Diário de Pernambuco, pagava-se cinquenta centavos; aos domingos o jornal saía com catorze páginas por sessenta centavos. A edição de domingo incluía um especial de literatura com a publicação de artigos de Raquel de Queiroz, Lúcia Miguel Pereira, Tristão de Athayde, Álvaro Lins, Gilberto Amado, entre outros. Muitos desses artigos marcavam posição diante de questões políticas e sociais que viviam naquele momento. Raquel e Lúcia, por exemplo, comentavam, entre outros assuntos, sobre a condição da mulher.

A primeira página do jornal, geralmente, era dedicada a assuntos internacionais. No caso, sobressaíam notícias da guerra na Europa, salvo acontecimentos extraordinários, como a queda de Vargas, mas que, mesmo assim, teve espaço privilegiado na última página, que era a segunda capa do jornal. Na segunda página, além do editorial - sempre discutindo sobre questões políticas do Brasil -, vinha pequeno artigo de Austregésilo de Athayde; um longo artigo de Chateaubriand - que quase sempre terminava em outra página; e artigos de outros articulistas como: Costa Rego, Olívio Montenegro, Macedo Soares, e tantos outros. Seguiam-se notícias policiais locais, reprodução de atos do governo estadual e federal, uma seção para notícias do interior, outra sobre Olinda, moda, receitas, notas de eventos sociais, esporte, anúncios e publicidade. Na última página, ou segunda capa, vinha o noticiário nacional e local, que, geralmente, eram concluídos na segunda página ou em outras do miolo do jornal. A diagramação do jornal, nesse período, ainda não é muito boa, e a cor ainda não é utilizada.

O noticiário e os numerosos artigos, praticamente durante todo o ano de 1945, eram dedicados à campanha contra a ditadura e pela eleição do Brigadeiro Eduardo Gomes, o que incluía manifestações constantes sobre o caso Demócrito, e, a partir do segundo semestre, sobre o atentado a Aníbal Fernandes, diretor do jornal. Percebe-se, também, uma estratégia do Diário de Pernambuco: praticamente não mencionavam o nome de Agamenon Magalhães, quando necessário, usavam notas pequenas de pouco destaque. Getúlio também não aparecia muito, a não ser quando ressaltavam suas afirmações de que não era candidato à presidência – uma forma do jornal enfraquecer o movimento queremista e, ao mesmo tempo, alertar sobre a possibilidade do sentido contrário, considerando o grande número de artigos, opiniões e notícias sobre as eleições de dois de dezembro não acontecerem. Etelvino Lins, que substituiu Agamenon na Interventoria de Pernambuco, geralmente aparecia associado a situações negativas para o Estado, especialmente às notícias de violência policial. No entanto, personalidades militares, como Góis Monteiro, e que participaram do movimento tenentista em 1922 estavam sempre evidência. O jornal demonstrava um apreço pelas Forças Armadas, que eram identificadas como os naturais guardiões da democracia, e dedicavam boa parte de seu noticiário às atividades da FEB e da FAB na guerra. Outro detalhe era o destaque dado aos eventos sociais promovidos pelos norte-americanos no Recife por meio de seus clubes, os United Service Organizations, os USOs, tratados no primeiro capítulo desta tese.

Todas essas considerações, não esgotadas, sobre os jornais: suas origens, formato, tratamento de notícias e imagens têm razão de ser. Muitas vezes, quando escrevemos história caímos nas armadilhas das fontes. Como uma rede, uma teia de aranha que imobiliza o inseto, a fonte nos seduz e devora. Sua linguagem costuma sugerir como naturais as práticas e

representações que expressam. E o jornal é a representação maior de uma rede, uma rede de relações sociais, econômicas, políticas, culturais: relações de poder, ou relações de força, como diria Ginzburg. Não temos, por exemplo, nessa época, apenas o jornal Diário de Pernambuco, mas uma rede social que se manifesta por esse periódico, unida pelo desejo de democracia. Democracia entendida como liberdade.

Compreendendo que os conceitos significam em diálogo com sua época, ou seja, os conceitos possuem uma historicidade, um movimento histórico de autoalteração²¹¹; consideramos que o sentido de democracia, nesse momento particular da história do Brasil, se multiplica e estabelece um novo significado na intenção de se reinaugurar. Reinstituí-se em uma nova forma, que se constrói com os acontecimentos e as experiências cotidianas vividas. Experiências não só políticas, mas sociais, econômicas, culturais. O discurso é o veículo dessas experiências e também o promotor de novas, demandando mudança de atitudes. As idéias circulam, os sentidos circulam, são apropriados e reapropriados produzindo movimentos contínuos de re-interpretação das representações e das práticas de democracia.

A democracia urgia pela liberdade. Como assinalava Assis Chateaubriand num de seus artigos:

[...] a liberdade de palavra, a liberdade de reunião, a liberdade de imprensa e propaganda, as garantias para que funcionem todos os partidos com o respeito integral pelas suas idéias e suas atividades com providências adequadas do governo a fim de que se efetivem essas garantias.

Curiosamente esse artigo, com o título de “A idéia-força da democracia”²¹², era um ataque ao Partido Comunista. Chatô aproveitando uma declaração do General Góis Monteiro garantindo o pleito de dois de dezembro, afirmava que não se podia permitir que o Partido Comunista participasse das eleições, visto que esse partido representava o regime totalitário russo, ou seja, um regime antidemocrático. O apoio comunista a Getúlio e a voz das massas do movimento queremista davam o mote para que se acreditasse na continuidade de Vargas no poder. Chateaubriand conclamava, então, o Exército, as classes armadas do país, para uma reação. Isso se repete em outro artigo no dia vinte e dois de agosto de 1945, quando denunciava que os bolchevistas de forma velada e dissimulada introduziam, segundo suas

²¹¹ Vide sobre essa expressão em CASTORIADIS, Cornelius. **Figuras do Pensável. As Encruzilhadas do Labirinto**. RJ: Civilização Brasileira, 2004. P. 182-184. Volume VI.

²¹² **Diário de Pernambuco**. Recife, 19 de agosto de 1945.

palavras, “o totalitarismo de uma gente exótica, cuja cultura social e política elementar nada tem de afim com a nossa” na educação de crianças e jovens.

Com a legalidade, ocorreu, no Recife, uma proliferação de células comunistas. O Comitê Municipal do Recife lançava em dezembro, após as eleições – que foi muito favorável aos candidatos do partido -, uma campanha ousada: alfabetizar as populações infantis e adultas, comunistas ou não, “para se tornarem cidadãos mais úteis e mais integrados no organismo político de nossa pátria²¹³”. Várias células e comitês democráticos inauguraram e reabriram suas escolas.

Chateaubriand atacava a doutrina comunista que adjetivava como totalitária, e alarmava sobre a influência de Moscou no país. No entanto, preservava ao partido o direito de existência, embora lhe negasse o direito de participação direta na jornada eleitoral, como vimos no artigo “A idéia-força da democracia”. Em outro artigo de vinte de outubro do mesmo ano, com o título de “Estes Diabos Vermelhos”, ao responder a elementos da comunidade católica de Belo Horizonte, descontentes pela rádio estar difundindo a voz do Partido Comunista em campanha, Chatô afirmou que continuava combatendo o credo vermelho, mas como a radiodifusão é uma concessão do Estado, e como o governo reconhecia o Partido Comunista, este tinha pleno direito de acesso ao serviço. Assis Chateaubriand defendia nos seus artigos a necessidade de se resguardar o pouco de democracia que se havia conseguido até o momento; acreditava que o erro dos países totalitários era justamente cercear o direito de livre expressão colocando os comunistas na marginalidade, pois, além de provocar a revolta, no seu entender, produzia mártires, como o próprio Prestes, que, enquanto preso político do Estado Novo ainda possuía a mística do Cavaleiro da Esperança, mas em liberdade não passava de um homem comum.

Esses princípios de liberdade democrática, que a imprensa afirmava insistentemente que faziam parte da índole do povo brasileiro, Chateaubriand considerava que “há mais de um século fazemos experiência [...] na terra de Santa Cruz²¹⁴”. O Diário de Pernambuco ressaltava essas origens rememorando as batalhas de expulsão dos holandeses de Pernambuco e as revoltas liberais de meados do século XIX, outra referência constantemente usada, especialmente por Gilberto Freyre, era a campanha abolicionista, com destaque para a atuação de Joaquim Nabuco. O movimento tenentista de 1922 e a chamada Revolução de Trinta eram também lembrados, mas, segundo Chateaubriand, foram desvirtuados pelo ditador e por seus

²¹³ **Folha do Povo**. Recife, 14 de dezembro de 1945.

²¹⁴ MELO, F. Assis Chateaubriand Bandeira de. Estes Diabos Vermelhos. **Diário de Pernambuco**. Recife, 20 de outubro de 1945.

“amigos ursos”, como os chamava. Para o criador do condomínio Diário Associados, que muito se beneficiou apoiando aquele que chamava de ditador e durante o Estado Novo chamou de chefe, chefe do Estado Nacional, o problema não era propriamente Vargas, que enaltecia como um grande político e administrador, mas quem trabalhava com ele, estes ele não perdoava.

II. 2. Arautos da Democracia.

“Diga, papai, diga o que é democracia”, insistiu a filha de sete anos de Melchiades Montenegro. Ele já havia fingido pegar no sono para se “descartar do aperto”, mas não teve outro jeito se não enfrentar a situação, pois a mulher atenta à conversa podia interpelá-lo: “Como é que você, sendo do diretório do Partido Democrata Cristão, confessa que não sabe o que é democracia?”. Melchiades tentou simplificar a explicação para a filha:

Por isso limitei-me a dizer que Democracia é uma cousa tão boa, tão decente e honesta que Getúlio, Prestes e Agamenon fazem tudo para acabar com ela. Também perguntei a minha inocente interlocutora: “Você não quer bem a seus pais, a seus irmãozinhos, a sua professora, aos seus colegas, aos criados da casa? Você nunca enredou de ninguém? Nunca mentiu pra fazer mal? Nunca furtou nada? Nunca maltratou galinhas, os pássaros, o cachorro, o gato? Você tem pena dos pobres, brinca com os meninos humildes, deseja que os outros sejam felizes? É capaz de tirar o último tostão do mealheiro para dar ao mendigo? Responde com sinceridade e satisfação a pessoa que lhe pergunta onde fica a casa de seu fulano? Na igreja, cede o lugar à velhinha trêmula que chegou atrasada? Já deu algum brinquedo dos seus à menina da lavadeira?” A tudo ela respondeu satisfatoriamente. Então dei-lhe um beijo e disse: ‘Minha filhinha, você sabe o que é democracia. Você é uma democrata.’²¹⁵

O relato é do próprio autor em artigo no *Jornal Pequeno* de dezembro de 1947. Melchiades Montenegro evitou se referir às problemáticas da política institucional dos governos ao responder à filha, mas, para o leitor do jornal, revelava suas referências positivas e negativas de democracia: a monarquia inglesa e a república paraguaia²¹⁶, respectivamente. Ao aproximar a democracia do universo cotidiano da garotinha, o publicista se inspirava na doutrina cristã, base ética do seu partido. Assim sendo, a Democracia seria fazer o bem sem

²¹⁵ MONTENEGRO, Melchiades. Minha filhinha é democrata. *Jornal Pequeno*. Recife, 06 de novembro de 1947.

²¹⁶ A República do Paraguai estava sob domínio ditatorial e enfrentava uma guerra civil que favoreceu o Partido Colorado. Partido que se manteve no poder até 20 de abril de 2008; quando foi eleito Fernando Armino Lugo de Méndez, bispo emérito, pela Aliança Patriótica pela Mudança, coligação de partidos de centro-esquerda.

olhar a quem, seria demonstrar boa educação e generosidade, principalmente, aos pobres e humildes, assim como, também envolveria respeito e obediência às regras e etiquetas sociais.

O Partido Democrático Cristão se fundamentava no conceito de democracia formulado por Toniolo, na encíclica “Graves de comunis”, do Papa Leão XIII, em que se estabeleciam duas finalidades essenciais, frutos da “cooperação proporcional das forças organizadas” em sociedade: uma primária, o bem comum, e outra derivada, “o bem particular das classes menos favorecidas”, não importando o regime político, “desde que respeite a dignidade e a liberdade humana e lhe não anule os direitos essenciais e inconspicíveis”²¹⁷.

Melchíades Montenegro colocava a democracia como um aspecto importante da boa convivência social, mas, apesar de não adentrar em questões específicas de política partidária, não deixou de dizer que Getúlio, Prestes e Agamenon trabalhavam contra a democracia, portanto, seriam antidemocráticos, e tão pouco decentes e honestos.

Democrático era o Exército Brasileiro, que depôs Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945. Segundo Assis Chateaubriand, em 1888 o Exército recusou-se a pegar escravos fugidos e...

Em 1945 encontramos-lo esplêndido de vigor moral e de altivez recusando-se a caçar os brancos para repô-los nas senzalas do Estado Novo. É um exército democrata de coração, capaz de defender nas horas críticas os negros contra a eternidade da senzala do corpo e os brancos contra a eternidade da escravidão da alma.²¹⁸

Para quem viveu ou aprendeu sobre as décadas de sessenta e setenta da história do Brasil, e, principalmente, sentiu de perto a opressão da ditadura militar, não é nada fácil conjugar Exército com Democracia. Getúlio Vargas chegou ao poder em 1930, permaneceu em 1937 com decisivo apoio militar, e deixou o governo pelas mesmas mãos. À semelhança de um casamento, o General Góis Monteiro esteve junto a Getúlio tanto nas alegrias, quanto nas tristezas, sempre zeloso pela ordem. O fortalecimento das relações de Vargas com as camadas populares, a quem tratava como trabalhadores, a ponto de poder contar com o apoio de comunistas e socialistas, culminou a separação. Mas, os elos tecidos por Getúlio com os

²¹⁷ BEZERRA, Andrade. Democracia Cristã. **Diário de Pernambuco**. Recife, 30 de setembro de 1945.

²¹⁸ MELO, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de. Democrata de coração. **Diário de Pernambuco**. Recife, 06 de novembro de 1945.

trabalhadores, durante quinze anos, acabaram por contribuir para a eleição do General Eurico Dutra.

Por outro lado, é possível apontar similaridades sobre o que Getúlio Vargas e Luiz Carlos Prestes pensavam a respeito de liberdade democrática. Vargas e Prestes não formulavam um ideal abstrato, restrito a um poder de escolha, mas extremamente relacionado a condições dignas de vida. Em julho de 1945, Getúlio ao discursar para o povo em Santos, São Paulo, havia afirmado: “De nada serve a liberdade para passar fome. A democracia é, sem dúvida, o regime ideal para os povos a que não falta preparo físico, saúde e alimentação farta”²¹⁹. No mesmo período, Prestes, palestrando para professores cariocas sobre o apoio à redemocratização, afirmou:

[...] a democracia se deve construir de baixo para cima e baseada, portanto, na soma das correntes políticas em harmonia. Quanto à alfabetização, disse Prestes que é impossível levar-se a mesma adiante sem antes tirar o povo da miséria. O problema liga-se aos nossos recursos econômicos e, especialmente, aos agropecuários.²²⁰

De maneira geral, o ideal democrático estava vinculado a uma idéia de liberdade percebida como poder de expressão, associação, circulação e escolha, mas Vargas e Prestes acrescentavam algo mais: independência econômica, poder de consumo, justiça social, condições de sobrevivência, educação. Ambos colocavam a satisfação das necessidades físicas à frente dos desejos intelectuais e políticos. O Brigadeiro Eduardo Gomes, por seu lado, também não fugiu desse esquema de liberdade no discurso proferido em comício no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, no dia 16 de junho de 1945. Mas, no sentido inverso. No discurso, Eduardo Gomes afirmava que da “recuperação definitiva da liberdade” dependia a solução de todos os outros problemas...

[...] complexos e relevantes, que dizem respeito à ordem econômica e à justiça social, como fórmulas de evolução para consagrar o princípio igualitário. A liberdade, a que me refiro, é a que resulta do conceito de dignidade da pessoa humana; concerne, antes do mais à questão social: a impossibilidade de pagar ao trabalhador o salário merecido, se o camponês ou fazendeiro não tira os recursos a isso necessários, porque o lucro, em sua

²¹⁹ **Folha da Manhã**. Recife, 03 de julho de 1945.

²²⁰ **Folha da Manhã**. Recife, 04 de julho de 1945.

maior parte, passa indevidamente aos intermediários, os quais enriquecem enquanto os produtores se endividam.

Dignificando o trabalho, valorizaremos o homem; edificaremos a nossa riqueza sobre alicerces morais indestrutíveis, como os da justiça continuamente aperfeiçoada no ritmo crescente da civilização.[...] Para a solução do problema institucional e dos problemas econômicos e administrativos, que havemos de examinar em próximas oportunidades desta memorável campanha – reafirmemos, senhores, a nossa indefectível confiança nas virtudes do voto livre. Só o sufrágio liberto de constrangimentos de qualquer espécie, diretos ou indiretos, permitirá que o futuro governo seja, em verdade, o governo do povo. [...] ²²¹

Na compreensão de Eduardo Gomes e seus partidários, o futuro democrático e econômico do Brasil dependia da liberdade de votar, do direito do povo compor eletivamente o seu governo. Liberdade constrangida, naquele momento, pela presença de Getúlio Vargas no poder.

Contudo, as possíveis manobras de continuidade de Vargas no governo do país foram logradas. E Chateaubriand pode invocar a lembrança de um ato de insubordinação do Exército no passado – a recusa em caçar escravos fugidos - para exemplificar a força da corporação militar, que, a seu ver, naquele momento, estava a serviço do direito à liberdade.

A comparação do período ditatorial com o tempo das senzalas era uma constante nos discursos em prol da democracia e liberdade do país. Segundo Gilberto Freyre, o processo de redemocratização do Brasil, ainda em tempo de pressões para a deposição de Vargas, era uma “nova campanha abolicionista”²²². O movimento vivido no tempo do Império era percebido como uma “aventura democrática”, quando partidos, intelectuais e massa popular se empenharam pela libertação dos escravos. Aventura que, como ressaltava Freyre no artigo em foco, se repetia em 1945 também com a colaboração importante de mulheres pernambucanas.

No passado, senhoras da sociedade pernambucana venderam suas jóias e promoveram “espetáculos abolicionistas no [teatro] Santa Izabel”, para com os recursos alforriar cativos. Decorridos quase sessenta anos da Lei Áurea, em reunião na sede da UDN, mulheres montavam organização para por fim à “Ditadura Vargas – Magalhães – Muller” e favorecer a vitória de Eduardo Gomes. Contudo, apesar de Gilberto Freyre louvar a iniciativa dessas pernambucanas pela democracia no Brasil, e prestar sua homenagem às abolicionistas do passado, não acreditava “que a ação das mulheres de Pernambuco [precisasse] neste decisivo ano de 45 de ir além do intenso esforço eleitoral”. Para ele, não seria necessário que elas seguissem o exemplo das “bravas mulheres de Tejucupapo”.

²²¹ Confio na vitória do povo contra a opressão. **Jornal Pequeno**. Recife, 18 de junho de 1945. 1ª página.

²²² FREYRE, Gilberto. As mulheres pernambucanas e a nova campanha abolicionista. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 de setembro de 1945.

Com a alegação de que “Somos todos tão interdependentes neste mundo [...] que qualquer pretensão a independência ou suficiência absoluta da parte de uma nação, de um sexo, de uma geração ou de uma região soa hoje um tanto ridícula.”²²³, nos deparamos com os limites do ser democrático de Gilberto Freyre, que dizia se encolher quando ouvia se falar com ênfase em “autonomia da mulher”.

Sou dos que pensam talvez um tanto arcaicamente que a principal função da mulher continua a ser a de dona de casa, esposa, mãe, filha, irmã, isto é, uma função antes de inspiradora e colaboradora do homem do que de sua rival por meio de uma autonomia arrogante e talvez falsa nos seus fundamentos ou de uma suficiência enfática e talvez artificial em suas “razões biológicas”.²²⁴

E Freyre reconhecia que estava sendo arcaico, ou melhor, no seu dizer, semi-arcaico. Percebia “com desencanto os excessos no sentido de indiferenciação que vão artificialmente igualando as funções dos dois sexos em países como os Estados Unidos, com evidente prejuízo para a criação dos filhos e para o preparo doméstico dos doces e dos guisados”²²⁵. E para atenuar a má impressão, afinal o artigo era para aplaudir a iniciativa das mulheres em se organizar contra a ditadura, afirmou: “Creio que lhe toca também participar a seu modo da vida pública e intervir a seu jeito nas lutas políticas do seu país”²²⁶. “A seu modo”, “a seu jeito”, não da maneira dos homens. O ato de votar, possivelmente, não tomaria tanto tempo à mulher a ponto de a criança acordar, do doce desandar e do guisado queimar...

E em comício no Teatro Santa Isabel, Gilberto Freyre afirmava que incluiria a igualdade de raça ao texto do programa da Liga Eleitoral Católica, de São Paulo, que Alceu de Amoroso Lima e o frei dominicano Benevenuto de Santa Cruz dissertaram, e em que conceituaram uma “democracia trabalhista”. Nesse documento, citado no discurso, se encontrava a defesa de uma cultura que permitisse a todas as classes sociais uma educação completa e igualdade econômica entre ricos e pobres, com participação efetiva dos trabalhadores nos lucros e “até, aos poucos, na direção das empresas econômicas”. Freyre, na ocasião, se defendia daqueles que procuravam nas suas afirmações a postura comunista, o que

²²³ FREYRE, Gilberto. Op.cit.

²²⁴ Idem.

²²⁵ Idem.

²²⁶ FREYRE, Gilberto. Op. Cit.

enfaticamente em vários artigos no Diário de Pernambuco dizia não ser, preferia ser compreendido como um socialista, assim, defendia uma democracia “efetivamente” social.

Pois não haverá democracia completa nas suas bases no país em que os pretos e pardos não nasçam com os mesmos direitos dos brancos; as mulheres, com as mesmas oportunidades, dos homens, reconhecidos apenas os limites que impõem as mães os cuidados com os filhos; os pobres com os mesmos direitos dos ricos os evangelistas, os israelitas, o catolicismo policial, o catolicismo a serviço exclusivo da burguesia, endinheirada, não é senão uma caricatura de catolicismo; não o cristianismo essencialmente democrático proletário, trabalhista pregado pelo Cristo, filho de carpinteiro e, apesar de intelectual, e santo amigo de pescadores e de pecadores. Não o cristianismo que as grandes vozes dominicanas, franciscanas, carmelitas, pregam hoje por toda parte e a toda a criatura. Assim caminhamos para 2 de Dezembro, meus amigos, meus companheiros, meus irmãos estudantes – batendo-nos por uma democracia que vá às raízes da nossa vida em vez de permanecer em soluções jurídicas ou mesmo sociológicas, de imperiação [sic].[grifo nosso]²²⁷

Gilberto Freyre reconhecia a necessidade de se oferecer oportunidades iguais para homens e mulheres, mas, ainda dentro dos limites do ser mãe e de não afetar os cuidados com os filhos. O autor contestava o domínio da Igreja Católica Apostólica Romana na sociedade; percebia nessa instituição, e nas suas ordens, um desvio dos verdadeiros propósitos cristãos, que reconhecia como democráticos e proletários em suas origens.

A democracia, entretanto, esbarrava na concepção de muitos líderes políticos, particularmente envolvidos na campanha pelo Brigadeiro e por Dutra, de que os brasileiros ainda não apresentavam condições de exercerem plenamente sua liberdade. Desses, alguns se restringiam a uma compreensão liberal de democracia pautada no direito individual à propriedade e no regime da livre concorrência: deixar fazer, deixar ir. Outros entendiam que a miséria e o analfabetismo impediam o desenvolvimento da autonomia, o que sugeria um deficiente exercício da cidadania. Para Olívio Montenegro²²⁸ a “verdadeira democracia” era “um sistema cultural que desse aos indivíduos todos os meios possíveis de expressão política, econômica e social”²²⁹, expressões que, para ele, se interpenetravam. Dizia ele em artigo:

²²⁷ Uma democracia que não seja apenas política. Mas uma efetiva democracia social. O discurso de Gilberto Freyre ao povo pernambucano. **Diário de Pernambuco**. Recife, 23 de novembro de 1945.

²²⁸ Olívio Bezerra Montenegro, nasceu em Alagoinha, Paraíba, em 1896, e morreu no Recife em 1962. Formado pela Faculdade de Direito do Recife. Foi juiz municipal e promotor. Lecionou no Ginásio Pernambucano e na Faculdade de Filosofia do Recife. Também foi crítico literário, escritor, historiador e jornalista da época. Disponível em: www.literaturabrasileira.ufsc.br Acesso em 01 jun 2010.

²²⁹ MONTENEGRO, Olívio. Democracia e Amor ao Poder. **Diário de Pernambuco**. Recife, outubro de 1945.

O direito de liberdade que é uma ficção da lei não importa; o que na realidade importa é a faculdade do ponto de vista biológico e social que tenha o indivíduo de exercer a sua liberdade – a liberdade de pensamento e de crítica; e do ponto de vista político, a liberdade que o define membro nato de uma comunidade, que é a liberdade de voto, liberdade que, entre muitos povos existe mais no papel do que no homem²³⁰.

Observando as condições de pobreza, miséria e analfabetismo que “abafam a voz” do povo brasileiro, Olívio Montenegro considerava que o direito de voto no Brasil “por mais extenso e gloriosamente exprimido que ele seja em face da lei, nunca tem a validade nem a eficiência do que é atribuído ao homem dos Estados Unidos ou da Inglaterra”²³¹ Porque, no Brasil, segundo ele, enquanto a propriedade e a riqueza fossem “a principal fonte de todo o poder, e o fim único de todo o homem” e as oportunidades de cultura fossem privilégio das classes mais favorecidas, a vida política seria uma “caricatura irrisória de democracia, um carnaval a grande estilo, com mascaras de todos os feitios e despistamentos de todos os cinismos”. O autor comparava com as recentes eleições da Inglaterra, da época, quando a esquerda trabalhista derrotara os conservadores liderados por Churchill. A expectativa era que a atuação de Winston Churchill na guerra repercutisse em votos, no entanto, o resultado aparentemente surpreendia muitos brasileiros, e os articulistas do Diário de Pernambuco procuravam esclarecer a situação inglesa chamando a atenção para o sistema democrático vigente na Inglaterra, e para o significado dessa vitória dos trabalhistas no contexto do pós-guerra - como um alerta para os políticos brasileiros.

Olívio Montenegro ressaltava a diferença entre a democracia inglesa e a brasileira: os ingleses votavam pelas idéias dos candidatos, que circulavam impressas, portanto “onde facilmente e a qualquer momento o eleitor é capaz de verificar pelo que eles defendem em doutrina o que seriam capazes de realizar em ação”. Nesse sentido, Olívio procurava despertar os líderes partidários, “inteligência mais esclarecida do que outros”, para que não perdessem “o contacto com a realidade humana do país”, pois, a seu ver, “todo poder é fascistamente ditatorial” quando começa a confundir os seus interesses de poder, com os do partido e os da coletividade, “mesmo os de uma coletividade semimorta como a nossa”. E concluía, meio que profetizando:

²³⁰ Idem.

²³¹ Idem.

Porque essa coletividade semimorta pelo analfabetismo, pela doença, pela miséria ela há de surgir um dia para a vida a que tem direito, e o dia das reivindicações coletivas é sempre um dia de juízo final para todos os que experimentam fazer da pátria a sua feira de vaidades, e das situações do poder o seu grande negócio.²³²

A “coletividade semimorta” não estava, contudo, tão apática assim. O professor Olívio não incluía, diretamente na sua análise, o histórico movimento operário, que, embora subjugado durante o Estado Novo, já demonstrava indícios de que ressurgiria das cinzas, mesmo pela receptividade ao Partido Comunista novamente na legalidade. O resultado das urnas de dois de dezembro de 1945 expressava uma crescente opinião livre dos laços paternos do Estado. Situação percebida pelo General Góis Monteiro, que conclamou para que UDN, PSD e PTB esquecessem as divergências e promovesse uma fusão, um bloco coeso no Congresso: “Na opinião do General Góis, o país marcha para a esquerda e deveria haver uma aproximação dos valores de todas correntes para a organização de um partido mais consistente com base trabalhista e não puramente política”.²³³

Base trabalhista. A aproximação com as camadas populares, de modo a oferecer-lhes espaço controlado de expressão dentro dos partidos e das instituições políticas, havia se tornado critério necessário para a sobrevivência e permanência no poder dos partidos defensores dos interesses dos grupos sociais burgueses e proprietários. Pluralidade de partidos significava interesses diversos, ou seja, disputas e divergências, que, no entendimento do General, só facilitariam a implantação do regime parlamentarista, que não era desejado.

Para os comunistas, mais precisamente, para o deputado Leivas Otero, em 1947, “o povo só poderá educar-se democraticamente exercitando todos os seus direitos”. A afirmativa se fez quando se discutia na Assembléia Legislativa de Pernambuco a necessidade de revista nas pessoas que viessem assistir às sessões, devido os conflitos vividos entre os próprios deputados acompanhados de manifestações acirradas do público presente. Enquanto a Coligação Pernambucana (UDN-PDC-PL) entendia e tentava pressionar que houvesse a revista prevenindo possíveis atentados, Leivas Otero argumentava que os dispositivos de controle da Mesa já eram suficientes e que a revista não garantia nada, pois na própria Câmara do Senado, apesar da segurança, o Senador Getúlio Vargas por pouco não foi atingido por um

²³² MONTENEGRO. Olívio. Op. Cit.

²³³ Regime Parlamentarista. Se não houver uma fusão dos Partidos no Parlamento. **Diário de Pernambuco**. Recife, 14 de dezembro de 1945.

paralelepípedo; acrescentava ainda que se “alguns deputados muitas vezes se excedem em alguns pontos, é natural que ele [o povo] o faça também”. A Coligação, de maneira indireta, terminou por acusar o PCB de trazer capangas para a assembléia, mas afirmando que também poderia trazer os seus, no que foram interpelados: “E a Coligação tem capangas?”²³⁴.

“Querem proibir o povo de pensar.”, afirmava, em 1947, o, então, deputado federal, e escritor comunista, Jorge Amado, a respeito do anteprojeto de Lei de Segurança Nacional, formulado pelo deputado Costa Neto, em discussão na Câmara. A chamada “Lei Mostra”, segundo Jorge Amado, visava “liquidar a literatura, a arte, a ciência” independentemente de tendência estética, filosófica e religiosa, pois dava margem para que qualquer obra, até mesmo a Bíblia, fosse alvo de processo, condenação do autor e apreensão das edições. A cultura ficaria a mercê dos interesses do governo e em louvar apenas as figuras do passado consideradas elogiáveis²³⁵. A mesma lei atingia a imprensa provocando grande reação, pois assim se redigiu:

Quando os crimes definidos nesta lei forem praticados por meio da imprensa, proceder-se-á sem prejuízo da ação penal competente a apreensão das respectivas edições como instrumento do crime: A incidência na falta determinará até suspensão por quinze dias do órgão, suspensão essa que se poderá repetir de um a seis meses²³⁶.

Reeditava-se o DIP, atualizado como Departamento Nacional de Inteligência (DNI), em plena democracia, ao se colocar a imprensa “sob controle de qualquer ‘tiras’ vagabundos e escrachados, que passarão a farejar nas páginas dos jornais, livros e impressos para descobrir qualquer sombra de ‘democracia’ [...]”²³⁷. O direito de opinião, o livre pensar, estava ameaçado por novos, ou melhor, pela permanência de dispositivos de controle que visavam atingir, especialmente, as idéias e os ideais comunistas. Mas, a estratégia de ação da imprensa comunista se fazia em divulgar os efeitos da lei em todos, comunistas ou não. Pois, conforme analisava o deputado estadual comunista Rui Antunes, em discurso na Assembléia de Pernambuco, ao citar Prestes:

²³⁴ O Povo se educa praticando a democracia. **Folha do Povo**. Recife, 06 de agosto de 1947.

²³⁵ AMADO, Jorge. Toda a Cultura Brasileira está Ameaçada. **Folha do Povo**. Recife, 31 de julho de 1947.

²³⁶ Notas e Comentários. Contra a Liberdade de Imprensa. **Folha do Povo**. Recife, 24 de julho de 1947.

²³⁷ Idem.

O que verificamos na prática é que, ao invés da ditadura resolver os problemas econômicos do nosso povo, com sua ojeriza ao comunismo, com sua mania anticomunista, trouxe a desordem e a desconfiança, agravando, ainda mais, a situação econômica e financeira do país.²³⁸

A ditadura era o governo pretensamente democrático de Dutra. O anticomunismo, na visão comunista, gerava uma desconfiança que obstruía o investimento de capital no país. Assim, o bloqueio do pleno exercício das liberdades democráticas impedia também o desenvolvimento econômico. O progresso do parque fabril significava emprego, distribuição de renda, consumo. A democracia comunista estava intimamente relacionada a um ideal de justiça social no mundo das relações entre capital e trabalho. E, nessa perspectiva, a democracia se revelava na possibilidade e oportunidade de ação, de lutar politicamente, em memória e em nome daqueles que não puderam ou não podiam se expressar...

Moacir [Werneck de Castro] fala [do Deputado] Agostinho [Dias de Oliveira], esse gigante, com a sua voz ferroviária, com o seu poder imenso de povo nas palavras. Isto me faz lembrar as vozes que entraram em meu coração, que vivem em mim, as vozes do velho Gaçaba espedaçado no trabalho; do estivador João de Sales atingido por uma prancha sem que deixasse pão e escola para os filhos; do pescador Aristides que morreu afogado e por isto se perderam no mundo quatro filhas queridas; das velhas e curvas lavadeiras de sessenta anos que não podem mais carregar as grandes trouxas da patroa; dos seringueiros mortos na selva para que se fabriquem pneus destinados aos belos carros de banqueiros; dos homens amarelos e magros espancados nos cárceres escuros porque não queriam deixar as suas terras ocupadas pelos doutores e coronéis; daquele negro, alto e de olhar como brasa, acusado de furto de cinco cruzeiros e condenado a passar fome no xadrez de Gurupá até que confessasse o “crime”. Essas vozes transbordam na voz de Agostinho, voz profunda e colérica, a voz dos quilombos e dos porões dos navios, a voz dos fundos peitos onde os soluços e os protestos se acumulam há séculos e agora avançam e rebentam como os repiquotes de rios de minha terra. E por isso tenhamos fé na batalha dos mandatos. [...].²³⁹

A democracia para os comunistas era a oportunidade de dizer o que não era agradável ouvir, mostrar que a harmonia social e econômica era inexistente e cobrar a alta dívida social contraída historicamente pelo Estado e pela Sociedade. A incômoda presença desses

²³⁸ PRESTES, L. Carlos. Citado por ANTUNES, Rui. A lei de “segurança” ameaça não apenas comunistas, mas a toda a nação. **Folha do Povo**. Recife, 09 de agosto de 1947.

²³⁹ JURANDIR, Dalcídio. Não conseguirão calar o povo. **Folha do Povo**. Recife, 05 de dezembro de 1947.

democratas vermelhos provocou a ira dos partidos conservadores que a todo custo buscaram a cassação de seus mandatos.

Situacionistas ou oposicionistas são partidários de uma mesma fórmula de governo: Democracia, mas, enquanto uns desejam uma Democracia verdadeira, uma Democracia capaz de resolver os problemas de após-guerra, uma Democracia de disciplina e autoridade, outros, os oposicionistas, querem uma Democracia de desrespeito, de desregramento, de anarquia, pois, outra coisa não pode desejar, quem, descendo ao nível mental de desequilibrados e inseqüentes, atacam com “Jóias de Calão” nacional, as autoridades constituídas, os inimigos ideológicos e quem quer que seja, que ponha acima dos próprios e mesquinhos interesses particularistas, os supremos interesses da nação.

Pela demonstração, quer dos demagogos, quer da imprensa, assistimos estarecidos um partido (?) que nem programa tem, tentar derruir com o emprego de todos os meios, a reputação político-administrativa dos homens que salvaram o Brasil do descabro econômico, da anarquia social!²⁴⁰

O artigo, provavelmente, se refere a UDN, ainda nos primeiros tempos de 1945, mas o comentário pode se aplicar, em contextos posteriores, às críticas dirigidas ao PCB. Situação que culminou com o empastelamento de diversos jornais em todo o país e com a prisão de vereadores e deputados comunistas. “A liberdade de imprensa está ameaçada em Pernambuco, como em todo país” reafirmava o vereador Aguinaldo Barros Correia, do Partido Social Progressista (PSP), que trazia à assembléia artigo do deputado Rui Antunes (PCB), publicado no jornal Folha do Povo, sobre as tentativas do Secretário de Segurança Pública em processar o referido jornal²⁴¹. E a ameaça foi concretizada. O Governador Barbosa Lima Sobrinho mandou recolher a tipagem e as barras de linotipo e, segundo o vereador Aguinaldo: “Prenderam todo o pessoal das oficinas, seviciaram-nos brutalmente após o que foram jogados nas enxovias da Detenção.” Até mesmo o Presidente da Câmara Municipal do Recife, o vereador Demócrito Ramos da Silveira (PSP), havia sido preso.²⁴²

É do conhecimento público que o país está sendo submetido a um regime de terror policial, sem precedentes em nossa história política. Diariamente são presos e torturados pela polícia cidadãos das mais diversas profissões sob a

²⁴⁰ SIMÕES, Aníbal. Democracia. *Revista Atlântida*. Recife, abril de 1945.

²⁴¹ RECIFE, Câmara Municipal do. *Ata da Assembléia Ordinária de 18 de março de 1948*. P. 05.

²⁴² RECIFE, Câmara Municipal do. *Discurso do Vereador Aguinaldo de Barros Correia anexo à Ata da Assembléia Extraordinária de 22 de abril de 1948*.

alegação caluniosa de pretenderem subverter a ordem estabelecida na Constituição da República. Que estabelece a Constituição, srs. Vereadores? Estabelece que todos os brasileiros são iguais perante a lei; que têm o direito de pensar como melhor entender, de professar a religião e a ideologia política que quiser; estabelece liberdade de pensamento e de livre associação, garante enfim, os direitos conquistados pelo homem no curso de memoráveis lutas pela liberdade.²⁴³

Igualdade e liberdade, firmados na Carta Magna, eram invocados por comunistas e não-comunistas, estes últimos aqueles conscientes da importância da pluralidade de idéias num regime democrático. O vereador Edgar Galvão Raposo (UDN), ao avaliar em discurso os trabalhos da primeira sessão ordinária da Câmara do Recife, considerou que “estava periclitando a democracia em nosso país [...] que a atual situação fosse em parte devida à anomalia de ter cabido o trabalho de recuperação definitiva da liberdade justamente àqueles que no-la tinham roubado.”²⁴⁴ Galvão Raposo foi um dos que não concordaram com a estratégia de cassar o registro eleitoral do PCB, visto que...

Facilitou-se assim, aos prosélitos do stalinismo o clima sabidamente propício ao desenvolvimento da agitação subterrânea, exercitando-se então, para combatê-los abusos de força que só servem para despertar censuras e criar uma aura de vítimas para a qual se inclina a ingênua alma popular.²⁴⁵

O vereador Galvão Raposo, de curto mandato - faleceu em 1949 - estava entre os que acreditavam que se poderiam lançar mão de outros meios para se combater as influências comunistas no país, sem lhes impedir de atuar na arena pública e normatizada das lutas políticas. Assim, percebemos que, neste lento e tumultuado processo de aprender a ser democrático, o desafio maior era - e, em certa medida, continua sendo - conviver com o diferente, respeitar a opinião divergente, argumentar com equilíbrio sem ofensas e provocações desnecessárias, assim como, principalmente, deixar de lançar mão da

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ RECIFE, Câmara Municipal do. **Ata da 34ª Reunião da 1ª Sessão Ordinária, em 29 de março de 1948**. P. 03. [no livro encadernado de atas].

²⁴⁵ Idem. Mas, a citação é de exemplar fora do livro de Atas; datilografado em folha timbrada, com capa, em que se descreve a reunião com detalhes, inclusive reproduz palavra por palavra os discursos e apartes proferidos. Do discurso do vereador Galvão Raposo, no entanto, falta a página inicial. Ou melhor, faltam as páginas 04, 06 e as últimas folhas.

truculência. A violência, ingrediente ativo do tempo dos coronéis, persistia em meio a pretensas práticas democráticas.

II. 3. O Movimento Feminino

Num artigo da revista *Atlântida*²⁴⁶, assinado por uma Madame Carmem, constatava-se que “a mulher moderna possui mais direitos e franquias do que poderia sonhar a mais imaginativa das avós”. Segundo o texto, direitos que pouco valiam a partir do momento que os sentimentos entravam em cena e elas se entregavam “passivamente à direção do ‘eleito’”. A autora pretendia alertar para que as mulheres não se deixassem levar pelas “opiniões preconcebidas de quem quer que seja, pai, irmão ou marido”, por ocasião das escolhas nas eleições que se anunciavam.

Na mobilização das mulheres do Recife pela democracia, no período pós-Estado Novo, observamos um Movimento Feminino composto, basicamente, por operárias e donas de casa. O foco imediato se concentrava em questões de acesso a um espaço, até então, exclusivo dos homens: a participação política. A intenção era obter mais respeito e condições de trabalho e, especialmente, melhores condições de vida de modo geral.

Como vimos no primeiro capítulo, a palavra feminismo não era usual, talvez, nesse contexto, não surtisse o efeito desejado de atrair as mulheres para a causa. Mesmo porque, esse movimento feminino surgiu numa estratégia de ação pela democracia, numa reação ao cerceamento dos direitos políticos do Partido Comunista, posto na ilegalidade.

Exemplo de mulher que não correspondeu ao modelo de conduta imposto à época foi Cândida Maranhão Otero. Em 2003, já com oitenta anos, ela publicou suas memórias com o título **Na Correnteza da Vida**²⁴⁷. Médica aposentada e adepta do Seicho-no-Ye, o livro surgiu a partir de lembranças gravadas e escritas por ela mesma. Depois familiares a ajudaram a compilar e editar o texto final. O propósito da memorialista era prestar “uma homenagem de gratidão aos antepassados”. O texto nos oferece uma experiência de vida. Uma tentativa da autora em expor as dificuldades em lidar consigo mesma, com suas limitações e complexos. Até aí, mesmo pelo ambiente espiritualista que representa, o livro poderia passar despercebido para o interesse acadêmico. Contudo, a autora, Cândida Maranhão Otero, foi uma militante do Partido Comunista do Brasil (PCB) muito atuante na década de quarenta no Recife, esposa do companheiro de partido Francisco Antonio Leivas Otero, que, em 1946, foi deputado constituinte por Pernambuco. Seus irmãos, Luiz Ignácio Maranhão Filho e Djalma Maranhão,

²⁴⁶ Recife, agosto de 1945.

²⁴⁷ **Na Correnteza da Vida**. Porto Alegre: Renascença, 2003.

também trilharam pelo sonho socialista. Cândida conviveu com personalidades políticas importantes no movimento socialista brasileiro, como: Luís Carlos Prestes, Jorge Amado, Davi Capistrano, Ivan Ribeiro, Agildo Barata, Rui Antunes, Alcedo Coutinho, Gregório Bezerra e Adalgisa Cavalcanti. Foi repórter do jornal Folha do Povo (Recife) nos anos quarenta e locutora da Rádio Moscou nos anos sessenta.

O pequeno livro de Cândida toma, então, outra feição e nos oferece um relato de memória de tempos passados no Rio Grande do Norte, no Recife, no Rio de Janeiro, em Moscou, no Rio Grande do Sul, no Japão, entre outros lugares. Da difícil e boa infância no Ceará-Mirim, ao entusiasmo juvenil nas mobilizações políticas do Recife; depois, não só como partidária, mas acompanhando o esposo em suas empreitadas pelo PCB, e, por fim, viúva, mas ainda atuante no trabalho junto aos jovens.

O relato de Cândida, a princípio, pretende seguir uma linearidade, no entanto, como se passasse por várias sessões com um psicanalista – e, em certo momento, ela transcreve o que expressou na terapia regressiva que fez com uma psicóloga e preletora da Seicho-no-Ye - ela vai desvelando a alma e os acontecimentos que vivenciou; e, assim, por vezes, assuntos são retomados para dizer o que antes não se sentia à vontade em expressar, principalmente com relação a questões familiares relacionadas ao pai. Contudo, **Na Correnteza da Vida** não é uma narrativa preocupada em ser precisa nas datas e nos acontecimentos, mas, principalmente, em deixar falar o coração: ajustar, perdoar [a si mesma], agradecer e homenagear, uma maneira de desfazer-se do peso que incomoda, e ressaltar como um prêmio o conteúdo da bagagem que se viveu. E este foi o propósito para autora. No entanto, o olhar do historiador busca os detalhes de um tempo passado, a reprodução do vivido, o sentido de uma época, e o foco de Cândida é outro. No entanto, o historiador pode encará-la como representante de uma geração, ou melhor: de um grupo social do gênero feminino, que não se adequou plenamente aos padrões sócio-culturais da época e atuou de maneira diversa da maioria.

Cândida, Adalgisa, Júlia, e tantas outras, foram mulheres que se envolveram com a luta operária e, conseqüentemente, com a luta política partidária nas décadas de quarenta e cinquenta, período que é recortado aqui, mas que não limita o tempo de atuação dessas mulheres na vida política do seu lugar e do seu país.

Cândida Maranhão veio para o Recife sozinha. Seguindo o exemplo de vida de Maria Salomé de Carvalho Maranhão, sua mãe, uma batalhadora abandonada pelo marido e que, para sobreviver, aprendeu a ser parteira. Cândida, neta de senhor de engenho, filha de família que poderia ser mais favorecida, mas que encontrou a decadência material, enfrentou as

dificuldades próprias de uma jovem de dezesseis anos, que chega do interior num outro mundo que é a capital. Desembarcou do trem à noite e não poderia se dirigir a Casa São José àquela hora; então, foi buscar abrigo com uma amiga do tempo do Ateneu, Anita Wassermann, que estava na capital pernambucana para estudar odontologia e se hospedara na casa de uma tia. Com essa amiga, Cândida revela que aprendeu “a viver com os pés no chão... a pensar em dinheiro e ser capaz de [se] manter”. A amiga sugeriu que estudassem datilografia para poderem se sustentar enquanto estivessem no Recife. Cândida e suas amigas foram recepcionistas da Panair; e ela também deu aulas particulares de inglês e fazia aplicações de penicilina em domicílio.

Cândida queria ser médica. Fez o curso pré-médico no Ginásio Oswaldo Cruz, no bairro do Derby. E para ficar mais próxima da faculdade, e mesmo pelo valor da hospedagem, se mudou para o Patronato São Vicente de Paula. Nesse lugar contou com a proteção e o apoio da Irmã Superiora, a Irmã Rodrigues, “mulher forte e consciente que não se submetia às opiniões equivocadas de pessoas preconceituosas e ignorantes, porque sabia que Cristo foi o maior dos revolucionários...”²⁴⁸. No seu livro conta das amizades que fez, nota-se a presença de muitos alunos e alunas de origem judaica; fala também dos professores, entre eles, Luiz de Góes e Waldemar de Oliveira.

Fazendo as contas, Cândida Maranhão deve ter chegado ao Recife em 1939 e mudou-se para o Patronato em 1940; segundo ela, ao passear de bonde com a amiga Urzi do Prado, observou uma senhora jovem acompanhada por uma mocinha, ambas bem vestidas, e lhe veio um sentimento de inferioridade. A amiga como lhe adivinhando os pensamentos comentou: “A vida dessas mulheres é muito sem graça, eu acho que a nossa vida é melhor, tem mais movimento, eu não gostaria de ser como elas”²⁴⁹. Esse comentário repercutiu em Cândida como um marco, “um ponto de partida para a realização de sonhos maiores, mais grandiosos, que abrangiam não só a mim, mas a toda a humanidade”²⁵⁰

Cândida Maranhão não precisa a data, mas diz que ao passar “naquela rua” que a levava ao centro da cidade descobriu a sede da Célula Universitária do PCB. Entrou, escutou e se filiou ao partido. A partir daí passou a ser escalada para comícios na periferia da cidade e para os grandes comícios no Parque Treze de Maio, ao lado de Luís Carlos Prestes. A tímida Candinha se revelava outra pessoa no palanque, segundo ela, as palavras jorravam como cataratas. Mas, Cândida queria ser obstetra para ajudar a mãe que era parteira, então foi

²⁴⁸ OTERO, Cândida M. **Na Correnteza da Vida**. Porto Alegre: Renascença, 2003. P. 103.

²⁴⁹ Idem. Op. cit. P.109.

²⁵⁰ Idem. Op. cit.. P. 109.

estagiar na recém-inaugurada Maternidade Bandeira Filho²⁵¹, no bairro de Afogados. Entretanto, deixou o Patronato e foi morar na casa de Adalgisa Cavalcanti, que seria deputada estadual pelo PCB. Adalgisa queria que Cândida trabalhasse como repórter para a Folha do Povo, jornal do PCB, e que ficava próximo a sua casa. Ela diz: “Fiz reportagens em portas de fábricas, nas ruas e até criei coragem para entrevistar o governador Agamenon Magalhães e o senador Barbosa Lima Sobrinho, por ocasião de um encontro de dirigentes políticos nossos aliados”²⁵²

Provavelmente, Cândida se refere a um breve momento político pós-Estado Novo, nas eleições de 1947, quando o Partido Social Democrático (PSD) de Agamenon Magalhães negociou com o PCB, que já estava na ilegalidade como partido - mas sobrevivia enquanto sociedade civil -, visando o eleitorado recifense. Em janeiro de 1948 os deputados federais Agamenon e Barbosa Lima votaram contra o projeto Ivo Aquino de cassação dos mandatos comunistas²⁵³. No entanto, podemos observar que ela os trata como governador e senador. Assim, é possível que a entrevista tenha sido após 1950, ou a autora usa o tratamento por costume, mesmo porque Barbosa Lima nunca foi senador. A imprecisão da memorialista não invalida o relato, mas nos lança outros elementos para a investigação. O importante, no caso, é o registro da experiência com o movimento político do PCB.

Nas eleições municipais de outubro de 1947, Cândida Maranhão foi candidata à vereadora. Um grupo de mulheres “democratas e antifascistas” organizou um comitê para o lançamento de sua candidatura.

Nenhuma escolha poderia ser mais acertada do que essa, com que se faz justiça a uma denodada batalhadora pelos direitos da mulher e da democracia, e que naquela Câmara, tudo fará certamente para a defesa das legítimas reivindicações do povo de nossa cidade, principalmente, dos nossos subúrbios, que conhece bem de perto²⁵⁴.

Mas, Cândida foi orientada a guardar suas cédulas eleitorais e distribuir as do comitê estadual para eleger os quadros do partido. Mesmo assim, foi eleita suplente e, mais tarde,

²⁵¹ A Maternidade Bandeira Filho foi inaugurada em 14 de outubro de 1945.

²⁵² Otero, Cândida. Op.cit. P. 110-111.

²⁵³ LAVAREDA, Antonio. A Exclusão dos Comunistas e o Pleito de Outubro de 1947. In **Poder e Voto: Luta Política em Pernambuco**. Recife, Massangana, 1986. P. 78.

²⁵⁴ **Folha do Povo**. Recife, 21 de agosto de 1947.

segundo conta em suas memórias, quando já se encontrava em Moscou, foi chamada a assumir a vaga, mas recusou por já estar casada e com filho.

Foi nesse tempo de eleições, que Cândida conheceu o esposo, Francisco Leivas Otero, que era secretário geral do Comitê Estadual na época. Participava de viagens ao interior de Pernambuco, e nessas viagens era a única mulher, mas enquanto os homens ficavam em hotéis, ela ficava na casa de alguma família. Nessas andanças discursava até em feira, em cima de caixote. Numa dessas, em Nazaré da Mata, foi atingida por ovos, mas continuou falando, até que um companheiro de partido a cobriu com uma enorme bandeira nacional permitindo que concluísse seu discurso.

A memorialista relata também as contradições que teve que enfrentar como militante do PCB. Suas amigas eram simpatizantes do movimento comunista até não serem incomodadas por ele. Enquanto repórter da Folha do Povo, Cândida teceu críticas à fábrica de propriedade do irmão de sua amiga Urzi, a família dela não gostou. O relato de memória dessa idosa senhora ainda considera uma gafe o que aconteceu, um exemplo de sua “inexperiência juvenil”²⁵⁵. O desconforto ainda ressoa por ter atingido *sem querer* a família da amiga que a recebeu tão bem; contudo, sua postura, mesmo irrefletida, demonstrava coerência política.

O jornal Folha do Povo significava um instrumento político muito importante para o Partido Comunista em Pernambuco; a falta de recursos era compensada pela ajuda literalmente do povo. As mulheres eram as maiores responsáveis pelas arrecadações. Cada um colaborava com o que podia, e o jornal expunha o nome das pessoas e das entidades juntamente com a quantia oferecida. Apresentavam até uma vanguarda de auxílio à Folha, cujo destaque ficou com a candidata à vereadora Júlia Santiago da Conceição, que fez grande campanha pelo jornal no bairro do Cordeiro.

Ligas Femininas, de Donas de Casa, Sub-Comitês de Mulheres Pró-Democracia eram fundados em diversos bairros do Recife, especialmente da zona norte, e também em Olinda e Camaragibe²⁵⁶. A seção “Movimento Feminino” vai pouco a pouco se formando no jornal, dando conta das freqüentes notícias das mulheres se organizando, montando esquema de reivindicações para resolver os problemas do bairro, oferecendo palestras, cursos de corte e

²⁵⁵ OTERO, Cândida. Op. Cit. P. 117.

²⁵⁶ No período de julho a setembro de 1947 observamos na Folha do Povo a fundação de diversas entidades femininas. Sub-comitês de Mulheres Pró-Democracia nos bairros: da Mustardinha, Córrego do Euclides, do Farol (Olinda), de Camaragibe, do Pina e Alto José do Pinho; Ligas Femininas: Nossa Senhora dos Prazeres, do Cordeiro e do Sítio do Wanderley; Liga das Donas de Casa: dos Peixinhos (bairro), de Santo Amaro e da Ladeira do Giz (Águas compridas, Beberibe). E ainda o Comitê Popular Democrático da Ilha Joana Bezerra com ampla presença feminina.

costura, de culinária, fundando escolas de alfabetização para crianças e adultos, enfim, terminam por criar um espaço fixo na Folha do Povo. Todavia, após as eleições de 1947 esse espaço é perdido ou aparece esporadicamente, mas não com a mesma ênfase.

A foto de Cândida Maranhão era publicada constantemente ao lado de alguma palestra que ministraria – as mulheres haviam organizado uma semana de esclarecimentos sobre a tuberculose -, ou alguma reunião em que estava escalada como oradora, ou a comemoração de algum acontecimento, como foi o caso da Queda da Bastilha: O Comitê das Mulheres Pró-Democracia organizou o evento para o dia catorze de julho de 1947 no Teatro Santo Isabel, com a presença dos oradores: “Gilberto Osório, Luiz Magalhães Melo, Severino Mario, Osvaldo Gadelha, Paulo Cavalcanti, Julião Francisco de Paula, Rodrigues Calheiros e Cândida Maranhão”²⁵⁷; por “motivo superior” transferiu para o dia dezesseis, mas o Secretário de Segurança Pública, Capitão Murilo Rodrigues, proibiu o evento por ordem do interventor Amaro Pedrosa. O Comitê de Mulheres protestou “energicamente pela atitude antidemocrática”.

II. 3. 1. O Comitê de Mulheres Pró-Democracia.

Em 1945, no Rio de Janeiro, foi fundado o Comitê de Mulheres pela Anistia, que se aliava a campanha pela libertação de presos políticos e de retorno dos exilados. Atingidos os objetivos, o movimento se desdobrou em promover a democracia, ou melhor, uma sociedade civil com personalidade jurídica, que congregava “mulheres de correntes diversas de opinião democrática, independentemente de condição social, cor, credo religioso” e que tinha...

[...] como objetivo fundamental fazer com que a mulher participe, efetivamente, da consolidação da democracia brasileira, defender os direitos que já lhe são assegurados em lei e protestar, pelos meios aos seus alcance, contra atos dos Poder Constituído que firam direitos da Mulher e da Criança, direitos estes que devem ser assegurados num regime democrático²⁵⁸.

O Comitê de Mulheres Pró-Democracia foi fundado no Recife em julho de 1945, com sede provisória à Rua do Príncipe, número 742, no bairro da Boa Vista. Junto com o programa

²⁵⁷ **Folha do Povo**. Recife, 19 de julho de 1947.

²⁵⁸ Tomam Posição as mulheres Pernambucanas. Enérgico Manifesto do Comitê de Mulheres Pró-Democracia, conclamando as mulheres á luta contra o roubo dos mandatos do povo. **Folha do Povo**. Recife, 17 de dezembro de 1947.

do Comitê, foi anexada, para distribuição, uma circular esclarecendo o público de que o Comitê não estava filiado a nenhum partido político e que exigiam apenas de suas sócias ...

[...] a condição fundamental de serem reconhecidamente antifascistas. Nele haverá lugar para a colaboração de intelectuais, funcionárias bancárias, comerciárias, operárias, domésticas, etc., enfim, todas as mulheres que desejarem prestar o seu auxílio nesta hora de redemocratização do país.

O programa do Comitê de Mulheres Pró-Democracia estabelecia o seguinte:

1º - Preparação política das mulheres por meio de:

- a) Palestras sobre temas políticos, como, por exemplo: as quatro liberdades de Roosevelt. Decisões das Conferências de Teheran, Yalta, Chapultepec. Código Eleitoral, formas de governo, atividades dos trabalhadores da América Latina, etc.;
- b) Indicação de leituras;
- c) Esclarecimento sobre a necessidade de solução pacífica do problema nacional;
- d) Idem, sobre a necessidade de eleições livres e honestas; do voto consciente da mulher; da união das mulheres em torno dos seus problemas.

2º - Incentivo e solução dos problemas dos expedicionários, de todas as vítimas de guerra e desajustados sociais.

3º - Estudo de um plano de alfabetização, inicialmente, para maiores de 18 anos, dado o curto prazo para as eleições, visando atingir o objetivo de aumentar o eleitorado brasileiro consciente e diminuir a percentagem de analfabetos.

Para realização do seu programa o “Comitê” de Mulheres Pró-Democracia procura dar cumprimento às seguintes tarefas:

- a) Organização de palestras sobre temas políticos, por membros do “comitê” ou pessoas especialmente convidadas: indicação de leituras, organização de uma biblioteca (ambulante, a princípio), constituída, inicialmente, por livros que as próprias sócias possam colocar a disposição do “Comitê”; leituras coletivas de artigos ou pequenos trechos com comentários e trocas de idéias;
- b) Visitas às famílias dos expedicionários, no Hospital do Exército, às famílias das vítimas. Tentativa de ajustamento político entre as famílias dos expedicionários e estes. Obtenção de uma delegada em cada cidade do interior, como elemento de ligação.
- c) Providências que se fizerem necessárias a favor do plano de alfabetização de adultos, cuja atividade será irradiada pelos diversos bairros.²⁵⁹

²⁵⁹ “Comitê” de Mulheres Pró-Democracia. **Jornal Pequeno**. Recife, 07 de agosto de 1945.

Percebe-se o esforço por formar uma consciência política feminina atualizada e ativa diante das problemáticas do pós-guerra, e ações que favorecessem a democracia no país, como a alfabetização. O programa ainda esclarecia que o Conselho Deliberativo do Comitê era formado pela Comissão Executiva e pelas dirigentes das seguintes comissões: Cultural, de Arregimentação, de Auxílio, de Finanças e de Publicidade, sendo todos os membros eleitos em assembléia. Uma mensalidade de, no mínimo, dois cruzeiros também era estabelecida. A Comissão executiva era formada por Neusa Gibson, presidente; Neusa Cardim, secretária; e Edite Góis, tesoureira.

Dois anos depois, em vinte de julho de 1947, a Folha do Povo publicava artigo que comentava a importância do movimento criado pelo Comitê das Mulheres Pró-Democracia²⁶⁰. O jornal anunciava que o Comitê lançaria o seu primeiro periódico: “Tribuna Feminina”. No mesmo artigo chamava a atenção do leitor para que falhas do impresso feminino não fossem observadas, e exortava para que os homens seguissem o exemplo dessas mulheres democratas que defendiam a Constituição e lutavam “contra os exploradores do povo, a carestia de vida e o cambio negro. Não lutando isoladamente, mas alertando e organizando o povo para essa luta”. O artigo ainda afirmava que...

[...] sem ser comunista, depois do fechamento do PCB, o Comitê de Mulheres Pró-Democracia, em Pernambuco, é a única organização que está levando a prática as palavras de Prestes, isto é, está provando ‘que a política não se aprende nos livros nem nas academias, mas organizando na prática da própria atividade política’.

Nair Bione Freitas, contemporânea desse movimento, escreveu artigo na revista Atlântida²⁶¹, em 1945, sobre a importância da participação das mulheres nesse processo democrático, especialmente, no Comitê. Ela iniciou seu texto dizendo que era chegada “a hora de procurarmos nossos direitos quando o nosso Brasil marcha para uma democracia equilibrada e mais honesta, dado o espírito progressista de nosso povo”. O interessante é que ela associou “o espírito forte e resolutivo” das mulheres aos movimentos libertários vividos em

²⁶⁰ Nesse momento, a sede, ainda provisória, estava na Rua do Imperador, 289 – 1º andar. Neusa Cardim era a secretária, e foi quem recebeu Nair Bione FREITAS, autora da referência: Democracia. **Revista Atlântida**. Recife, novembro de 1945. Depois, no jornal **Folha do Povo** de 29 de setembro de 1947, a sede estava na Rua da Palma -583; e a entidade representava 25 organizações femininas. Vide tb MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Cidadania no Feminino*. In PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2008. P. 508.

²⁶¹ FREITAS, Nair Bione. Op. Cit.

Pernambuco desde 1710 - algo muito recorrente nos discursos do gênero masculino nesse período, ao destacarem o caráter insubmisso e guerreiro do povo pernambucano. Mas, Nair concluiu seu texto confiando que o “nosso querido presidente, Getúlio Vargas”, convocaria a Assembléia para elaborar novo projeto de Constituição, à semelhança, segundo ela, de D. Pedro I, que dissolveu uma assembleia, que lhe era contrária – detalhe curioso: Getúlio já havia sido deposto quando o artigo foi publicado. Entretanto, chama a sua atenção o aspecto não-partidário deste movimento feminino pela democracia:

O Comitê de Mulheres Pró-Democracia, não tem cores partidárias; tem por fim instruir a mulher em todos os setores dando a mulher pernambucana os seus direitos que lhe são cabíveis.

É assim que vamos marchando para as luzes do entendimento, para a vitória de nossos direitos, avançando para a realização de nossos ideais livres²⁶².

Liberdade e democracia para essas mulheres, certamente, significavam muito mais do que direitos políticos, mas foi por esse caminho, se associando à luta dos homens, que elas procuraram se acercar da própria situação, estabelecer posição, expressar suas preocupações, seus anseios e atuar nas grandes questões da época. Em setembro de 1947, em solidariedade ao povo espanhol, não se furtaram a enviar apelo à Organização das Nações Unidas (ONU), que aplicasse “severas sanções contra o tirano Franco”. Assinavam o documento:

Neusa Cardim, presidente do Comitê de Mulheres Pró-Democracia, Carmem Pinto, Carmosina Araújo, Juraci Góis, Adalgisa Cavalcanti, Cândida Maranhão, Laís Antunes, Júlia Santiago e mais 25 representantes de organizações femininas, localizadas em Santo Amaro, Sítio Novo, Mustardinha, Cordeiro, Casa amarela, Guadalupe, Salgadinho, Estrada dos Remédios, Sítio do Wanderley, Sítio Nozinho, Peixinhos, Águas Compridas, Bela Vista, Sapucaia, Vila São Miguel, Cabanga, Areias, Ladeira do Giz, Alto José do Pinho e Cabo.

Nesse período, apesar da instabilidade do regime democrático então vivido no país, foi possível que a sociedade reagisse se agrupando em interesses afins. Na compreensão daqueles que faziam oposição ao Presidente Dutra, a Constituição recém promulgada estava à mercê de

²⁶² FREITAS, Nair Bione. Op. Cit.

severas ameaças aos seus princípios e dispositivos democráticos. Surgiram, então, ligas de defesa da Constituição. Em vinte de julho de 1947, na Rua Doutor Machado, no Recife, o jornal *Folha do Povo* anunciava a criação da Liga de Defesa da Constituição com sua direção composta apenas por mulheres: Presidenta Amara Guedes; Secretária Terezinha de Jesus Domingues; Tesoureira Severina Francisca do Nascimento; Procuradoras Maria do Carmo da Silva e Maria José Domingues; e Adalgisa Cavalcanti, como Presidenta de Honra²⁶³.

Contudo, apesar do entusiasmo feminino tão flagrante em julho de 1947, em outro artigo de seis de setembro, Patrício Potiguar²⁶⁴ ao escrever sobre “As Organizações Femininas” lamentava que a participação das mulheres nos problemas do país ainda não havia atingido “a amplitude necessária”. Convidava para que participassem do Comitê Pró-Democracia “todas aquelas que desejem lutar ao lado do povo contra a inépcia governamental, contra a nova tirania que se vem querendo implantar no Brasil e pela solução imediata de nossos problemas vitais”. Potiguar tentava sensibilizar a mulher naquilo que é fundamental para uma família: manter a despensa de alimentos da casa abastecida. Argumentava que “os desacertos administrativos, as crises econômicas e o garroteamento das liberdades públicas” atingiam em cheio a economia doméstica, o que significava que a dona de casa teria dificuldades em manter o equilíbrio orçamentário e emocional de seu lar. O autor considerava que se a mulher, ao superar preconceitos, concorria com o homem no trabalho e nos estudos, deveria também participar da vida política, organizando-se na luta por dias melhores.

O direito de voto proporcionava à mulher visibilidade política. Antes, apenas apoio discreto nas lutas dos homens. Nesse momento, sua presença era mais exigida e ela também procurava se impor, tanto que, por ocasião da campanha eleitoral de dezembro de 1945, quando da eleição para a Presidência e para a Assembléia Constituinte, as alas femininas já se mostravam presentes nos partidos. Em outubro de 1945, num comício pró Eduardo Gomes, a senhorita Juracy Bezerra discursava como representante da Coligação Feminina da UDN e se dirigiu especialmente às mulheres: “temos uma missão a cumprir [...] mostrar a cada cidadão brasileiro que sou a hora da libertação [...]”²⁶⁵. E para divulgar essa idéia organizaram caravanas que percorreram o interior “animando a propaganda da candidatura Eduardo

²⁶³ *Folha do Povo*. Recife, 20 de julho de 1947.

²⁶⁴ Patrício Potiguar era o pseudônimo de João Fagundes de Menezes (Macau/ RN, 1918-2000): Contista, poeta, cronista, novelista, ensaísta, diplomado em direito (1946), advogado, jornalista, membro da UBE, Pen Clube do Brasil, Prêmio Revista IAPC (1953) e Missão Liga Estados Árabes no Brasil (1972). Informações disponíveis em <www.literaturabrasileira.ufsc.br/Consulta/nav_autor_letra.php?letra=J> Acesso em 29 nov 2009.

²⁶⁵ Emoção de quem vai fazer uma prece. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11 de outubro 1945.

Gomes”. Abaixo “aspecto da reunião” da Coligação Feminina da UDN, que era presidida pela Sr^a. Corina Simões Barbosa:



Fig. 32 – Fotorreportagem: Reunião da Coligação Feminina da UDN. *Diário de Pernambuco*. Recife, 16 de setembro de 1945.

II. 3. 2. Unidas pela Paz

Segundo Mariana Várzea,

Com a década de 40, começaram a surgir algumas líderes ligadas ao Partido Comunista do Brasil. Apesar de várias não serem filiadas, a primeira preocupação dessas mulheres era a luta pela paz. Em segundo lugar, a luta contra o aumento do custo de vida e em defesa do abastecimento e finalmente, em terceiro lugar, a defesa pelos interesses das mulheres. Assim, em 1949, foi fundada a Federação de Mulheres do Brasil, órgão que orientava várias associações de bairros e outras organizações menores. Nessa época, circulou nacionalmente o jornal “Momento Feminino”, dirigido por Arcelina Mochel²⁶⁶. [grifo nosso]

Em 1949 anúncios de uma terceira guerra mundial alarmavam o mundo. Oficiais das Forças Armadas dos Estados Unidos afirmavam que “o restabelecimento da Terceira

²⁶⁶ VÁRZEA, Mariana. **Adalgisa Cavalcanti, uma lutadora**. Postado em 21 de abril de 2002. Disponível em <http://www.bolsademulher.com/estilo/adalgisa_cavalcanti_uma_lutadora-1785-1.html> Acesso em 17 dez 2009.

Internacional Comunista significa[va] mais um passo para a terceira guerra mundial”, contudo, também acreditavam que a manobra soviética repercutiria contra a própria Rússia, pois “a opinião mundial anticomunista” impediria o domínio de Moscou sobre o governo de outros países²⁶⁷. Divulgadas em março de 1947 pelo Presidente Truman, os Estados Unidos já expressavam, em sua nova doutrina de Segurança Nacional, as diretrizes anticomunistas e antissoviéticas que configurariam a chamada Guerra Fria, situação que o mundo enfrentou por quase cinco décadas.

O Brasil contemplava na Constituição de 1946 dispositivos que visavam proteger o país de influências extremistas externas que representassem ameaça a sua estabilidade política interna (Defesa Nacional). Nas Constituições de 1824, 1934 e 1937 esta preocupação já se manifestava, não só com a segurança externa (Segurança do Estado ou Nacional) quanto de ordem interna (Defesa do Estado). E em 1924 foi criada a Delegacia de Ordem Política e Social, o DOPS. Estas instituições visaram conter as ameaças à ordem vigente, o movimento operário, e, principalmente, o ideário considerado comunista. Contudo, as determinações norte-americanas renovaram esses dispositivos de controle ainda latentes no país, sugerindo a subordinação “da segurança pessoal dos cidadãos à lógica da segurança nacional”²⁶⁸. Um projeto de Lei de Segurança Nacional, defendido pelo deputado Costa Neto, começou a ser discutido não só pelas casas parlamentares, mas por toda a sociedade; o povo, àqueles que se sentiam mais ameaçados, apelidaram o projeto de “Lei Barreto-Pinto”, “Lei Tarada”, Lei Mata-Povo”, “Lei da Traição”²⁶⁹²⁷⁰. O projeto foi aprovado no Senado em janeiro de 1948; retornou à Câmara Legislativa, mas ainda teve que enfrentar todos os entraves e discussões próprias para a ratificação num regime democrático; sendo, enfim, aprovado em 1953.

Entre quinze de agosto e dois de setembro de 1947, foi realizada a Conferência Interamericana de Manutenção da Paz e Segurança, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, Rio de Janeiro, quando foi assinado o Tratado de Assistência Recíproca. Este documento permitia a intervenção dos Estados Unidos, caso a paz e a segurança do continente estivessem ameaçadas. Foi nesse clima de anticomunismo e ameaça de uma terceira guerra que diversos

²⁶⁷ Seria Inevitável a 3ª Guerra. **Diário de Pernambuco**. Recife, 14 de outubro de 1947.

²⁶⁸ FERNANDES, Reginaldo J. **Um Breviário da Lei de Segurança Nacional (LSN): do Estado Novo aos Primeiros Anos do Regime Militar (1930-1969)**. [Sub-Sala Educação, Infância e Cidadania] Disponível em <<http://www.rumoatolerancia.fflch.usp.br/node/2474>> Acesso em 25 dez 2009.

²⁶⁹ O Povo Indignado Ante a Criminosa Tentativa da ‘Lei Tarada’. **Folha do Povo**. Recife, 25 de julho de 1947.

²⁷⁰ No discurso do vereador Ramiro Justino da Silva (PSP), anexo à **Ata da Assembléia Ordinária da Câmara Municipal do Recife de 23 de fevereiro de 1949**, percebemos o que os trabalhadores temiam com a nova Lei de Segurança Nacional: ilegalizava o direito de greve, possibilitava a demissão sem indenização dos operários considerados em “atividades subversivas”, considerava ato de sabotagem a “greve branca”, “legalizava” as intervenções nos sindicatos, e submetia “a processos monstruosos” os trabalhadores que se organizassem sem a tutela do Ministério do Trabalho e da polícia.

grupos buscaram reagir à nova Lei de Segurança Nacional. Manifestos pela paz e contra a lei de segurança foram enviados à Câmara Municipal por sindicatos, ligas e associações, como também, casas legislativas de municípios de Pernambuco e de outros estados também enviavam protestos. Em cinco de março de 1949, Luiz Carlos Prestes, João Amazonas, Mauricio Grabois, José Maria Crispim e Pedro de Carvalho Braga assinaram o manifesto “Lutemos pela Liberdade e a Independência de Nossa Pátria”²⁷¹, nele acusavam os Estados Unidos, “o imperialismo ianque”, de provocadores de guerra e de ameaçar a soberania do Brasil, e convocavam...

[...] as mães, esposas e noivas, que não querem ver seus filhos, maridos e noivos sucumbirem na carnificina imperialista, os jovens que serão as maiores vítimas de uma hecatombe, os trabalhadores, os camponeses, os intelectuais, as personalidades amantes da paz e da cultura, cientistas, artistas, jornalistas e políticos, os ex-combatentes, todas as organizações democráticas, religiosas e culturais, associações estudantis e populares, todos, enfim, sem distinção de raça, nacionalidade ou religião, para que nos unamos sem trégua em defesa da paz para derrotar os provocadores de guerra²⁷². [grifo nosso]

As mulheres encabeçavam a lista da convocação de Prestes. Em dezessete de março de 1949 foi fundada a Associação Pernambucana de Defesa da Paz e da Cultura, que nos dias quatro e cinco de abril do mesmo ano realizaram o Congresso Estadual em Defesa da Paz. Este movimento era em apoio ao Congresso Brasileiro pela Paz, que seria realizado no Rio de Janeiro entre nove e onze de abril, uma iniciativa da Organização Brasileira de Defesa da Paz e da Cultura. Por ocasião da criação da entidade pernambucana, foi publicado no Jornal do Commercio, e anexado à ata da assembléia municipal de dezoito de março, um manifesto assinado por diversas personalidades do ambiente cultural e político do Recife, entre eles: Antonio Torres Galvão, Abelardo da Hora, Antonio Bezerra Baltar, Clóvis Melo, Carlos José Duarte, Claudionor Germano da Hora, Carício José Campelo, Edson Moury Fernandes, Luis Magalhães Melo, Nilo de Souza Coelho, Otávio Correa, Otávio de Freitas Jr., Pelópidas da Silveira, e Paulo Cavalcanti. Do gênero feminino assinavam apenas: Carmita Jungmann da Silva Pinto, Margarida Lucena da Hora, Neusa Cardim, e Tilde Canti. Podemos observar certa pluralidade nas cores partidárias.

²⁷¹ RECIFE, Câmara Municipal. Anexo à **Ata da 19ª Reunião da 1ª Sessão Ordinária em 14 de março de 1949**.

²⁷² Idem. P. 02

Em onze de março de 1949, a Câmara Municipal do Recife aprovava o projeto de lei da vereadora Júlia Santiago da Conceição para que a Prefeitura concedesse o auxílio de dez mil cruzeiros à Convenção Feminina Pró-Paz, sob os protestos da bancada do PSD e da Coligação Pernambucana (UDN, PDC e PL), que afirmavam não aprovar um projeto que beneficiasse uma organização sob a orientação “do extinto Partido Comunista Brasileiro”, e que levariam ao conhecimento do prefeito para que vetasse o projeto. A defesa ficou a cargo do vereador José Albino Ferreira de Miranda (PSP), que argumentou “que a finalidade da Convenção Feminina Pró-Paz tinha um fim altruístico, qual seja o de se debater contra a guerra”. No dia vinte e um de março, apesar de votos contrários, como o do vereador Sérgio de Godói Vasconcelos, do PSD, que declarou que estava com “o poder constituído”, ou seja, “com as autoridades contra qualquer país que esteja em guerra contra o Brasil”²⁷³, Júlia Santiago e os companheiros de bancada conseguiriam também a aprovação de uma moção “para que a Câmara Federal mobilize seus esforços em combate à guerra”.

E sessões da Convenção Feminina Pró-Paz seriam realizadas no salão nobre do Gabinete Português de Leitura. Se o vereador Ranilson de Sá Barreto (UDN) não tivesse alertado os diretores daquela instituição. Para o vereador eles devem ter sido ludibriados em aceitar abrigar reuniões de uma organização de orientação comunista, pois estes constantemente acusavam o governo de Portugal de fascista e ditatorial. Na ocasião, o vereador foi aparteado pelo vereador Albino Miranda, que sugeriu a Ranilson não confundir os portugueses do Recife, que são democratas, com Salazar e Carmona, que são fascistas²⁷⁴. Todavia, na sessão legislativa de vinte e três de março, o presidente do Gabinete, Elísio da Silva Gomes, enviou aviso revogando a concessão do salão, bem como agradecendo o vereador Sá Barreto pela denúncia do caráter comunista da agremiação.

II. 3. 3. E Onde estão as Marcas de Batom na História?

E o batom era vermelho, vermelho-carmim...

A libertação do jugo da ditadura Vargas, entretanto, não representou também a implantação de uma democracia efetiva na vida das pessoas. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, Júlia Santiago da Conceição e Cândida Maranhão Otero participaram ativamente das lutas políticas dessa época e enfrentaram as conseqüências de suas escolhas. No entanto, suas

²⁷³ RECIFE, Câmara Municipal. Retificação registrada na **Ata da 28ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Ordinária em 22 de março de 1949**; 1ª página.

²⁷⁴ RECIFE, Câmara Municipal. **Ata da 22ª Reunião da 1ª Sessão Ordinária em 17 de março de 1949**. P. 03.

histórias são pouco conhecidas e divulgadas²⁷⁵. Nem mesmo Paulo Cavalcanti, nas suas memórias **O Caso Eu Conto como o Caso Foi**²⁷⁶ comentou a respeito do movimento feminino nesse período, mal menciona Adalgisa e Júlia, sobre suplência e composição de chapa. Adalgisa foi eleita deputada estadual de Pernambuco e Julia foi eleita vereadora do Recife, as únicas mulheres na Assembléia e na Câmara.

Podemos encontrar informações sobre Adalgisa no site²⁷⁷ da Secretaria da Mulher do Governo de Pernambuco, no link “Pernambucanas na História”; e no site²⁷⁸ da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco entre os perfis parlamentares, que destaca a “Presença Feminina” no legislativo; este link também contempla sobre outras mulheres na política. Outro artigo muito bom é o de Mariana Várzea, postado no site Bolsa de Mulher²⁷⁹, que por um determinado período publicou diversos textos sobre as conquistas da mulher na política.

Quanto a Júlia, se o arquivo da Câmara possuir uma pasta específica – como todo, ou quase todo parlamentar que passa pela Casa José Mariano possui – ainda precisa ser descoberta²⁸⁰. Assim, além de esmiuçar os livros de atas para encontrar a presença registrada de Júlia nas plenárias, algumas poucas referências podem ser encontradas na Folha do Povo; e há uma pequena biografia no link “Pernambucanas na História”, da Secretaria da Mulher, do Governo de Pernambuco. Todavia, o texto do governo omite informações sobre a sua atuação clandestina, que podem ser encontradas em outra biografia publicada no site Mulher & Democracia²⁸¹, no qual se percebe que Júlia concedeu uma entrevista²⁸². Segundo texto do jornal Folha do Povo, que anuncia sua candidatura ao Conselho Municipal do Recife, Júlia era operária da Fábrica Amalita, filha de Laurindo Felipe Santiago e Deolinda Maria da Conceição, nasceu no dia 10 de junho de 1916, no município de São Lourenço da Mata, e desde os onze anos trabalhava “para sustentar a si e a sua genitora”²⁸³.

Já Cândida, aparece quase que diariamente no jornal Folha do Povo da época. Seu livro pode ser encontrado via internet no Sebo do Messias, e pesquisando na web a

²⁷⁵ Há registros da atuação política dessas militantes no Acervo do DOPS sob a responsabilidade do Arquivo Público de Pernambuco; infelizmente, não houve condições pessoais de pesquisar neste acervo para esta tese.

²⁷⁶ Quatro volumes; Recife: 1978, 1980, 1982, 1985.

²⁷⁷ Disponível em <http://www.portais.pe.gov.br/c/portal/layout?p_1_id=PUB.1327.48> Acesso em 29 nov 2009.

²⁷⁸ Disponível em <<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/presencafeminina.html>> Acesso em 29 nov 2009.

²⁷⁹ VÁRZEA, Mariana. **Adalgisa Cavalcanti, uma lutadora**. Postado em 21 de abril de 2002. Disponível em <http://www.bolsademulher.com/estilo/adalgisa_cavalcanti_uma_lutadora-1785-1.html> Acesso em 17 dez 2009.

²⁸⁰ O arquivo da Câmara Municipal do Recife, apesar de ter passado por uma organização, ainda há muito que fazer, especialmente, quanto à localização adequada do seu acervo.

²⁸¹ Disponível em <http://www.mulheredemocracia.org.br/perfis_julia_santiago.htm> Acesso em 29 nov 2009.

²⁸² Mulher & Democracia é o site do projeto da Casa da Mulher do Nordeste em ação conjunta com a Fundação Joaquim Nabuco e o Centro da Mulher do Cabo, cujo título é “Mulher e Democracia: 70 anos de luta pela representação política”; abrangendo a região Norte e Nordeste, o projeto foi executado entre maio de 2004 e maio de 2008, segundo informações no site.

²⁸³ Chapa do Povo Recifense. Júlia Santiago da Conceição. **Folha do Povo**. Recife, 03 de outubro de 1947.1^op.

encontramos, em 2005, vivendo por opção numa fazenda de idosos, a Fundação Uma luz no Amanhã (ULNA), no Rio Grande do Sul²⁸⁴, e em setembro de 2008 ministrando a palestra “O caminho da cura” na 4ª Edição do JardimAção, no Jardim Botânico de Porto Alegre (RS)²⁸⁵. No site do jornal Zero Hora, Cândida Maranhão, agora com oitenta e seis anos de idade, tem sua presença destacada como assídua frequentadora do Jardim Botânico, nome também do bairro onde mora há cinco anos, apenas se ausentando nos períodos de frio, quando busca o calor do Rio Grande do Norte²⁸⁶.



Fig. 33 – **Cândida Maranhão Otero. Jornal Zero Hora** [edição *online*, nº 15990]. Porto Alegre, 04 de junho de 2009.

Adalgisa, nasceu em 1905, em Canhotinho (PE). Filha de pequenos agricultores, se encantou pela Coluna Prestes; apoiou a Aliança Liberal em 1930, e participou da comissão de solidariedade aos presos políticos do movimento comunista de 1935. Em 1936, passou quatro meses na Colônia Penal do Bom Pastor. Apesar da pouca escolaridade, empenhou-se em estudar o marxismo; e em 1945 filiou-se ao PCB integrando a célula Treze de Maio. Em 1947 foi eleita deputada estadual. Lutou pelos direitos de operários, dos ambulantes, das professoras²⁸⁷, e conseguiu a aprovação do projeto que concede abono familiar às funcionárias

²⁸⁴ O Brasil rema para a longevidade. **Zero Hora**, reportagem especial, 05 de março de 2005. P. 04,05. Disponível em <<http://www.cidadaolegal.com.br/v2/maisnot.asp?id=1178>> Acesso em 30 nov 2009.

²⁸⁵ Disponível em <<http://www.overmundo.com.br/agenda/4-edicao-do-jardinacao-no-jardim-botanico-de-porto-alegre>> Acesso em 30 nov 2009.

²⁸⁶ Disponível em <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a2533165.xml&template=3898.dwt&edition=12451§ion=995>> Acesso em 30 nov 2009.

²⁸⁷ A deputada Adalgisa Cavalcanti defende o magistério primário. **Folha do Povo**. Recife, 21 de agosto de 1947. Essa matéria reproduz documento entregue pelas professoras à Assembléia Legislativa do Estado, em que se atesta a depreciação salarial dessa categoria desde 1908.

públicas estaduais²⁸⁸. Apesar do mandato cassado em 1948, permaneceu atuando na clandestinidade, foi nove vezes presa. Faleceu aos noventa e seis anos, de isquemia cerebral, no Recife, em vinte e seis de abril de 1998; sendo sepultada no Cemitério de Santo Amaro com a bandeira do PCB sobre o caixão²⁸⁹.

Júlia, segundo texto exibido no site da Secretaria da Mulher do Governo de Pernambuco, cuja autoria é de Cristina Buarque²⁹⁰, nasceu em São Lourenço da Mata, filha de camponeses, com dez anos veio trabalhar na indústria têxtil do Recife; alfabetizou-se sozinha. Líder operária, nunca se filiou ao PCB, apesar de ter feito parte do Comitê Nacional. Trabalhou para o partido infiltrada na direção do Cotonifício Othon Bezerra de Melo, no Círculo Operário e no Bloco de Carnaval Pavão Dourado, do qual faziam parte muitos policiais²⁹¹. Observando nas atas e nos anais da Câmara do Recife a atuação da vereadora Júlia Santiago - única mulher, constrangida por sua pouca instrução e pela imposição masculina no ambiente²⁹² - raramente tinha sua fala registrada em ata. Segundo Cristina Buarque...

Júlia fez críticas ao comportamento machista dos companheiros de partido e falou todo o tempo sobre muitas mulheres e nos trabalhos que elas organizavam juntas, seja para soltar presos políticos, seja para desencadear greves, passeatas e distribuir materiais.

Nos poucos registros encontrados nas atas das assembléias da Câmara Municipal do Recife percebemos sua preocupação com a carestia, a saúde, a iluminação e a educação. Ela discursou em defesa da mulher trabalhadora e requereu apoio para grandes movimentos que as mulheres organizavam numa reação à campanha antissoviética liderada pelo governo norte-americano, e contra o autoritarismo do governo Dutra. Disse Júlia na Assembléia Ordinária do dia vinte e três de fevereiro de 1949 sobre as condições da mulher trabalhadora:

²⁸⁸ Abono Familiar às mulheres que exercem função pública estadual. **Folha do Povo**. Recife, 13 de agosto de 1947.

²⁸⁹ VÁRZEA, Mariana. Op. Cit. Disponível em

<http://www.bolsademulher.com/estilo/adalgisa_cavalcanti_uma_lutadora-1785-1.html> Acesso em 17 dez 2009.

²⁹⁰ BUARQUE, Cristina. **Preparando a Campanha para Vereadoras e Prefeitas de Pernambuco: Cadernos Feministas de Economia e Política 1**. Recife, Casa da Mulher do Nordeste, 2005.

²⁹¹ Idem.

²⁹² Idem.

Como operária tecelã, acho-me credenciada para dizer desta tribuna, que apesar de ser a operária brasileira uma viga mestra nas riquezas nacionais, vive submetida a salários de fome e de miséria, sujeita a uma série de opressão, relegada ao descaso e abandono, desamparada pelas leis trabalhistas que não passam de simples ficção e ironia ao estado de operária esquecida e criminosamente explorada. [...].

A mulher nesse período de experiência democrática enfrentava, como ainda enfrenta, condições adversas no seu dia-a-dia. Nas páginas policiais dos jornais são encontrados constantes relatos de desrespeito e agressões nos bondes, bem como violência doméstica, abusos no trabalho e sedução. O desejo em buscar seu espaço no mundo, e, principalmente, superar práticas e representações que a inferiorizavam e bloqueavam seus sonhos fez com que muitas delas se arriscassem e marcassem sua presença em lutas impregnadas pelo gênero masculino, que nem sempre lhes eram favoráveis, mas que convenientemente utilizaram sua força política.



Fig. 34, 35 e 36: **Adalgisa Cavalcanti, Cândida Maranhão e Júlia Santiago da Conceição.**
Folha do Povo. Recife, 1947.

II. 4. Queremos Getúlio! Queremos o Brigadeiro!

A democracia permite que até mesmo os ditadores participem dos novos tempos de liberdade e tenham seus seguidores. O quererismo foi um fenômeno político marcante nesse período pós-Estado Novo. Assim que Getúlio Vargas anunciou a mudança no regime, seus partidários começaram a se mobilizar por sua permanência no poder. A espontaneidade popular e a organização já montada do Ministério do Trabalho possibilitaram que o movimento quererista se institucionalizasse e se integrasse ao Partido Trabalhista Brasileiro

(PTB). E quando não mais era possível vê-lo como candidato à presidência, trabalharam por sua efetiva presença na Assembléia Nacional Constituinte. Há três meses das eleições foi organizada uma ampla mobilização popular, com o apoio de comunistas e socialistas, em diversos comícios. Entre esses eventos, aconteceu no Distrito Federal, no dia três de outubro, uma grande “marcha luminosa”, no sentido de que, em dois de dezembro, se realizasse apenas as eleições para compor a Assembléia Constituinte, quanto às eleições para a presidência, estas seriam fixadas na nova constituição²⁹³. Todavia, em diversos momentos podemos encontrar nos jornais declarações do General Góis Monteiro garantindo as eleições para presidente em dois de dezembro; e Getúlio Vargas, por sua vez, confirmando a sua intenção de se retirar para São Borja, após as eleições, para merecido descanso.

Nesse ínterim, o *Jornal Pequeno*, em agosto, já anunciava, com destaque, notícia enviada do Rio de Janeiro, pela Press Parga: “O golpe está preparado” “Os agitadores queremistas estão desencadeando a onda da anarquia”²⁹⁴; e comentava também de que haviam recomeçado as agressões no Recife, das quais havia sido vítima o Dr. Carlos José Duarte, membro da Comissão de Assistência Política e Jurídica da UDN, que foi abordado e revistado por um policial na rua, em plena manhã. O interessante desse conjunto de notícias correlacionadas é que o jornal colocava na boca de “um popular, revoltado com a campanha ‘queremista’” a frase título, e este dizia que os jornais de Getúlio publicariam “uma notícia mais ou menos assim: ‘O povo quis e Getúlio candidatou-se’”. E o jornal concluía: “Mas o povo verdadeiro está alheio ao continuísmo.” A verdade, assim, estaria com aqueles que recusavam o continuísmo de Vargas. A imprensa udenista chamava a atenção para o fato de que existia um povo, uma parcela das camadas populares que não eram queremistas, que votavam no Brigadeiro Eduardo Gomes.

E, nesse mesmo período, dezanove de agosto, um grande comício foi realizado no bairro popular de Nova Descoberta, no Recife. Antonio Ricardo, na sua coluna “A Nota”, no *Jornal Pequeno*, observava que “A campanha pela candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes teve ontem, no subúrbio do Recife, e em plena fase do ‘queremismo’ uma expressão do mais alto sentido popular”²⁹⁵. Segundo ele, não houve manifestações queremistas e havia uma multidão, exagerada ou não, de dez mil pessoas provenientes do bairro de Apipucos e adjacências. É certo que o evento não foi apenas político, um espetáculo de variedades

²⁹³ FERREIRA, Jorge. Quando os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática de 1945. In **O Imaginário Trabalhista: Getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. P. 71-74.

²⁹⁴ “O Golpe está preparado” **Jornal Pequeno**. Recife, 17 de agosto de 1945.

²⁹⁵ RICARDO, Antonio. A Nota. **Jornal Pequeno**. Recife, 20 de agosto de 1945.

também foi oferecido: piadas de Sebastião Lopes, sambas de Maria Celeste e de Sonia Maria, emboladas e desafios dos cantadores dos arredores.

Em outubro, dias antes da deposição de Getúlio, o Diário de Pernambuco, baseado em manchete do Diário Carioca do mesmo dia, assim alertava:

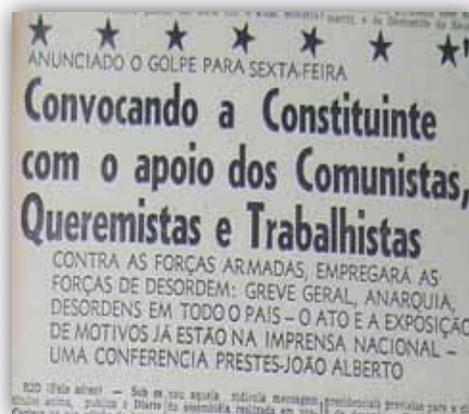


Fig. 37 – **Notícia de novo golpe de Getúlio Vargas. Diário de Pernambuco.** Recife, 24 de outubro de 1945.

Segundo o jornal, o ato suspensivo das eleições já se encontrava lavrado na Imprensa Nacional, aguardando ordem de publicação no Diário Oficial, acompanhado também dos motivos expostos pelo Ministro da Justiça Agamenon Magalhães, “perito como se sabe em tais coisas”. E para reforçar, existiam declarações de Luiz Carlos Prestes a um vespertino no dia anterior, em que, identificado como o “porta-voz mais autorizado do ditador”, dizia: “Insistiremos na campanha pela Constituinte, esperando que, dentro de poucos dias, o Sr. Getúlio satisfaça a vontade do povo”²⁹⁶. A resposta ao bilhete entregue a Vargas no dia da “marcha luminosa” viria no dia vinte e seis, em passeata semelhante. Ao mesmo tempo, Marcondes Filho, o Ministro do Trabalho, sugeria aos queremistas a filiação ao PTB, identificado como o representante autêntico dos trabalhadores.

As Forças Armadas se dividiam entre partidários do General Dutra e do Brigadeiro Eduardo Gomes. Segundo os estudos do professor Jorge Ferreira²⁹⁷, até então, nenhum dos dois candidatos havia sensibilizado de maneira significativa as camadas populares. Apesar do apoio oficial do PTB a Dutra, Getúlio se esquivava em comprometer-se. Mas, no Recife, o jornal Folha da Manhã, de Agamenon Magalhães, líder do PSD, continuava a louvar o

²⁹⁶ Anunciado o golpe para sexta-feira [...]. **Diário de Pernambuco**. Recife, 24 de outubro de 1945..

²⁹⁷ FERREIRA, Jorge. Op. Cit. P. 71.

governo de Getúlio, assim como associá-lo à campanha de Dutra. A imprensa udenista avaliava como “uma absoluta falta de respeito ao ex-ministro da Guerra”²⁹⁸ o quererismo presente nos comitês pró-Dutra. Como também, cobravam providências das autoridades com relação à ação dos quereristas que pintavam as paredes da cidade, até com tinta óleo, com a legenda “Queremos Getúlio!” Segundo o jornal, eram “malfeitores noturnos do getulismo emporcalhando paredes de residências familiares”²⁹⁹ pela madrugada, a mando dos líderes quereristas.

Mas, quando PSD e UDN perceberam a manobra continuísta de Vargas e o perigo que este representava com o eleitorado quererista às suas ordens, trataram de mobilizar o “Exercito Democrático” de Góis Monteiro, que o depôs em 29 de outubro. Apesar de o General Góis Monteiro ter justificado numa série de declarações à imprensa de que a decisão de depor Getúlio “não partira da oposição civil, mas do alto comando do Exército”³⁰⁰, é possível acompanhar pela imprensa toda a pressão e a expectativa a esse respeito por parte, especialmente, da UDN.

Getúlio foi poupado do exílio devido à importância eleitoral que representava. A princípio o ex-ditador se refugiou em São Borja recusando acordo com aqueles a quem considerou traidores. Logo após a deposição, os quereristas foram orientados a transformarem seus comitês em diretórios do PTB. E assim, entre a democracia liberal do Brigadeiro e a democracia da disciplina e da autoridade de Dutra, Getúlio foi instado a preferir à segunda. Em troca, Eurico Dutra se comprometia em manter a legislação social e a colocar o PTB na pasta do Ministério do Trabalho. Meia hora antes de terminar o último comício do General, o manifesto de Vargas aconselhando os amigos a votar em Dutra foi apresentado por Hugo Borghi, organizador do movimento quererista. O jornal carioca O Radical, no dia seguinte, estampava junto com a fotocópia do manifesto: “Não vencerá o candidato dos grã-finos. Os ‘marmiteiros’ votarão no general Eurico Dutra”³⁰¹.

Esse processo foi vivido sob intensos conflitos físicos e verbais entre políticos, e, especialmente, entre populares e aqueles que se diziam em defesa da democracia. Boa parte das camadas populares temia os novos tempos, por receio de perder a legislação social e trabalhista que bem ou mal os atendia. Assim, manifestações em plena rua tiveram vez, com

²⁹⁸ “Sabidinhos, heim?” Os chefes ostensivos e ocultos do ‘quererismo’ em Pernambuco. [...]. **Jornal Pequeno**. Recife, 18 de agosto de 1945.

²⁹⁹ O getulismo continua a sujar as ruas. **Jornal Pequeno**. Recife, 29 de agosto de 1945; e Cresce a imundície “queremista nas ruas da cidade. **Jornal Pequeno**. Recife, 30 de agosto de 1945.

³⁰⁰ FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: O poder e o Sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. P. 155.

³⁰¹ Citado por FERREIRA, Jorge. Op. Cit. P.86.

tumultos em comícios. O professor Jorge Ferreira, da Universidade Federal Fluminense, tem estudos importantes sobre esse movimento de trabalhadores por Getúlio Vargas³⁰².

O impacto das leis sociais entre os assalariados não pode ser minimizado. Assim, o reconhecimento dedicado a Vargas não se aplica, como pretendiam as oposições liberais, pela eficácia da máquina de propaganda do DIP, mas sobretudo pela maneira como os trabalhadores alcançaram sua cidadania social. Levando em conta esse lado da história, podemos entender que, quando as oposições liberais atacavam a legislação social, definindo-a como “obra do fascismo”, os trabalhadores sentiam-se ameaçados.³⁰³

No Recife não foi diferente. Além do caso Demócrito acontecido em março, uma das primeiras notícias de conflito, com ampla repercussão, teve seu cenário justamente na Escola Nacional de Música, no dia 06 de abril de 1945. Jorge Ferreira relata o caso de um jovem negro, Nelson Pinto, padeiro, que ao passar na porta da referida escola e ouvir vivas, entrou e gritou “Viva Getúlio Vargas!”, como resposta foi agredido e jogado do primeiro andar do prédio: o lugar era palco de uma “noitada democrática” das “oposições coligadas” pró-Brigadeiro Eduardo Gomes. O rapaz obteve ajuda e atenções especiais do Ministério do Trabalho, que o levou de avião para ser recebido pelo próprio Getúlio. Ao narrar o acontecido a Vargas, este teria concluído frente os repórteres: “A isso, eles chamam democracia.”³⁰⁴ A imprensa udenista, por seu lado, buscou justificar o episódio tratando o rapaz como bêbado e desordeiro.

Jorge Ferreira comenta justamente essa diferença de tratamento para com as camadas populares: enquanto Getúlio sempre buscou elevar o popular à condição de trabalhador, os udenistas, comumente, se referiam de maneira negativa sobre os indivíduos que reagiam a manifestações contrárias a Getúlio: selvagens, arruaceiros, exaltados, perturbadores, desordeiros, agentes provocadores. E a expressão que acabou por fazer o Brigadeiro reconhecido como o candidato dos grã-finos, aconteceu numa mensagem radiofônica. Eduardo Gomes disse não precisar dos votos dessa “malta de desocupados”. Hugo Borghi

³⁰² FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao Golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.P. 14-46. E também: Quando os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática de 1945. In **O Imaginário Trabalhista: Getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. P. 20-95.

³⁰³ FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Atual, 2006. P.15.

³⁰⁴ FERREIRA, Jorge. Quando os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática de 1945. In Op. Cit. P. 27-28.

aproveitou a deixa, pesquisou os sentidos do termo malta e selecionou: marmiteiro. Malta era indiferente à compreensão popular, mas marmiteiro não. A imprensa udenista, então, teve que ser esforçar para desfazer o efeito contrário.

O Brigadeiro Eduardo Gomes também foi criticado como racista. Segundo o Diário de Pernambuco, em matéria desmentindo o fato,...

Indivíduos desclassificados veicularam pelas colunas da “Folha da Manhã” o boato de que o brigadeiro Eduardo Gomes, quando comandante da 2ª Zona Aérea, recusava emprego na Base Aérea de Ibura às pessoas de cor, pelo simples fato de não se sentir bem na presença de “homens de cor”. Essa mesquinha propaganda que é um insulto às Forças Armadas, teve início no começo da campanha eleitoral, quando foi lançada a candidatura do major brigadeiro nos dias incertos da ditadura extinta a 29 de outubro.³⁰⁵

Observemos o linguajar depreciativo usado pela imprensa da época, que não era exclusivo do jornal citado. E outro detalhe a ser considerado é que qualquer crítica direcionada ao Brigadeiro, ou a outro militar, era dimensionada como crítica contra toda a corporação, ou melhor, como uma afronta às Forças Armadas como um todo. O jornal ainda justificou o prazo de retratação sobre o assunto, pois a crítica veio à tona ainda nos primeiros momentos da campanha, ao insinuar a impossibilidade de agir “nos dias incertos da ditadura extinta”. O sentido era reforçar ainda mais a condição de vítima do candidato da UDN à presidência.

A matéria prossegue dizendo que a “campanha difamatória estendeu-se a colégios e escolas superiores de onde foi repelida à altura”. Boa parte dos estudantes, particularmente os da Faculdade de Direito, haviam se engajado entusiasticamente na campanha pelo Brigadeiro. O jornal Folha da Manhã, em edições matutinas e vespertinas, ataçava a opinião pública contra Eduardo Gomes ao apresentar testemunha de seus atos de discriminação de cor na Base do Ibura – um ex-operário teria dirigido uma carta ao jornal afirmando que o Brigadeiro recusava admitir pessoas de cor, civis ou militares, no campo do Ibura. O Diário de Pernambuco avaliava que os opositores, ao lançar mão de tais subterfúgios, estavam “em desespero de causa”. Para rebater as injúrias da Folha da Manhã, a reportagem do Diário foi buscar testemunhos a favor do Brigadeiro. Primeiro conversaram com o comandante do 6º Regimento de Aviação, o Tenente Coronel Aviador Synval de Castro Filho. Este asseverou

³⁰⁵ Desfeita a infame calúnia lançada contra a pessoa do Brigadeiro Eduardo Gomes. **Diário de Pernambuco**. Recife, 29 de novembro de 1945.

que “A maledicência humana não tem limites. O que aí se vê não passa de um puro recurso político”. O oficial disse ainda que na Base poderiam ser vistos militares de diversas patentes “que não são arianos e estão muito distanciados disso, na cor como nos sentimentos, pois que não tem os seus defeitos capitais de intolerância, idéias totalitárias e de dominadores”. O Coronel Synval contou que o Brigadeiro apresentou “atitude simples” e “puramente cristã” ao chegar à Base, e recebeu...

[...] as saudações do preto velho Sebastião Celestino da Silva, que mora no recinto do campo do Ibura há mais de trinta anos, e considerado cria de casa destas paragens, o qual o brigadeiro Eduardo Gomes conservou como vigia do Standard de Tiro. [...] No momento em que o brigadeiro entrava no Cassino dos Oficiais, onde ceiou, teve a sua atenção despertada para o vulto do preto velho, a quem estendeu a mão, abraçando-o em seguida e ouvindo-o depois, durante alguns minutos no arrazoado de agradecimentos e manifestações. Ele, o preto velho, está vivo e pode contar a história do “preconceito de cor” do brigadeiro Eduardo Gomes.³⁰⁶

A reportagem foi encontrar o “preto velho Sebastião” descansando à sombra de um cajueiro no oitão da casa. Sebastião, segundo a reportagem, mostrou-se revoltado e declarou ser mentira o que estavam dizendo sobre o Eduardo Gomes, pois, se assim fosse, ele e sua família não viveriam ali há mais de trinta anos, na casa que ele ajudou a construir. O Brigadeiro ainda deu emprego para ele, seus filhos e netos e ordem para fazerem refeições no rancho da Base. E, para não haver mais dúvidas sobre o bom relacionamento do Brigadeiro Eduardo Gomes com pessoas negras, o jornal ainda acrescentava que ele havia sido criado por uma ama preta, a negra Balbina. E para confirmar o testemunho, frente à carta do ex-operário ao jornal Folha da Manhã, foi publicada também a foto da família de Sebastião.

Os adversários atingiam pontos nevrálgicos para quem propunha um regime democrático: a questão do preconceito social e racial. Para os getulistas “Em 1937 o proletariado teve sua ‘Lei Áurea’”, pois, para “Os trabalhadores, antes de Getúlio Vargas, eram meros escravos da economia nacional”³⁰⁷, foi assim que um ex-ensacador de café, negro, avaliou o antes e o depois do Estado Novo, visto que, graças à Legislação Trabalhista, ele, que era analfabeto, pode se formar em contador na Escola Técnica de Comércio Bittencourt da Silva, na capital do país, Rio de Janeiro.

³⁰⁶ Desfeita a infame calúnia lançada contra a pessoa do Brigadeiro Eduardo Gomes. **Diário de Pernambuco**. Recife, 29 de novembro de 1945.

³⁰⁷ Em 1937 o proletariado teve sua “Lei Áurea”. **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 24 de março de 1945.

Por seu lado, o Jornal Pequeno também criou maneiras de provocar e desprestigiar os queremistas. A começar, pilheriavam chamando-os de “Troça Carnavalesca Mixta Queremos Getúlio”³⁰⁸. E ao questionarem a razão do movimento por Getúlio, ou melhor, do vazio de um porque na célebre expressão “Queremos Getúlio!”, o jornal iniciou uma lista imensa de justificativas para o “Queremos”. Os leitores enviavam ao jornal fórmulas críticas ao governo de Getúlio, de Agamenon e de alguns prefeitos ou autoridades de cidades do interior do estado. Essas fórmulas, no entanto, nos oferecem uma série de problemáticas locais, regionais e nacionais de todas as ordens possíveis, especialmente cotidianas, enfrentadas naquela época.

Queremos carne verde a 10 cruzeiros o quilo.
 Queremos o cambio negro da gasolina.
 Queremos leite com tapurús.
 Queremos filas de combustível.
 Queremos que não se cumpra o tabelamento.
 Queremos aumento de salários com aumento duas vezes maior do preço da comida.
 Queremos nossos filhos de menos de 1 ano mortos à razão de 657 por mês.
 Queremos continuar andando a pé.
 Queremos ser esmagados na entrelinha dos bondes.
 Queremos aumento de passagens.
 Queremos nossos mocambos transportados para os arrabaldes mais distantes.
 Queremos gente que nunca morou em mocambo residindo nas vilas populares.
 Queremos a Justiça bem desmoralizada.
 Queremos Institutos emprestando ao rico o dinheiro do pobre.
 Queremos, para as nossas viúvas, pensões de cinquenta cruzeiros por mês.
 Queremos ser chamados de batedores de carteiras.
 Queremos a Cooperativa de Verduras.
 Queremos a barriga vazia sem o direito de gritar.
 Queremos os sindicatos sujeitos à peia do governo.
 Queremos o confisco da propriedade privada.
 Queremos a rolha.
 Queremos a Hora do Brasil.
 Queremos o trabalho escravizado.
 Queremos a mentira oficial.
 Queremos inflação.
 Queremos sapatos a 300 cruzeiros o par.
 Queremos fretes mais altos.
 Queremos jogatina.
 Queremos aumento da mortalidade infantil.
 Queremos lucros extraordinários.
 Queremos comida cara.
 Queremos aumento de impostos.
 Queremos o Tribunal de Segurança Nacional.

³⁰⁸ **Jornal Pequeno**. Recife, 07 de agosto de 1945.

Queremos proteger os exploradores da economia popular.³⁰⁹

Esta é apenas um exemplo, a cada dia a lista era acrescida de novas sugestões. Outro instrumento de crítica utilizado foram quadrinhas com os títulos de “Pau Seco” e “Por conta alheia”, assinadas por um João Quaremista, e, às vezes, por Escoteiro, publicadas diariamente no *Jornal Pequeno* em primeira página.



Figs.: 38 e 39 - Quadrinhas políticas. *Jornal Pequeno*. Recife, 21 e 22 de junho de 1945.



Figs.: 40 e 41 - Quadrinhas políticas. *Jornal Pequeno*. Recife, 08 e 21 de agosto de 1945.

³⁰⁹ Queremos! Queremos! Algumas novas sugestões para os cartazes e faixas da propaganda quaremista. *Jornal Pequeno*. Recife, 17 de agosto de 1945.

Essas quadrinhas comentavam com ironia o movimento queremista e a política de Vargas e de Agamenon Magalhães. A continuidade do regime varguista significava atraso econômico, falta de infraestrutura, assistência e condições dignas de vida e trabalho. Os brigadeiristas não reconheciam nenhum avanço, apenas problemas. A princípio, as quadrinhas demonstravam certa conformação indignada pela permanência de Vargas no processo de redemocratização, mas, pouco a pouco percebemos o emprego de um tom mais ameaçador de “vamos ver se tu não saís”.

E, assim, por ocasião da deposição de Getúlio,...



Fig. 42 – Fotorreportagem sobre conflito com queremistas após a deposição de Getúlio Vargas. **Jornal Pequeno**. Recife, 01 de novembro de 1945.

O Jornal Pequeno noticiava que “uma grande multidão” exigiu a retirada da placa “Comitê Pró-Getúlio” da sede do jornal Diário da Manhã, e que “indivíduos armados, dentre ele Alexandre Gomes da Fonseca, escrivão do Registro Civil na Encruzilhada, tentaram reagir à bala, dando-se, então, a interferência da polícia”. O próprio Secretário de Segurança, o cel. Viriato Medeiros, entrou no prédio acompanhado por policiais, mas os “indivíduos armados” se evadiram do local pelos fundos. Situações de conflito envolvendo os queremistas ainda persistiriam por um bom tempo.

II. 5. Charge e Propaganda



Fig.43 – **Caricatura de líderes políticos: “Bloco dos Pierrots”**. **Folha da Manhã**. Recife, 11 de janeiro de 1945.

Crises políticas, mudanças institucionais e eleições sempre foram um prato cheio para chargistas. Nesse período em estudo não é diferente. A charge é a oportunidade de ridicularizar o adversário, de pressioná-lo, de satirizar uma situação e expressar uma crítica. É forma de emitir uma opinião de maneira jocosa e exagerada, geralmente ressaltando o desvio, o erro, o desacerto do assunto ou da pessoa em foco. A caricatura busca efeito semelhante ao da charge, mas também pode ser apenas uma brincadeira sem maiores intenções, como a do bloco de pierrôs apresentado acima, e, por vezes, até uma homenagem graciosa. A imagem citada, de autoria de NV (?), não apresenta uma crítica direta a nenhum dos personagens, todos vestem fantasias semelhantes, a não ser pela alternância do preto e do branco. Contudo, mesmo na despreensão, é possível observar uma hierarquia, uma ordenação de importância. A charge coloca os líderes mundiais da época numa situação bem humorada, Hitler e Mussolini são os últimos da fila sinuosa, e foram desenhados pequenos, como que desprestigiados pelo conflito mundial, mas ainda líderes; depois vem Stalin, Hiroito, Roosevelt, Chiang Kai Shek, Getúlio Vargas e, puxando o cordão, Churchill – este último atuava decisivamente nos rumos da guerra em curso, com perspectivas de solução em 1945. A

charge e a caricatura não eram muito comuns no jornal Folha da Manhã. Não havia seção de charge ou caricatura diária, e, geralmente, reproduziam de outras publicações. Por exemplo, a imagem a seguir, do chargista Nássara, foi retirada da revista Diretrizes, e vinha acompanhada de uma explicação, expressava uma preocupação com os rumos da democracia.



Fig.44 – Charge: A democracia e os seus brinquedos. Folha da Manhã [vespertino]. Recife, 06 de novembro de 1947

A democracia seria uma criança de formação duvidosa – “Criada num ambiente viciado, sofreu várias quedas, a última das quais de caráter grave.” - e que havia sofrido uma intervenção cirúrgica em 29 de outubro de 1945; esteve em período de convalescência e, naquele momento, estaria assustada com os novos brinquedos antipedagógicos que ganhava: o leão de Pernambuco, o dromedário de São Paulo, o fantasma da cassação e o touro bravo de Alagoas³¹⁰. Observa-se, no entanto, que ao lado desta “democracia-menina” discretamente foi desenhado, e não mencionado, um carrinho de mão de brinquedo. A posição do objeto faz lembrar um canhãozinho apontado para as ameaças³¹¹: A democracia do General Eurico Dutra, garantida pelas Forças Armadas.

³¹⁰ O fantasma da cassação e o leão de Pernambuco são compreensíveis, mas os demais não descobrimos a associação.

³¹¹ A primeira visão que tive do objeto foi de um pequeno canhão, mas o prof. George Cabral, membro da banca, observou um carrinho de mão. Apesar da diferença, a associação de idéias foi possível pelo contexto da charge.

Estudar imagens como fotografias, e, no caso presente, as charges, exige do historiador muita atenção aos detalhes. Geralmente, a imagem se propõe a falar por si mesma sem a necessidade de legendas ou textos explicativos. Sua função, comumente, é ilustrar um texto, e na situação, um contexto. Mas, quando um texto explicativo acompanha a imagem, segundo Roland Barthes, ...

[...] é uma mensagem parasita, destinada a conotar a imagem, isto é, ‘insuflar-lhe’ um ou vários significados segundos. [...] a imagem já não vem esclarecer ou ‘realizar’ a palavra; é a palavra que vem sublimar, patetizar ou racionalizar a imagem [...]³¹²

Na charge em estudo, havia um elemento gráfico não-dito, uma mensagem discretamente enunciada, o texto não diz tudo. Para um contemporâneo reconhecer os personagens, os sinais, a crítica, a intenção do autor é, possivelmente, mais imediato. Mas, para quem não viveu a época, ou não acompanhou a questão, a imagem sem texto não sugere significado, nem sentido. A imagem dialoga com um contexto; e na sua análise deve se levar em conta diversos aspectos importantes na sua leitura³¹³. Para os historiadores o trabalho é decifrar o enigma dessas imagens. Não é apenas ilustração, mas mais uma fonte que favorece a compreensão das representações em combate na história.

A criatividade das charges, por vezes simplórias no traço, era suporte bem humorado para críticas à situação política do país. Especialmente nesse processo de fim do Estado Novo, que culminou com a “intervenção cirúrgica”, que é a retirada de Getúlio do poder. O país era visto como um organismo vivo, o Estado seu órgão principal, o uso de metáforas da área médica - geralmente, da medicina sanitarista - era muito comum.

A oposição, por seu lado, retratava o processo de redemocratização como uma engrenagem robótica, um monstro de dispositivos ditatoriais controlado pelo Ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, pelo Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, e

³¹² BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. **O Óbvio e o Obtuso. Ensaios Críticos III**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. P. 20.

³¹³ Aspectos a serem observados: o efeito de trucagem - a imagem denota um código cuja conotação é histórica; a pose – “o leitor recebe como uma simples denotação o que é, na verdade, uma estrutura dupla, denotada-conotada” (BARTHES, R; Op. Cit. P. 17); os objetos contidos e a maneira como estão dispostos na imagem, pois que são os elementos e símbolos que induzem a associações de idéias; a fotogenia, que seria os efeitos estéticos e significantes que fazem o acabamento da mensagem conotada; o estetismo, quando a fotografia é trabalhada “na palheta” e se faz pintura; e a sintaxe, quando a imagem oferece um movimento, uma leitura em seqüência (BARTHES, R.; Op. Cit. P. 16-21). O autor trabalha os aspectos da imagem no suporte da fotografia, mas podemos importar os mesmos aspectos na leitura da charge e da caricatura.

pelo próprio Getúlio Vargas. E na charge seguinte pode se notar a posição vulnerável do chefe da nação, arriscado ser vítima da própria engrenagem.



Fig.45 – Charge **A Máquina Democrática da Ditadura**. **Diário de Pernambuco**. Recife, 27 de junho de 1945.

Em julho de 1945 o Estado Novo já era considerado morto, mas para alguns ainda havia a esperança de ser apenas uma situação momentânea.



Fig.46 – Charge **O Estado Novo morreu ou é um surto cataléptico?** **Diário de Pernambuco**. Recife, 06 de julho de 1945.

As críticas prosseguiram e um dos principais alvos era a política social do Estado Novo, particularmente os Institutos de Aposentadorias e Pensões. Casos de pessoas que recebiam valores irrisórios, enfrentavam dificuldades burocráticas e até mesmo corrupção eram relatados nos jornais de oposição no sentido de depreciar o governo do Estado Novo, e revelar que a política de Vargas promovia o pobre contra o rico.



Fig.47 – Charge A política do pobre contra o rico...
Diário de Pernambuco. Recife, 14 de julho de 1945.

Contudo, as eleições inglesas, nas quais Churchill, apesar de todo esforço de guerra, foi derrotado por Clement Attlee, do Partido Trabalhista, era motivo de comparação com a situação aparentemente confortável de Getúlio: há quinze anos governando o Brasil e colhendo os louros da atuação da Força Expedicionária Brasileira na guerra. Para a oposição não era justo que Getúlio se beneficiasse da participação na guerra visto o histórico de relações com a Alemanha, as afinidades políticas como o nazifascismo, a demora em compor com as Forças Aliadas, e a própria situação ditatorial em que ainda se encontrava o Brasil. Insistentemente a imprensa lembrava que os pracinhas lutaram pela democracia, que não existia no país. A vitória do trabalhismo na Inglaterra surgia como um ponto de contradição difícil de explicar, ainda mais pelo apelo trabalhista de Getúlio, o “Pai dos pobres”.



Fig.48 – Charge “Comentário indígena às eleições inglesas”.
Diário de Pernambuco. Recife, 02 de agosto de 1945.

O Diário de Pernambuco e o Jornal Pequeno publicavam, quase diariamente, uma charge ou caricatura, geralmente reproduzidas de publicações do Sudeste do país e, às vezes, sem assinatura. Não foi possível reconhecer com certeza, entre as selecionadas, produções próprias do estado. A que está em destaque acima foi assinada por “Darcy” e enviada pelo Serviço da Agência Meridional. Mas, um chargista, Armando Santos, provavelmente de São Paulo³¹⁴, veio para o Recife desenhar para o Jornal Pequeno, e não cobrava nada por isso. Fora chargista durante a República Velha, do jornal A Noite, de Nelson Firmo; se afastara da atividade e foi ser fazendeiro de gado. Entusiasmado com a abertura política, resolvera retornar para colaborar na luta contra o Estado Novo e a favor do Brigadeiro Eduardo Gomes³¹⁵. Usava como assinatura a letra S sobre a letra A, ou ASantos.

Como recurso para ativar a memória dos leitores, tirinhas apresentavam numa crítica humorada às fases de Getúlio Vargas no poder desde 1930, sugerindo que o experiente político sabia sempre manobrar o momento a seu favor; mas, em 1945, concluíam que a situação não lhe era muito favorável, e as candidaturas militares tolhiam seus movimentos. A seqüência de imagens traz detalhes curiosos, nos oferece uma idéia de como o autor entendia o posicionamento histórico do presidente: em 30 e 34 Getúlio se direcionava para frente, para o futuro; em 1937 e 1942 é como se estivesse intransigente dando às costas para possíveis

³¹⁴ São [?]. Não foi possível ler o restante. A encadernação dificulta a leitura do canto esquerdo da página.

³¹⁵ Como o jornalista e orador usam a pena e a voz eu uso o traço para combater o Estado Novo. **Diário de Pernambuco**. Recife, 22 de agosto de 1945.

mudanças; e em 1945 está centralizado, olhando para o presente, na expectativa dos acontecimentos:



Fig.49 – Charge **As fases de Getúlio no poder.**
Jornal Pequeno. Recife, 07 de agosto de 1945.

A imprensa udenista instigava os pracinhas recém-chegados a refletir e confrontar sobre a razão de terem ido tão longe lutar frente à situação política interna do país: Arriscaram-se e deram a vida pela democracia no mundo, e, por acaso, o Brasil também não deveria fazer parte desse mundo?



Fig. 50 – Charge **Pracinhas e a democracia no Brasil.**
Diário de Pernambuco. Recife, 25 de agosto de 1945.

Nessa charge de Darcy, o combatente é recepcionado por uma mãe-pátria esquelética e sofrida a carregar o peso de um ditador feliz que insiste em se manter no poder, mesmo anunciando vivas à democracia. A imprensa busca uma expressão de indignação por parte dos expedicionários, no entanto, dias antes desta publicação os soldados do Regimento Sampaio, que lutaram em Monte Castelo, foram recepcionados no cais do porto do Rio de Janeiro, capital federal, por populares, militares de alta patente, inclusive Góis Monteiro e Dutra, e o próprio Getúlio Vargas. Quando os pracinhas perceberam a presença de Vargas manifestaram “visível contentamento, expressaram seus sentimentos com longos aplausos para, logo a seguir, darem repetidos ‘vivas’ a Getúlio”³¹⁶. À tarde, num desfile na Avenida Rio Branco, a cena se repetiu quando os soldados passaram em frente ao palanque onde estava o presidente. Vargas foi ovacionado não só pelos soldados, mas também pela multidão que acompanhava o desfile, e que depois avançou em direção ao palanque. Getúlio teve dificuldades em deixar o local, num carro conversível, de pé, sob aplausos e vivas Getúlio!³¹⁷

As charges que abordavam o movimento “Queremos Getúlio!” transmitiam o espanto e a incompreensão da oposição udenista com relação a aceitação de Vargas pelas camadas populares.

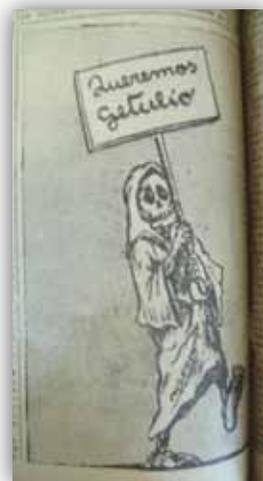


Fig. 51 – Charge “Queremos Getúlio”.
Diário de Pernambuco. Recife, 22 de agosto de 1945.

³¹⁶ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano 3. O tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 25-26.

³¹⁷ Idem.

Por que o povo, mesmo na miséria e enfrentando tantas dificuldades, ainda queria continuar com o ditador? Mais precisamente, por que o povo abria mão de sua liberdade de expressão, de voto, de associação por Getúlio? A oposição não conseguia calcular a dimensão da importância da política social-trabalhista empreendida desde 1930 na vida dos trabalhadores.

Em Pernambuco a crítica se dirigia às realizações do governo de Agamenon Magalhães, sendo que a piada que volte e meia aparecia nos comentários era a dos tapurús no leite, numa alusão a baixa qualidade do leite oferecido no Recife pela cooperativa higienizadora fundada por Agamenon.



Fig. 52 – Charge tapurús no leite. *Jornal Pequeno*. Recife, 24 de julho de 1945.

O traço é semelhante ao dos gibis e desenhos animados de Walt Disney da época, o autor faz uma assinatura meio estilizada, “Rans”. A charge vem acompanhada de diálogo entre os vermes: um à direita e outro à esquerda, que segura uma placa “Queremos Getúlio”; o terceiro dorme despreocupado. O tapurú da direita questiona o da esquerda “Também você, Chico?”, e o da esquerda responde “E então? Seu [sic] Getúlio, onde iremos viver?” Certamente houve um erro na impressão. A idéia é “Sem Getúlio, onde iremos viver?” Getulistas e comunistas se mobilizavam, e o tapurú dorminhoco que grupo representaria? Certamente, aqueles que confiavam na continuidade de Vargas no poder.

Apesar de o ditador ser Getúlio Vargas, a caricatura de Agamenon Magalhães o aproxima mais do estereótipo de um ditador despótico e truculento. A figura de Getúlio,

mesmo numa charge crítica, é mais simpática, bonachona, cômica. A caricatura de Agamenon transmite mais agressividade, a crítica era mais feroz. O Ministro da Justiça se chocava com os interesses da imprensa, particularmente, com o seu desafeto Assis Chateaubriand; qualquer ameaça de cerceamento à liberdade de expressão, ou melhor, de imprensa acarretava reações gráficas. Em entrevista ao Diário de Pernambuco, o caricaturista Armando Santos respondeu sobre quem oferecia os melhores traços para serem caricaturados, Etelvino Lins ou Agamenon Magalhães?

O ministro é mais fácil de caricaturar que o seu lugar-tenente Etelvino. Tem traços malaios inconfundíveis. Por mais caridoso que seja, nenhum caricaturista pode evitar o grotesco que a cara, antes sinistra do ministro, sugere. Já o interventor Etelvino, é mais difícil de caricaturar à falta de bons traços acentuáveis. Mas toda dificuldade é compensada pelo efeito cômico que nela avulta tão acentuadamente quanto o grotesco no ministro. Etelvino tem dois pontos fracos: o queixo e as orelhas. O resto é vulgar e inexpressivo. Getúlio é fácil de caricaturar; basta retratar um coringa de baralho. Prestes com as barbas é um excelente modelo, sem barbas é um homem comum. Osvaldo Aranha e Góis Monteiro não dão trabalhos aos caricaturistas. E para caricaturar Churchill, nada mais é preciso que alguns traços dentro de uma bola.³¹⁸



Figs.53 e 54 – Caricaturas de Agamenon [Democrata?].
Jornal Pequeno. Recife, 20 de junho e 25 de julho de 1945.

³¹⁸ Como o jornalista e orador usam a pena e a voz eu uso o traço para combater o Estado Novo. **Diário de Pernambuco**. Recife, 22 de agosto de 1945.

As caricaturas acima são de Armando Santos. Agamenon Magalhães havia se revelado um dos principais executores da política do Estado Novo em Pernambuco. E em 1945, como Ministro da Justiça, se tornou responsável pela legislação eleitoral, como também pela polêmica Lei Anti-Truste, ou, segundo a oposição, a Lei Monstro, ou Lei Malaia. Enfrentava ainda as críticas à Lei de Imprensa, sendo alvo sistemático do Diário de Pernambuco e do Jornal Pequeno.

Um dos primeiros sinais que indicavam que o processo de redemocratização havia iniciado foi o fim da censura prévia. O Manifesto do Congresso de Escritores e a publicação da entrevista de José Américo foram dois movimentos significativos que contribuíram, naquela ocasião, para se exercer novamente a livre expressão.



Fig.55 – Flash: Orlando Dantas confirma liberdade de imprensa com diretor do DIP. Folha da Manhã [matutino]. Recife, 24 de fevereiro de 1945.

A imagem acima é uma fotografia, não é uma charge. Não expressa uma crítica, mas foi usada como uma prova: O governo havia acabado de anunciar os motivos porque o regime iria mudar e Orlando Dantas, diretor do Diário de Notícias, questionou o diretor do DIP, Major Amílcar Dutra, se poderia comentar livremente o assunto. O major respondeu que sim, com o testemunho de Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, e o jornalista Joel Presídio, da Folha da Manhã. A idéia era comprovar a abertura, o fim da censura.

O Decreto 24.776 de 14 de julho de 1934 alterado pela Constituição de 1937 era que regulava a imprensa no Brasil. No artigo 122, inciso 15, da Carta de 1937, se garantia a todo cidadão o direito de manifestar seu pensamento oralmente, por escrito ou por imagens, mas “nos limites prescritos em lei”. A legislação elencava em pormenores os limites da imprensa no país, e, entre estas, a censura prévia, que a lei podia prescrever “Com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública”, dispositivo que atingia também o teatro, o cinematógrafo e a radiodifusão, “facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação”³¹⁹. Além da censura, a imprensa deveria, entre outras determinações: acatar a inserção de comunicados do governo; publicar gratuitamente resposta, defesa ou retificação de qualquer cidadão que se sentisse injuriado ou vítima de blasfêmia; e não permitir o anonimato. A lei ainda impedia que estrangeiros possuíssem, gerenciassem ou, como acionistas, lucrassem com empresas jornalísticas, dizia a alínea “g” que: “[...] A direção dos jornais, bem como a sua orientação intelectual, política e administrativa, só poderão ser exercidas por brasileiros natos”³²⁰.

O controle sobre a imprensa era exercido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, que não só fazia a censura, mas também concedia a isenção fiscal para a importação de papel, e estava vinculado à Presidência da República. Getúlio Vargas, em entrevista coletiva concedida no dia dois de março de 1945, questionado insistentemente pelos repórteres a respeito da liberdade de imprensa, a uma pergunta de Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), responde assim sobre a isenção fiscal:

O Sr. pode notar com toda a boa vontade e simpatia de minha parte para que não falte aos jornais o papel que necessitam, como também para que não sofram restrições na sua ampla circulação. Não sigo o curso de muitas medidas e não sei muitas vezes o que está acontecendo. De modo que somente quando o fato chega ao meu conhecimento é que tenho oportunidade de me pronunciar. Pode contar com a minha colaboração.

O Jornal Pequeno, nesse período, ainda seguia as diretrizes do regime do Estado Novo, portanto, não há tom de crítica e sim de reforçar a nova imagem que o governo investia de não representar mais um empecilho ao processo democrático e à liberdade de expressão. No

³¹⁹ Texto legislativo citado por LEYSER, Maria de Fátima Vaquero Ramalho. [promotor de Justiça - SP].

Direito à liberdade de Imprensa. Disponível em: <http://www.justitia.com.br/artigos/c44v59.pdf> Acesso em 10 ago 2010.

³²⁰ Idem.

prosseguimento da entrevista se percebe a necessidade de confirmar com Vargas se, realmente, estava “assegurada a liberdade de manifestação do pensamento pela imprensa e pelo rádio”, e o presidente confirmava: “Os senhores já estão gozando de toda a liberdade”³²¹.

A censura postal, telefônica e telegráfica foi suspensa em abril. Contudo, o Diário de Pernambuco alertava de que a censura à imprensa seriam restabelecida, mas circunscrita aos jornais de São Paulo³²². Em maio de 1945, Agamenon Magalhães anunciava mudanças no DIP. No início de junho afirmava em entrevista: “Queremos uma imprensa livre e cada vez mais livre”, mas, complementava que: “espera da mesma, livre como tem sido, colaboração estreita naquilo que respeita à segurança externa da nação”³²³. A liberdade teria suas limitações.



Fig.56 – Charge Agamenon censura em livros. Diário de Pernambuco. Recife, 09 de junho de 1945.

O que se deu um mês depois foi apenas uma mudança de nome e gerência, pois o novo órgão, Departamento Nacional de Informações, o DNI, seria vinculado ao Ministério da Justiça, e não mais exerceria o controle, e sim um serviço de informações, que verificaria, por exemplo, a idoneidade de pessoas em possuir um jornal, no sentido de conceder ou não

³²¹ O Momento Político Nacional. Constitui ainda o acontecimento do dia, a entrevista coletiva concedida aos jornalistas pelo presidente Getúlio Vargas. Plena liberdade da Imprensa e do Rádio. **Jornal Pequeno**. Recife, 03 de março de 1945.

³²² COSTA REGO. Rumores de Censura. **Diário de Pernambuco**. Recife, 24 de abril de 1945.

³²³ O Momento Político Nacional. “Queremos uma imprensa livre e cada vez mais livre” – disse o ministro Agamenon Magalhães. **Jornal Pequeno**. Recife, 07 de junho de 1945.

isenção fiscal na importação de papel³²⁴. O que mais incomodava a imprensa não era a persistência dos dispositivos de cerceamento da liberdade de opinião, mas era o fato de depender do departamento para “autorizar a concessão de favores aduaneiros para a importação de papel de imprensa, registro de jornais periódicos, bem como agências telegráficas de informações nacionais ou estrangeiras”³²⁵, porque, quanto à censura, afirmavam que poderiam lançar mão da criatividade e continuariam na luta pela democracia.



Fig.57 – Charge **O Ministro da Justiça Agamenon e a Imprensa. Diário de Pernambuco.** Recife, 17 de junho de 1945.

Travestido de Palas Athena, a deusa da Justiça, “H. Menon” de trabuco em punho exige que a imprensa “livre como passarinho” retorne à gaiola. O fato de o DNI estar subordinado ao Ministério da Justiça acirrava às críticas contra Agamenon. Em Pernambuco Etelvino Lins enfrentava diversos problemas: a morte de Demócrito; conflitos com a Usina Catende; as relações de trabalho na indústria dos Lundgren; e a própria ofensiva udenista, por meio do Diário de Pernambuco e do Jornal Pequeno, que reproduziam noticiário e reportagem do jornal A Noite e d’O Jornal, ambos do Rio de Janeiro.

³²⁴ O Momento Político Nacional. O ministro Agamenon Magalhães fala aos jornalistas sobre a próxima extinção do DIP. **Jornal Pequeno**. Recife, 11 de maio de 1945.

³²⁵ O DIP apenas mudou o nome. **Diário de Pernambuco**. Recife, 27 de maio de 1945.



Fig.58 – Charge Agamenon e a Morte de Demócrito. Diário de Pernambuco. Recife, 26 de junho de 1945.

Os leitores eram constantemente lembrados que a administração de Agamenon fora um “descalabro” e que ele continuava a comandar o estado, responsabilizando-o diretamente pelos conflitos. Era divulgado que Pernambuco vivia sob “terror policial”. Na charge acima, Agamenon era responsabilizado pela morte de Demócrito de Souza Filho, diz a legenda: “- Boa Noite, progressistas do Brasil. Dando início ao programa “O Crime Não compensa” ouviremos o assassinio [sic] de Demócrito de Souza Filho na valsa “Queremos Getúlio que é nosso Pai.”

Por seu lado, a Folha da Manhã denominava o Diário de “Vira-folha” e publicava afirmações de Aníbal Fernandes e Assis Chateaubriand elogiando as iniciativas de Agamenon e de Getúlio nos primeiros tempos do Estado Novo. Como também, lembrava ao Diário que fora empastelado em 1911 e o povo revoltado rasgara e queimara exemplares do jornal na rua, o que foi entendido como uma ameaça. O mesmo se referindo aos Lundgren, “por não terem aderido à politicagem do governo”, a Folha afirmava, segundo o Diário, que se os Lundgren pretendiam “transformar suas fábricas em campo de concentração” tivessem cuidado, pois este regime “acirra ódios e ninguém pode ser responsável por uma exaltação maior dos oprimidos”. O título dessa matéria do Diário de Pernambuco era “O governo do Estado projeta novos e monstruosos crimes. Ameaças contra o Diário e contra os irmãos Lundgren”³²⁶

³²⁶ Diário de Pernambuco. Recife, 16 de maio de 1945.

A imagem de Agamenon Magalhães era constantemente associada ao nazifascismo, ao estereótipo do sertanejo rude, o coronel, o cangaceiro, o antidemocrata.



Figs.59 e 60 – Charge “O perigo está no ‘chinês’”; e Caricatura O calunga Agamenon. Diário de Pernambuco. Recife, 21 de junho e 22 de agosto de 1945.



Fig.61 – Charge Himmler inspira Agamenon. Diário de Pernambuco. Recife, 28 de junho de 1945.

Heinrich Luitpold Himmler era comandante da Polícia Nazista, a temida SS, um dos homens mais poderosos da Alemanha Nazista, possível sucessor de Hitler. Ao avaliar a proximidade da derrota, Himmler entendeu que a sobrevivência do Partido Nazista na Alemanha dependeria de um acordo com as Forças Aliadas, no sentido de impedir o avanço

do Exército Vermelho. Tentou negociar com os Estados Unidos em troca de não ser julgado como criminoso de guerra e continuar no governo da Alemanha. Acusado de traição; fugiu e foi preso pelos Aliados. Quando estava para ser julgado, se suicidou com uma cápsula de cianureto no dia 23 de maio de 1945. A história de Himmler era recente, e a associação com a postura de Agamenon, egresso de uma ditadura e comandando o processo de redemocratização do país, tornou-se oportuna. A oposição, dessa maneira, insistia que Agamenon não era digno de confiança e que medidas antidemocráticas deveriam ser esperadas.

Agamenon e Vargas eram os principais alvos de campanha nessa disputa pelo poder. O General Dutra, candidato de fato à presidência, não se via tão atingido nesse período; até era comum o Diário de Pernambuco, no seu apreço pelas Forças Armadas, observar o desfavorecimento do candidato diante da presença queremista nos comitês de campanha.

As eleições de dezembro de 1945, sem Vargas no poder, significavam o “dia da libertação”. A eleição do general surpreendeu os brigadeiristas. E os comunistas, a partir de então, buscaram se manter no jogo democrático utilizando o jornal Folha do Povo como suporte de suas críticas. As caricaturas e charges ilustravam a decepção com o governo eleito e denunciavam o atrelamento político de Dutra com o anticomunismo norte-americano.



Figs.62 e 63 – Caricaturas do Presidente Dutra.
Folha do Povo. Recife, 17 de julho e 23 de novembro de 1947.

Apesar da figura de certa forma simpática, a primeira caricatura é acompanhada de uma legenda, que a identifica como um ditador que “continua em sua tentativa de aniquilamento da democracia em nossa Pátria”. A mensagem lembra ao “homem do golpe de 10 de novembro de 1937” que já se passaram dez anos e seus “antigos mestres Hitler e Mussolini já são defuntos”. Mas, para os comunistas, as associações em 1947 eram outras, e a segunda imagem nos revela a que interesses o governo Dutra estava a serviço ao levantar a bandeira dos Estados Unidos.

Mesmo com a determinação do governo do presidente Dutra em não permitir as mobilizações comunistas, a crença na regras do jogo democrático, a esperança numa “união nacional” pela legalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que reabrisse as entidades de orientação comunista era alimentada pelo jornal Folha do Povo. As charges, muitas vezes, traduziam essa certeza de que a democracia prevaleceria.



Fig. 64 – **Charge A pedra da União Nacional. Folha do Povo.**
Recife, 28 de setembro de 1947

Além da política anticomunista insuflada pela Doutrina de Harry Truman, havia os interesses comerciais norte-americanos, especialmente, com relação ao petróleo. A Folha do Povo avaliava as dificuldades não só políticas, mas de subsistência das camadas populares. Assim, o Natal de 1947 não prometia ser dos mais felizes...



Fig. 65 – Charge O Papai Noel da ditadura. Folha do Povo. Recife, 25 de dezembro de 1947.

Natal lembra comércio e, nesse processo histórico, podemos notar a criatividade das empresas em expressar-se politicamente em propagandas comerciais publicadas nos jornais. Geralmente, os anúncios têm como principal objetivo vender um produto, mas alguns desejam mais e vinculam o produto, ou o serviço, a uma idéia, a um estilo de vida, a um projeto sociopolítico. Os anúncios carregam, assim, muitas vezes, uma mensagem, um fetiche a ser realizado.

Num período marcado pelas incertezas da guerra, propagandas como as da Kosmos Capitalização S.A., Texaco, Atlantic e Pernambuco Tramways & Power Co. LTDA transmitiam, sutilmente, anúncios de mudanças significativas nos regimes de governo e nas relações internacionais no pós-guerra, acompanhados de votos de esperanças por um mundo melhor e sem conflitos.



Fig.66 – Propaganda da Texaco: Tiradentes, símbolo da independência. Diário de Pernambuco. Recife, 21 de abril de 1945.



Fig.67 – Propaganda da Texaco: Vitória da Paz. Diário de Pernambuco. Recife, 09 de maio de 1945.



Fig. 68 – Propaganda da Kosmos Capitalização S.A. “Alvorada de Luz”. Diário de Pernambuco. Recife, 06 de maio de 1945.

Essas três propagandas se referem diretamente à conquista da paz, a necessidade de trabalhar, construir, comprar bônus de guerra para que o conflito encerre e a “Alvorada de Luz” seja possível, fazendo valer a luta e o sangue dos combatentes. A utilização da figura de Tiradentes é significativa para os brasileiros, a luta pela liberdade, pela independência, em meio aos conflitos mundiais e pela redemocratização do país.

A mensagem da Texaco era trabalhar “Por um só ideal – consolidar a paz! E pela decisão universal de eliminar para sempre a ameaça de qualquer guerra!”³²⁷ A Texaco há “30 anos a serviço do Brasil” se propõe a ajudar a construir para sobreviver e “merecer a paz”. Já a propaganda da Kosmos, com uma bonita imagem, que sugere um misto de tristeza e esperança daqueles que sofreram nos campos de concentração nazista, oferece seus serviços para um mundo ...

[...] onde todos poderão cultivar suas terras, dentro das suas fronteiras, sem que ninguém venha arrebatar, pela força, o fruto de suas colheitas; onde os operários deixarão de ser enviados a terras estranhas para trabalhar como escravos sob o chicote de um pretense “senhor”.

[...]

É para essa era de paz, dignidade e trabalho que a nossa organização tem se preparado na certeza de que mais úteis se tornarão os seus serviços quando pelo estímulo da prosperidade individual possa concorrer, em maior escala ainda, para o bem-estar coletivo...

Particularmente, nessa última mensagem, observamos a defesa da propriedade privada, dos critérios fundamentais para participar do mundo capitalista: competitividade e livre concorrência. Propaganda coerente com o serviço oferecido, a mensagem é clara: agora é possível investir livremente. Na imagem há um homem com duas crianças, são sobreviventes e também promessa de um futuro renovado. Na propaganda da multinacional de Nelson Rockefeller, a Atlantic, encontramos um sentido semelhante: “Por Direito de Nascimento...”

³²⁷ **Propaganda da Texaco: Vitória da Paz. Diário de Pernambuco.** Recife, 09 de maio de 1945.



Fig. 69 – Propaganda da Atlantic “Por Direito de Nascimento...”. Diário de Pernambuco. Recife, 27 de maio de 1945.

A mensagem diz que qualquer criança, do Brasil ou da América, “tem um direito sagrado, que lhes coube por nascimento”:

[...] ter uma personalidade, suas próprias idéias, suas ambições... O direito de ser o que desejarem – carpinteiro ou químico, advogado ou médico... O direito de ir até onde o permitam suas energias, sua capacidade.

Essa é uma tradição da América Livre. Os povos totalitários a negaram. E esmagaram o indivíduo, ditando os seus gestos, ao peso de injunções e de leis arbitrárias, fazendo de cada um simplesmente uma máquina, uma máquina militar.

E esse patrimônio de liberdade havia sido assegurado pelo empenho do Brasil e das Nações Unidas na “grande luta”. A intenção comercial era reforçar as explicações quanto à escassez de combustível, pois a indústria do petróleo estava a serviço das forças armadas, e agradecia também aos motoristas que dispensaram o uso da gasolina em seus carros. O “sacrifício foi útil”, pois terminado o conflito, além dos serviços voltarem à normalidade, a Atlantic anunciava que seus produtos foram aperfeiçoados durante a guerra. A intenção política era exaltar o capitalismo liberal americano, a pretensa liberdade de ser e de ter, numa conjuntura política brasileira ainda incerta quanto a liberdades civis, a direitos políticos e a prosperidade econômica.

Outra empresa que usava a criatividade para se desculpar pela precariedade dos serviços durante a guerra era a Pernambuco Tramways & Power Co. LTDA.



Fig. 70 – **Propaganda da Pernambuco Tramways. Seu Kilowatt: Convalescença.**
Diário de Pernambuco. Recife, 28 de outubro de 1945.

As mensagens do Sr. Kilowatt, o “criado elétrico”, eram constantes nos jornais, uma forma da empresa esclarecer quanto ao uso, benefícios e responsabilidades do cliente, especialmente com relação ao pagamento das contas de energia, mas também era forma de manter o ânimo dos leitores e renovar a esperança em dias melhores. A guerra havia terminado, e as desculpas sobre a precariedade dos serviços deveriam ser outras. E assim, o Sr. Kilowatt considerava que a tranquilidade mundial retornava, mas era necessário tratar das feridas para um “pronto retorno ao trabalho normal e honesto, viga mestra da compreensão entre os povos”.

Mas, não era apenas o Diário de Pernambuco que oferecia essas sutilezas políticas mascaradas de propaganda comercial. A Folha do Povo, jornal que sobrevivia literalmente com a ajuda do povo, apresentava anúncios do comércio local direcionados aos leitores operários, trabalhadores, e, certamente, eleitores do Partido Comunista.



Fig. 71 e 72 – Anúncios do café Pilão de Ouro e do café Santa Cruz. Folha do Povo. Recife, 02 de outubro de 1947.



Fig. 73 – Anúncio do Armazém Nova Aurora. Folha do Povo. Recife, 08 de outubro de 1947.



Fig. 74 – Anúncio da Sorveteria Botijinha. Folha do Povo. Recife, 12 de outubro de 1947.

Certamente, ter o nome de sua empresa exposto num jornal porta-voz dos comunistas sugere não só uma visão comercial diferenciada, mas também uma boa dose de simpatia política. Produtos populares, a preços populares direcionados ao popular, e acompanhados de brindes e cheques para atrair pela sorte o consumidor. O termo popular e povo eram insistentemente mencionados nos anúncios, propagandas e, até mesmo, em notícias e reportagens. Aparentemente eram apenas anúncios de produtos e lojas, mas há um diferencial. A chamada era explícita para os “Companheiros”, os “Progressistas”, o “operário” e o “povo”, que também tem o direito de ser bem servido, como sugeria a sorveteria Botijinha.

O termo povo e popular pode até ser considerado genérico, mas no lugar de onde é dito se reveste de um significado e de uma força maior. São os grupos sociais desfavorecidos, o proletariado, que é representado no jornal em suas lutas políticas e cotidianas, e até nas suas preferências de consumo. O anunciante não apenas vende, mas se compromete com uma causa política, que, num contexto repressivo, poderia lhe prejudicar os negócios.

Assim, na propaganda e na charge desvelamos estratégias criativas e ousadas dos grupos políticos em disputa, no sentido de enfrentar situações adversas, promover mudanças e projetos de modernidade, angariar votos, expressar opiniões, realizando a experiência democrática do direito à liberdade de expressão.



Fig. 75 – Anúncio de filme em cartaz no Cine/ Teatro do Parque: Forja de Heróis. Jornal Pequeno. Recife, 05 de março de 1945.

III

A *POLIS* RECIFENSE se AGITA

Ronald Reagan nem sonhava em ser presidente dos Estados Unidos e participava de um musical que louvava o espírito dinâmico e ousado da mocidade de 1945: por “sua namorada e sua bandeira”. O detalhe é que “a mocidade” é essencialmente do gênero masculino, as mulheres do filme são apenas “estonteantes”. Contudo, nada mais sugestivo para se compreender um pouco das experiências sociais e políticas da juventude do pós-Estado Novo quanto o título da película: “Forja de Heróis”. Nesse capítulo, pretendemos discorrer sobre os embates dos jovens pernambucanos em luta pela democracia; como os trabalhadores se posicionaram e compreenderam o anúncio de uma dita redemocratização e, por fim, o processo de cerceamento político reeditado contra os comunistas.

III. 1 O Caso Demócrito: A Construção de um Sentimento Democrático³²⁸.

“Era alto, magro, louro. Nada havia de nordestino em sua imagem corporal. Mas havia dentro dele muito impulso pernambucano de inconformismo, de desassombro e de altivez”. Assim o professor e desembargador Antonio de Brito Alves iniciou a biografia intitulada: **O Estudante Demócrito e a Campanha pela Redemocratização na Faculdade de Direito do Recife**. Publicação simples de cinquenta páginas, impressas na Tipografia Marista no dia três de setembro de 1977 comemorando os cento e cinquenta anos da Faculdade de Direito e em memória dos trinta e dois anos de morte de Demócrito de Souza Filho: “uma iniciativa dos estudantes que participaram da redemocratização do Brasil”.

O ano da publicação dessa biografia de Demócrito se insere num momento político muito difícil para o país. Apesar de já se considerar o início de um processo de abertura política “lenta e gradual”, segundo anúncio do General Ernesto Geisel, Presidente da República na época, o Congresso havia sido fechado para impedir que a oposição obtivesse sucesso novamente nas eleições, assim como houve cassação de parlamentares e foi decretado o Pacote de Abril³²⁹. A situação política em que essa publicação foi realizada nos motiva a buscar na imprensa a receptividade dessa referência, oportuna à memória, de um momento delicado da história da democracia em Pernambuco e no país. O autor, Antonio de Brito Alves, foi defensor de presos políticos durante a ditadura militar (1964-1984), e, apesar de seu

³²⁸ Este texto foi originalmente publicado nos anais eletrônicos do 3º Encontro Cultura e Memória. História: cultura e sentimento, 03 a 07 de dezembro de 2007; passou por alterações e correções para esta tese.

³²⁹ “que tornava permanentes as eleições indiretas dos governadores, aumentava a representação dos estados no Norte e Nordeste (cuja população menos politizada favorecia o mandonismo político da ARENA), estendia a Lei Falcão para as eleições estaduais e federais, criava a figura do senador indireto (“biônico”), cuja eleição se daria pelo mesmo colégio eleitoral encarregado de escolher os governantes do estado e – entre outros artigos – ampliava a duração do mandato do presidente da República para seis anos.” PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. P. 291.

relato sobre Demócrito e sobre a luta pela democracia em 1945 ser praticamente uma reprodução do que já havia sido publicado nos jornais³³⁰ com a inserção de alguns comentários factuais, provavelmente de relatos de sobreviventes da época – lembramos que a publicação foi iniciativa dos estudantes que participaram do movimento em 45 -, a intencionalidade do trabalho certamente deveria ir além de uma simples menção ao fato e à época que tanto mobilizou a Faculdade de Direito do Recife e, conseqüentemente, repercutiu não só na política local, mas nacional.

Após trinta e dois anos podemos dizer que o caso ainda não era considerado resolvido, pelo menos para os diretamente envolvidos. O autor, com a sua competência jurídica e com base no Arquivo Forense, enumerou as provas de que os estudantes não estavam armados e que o Desembargador Santos Pereira atesta o acumpliciamento entre autoridades e elementos trabalhistas num revide a fatos anteriores – o ato de Demócrito, junto com outros estudantes, de retirar e destruir o retrato de Getúlio Vargas do Bar Lero-Lero dia antes do comício fatídico. O problema foi que, segundo afirma Brito Alves, diante dessa evidência, Agamenon Magalhães, como Ministro da Justiça, lançava o decreto da anistia política assegurando a “escapatória imediata e eficaz para os seus antigos auxiliares e decididos correligionários políticos”³³¹; deixando assim impunes os criminosos. Para Brito Alves, no entanto, a...

[...] imoralidade dessa medida só fez enaltecer ainda mais a figura do estudante sacrificado. [...] Ele ficou como nome de Rua, como busto na Praça, nesta antiga cidade. Ficou sobretudo dentro da Faculdade de Direito do Recife, na sugestiva sala do Diretório Acadêmico, eternamente jovem, eternamente idealista, do mesmo modo como falou e caminhou naquela tarde de 3 de março de 1945.

Antonio de Brito Alves escreve de modo distanciado, enumera os parágrafos como se escrevesse um processo jurídico. Ao iniciar a leitura, dada a ausência de dados do autor, surge a questão: quem é o autor dessa biografia? Mas, logo na primeira página, encontramos o nome de José de Brito Alves, identificado como tio de Demócrito; revela-se, então, a relação de parentesco existente entre o autor da biografia e o biografado. Mais adiante, quando Antonio

³³⁰ Ele utilizou as informações contidas em três álbuns de recortes de jornais da época mantidos pela mãe da vítima, D. Maria Cristina Tasso de Souza.

³³¹ ALVES, Antonio de Brito. **O Estudante Demócrito e a Campanha pela Redemocratização na Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Tipografia Marista, 1977. P. 27.

de Brito Alves relata sobre o incidente do retrato de Getúlio, na iminência dos estudantes serem presos...

Mas o delegado de polícia que, logo depois, chegou ao local, tomou uma atitude inesperada, por ser inteligente. Mandou que os policiais se afastassem dali, suspendendo assim o cerco imposto aos universitários. Até hoje guardo a lembrança de que a ordem inusitada da autoridade policial provocou uma espécie de frustração em todos nós. Naquela época, o fato de ter sido preso pela polícia se não alcançava, no ambiente universitário, as alturas da glória, representava, sem dúvida, uma credencial bastante invejável³³². [grifo nosso]

O autor não se conteve e revelou sua participação na história: era um dos estudantes envolvidos que estavam no Bar Lero-Lero. No entanto, ele não menciona o próprio nome em nenhum momento dessa biografia; mas, observando as notícias do Diário de Pernambuco da época, podemos encontrar em vários momentos o seu nome identificado como “acadêmico da Faculdade de Direito”. Num desses momentos, por ocasião de uma conferência de Osvaldo Aranha sobre Franklin Delano Roosevelt, Presidente dos Estados Unidos que havia falecido, Antonio de Brito Alves, representando a mocidade acadêmica, compara Demócrito a Tiradentes³³³. No incidente do retrato, ele só faz menção a Demócrito e outro estudante.

Já o saudoso historiador e geógrafo Professor Manuel Correia de Andrade (1922-2007), observou Demócrito com um grupo de estudantes, e assinalou sua própria participação nos eventos da época colocando seu nome; mas não usou a primeira do singular, se distanciou, pois sua narrativa não tinha a intenção de memórias, mas de história de Pernambuco, e sua postura teórica requer esse distanciamento metodológico³³⁴. Contudo, pelo menos para os últimos setenta anos, à semelhança de um Eric Hobsbawm, o relato historiográfico do falecido professor Manuel Correia pode ser relacionado com a sua própria experiência na história que apresenta.

O Diário de Pernambuco apesar de registrar que houve um atrito entre Demócrito e policiais no dia dois de março de 1945, portanto na véspera do trágico comício³³⁵, não explorou muito essa questão, considerada um ato de vandalismo. E, segundo o jornal Folha da Manhã, no dia três, um grupo de jovens estava ameaçando lojistas do centro da cidade com o

³³² ALVES, A. de Brito. Op. Cit. P. 17.

³³³ **Diário de Pernambuco**. Recife, 09 de junho de 1945.

³³⁴ **Pernambuco Imortal. Evolução Histórica e Social de Pernambuco**. Recife: CEPE, 1997. P. 368.

³³⁵ **Diário de Pernambuco**. Recife, 09 de abril de 1945.

mesmo procedimento se não retirassem o retrato³³⁶. A edição matutina da Folha da Manhã, do dia seguinte à morte do rapaz, traz, sem alarde nem detalhes da causa mortis, a seguinte nota:



Fig. 76 – Nota de falecimento de Demócrito de Souza Filho. **Folha da Manhã**. Recife, 04 de março de 1945.

Sabendo que o Diário conseguiria permissão legal para circular, a Folha da Manhã começou a comentar o assunto. E assim tentava se antecipar ao Diário de Pernambuco nas informações a respeito dos acontecimentos do dia três de março. A cada dia uma tentativa de esclarecer os fatos, defender a verdade do governo e reforçar a opinião da nota proferida pela Secretaria de Segurança Pública “de que outra coisa não tem feito o Diário de Pernambuco que não seja subverter a ordem geral e achincalhar a autoridade”³³⁷.

O relato biográfico sobre Demócrito de Souza Filho escrito por Antonio de Brito Alves ainda clamava por justiça e transmite a atmosfera política da época ao se referir sobre os manifestantes trabalhistas, que eram a favor da continuidade de Getúlio Vargas no poder, como “falsos elementos trabalhistas”³³⁸, pois, segundo revela Alves, e as notícias do Diário de Pernambuco não explicitam esse detalhe, ao mesmo tempo em que acontecia o comício pró-

³³⁶ Agitação em Pernambuco. **Folha da Manhã**. Recife, 05 de abril de 1945.

³³⁷ **Folha da Manhã**. Recife, 04 de março de 1945.

³³⁸ ALVES, A. de Brito. Op. Cit. P. 20.

Eduardo Gomes, os partidários de Vargas recolocavam o retrato de Getúlio no Bar Lero-Lero, o que culminou no conflito.

O movimento Queremista já se anunciava como reação às manifestações de crítica contra Getúlio, e como observam os estudos de Jorge Ferreira³³⁹ os trabalhadores, os pracinhas, os populares desconfiavam daquela democratização ou redemocratização liberal anunciada pelos opositores ao regime, e temiam perder os direitos adquiridos com Vargas; a reação foi muitas vezes violenta, especialmente quando Getúlio foi deposto. Mas, o Diário de Pernambuco não dava destaque a essas reações que por vezes explodiam, quando a multidão, atenta aos comícios, começava a ouvir os ataques ao governo Vargas. Assinalavam que eram elementos do governo, infiltrados entre o povo, que estimulavam a desordem.

E, quando havia um evento queremista, o Diário noticiava com menosprezo, utilizando palavras depreciativas e irônicas. Por ocasião do primeiro comício dos queremistas no Recife, que aconteceu no dia vinte de agosto de 1945, o Diário de Pernambuco publicou suas apreciações do comício junto com a notícia de depredação por “elementos queremistas” da Fábrica de Rio Tinto, de propriedade da família Lundgren. Ao mesmo tempo, o jornal ridicularizava e criminalizava os partidários de Getúlio Vargas:



Fig. 77 – Notícias sobre Queremistas. Diário de Pernambuco. Recife, 21 de agosto de 1945.

³³⁹ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao Golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Nessa mesma noite do comício queremista no Parque Treze de Maio, se posicionou uma manifestação de estudantes universitários e secundaristas. A passeata seguiu percurso semelhante ao do comício de três de março de 1945 a gritar palavras de ordem a favor do Brigadeiro e contra Getúlio, que culminou com discursos na frente do Diário de Pernambuco. O Diário foi louvado pelos oradores estudantis como a “presença da liberdade” que representava “um protesto contra o movimento queremista”. O jornal observara, todavia, que o povo, a princípio, se aproximou pensando tratar-se de manifestação queremista, em certo momento, o estudante Josimar Moreira de Melo chamou Getúlio Vargas de “malabarista de golpes”, exaltou a personalidade de Eduardo Gomes e convidou o povo e a mocidade a fazer frente aos queremistas que “vinham naquela direção com suas habituais provocações”. Houve outros discursos até que “surgiram os queremistas embriagados” que foram recebidos por “Viva o Brigadeiro!” “Abaixo Getúlio!”, o que conseqüentemente resultou em confrontos³⁴⁰.

Já era esperado que os eventos se confrontassem no dia três de março de 1945, e até mesmo uma ação repressiva da polícia se anunciava, tanto que tentaram garantir com as autoridades que não houvesse intervenção. No entanto, é possível, também, que não se esperasse que a violência fosse tão longe, mesmo se imaginando que elementos ligados à truculência da polícia de Etelvino Lins estivessem presentes entre os trabalhistas, e que, certamente, foram os autores dos disparos - segundo indicam os relatos da tragédia publicados na imprensa da época e ressaltados nessa obra do desembargador. Por outro lado, podemos acreditar que este texto de Brito Alves também estivesse buscando ressonância no momento de pretensa abertura política que se vivia em 1977, ao demonstrar um estranho desalento ou triste constatação ao afirmar:

Pelo idealismo lírico, pelo desprendimento raro e, até, pelo sacrifício inútil, se quiserem, é muito provável que o movimento de 45 tenha sido o último episódio político romântico dos estudantes da Faculdade de Direito do Recife³⁴¹.

Anunciar que o momento vivido em 1945 pelos estudantes da Faculdade de Direito do Recife deveria ser o último “episódio político romântico”, nos leva a questionar sobre a postura política dos alunos em 1977. 1945 e 1977 são dois momentos semelhantes,

³⁴⁰ **Diário de Pernambuco**. Recife, 21 de agosto de 1945. Última página conclui na 2ª página.

³⁴¹ ALVES, A. de Brito. Op. Cit. P. 28.

resguardadas as devidas proporções e especificidades históricas, nos quais a busca em pauta ainda é a democracia frente a ditaduras, distintas, mas ditaduras. O livro recém-publicado de Ana Maria César, **A Faculdade Sitiada. A greve dos Estudantes de Direito do Recife, em 1961, que envolveu o Exército e a Presidência da República**³⁴², nos sugere uma juventude potencialmente combativa em 1961³⁴³, coincidentemente, o diretor que entrou em conflito com os estudantes no episódio narrado nesse livro foi o professor Soriano Neto, que em 1945 participara com os estudantes das movimentações em prol da democracia.

Contudo, a investigação por ora se volta para 1945. Particularmente, como o estudante Demócrito participava desse processo de luta por estabelecer, ou restabelecer, a democracia em Pernambuco e no país, ou melhor, como a sua imagem passou a ser um instrumento político, um ponto importante de referência na construção de um sentimento democrático em Pernambuco.

Demócrito: a “força do povo”, o “eleito do povo”, ou o “filho da Democracia”; o nome é o mesmo do pai, e já sugere um acaso significativo. Um acaso meio que premeditado, pois para o avô, o professor Mário de Souza, por ocasião da inauguração do retrato do estudante na sala de reuniões do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito...

Conforme o seu próprio nome bem o indica, ele foi indubitavelmente, o filho da Democracia. Índice de uma geração, símbolo de uma idéia, expoente de uma mocidade livre. Demócrito há de viver eternamente nos fastos opulentos da bravura moral e da cultura das nossas tradições³⁴⁴.

O rapaz tinha vinte e três anos quando faleceu; e, segundo os relatos dos jornais e da biografia de Brito Alves, já exercia uma liderança política entre os estudantes, era aluno do quinto ano do curso de Direito, e se destacava por sua “cultura jurídica, filosófica e sociológica”, e “colaborava assiduamente em jornais e revistas” do Recife³⁴⁵. Filho de advogado criminalista, de família com tradição no jurídico, sua formação não fugia das

³⁴² Recife: CEPE, 2009. O texto relata a situação vivida pelos estudantes por ocasião da visita de Célia Guevara, mãe de Ernesto Che Guevara, na época presidente do Banco Nacional de Cuba, para fazer uma palestra na Faculdade de Direito do Recife. O diretor Soriano Neto desautorizou a palestra, e os estudantes fizeram greve e tomaram o prédio. Jânio Quadros mandou cercar o prédio com tanques e metralhadoras.

³⁴³ Não foi possível nos alongar sobre a questão do contexto em que foi publicada a biografia de Demócrito em 1977, especialmente quanto o movimento estudantil de Pernambuco em tempo de ditadura militar; fica como sugestão para interessados.

³⁴⁴ Mártir de uma campanha; valerá como um símbolo. **Diário de Pernambuco**. Recife, 09 de abril de 1945.

³⁴⁵ Demócrito de Souza Filho. **Jornal Pequeno**. Recife, 05 de março de 1945.

expectativas de seu grupo social. A biografia escrita por Brito Alves assinala logo no primeiro parágrafo a possibilidade de seu destino na política já estar traçado:

Menino ainda, ele e outros irmãos pequenos foram levados de repente para o casarão da família Tasso, ali em Apipucos, numa madrugada de outubro. Pela manhã, uma multidão inflamada invadiu, saqueou e tocou fogo na casa da Capunga. E nas chamas se foram seu quarto, seu caderno de caligrafia e seus brinquedos. Era a Revolução de 30. Aquele dia difícil marcou de mesmo a vida interior de Demócrito de Souza Filho, de tempo físico tão curto³⁴⁶.

O relato pode ser uma reminiscência de Maria Cristina de Tasso Souza, mãe de Demócrito, ou familiar ao próprio autor, não há referência de origem. Encontramos esta recordação também na palestra do avô de Demócrito; nela, ele observa que naquele momento reviveu a cena de quinze anos atrás, quando...

[...] na ânsia de buscá-los, foi encontrar, naquela sinistra manhã de 4 de outubro de 1930, os meus dois filhos mortalmente feridos nos primeiros embates daquela revolução; um deles também com o crânio despedaçado pelas balas assassinas dos déspotas do dia³⁴⁷.

Segundo o professor Mário, seu filho Demócrito de Souza era “igualmente jovem e idealista, arrojado e destemeroso”, também tinha sido vítima no embate de 1930, mas não fatal. Nesse mesmo período de abril de 1945, Demócrito de Souza, pai do rapaz assassinado, publicava uma carta onde revelava a dor da perda; horrorizado e amargurado pelo sinistro ter sido obra da polícia do Estado, que deveria “guardar incólume nossa liberdade e vigiar pela nossa segurança”. A carta havia sido enviada no dia nove de março de 1945 ao Interventor Federal Etelvino Lins, por intermédio do coronel Viriato de Medeiros, comandante da Força Policial; e solicitava sua exoneração do cargo de advogado de ofício da Força Policial do Estado, para qual havia sido nomeado em julho de 1938. Na sua palestra, Mário de Souza, o avô de Demócrito, então, concluía que “nesses quinze anos, nada evoluímos dos processos políticos, como no terreno dos sentimentos”.

³⁴⁶ ALVES, A. de Brito. Op. Cit. P. 09.

³⁴⁷ Mártir de uma campanha, valerá como um símbolo. **Diário de Pernambuco**. Recife, 09 de abril de 1945.

Entretanto, há uma intenção clara de explicar as motivações de Demócrito em participar tão intensamente das mobilizações contra o regime varguista e a favor da democracia. Os fatos ocorridos em 1930 devem ter repercutido profundamente naquela criança de oito anos de idade; a “atmosfera cultural da família” contribuiu para o contato com termos como “direito, justiça, liberdade, *habeas corpus*, constituição”³⁴⁸ e, possivelmente, para a construção de um sentimento de revolta pela agressão sofrida. O Movimento de 1930, para o grupo social do qual a família de Demócrito fazia parte, certamente não significou uma boa mudança. E, nesse contexto particular de 1945, as críticas aos rumos políticos tomados naquele momento vinham à tona; e o Diário de Pernambuco buscava as referências positivas em 1922, no movimento tenentista, visto que, o candidato que apoiavam, Eduardo Gomes, ter sido um dos Dezoito do Forte de Copacabana.

O biógrafo seguiu a trajetória de Demócrito e revelou que em 1941, quando entrou na faculdade, o rapaz já “trazia dentro de si raízes bem plantadas e fecundas”. 1944 foi o ano em que as mobilizações pró-liberdade e democracia se iniciaram e os estudantes se organizaram para fundar a União de Estudantes de Pernambuco. Em sete de setembro de 1944, Demócrito sofreu sua primeira prisão política, por ter participado de uma passeata “festiva e ruidosa” comemorando a libertação de Paris - nota-se que foi no dia que também se comemora a Independência do Brasil. Na prisão ficou até o dia onze; sua companhia na cela quatro, primeira seção do Raio Leste da Casa de Detenção do Recife, atual Casa da Cultura, era o livro **Grandes Homens Contemporâneos** de Winston Churchill, e, nele, Demócrito registrou que leu o livro...

[...] naquela cela imunda e infecta, sem luz e quase sem ar, incomunicável, absolutamente incomunicável e de porta – uma imensa porta marrom escura – batida sobre as grades, pelo ‘crime’ de querer para meu país e para a humanidade a liberdade de pensamento, a liberdade expressão, a liberdade de reunião, ausência de temor e de privação que são as 4 liberdades preconizadas pelo magnífico presidente Roosevelt. Lá, no fundo daquela enxovia – mais triste que um campo de concentração – estive, por ser Democrata, o autor dessa legenda e o leitor desse livro³⁴⁹.

Percebe-se que o texto foi escrito já fora da prisão (“naquela cela”), e Demócrito ressaltava que o livro foi não só lido, mas, “sobretudo meditado”, demonstrando plena

³⁴⁸ ALVES, A. de Brito. Op. Cit. P. 09.

³⁴⁹ Idem. Op. Cit. P. 13.

consciência do caminho que estava começando a trilhar e de sua responsabilidade para com o país e a humanidade. O livro foi apresentado “para ser lido nas horas ausentes por aquela que na vida é minha inspiração e estímulo”, certamente a mãe, que não deixou o filho perder o rumo diante do trauma da prisão, ou a noiva, Maria do Carmo Garcia de Castro. Essa situação relatada por Brito Alves vem como reforço à imagem de herói da democracia, que se reveste a figura de Demócrito de Souza Filho. Um nome sempre citado por inteiro, nome e sobrenome.

O “Soldadinho de Ferro da Democracia”, assim Assis Chateaubriand se referiu a Demócrito, no dia dez de abril, num de seus costumeiros artigos publicados no Diário de Pernambuco, cujo título era “A Primeira Aula”. Nele, Chateaubriand atacava o novo Ministro da Justiça, Agamenon Magalhães; responsabilizando-o pela morte de Demócrito e do carvoeiro Manuel Elias Moura Santos, que, ironicamente, Chatô retratou como “um comerciante abelhudo que fora ouvir oradores liberais”. O abelhudo é no sentido de que, para Agamenon, ele fora se meter onde não devia; ou seja, na “aula” que Demócrito de Souza Filho e seus companheiros de luta ofereceram em praça pública, que pôs à prova o novo Ministro da Justiça ao convocarem o Direito Constitucional da liberdade de expressão, daí o título “A Primeira Aula”. Para Chateaubriand o crime foi premeditado, pois o estudante já vinha sendo seguido e investigado, e se revelava como “uma das molas automáticas da reação estudantil contra a barbarização de Pernambuco”.

O “Soldadinho de Ferro da Democracia”, possivelmente, é uma alusão ao poema “Democrinho”, de Austro Costa, que havia sido publicado no dia anterior, e, segundo a data que acompanha o poema, foi escrito no dia três de abril, dia em que ocorreram celebrações pelo trigésimo dia da morte. No dia quatro de novembro de 1945, o Diário de Pernambuco publicava outro poema, dessa vez de Edson Regis, “Demócrito de Souza Filho Aparece no Mar”. Durante todo o ano de 1945 os acontecimentos de três de março estavam sempre em foco, e as homenagens à memória de Demócrito não cessavam; quase sempre vinculadas à campanha política. Em treze de setembro os estudantes de Direito entraram em greve contra o decreto de anistia que beneficiava os responsáveis pela morte de Demócrito, logo eram seguidos pelos estudantes de Medicina e Engenharia. O estudante faria vinte e quatro anos no dia vinte e sete de outubro: missas, romarias ao túmulo e sessões solenes aconteceram e vários discursos foram publicados no Diário. Cabe observar, nessa ocasião, a participação de universitárias e da ala feminina da UDN. A irmã de Demócrito, Amância Tasso de Souza, foi quem agradeceu os cumprimentos.

Nessas homenagens não se expressavam apenas as figuras proeminentes da sociedade pernambucana, particularmente os acadêmicos e professores de Direito, mas também

participavam figuras políticas importantes de fora de Pernambuco, como, por exemplo, Carlos Lacerda. Mas, algo que sinalizavam por obter um respaldo popular consistia na presença do discurso do operário. A edição do Diário de Pernambuco de nove de abril trazia a fala de um operário, numa visita ao túmulo de Demócrito, aos sete dias de sua morte; sua principal intenção, além da homenagem ao estudante morto, era protestar pelos operários estarem sendo acusados do atentado, quando sempre, segundo suas palavras, estiveram ao lado dos estudantes em suas manifestações. E o Diário trazia também a fala de outro operário, dessa vez, identificado como José Emídio, por ocasião do comício realizado na Praça da Faculdade de Direito, pelo trigésimo dia de morte de Demócrito:

Pernambucanos!

Aqui fala a voz operária.

Um desses cabeças de ferro, em cujo cérebro jamais se infiltraram as nocivas teorias desse pestilento Estado Novo.

Um desses soldados anônimos que na frente interna, integrados no labor cotidiano, completam e contribuem para as grandes vitórias que o nosso Corpo Expedicionário está conquistando para o sagrado pavilhão de nossa estremecida Pátria, nos ensangüentados campos de batalhas da Europa.

Um desses a quem os famigerados vorvos [sic] fascistas quiseram atribuir o premeditado massacre da trágica tarde de 3 de março, em que, alvejado por balas criminosas, tombou no campo da honra um expoente da mocidade livre da Nação, o líder acadêmico Demócrito de Souza Filho³⁵⁰.

O operário se fez reconhecer: não era um reeducado pelo regime, era um dos que participavam do “esforço de guerra” das indústrias; era um trabalhador, mas não era um trabalhista³⁵¹, se identificou como um operário livre, que não estava alheio à movimentação e aos anseios propagados pelos estudantes.

A participação operária nesses eventos anunciava o desejo de aproximação dessa elite intelectual representada pela UDN, pelo Diário de Pernambuco, e por uma parcela dos estudantes e professores da Faculdade de Direito com as camadas populares. O discurso de José Emídio em diversos momentos pretendia alertar os populares sobre a realidade dos benefícios concedidos pelo governo Vargas: o seqüestro dos recursos das Caixas de Pensões, o valor irrisório das aposentadorias, as condições de assistência hospitalar, entre outras questões. Era um ano eleitoral e tudo começou com um comício de apoio a candidatura de Eduardo Gomes.

³⁵⁰ **Diário de Pernambuco**. Recife, 09 de abril de 1945.

³⁵¹ Que se engajava no Trabalhismo de Getúlio Vargas, um quememista.

E sobre esse comício fatal muito se escreveu; vários depoimentos foram publicados numa espécie de fórum público, cujo veículo é o Diário de Pernambuco, tendo em vista que o oficial, o legal, por vezes se mostrava conivente ou subserviente ou a mercê dos dispositivos ditatoriais que ainda estavam engatilhados. Sylvio Rabello foi um dos que relataram em detalhes os passos dos estudantes naquela tarde de três de março, sempre procurando ressaltar que tudo ocorria na mais perfeita ordem com a presença, inclusive, de mulheres e crianças, a tranqüilidade só foi cortada em alguns momentos, durante o comício na praça da Faculdade, por alguns “agentes provocadores”. Ao falar de Demócrito, Sylvio Rabelo o apresentava com uma imagem extremamente sedutora, dando a entender o grande homem que se estava perdendo para a história de Pernambuco e quem sabe do país:

A cabeça romântica deste jovem de vinte e quatro anos ilumina de repente o retângulo da janela, atraindo as simpatias da multidão. A voz forte de Demócrito enchia toda a praça com sonoridade que só os tribunos de raça possuem. Ele começa recordando Castro Alves o poeta que fizera do ideal de liberdade o motivo e a paixão da sua vida. Exatamente esse Castro Alves dos dias de 1865 – dizia Demócrito de Souza filho – é que ressurgiu hoje na alma da mocidade para afirmar que no Brasil tiranizado pelo fascismo está bem vivo e palpitante aquele ideal de liberdade³⁵².

Tentaram denegrir a imagem de Demócrito reconhecendo-o como comunista. Seu irmão, também acadêmico de Direito, Fernando Tasso de Souza, em discurso na Faculdade, publicado no Diário no dia dezoito de abril, desmentiu e, diante das acusações do clero, revelou que Demócrito havia sido convidado para fazer parte da Congregação Mariana, acreditando que seriam reuniões de cunho religioso, aceitou e se deparou com discussões políticas, tendo resolvido sair da Congregação. Como argumento de que seu irmão não era comunista, Fernando lembrou do trabalho sobre marxismo que Demócrito havia apresentado no Colégio Osvaldo Cruz; onde afirmava que o “Marxismo é negação. Negação de Deus. Da moral. Do homem. Da vida. Negação da verdade [...] É violação do direito de Propriedade. É destruição da família [...]”. E se ser pela Liberdade e pela Democracia era ser comunista, então ele o seria.

O Sr. João Mangabeira colocou Demócrito de Souza Filho “na via - láctea de mártires, que de 1817 a 1945 estrelaram a história de Pernambuco, no sacrifício pela causa da

³⁵² **Diário de Pernambuco**. Recife, 09 de abril de 2009.

República, da Democracia e da Liberdade no Brasil”³⁵³ e Gilberto Freyre considerou o movimento quase uma nova marcha dos Dezoito do Forte de Copacabana, só que em vez de dezoito, cento e oitenta. Para Freyre, Demócrito seria o eterno companheiro de todas as turmas que se formarem na Faculdade de Direito do Recife e também de outros lugares. “[...] Ele viverá ao lado de todas as gerações novas que se forem sucedendo [...], não como alguém de 1945, mas como alguém de sempre, sempre moço, sempre desassombrado, o cabelo sempre louro, a idade sempre vinte anos”³⁵⁴.



Fig. 78 – Clichê de Demócrito de Souza Filho. **Diário de Pernambuco**. Recife, 09 de abril de 1945. 1ªp.

A preocupação, revelada através do jornal, em manter vivo um sentimento de liberdade e de democracia na figura do estudante Demócrito era oportuna ao contexto histórico que se alterava em 1945, mas não era inocente; as perspectivas eleitorais naquele momento eram seus objetivos imediatos. No entanto, esses anseios por dias livres e democraticamente felizes eram votos de esperanças, que pareceram perdidos em 1977, e estranhamente banalizados nos presentes dias...

³⁵³ **Diário de Pernambuco**. Recife, 09 de abril de 1945.

³⁵⁴ **Diário de Pernambuco**. Recife, 10 de abril de 1945.

III. 2 Juventude Inquieta.



Fig. 79– Reprodução de imagem fotográfica: Protesto de Estudantes de Direito contra o novo decreto de Anistia. *Diário de Pernambuco*. Recife, 13 de setembro de 1945.

A mocidade acadêmica de Pernambuco, fiel ao seu passado democrático e a sua tradição de luta à tirania, convida o povo pernambucano para o grande comício de apoio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, que se realizará amanhã, 3 de março, às 15 horas, em frente à Faculdade de Direito.³⁵⁵

A Faculdade de Direito do Recife era tratada pelo jornal *Diário de Pernambuco* como o “reduto da Democracia e da Liberdade”. Da “velha Escola”, tradicionalmente, saíam os líderes políticos, os futuros governantes. Participar daquele movimento histórico, de alteração do regime político a que estava submetido o país, significava para aqueles jovens, prontos a se formar, a abertura de caminhos de trabalho e prestígio. A luta política era o momento oportuno para se revelar, saber se posicionar e conquistar seu espaço entre as forças atuantes, o que era quase um ritual de passagem, uma prova de emancipação.

Se já não havia uma tradição familiar, como a do jovem Demócrito, os professores, certamente, eram os primeiros guias. E boa parte do professorado da Faculdade de Direito, naquela época, firmou posição com a candidatura de Eduardo Gomes: Soriano Neto, Odilon

³⁵⁵ Comício dos Estudantes. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02 de março de 1945.

Nestor, Edgard Altino de Araujo, Aníbal Bruno, Samuel Mac Dowell, Mario Neves Batista, Mário de Souza (o pai de Demócrito), Murilo de Barros Guimarães, Alfredo Freyre, Genaro Guimarães, Pinto Ferreira, Luiz Guedes, Gondim Neto, Gilberto Osório de Andrade, Gentil Mendonça e Mário Pessoa. No dia anterior ao comício de 03 de março de 1945, todos esses professores emitiram opinião a respeito de liberdade e democracia, e reafirmaram a disposição em apoiar a candidatura do Brigadeiro; mais do que isso, revelaram o desconforto do processo de redemocratização do país ser conduzido pelo próprio governo ditatorial³⁵⁶.

E no dia do comício, o Diário de Pernambuco publicou a opinião de diversos estudantes a respeito do movimento pela democracia, contra a ditadura Vargas e em apoio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes. “As mesmas vozes que vibraram no tempo de Tobias e Castro Alves ressoam hoje na faculdade” enunciava a matéria que em seguida listava os comentários de cada estudante: O acadêmico Odilon Ribeiro Coutinho; o presidente do Diretório de Direito, Paulo Soriano Souza; o acadêmico Salviano Machado Filho; o acadêmico Rui da Costa Antunes; o bacharelado, e secretário-geral da União de Estudantes de Pernambuco, Demócrito de Souza Filho; a acadêmica Gininha Gondim; o acadêmico José Guedes Gondim Filho; o acadêmico José Gonçalves de Medeiros; o “4º anista” Sigismundo Andrade; o bacharelado Manuel Corrêa de Andrade; o bacharelado Gibrardo Moura Coelho; o acadêmico João Fagundes de Menezes; o acadêmico Arnaldo Barbosa Maciel; e o acadêmico Fernando Jungmann.

Desses estudantes alguns seguiram carreira política, outros acadêmica, e outros se dedicaram a algum ramo do Direito. Cabe destacar, nessa relação, a solitária presença feminina de Gininha Gondim - “Gininha”, possivelmente, apelido de Regina. Como também, a participação de Rui da Costa Antunes apoiando Eduardo Gomes naquele momento, sendo que, mais tarde, nos embates de 1947, o encontramos eleito deputado estadual pelo PCB.

Em seus depoimentos, os estudantes se reconheciam como os “vanguardeiros das reivindicações democráticas em Pernambuco”³⁵⁷, pois “a luta contra a tirania e a opressão sempre caracterizou gerações que passaram pela Faculdade de Direito”³⁵⁸. Eduardo Gomes era a “Grande Esperança não só da classe conservadora, mas, sobretudo, da mocidade do Brasil”³⁵⁹. Dizia Demócrito:

³⁵⁶ O Professorado da Faculdade de Direito com Eduardo Gomes. **Diário de Pernambuco**. Recife, 02 de março de 1945.

³⁵⁷ Paulo Soriano de Souza. Manifesta-se a Mocidade da Escola de Direito do Recife. **Diário de Pernambuco**. Recife, 03 de março de 1945.

³⁵⁸ Salviano Machado Filho. Idem.

³⁵⁹ Rui da Costa Antunes. Idem.

Lutamos por Eduardo Gomes – herói nacional, democrata puro e de larga visão, homem de luta, idealista sincero e esperança do povo brasileiro – contra a tirania fascista de Vargas e principalmente, contra a política da corrupção e do suborno – o varguismo – que procura nesse expirar da ditadura, manter a sua perpetuação através de um ato adicional, a carta polaca de 37, que representa o último estertor do fascismo caboclo.

Para Sigismundo Andrade, o Brigadeiro Eduardo Gomes era o candidato do povo, dos intelectuais, da classe proletária, do funcionalismo livre e dos homens do campo³⁶⁰. O exemplo dos Dezoito do Forte de Copacabana era o modelo a ser seguido, e Eduardo Gomes havia sido um deles. Para os estudantes era imperativo participar daquele momento histórico; eles já haviam manifestado sua insatisfação política e seus anseios democráticos em outras ocasiões. E o fizeram “numa época em que se insurgir contra o Estado Novo constituía a mais temerária e perigosa aventura política”³⁶¹. E nessas incursões contra o regime foram “coagidos e muitos de nós atirados à Casa de Detenção, inquiridos e denunciados ao expirante Tribunal de Segurança”³⁶². José Gonçalves de Medeiros afirmava que devolveria “os insultos sofridos, votando em Eduardo Gomes, que, como disse o poeta Schmith, é uma bandeira da mocidade e da esperança.”

Gininha Gondim ressaltava o papel da mulher brasileira em meio à “crise nacional”, que “usando direitos conquistados através dos séculos e reconhecidos pelos seus patrícios amplia a função primordial de esposa e mãe, vindo externar-se, seguramente, em, prol da Liberdade e da Justiça”. Revelava sua confiança no Brigadeiro, o “herói de Copacabana, o homem de caráter íntegro e passado sem desonra”, que tinha a “missão de fazer ressurgir o Brasil glorioso dos nossos avós, segundo os princípios democráticos unidos e compatíveis com as nossas tradições e a nossa História”. O movimento, portanto, não se limitava a reconquistar a liberdade democrática, mas também reviver um tempo “glorioso” do passado, em que a democracia obedecia a critérios compatíveis com as forças atuantes. Tempo que não havia existido para as camadas populares, especialmente para o movimento operário, mas que tinha significado para as elites destronadas em 1930 e impedidas de atuar a partir de 1937.

Manoel Correia de Andrade expressava entusiasmo pelas mudanças em curso:

³⁶⁰ Manifesta-se a Mocidade da Escola de Direito do Recife. **Diário de Pernambuco**. Recife, 03 de março de 1945.

³⁶¹ Fernando Jungmann. *Idem*.

³⁶² José Gonçalves de Medeiros. *Idem*.

Confiante na vitória do direito sobre a força desenfreada, só posso me achar muito alegre com o alvorecer de um novo regime democrático no Brasil, após sete anos, e alguns meses de ditadura. E quem estaria indicado para liderar os democratas na derrubada da ditadura? O último remanescente dos 18 heróis do Forte de Copacabana, aquele que tem um passado democrático glorioso e, cujo nome, para nós significa, liberdade de imprensa, de palavra, de reunião e de organização, direito de voto universal e secreto, direito ao habeas-corpus, etc.

Este homem, esta figura gloriosa em torno do qual se congregam todos os brasileiros é o major Brigadeiro Eduardo Gomes. Com ele marcharemos para as urnas convictos da vitória.³⁶³

O movimento tenentista de 1922 era a referência de luta pela democracia. Os jovens de 1945 voltavam às atenções para aquele que, quando jovem como eles, havia enfrentado as forças do governo Epitácio Pessoa. Os Tenentes, na época, canalizaram não só uma insatisfação interna, da própria corporação, mas também repercutiram anseios de grupos sociais impedidos de se expressar, como a classe média (funcionários públicos, militares, empregados em serviços e profissionais liberais) e o operariado.

As Forças Armadas se sentiram desprestigiadas quando um civil, o engenheiro, geólogo e político Pandiá Calogeras, assumiu o Ministério da Guerra de 1919 a 1922. E provocadas pelo fato do Partido Republicano Paulista, desde o governo de Prudente Moraes, ter afastado os militares do poder, e o Estado de São Paulo possuir uma milícia melhor equipada do que o próprio Exército. A problemática, no entanto, revelava mais uma quebra-de-braço entre as forças políticas, disputa entre as oligarquias, do que mesmo arroubos democráticos, mesmo porque não havia um projeto político definido. O Tenentismo correspondia às expectativas de setores da sociedade por uma força maior que intervisse, que viesse acabar com os desmandos, os quais chegavam ao ponto da intolerância: os conchavos e a corrupção. Contudo, segundo Ítalo Tronca, as limitações do movimento se encontravam na própria natureza das classes médias envolvidas:

Diferentemente das camadas médias tradicionais de outros países, como os Estados Unidos, por exemplo, onde estes eram, em sua maioria, de pequenos proprietários independentes, no Brasil sua sobrevivência como grupo social dependia da grande propriedade agrária.

³⁶³ Manifesta-se a Mocidade da Escola de Direito do Recife. **Diário de Pernambuco**. Recife, 03 de março de 1945.

Dada essa dependência material, segue-se a dependência política e ideológica. Em outras palavras, essas camadas médias nunca puderam elaborar um programa político seu e que atendesse também a outros setores da população, um projeto universalizante. O máximo que conseguiram foi reproduzir os mesmos princípios teóricos liberais das próprias oligarquias, falando em democracia e liberalismo, por exemplo.³⁶⁴

Para os jornais contrários, ou melhor, para os partidários de Agamenon e Vargas, a mocidade estava sendo explorada, manipulada por mistificadores. Uma agitação que vinha de “princípios de 1944, quando forças estranhas começaram a atuar no meio universitário”. A Folha da Manhã lembrava ainda dos acontecimentos de 1934 e 1935, pois “a mocidade daquela época tomou também rumos desconhecidos. Veio para as ruas, criou movimentos grevistas, atirou-se contra a autoridade”. O jornal, assim, relacionava o engajamento dos estudantes na campanha pela redemocratização e pelo Brigadeiro com o movimento estudantil da década de trinta, em que eles haviam reivindicado um abatimento de cinquenta por cento nas passagens da Tramways e nas casas de diversões. Dessa mobilização participaram “universitários e ginasiais de ambos os sexos”, inclusive a Escola Normal do Estado; bondes foram depredados e cinemas ameaçados. Mas, o detalhe instigador nessa referência era o fato desse movimento pelos cinquenta por cento ter coincidido com outros movimentos de classe, que culminou com a “insurreição vermelha de novembro de 35, a triste realidade de uma longa preparação, de um trabalho sutil e criminoso”. A matéria ainda lembrava que em 1937 muitos “jovens de boa fé” haviam sido “surpreendidos e prejudicados” com a “famigerada União Democrática Estudantil”.

Assim, a Folha da Manhã insinuava que os estudantes, assim como em 35, estivessem sob a orientação de comunistas, e, na intenção de reforçar a idéia, apresentavam um relatório da polícia pernambucana ao Tribunal de Segurança Nacional, de 18 de outubro de 1944, em que se analisava um manifesto divulgado pelos estudantes de Direito. Deste relatório, a polícia concluíra que as provocações dos estudantes obedeciam a um plano: “Forçar a intervenção drástica da polícia, promover movimentos grevistas, fazer vítimas, criando um ambiente de revolta contra o governo, de maneira a facilitar a ação subversiva”. O jornal, portanto, explicava a morte de Demócrito como parte de um plano dos próprios estudantes. Segundo a matéria, a polícia já estava prevenida desse plano, os estudantes armaram o

³⁶⁴ TRONCA, Ítalo. **Revolução de 30: A dominação oculta**. São Paulo: Editora Brasiliense/ Coleção Tudo é História 42, 1988. P. 09-10.

comício e divulgaram que seria proibido, diante da falta de reação da polícia saíram em passeata, mas como...

[...] corria em ordem a passeata, sem nenhuma restrição policial [...] um orador (de boa fé, admitamos) soprado por alguém a serviço de forças anárquicas, fez um vaticínio sombrio: a mocidade seria recebida a tiros e a peixeira na Praça da Independência pelos agentes da ‘gestapo’. Esse mesmo orador esteve detido em 35 pelo capitão Malvino Reis Neto, acusado de participação no movimento. Não era comunista. Fora vítima de seus impulsos demagógicos, de sua boa fé, fazendo o jogo dos agitadores solertes.³⁶⁵

Segundo relato publicado pelo Diário de Pernambuco:

[...] o redator do DIÁRIO, dr. Luiz Andrade mandou imediatamente o seu irmão avisar ao organizador do comício que não se encaminhasse para a Praça da Independência, porque estava cheia de capangas armados, dispostos a acabar com o comício. Nessa ocasião, o professor da Faculdade de Medicina, dr. Geraldo de Andrade, subiu à marquise da Livraria Cruzeiro e avisou textualmente aos estudantes: - “Estudantes: Aguarda-vos na Praça da Independência defronte do nosso DIÁRIO a capangagem da polícia, armada de revólveres e de peixeiras. Tomai cuidado. Evitai toda e qualquer provocação. Tomai esta bandeira (e deu aos estudantes algumas bandeiras nacionais) e cantais o hino nacional”. E foi ao som do Hino Nacional que os estudantes entraram na praça.³⁶⁶

Mas, a mocidade e até mesmo o professor da faculdade de Medicina, de certa forma, foram desculpados da participação nessa mobilização, apesar da reincidência na subversão. A responsabilidade não lhes foi imputada e sim, de forma indeterminada, atribuída a agentes “solertes” a serviço de “forças anárquicas”. O conflito provocou manifestos em solidariedade, e com expressão de revolta, de toda parte do país, assinados por autoridades e entidades, especialmente as estudantis, endereçados à mocidade recifense e publicados no Diário de Pernambuco. Para os estudantes da Escola Nacional de Engenharia “um dos objetivos do atentado do Recife era o desaparecimento do escritor Gilberto Freyre, valor invulgar no

³⁶⁵ Agitação em Pernambuco. **Folha da Manhã**. Recife, 05 de abril de 1945.

³⁶⁶ Vasto tiroteio para evacuar a praça e dispersar o povo. **Diário de Pernambuco**. Recife, 09 de abril de 1945.

cenário intelectual nacional”³⁶⁷. No momento dos disparos, era Freyre que discursava com Demócrito ao lado.



Fig. 80 – Reprodução de imagem fotográfica de Gilberto Freyre. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 de abril de 1945.

Gilberto Freyre havia se transformado em um ícone para os estudantes daquela época: “Aqui estou, a chamado dos estudantes do Recife, que sendo os mais moços dos nossos políticos são entretanto meus mais velhos companheiros de luta anti-ditatorial” teria dito num comício, na Praça Treze de Maio, em outubro de 1945³⁶⁸.

O histórico dos conflitos de Gilberto Freyre com o Estado Novo o investiu de autoridade perante aqueles jovens, desejosos por um modelo de coragem, pela figura de um “denodado lutador antifascista”³⁶⁹. Assim como Eduardo Gomes era um exemplo, a experiência de Gilberto Freyre também reforçava a convicção nas possibilidades de ação. Uma experiência que não se limitava a discordâncias políticas, mas era acrescida de conhecimento científico, da capacidade de compreender a história da formação social brasileira – “o sociólogo que deu novos rumos aos nossos estudos sociais”³⁷⁰ - e por saber

³⁶⁷ Inquietos com o destino de futuras manifestações do povo. *Diário de Pernambuco*. Recife, 09 de abril de 1945.

³⁶⁸ FREYRE, Gilberto. Pior que todas as outras ditaduras é a ditadura Policial. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 de outubro de 1945.

³⁶⁹ Gilberto Freyre falando no Rio: “O Norte inteiro está indignado com as violências e a cobardia da ditadura”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 16 de maio de 1945.

³⁷⁰ Idem.

expressá-la com excelência; de maneira que Freyre, o sociólogo, era mencionado na imprensa como “o escritor Gilberto Freyre”. Sua opinião, seus comentários, portanto, tinham um valor significativo para aquelas gerações. E ele estava sempre palestrando para os estudantes, em Pernambuco e em outros lugares do Nordeste e do Sudeste do país, que nessa época a referência simplificava em Norte e Sul do Brasil. Em entrevista ao Diário Carioca, questionado sobre Eduardo Gomes, assim iniciou a resposta:

Volto amanhã a Pernambuco. Continuarei ali a bater-me ao lado da mocidade e do povo pela candidatura de Eduardo Gomes. Em Eduardo Gomes vejo o líder do movimento pacífico mas esmagador de completa extinção da ditadura no Brasil.³⁷¹

E, nessa mesma entrevista, ele se distanciou do socialismo de Jorge Amado e de Prestes. De maneira educada, insinuou, e, ao mesmo tempo, lançou dúvida a respeito da aproximação destes com Vargas. Mas, naquele momento, ainda se acreditava na possibilidade de Luís Carlos Prestes reunir forças com a UDN: “numa coligação representativa das várias tendências verdadeiramente populares e no sentido de uma profunda democratização da nossa vida, da nossa economia e da nossa cultura”. Discorreu sobre as qualidades de ambos, mas, ao propagar a figura de Eduardo Gomes, como merecedor “da gratidão e da confiança dos brasileiros” “pelo serviço prestado ao Brasil”, se distinguiu:

Sou daqueles socialistas como Antonio Sergio, socialista, português da tradição de Antero de Quental, para os quais não bastam as soluções mecânicas; para os quais são insuficientes os ‘remédios mecânicos’; para os quais o socialismo mais profundo tem realmente caráter ético. Daí acreditar em ‘gratidão’, em confiança nos homens de palavra honrada e de vida honesta e em outros valores éticos, sem os quais não vale a pena de ser vivida.³⁷²

Sobre Luiz Carlos Prestes considerou a simplicidade, o espírito público, a “honestidade de propósitos”, “a maneira científica de procurar ver os problemas brasileiros e internacionais e de resolver os que exigem solução urgente”, mas “divergências não só de

³⁷¹ Gilberto Freyre falando no Rio: “O Norte inteiro está indignado com as violências e a cobardia da ditadura”. **Diário de Pernambuco**. Recife, 16 de maio de 1945. Grifo nosso.

³⁷² Idem.

pontos de vista como em relação a métodos de ação ou de solução de problemas” o separavam do líder comunista. Segundo Antonio Ricardo, do *Jornal Pequeno*, Freyre, fichado pelo DOPS como comunista durante o Estado Novo:

Não vai para o comunismo, não porque tenha vergonha de ser comunista, mas porque sendo um intelectual independente, entende que muito melhor estaremos num clima de liberdade de opiniões do que numa atmosfera em que tudo se tenha de adaptar às determinações rígidas do partido.³⁷³

Contudo, por ocasião do discurso de Prestes, recém-anistiado, que foi irradiado e festejado no Parque Treze de Maio, em comício promovido pela União Popular Socialista de Pernambuco, Freyre e o acadêmico Rui da Costa Antunes estavam entre os oradores, animados pela possibilidade de ter o Cavaleiro da Esperança ao seu lado, na campanha pelo Brigadeiro na presidência do país³⁷⁴. Em certa manifestação, Freyre teria afirmado - o que reforçou para outros a opinião de que era comunista -: “Estivesse hoje aqui o meu amigo e grande amigo do povo Luis Carlos Prestes e veria que o povo marcha para Eduardo Gomes”³⁷⁵.

Assim, boa parte dos estudantes do Recife tomou seu lugar entre os brigadeiristas ou entre os comunistas – e naquele início de 1945, é bom lembrar, se pensava na possibilidade de Prestes aderir à campanha pelo Brigadeiro -, mas também entre os quemistas. Segundo relato de memória de Paulo Cavalcanti, que foi estudante da Faculdade de Direito do Recife durante o Estado Novo, o presidente do Diretório Acadêmico, Wandick Londres da Nóbrega, era protegido do diretor, o prof. Joaquim Amazonas, que era amigo de Agamenon Magalhães; os estudantes que se pronunciavam em chapa de oposição e revelavam idéias contrárias ao regime, muitas vezes, eram investigados e presos pelo DOPS. “Apesar das pressões, alguns representantes da oposição foram eleitos para o diretório, inclusive Arquimedes [de Melo Neto], moço inteligente e inquieto, filho de português, grande vocação de escritor e sociólogo”³⁷⁶.

³⁷³ RICARDO, Antonio. A Nota. *Jornal Pequeno*. Recife, 23 de julho de 1945. 1ª página.

³⁷⁴ União Popular Socialista. Comício ontem no Parque 13 de Maio. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 de maio de 1945.

³⁷⁵ FREYRE, Gilberto. Para quem o povo marcha. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 de outubro de 1945.

³⁷⁶ CAVALCANTI, Paulo. *O Caso eu conto como o caso foi. Da Coluna Prestes à queda de Arraes*. Memórias. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978. P. 183.

O período do Estado Novo havia estimulado a integração dos jovens em agremiações religiosas, relacionadas à categoria estudantil ou profissional, e no que, atualmente, poderíamos chamar de ação solidária, como o grupo de universitários que colaboravam para a campanha da Liga Social contra o Mocambo. Para alguns desses grupos, a luta pela democracia em 1945 foi a oportunidade de mudarem os rumos da sua política, até então atrelada aos desígnios da ditadura. Assim foi o caso do D. A. da Faculdade de Direito do Recife, que passou às mãos dos Brigadeiristas, e a se denominar “Demócrito de Souza Filho”.

III. 3 A Voz do Trabalhador.

³⁷⁷O jornal Folha da Manhã era um dos principais porta-vozes do Estado Novo em Pernambuco. Foi fundado em 1937 com a intenção de difundir os feitos e a doutrina do Estado Novo e ser um espaço de divulgação das idéias de seu proprietário, o professor da Faculdade de Direito do Recife e, na época, Interventor, Agamenon Magalhães, que diariamente publicava artigos, que só eram substituídos pelos de outro publicista nos momentos em que se ausentava de Pernambuco ou quando assumiu o Ministério da Justiça, em 1945.

O aspecto gráfico da Folha da Manhã era moderno; formato tablóide; assuntos separados por temática; ilustrações e fotografias, geralmente, bem impressas; uso de cor em algumas seções; matérias bem distribuídas, menor incidência de conclusão da notícia, reportagem ou artigo em outra página - muito comum nos jornais da época. Em 1945, o jornal já apresentava cadernos, seções e páginas especiais, - como o Suplemento Ilustrado - indo além do que era comum nos jornais: a política, a economia, o policial, os classificados, os sociais, as notícias locais e de outros municípios, e o esporte. Em determinado dia da semana, páginas eram endereçadas a grupos específicos de leitores: mulher; trabalhadores; amantes da literatura, do teatro, do cinema, da música; industriais; homens do campo; e crianças.

A partir de 1938, surgiu, também, a edição vespertina. Esta tinha um layout menos formal, e até menos organizado, usando elementos gráficos (caixas, setas) para destacar a notícia ou a informação. Suas manchetes de primeira página sugeriam algo sensacional, recém-acontecido e, por vezes, pareciam querer provocar leituras incorretas, confusões, por

³⁷⁷ Apresentamos o presente subtítulo no GT Relações Trabalhistas do Século XX, coordenado pelas professoras Christine Dabat e Socorro Abreu, do **I Seminário Nacional Poderes e Sociabilidades na História**. PPG-História/ UFPE. Recife, 03 a 07 de novembro de 2008. Sendo o texto publicado nos anais eletrônicos do evento com o título **A Voz do Trabalhador no Jornal Folha da Manhã, 1945**; para esta tese, o artigo passou por alterações e correções necessárias.

colocar muito próximos e em letras garrafais notícias díspares, denotando quase trocadilhos, a fim de despertar o interesse do leitor.



Fig. 81 – Manchetes: **Brasil rompe com a Rússia e Eleições.** **Folha da Manhã [vespertino].** Recife, 21 de outubro de 1947.

Aparentemente as manchetes se completavam, no entanto, eram distintas. Mas, ao considerarmos uma intencionalidade, observaremos que o momento eleitoral no Recife se mostrava favorável aos candidatos comunistas; e, ao anunciar dessa maneira: “Rompeemos com a Rússia” “Na Reta da Chegada”, às vésperas do pleito, a *Folha da Manhã* estaria sugestionando o resultado nas urnas, emitindo um alerta sobre a preferência do voto. A edição vespertina se expressava mais no sentido de provocar dúvidas no leitor quanto às possibilidades de cassação dos mandatos comunistas e dos conchavos entre partidos, enquanto a matutina destacava as opiniões contrárias à cassação dos comunistas.

Nos jornais da época, a presença de artigos e crônicas, que promoviam polêmicas que duravam, por vezes, várias edições, era quase uma tradição. Mas, enquanto o *Diário de Pernambuco*, praticamente, só noticiava assuntos externos e artigos de publicistas sobre questões sociais e políticas, a *Folha da Manhã* equilibrava mais entre notícias locais, nacionais, internacionais e os artigos. Como também, à semelhança de um diário oficial,

publicava o dia-a-dia do governo. Contudo, a guerra na Europa era sempre manchete nos jornais. Ambos, no entanto, criaram uma seção - também presente no Jornal Pequeno - em que os leitores expressavam por meio de cartas suas opiniões, reclamações e até denúncias, especialmente a respeito de algum dano ao meio urbano e questões de abastecimento, dando-se oportunidade a um debate. Com a redemocratização, esses espaços - “A Voz do Povo”, no Folha da Manhã; “Cartas à Direção”, no Diário de Pernambuco; e “Diz o Leitor”, no Jornal Pequeno - deram vez a críticas contra o regime do Estado Novo, mas também a favor de Getúlio e Agamenon. É importante ressaltar que houve certo consenso de que o regime ditatorial deveria ter um fim, atendendo a expectativas internacionais - a participação do Brasil no Conselho da Organização das Nações Unidas (ONU) - e na perspectiva do país adquirir o status de potência mundial, em desenvolvimento, mas potência. O Brasil precisava ser democrático para poder participar do jogo das relações internacionais. No entanto, não houve consenso quanto à necessidade de Getúlio Vargas deixar o governo.

O valor de aquisição dos jornais também é um diferencial de análise: o jornal Folha da Manhã era mais acessível do que o Diário: de terça a sábado a Folha, com dezesseis páginas, custava quarenta centavos, e no domingo, com vinte e quatro páginas, cinquenta centavos. Já o Diário, com dez páginas, custava cinquenta centavos durante a semana e, aos domingos, com catorze páginas, o preço era sessenta centavos. Com relação à tiragem dos jornais, não foi possível colher os dados dessa época, mesmo porque “não havia no país institutos sérios para averiguar o número de tiragem dos meios de comunicação impressos. A criação do Instituto de Verificação de Circulação (IVC) data de 1961”³⁷⁸.

Todas essas considerações são importantes para se entender o alcance social e político do jornal Folha da Manhã. Comparamos com o Diário de Pernambuco porque, em 1945, este jornal se colocava em oposição ao governo de Vargas e Agamenon; e, no caso, uma oposição ferrenha, porque o Diário de Pernambuco fazia parte dos Diários Associados, uma organização de Assis Chateaubriand, inimigo político de Agamenon Magalhães.

O Diário fazia campanha contra a ditadura e pela candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes. Nesse sentido, este jornal era veículo da União Democrática Nacional (UDN); e, por meio de artigos e reportagens sobre condições de vida e de saúde, tentava se aproximar das camadas proletárias. No entanto, não apresentava uma seção ou página especial para o trabalhador urbano, e sim para o “Homem do Campo” e para empresários (Economia). O jornal não demonstrava interesse em divulgar e esclarecer as leis trabalhistas, os direitos do

³⁷⁸ LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em Letra de Forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. P. 181.

trabalhador, porque se assim o fizesse teria que reconhecer os méritos do governo Vargas, que consolidou as leis e, recorrendo a vários mecanismos, procurava fiscalizar o cumprimento dessas leis. Se não, teria que mencionar a história de luta do proletariado brasileiro no período anterior ao golpe de 1937. O Diário de Pernambuco se limitava a criticar, principalmente: o sistema de saúde, a política de moradia e o sistema previdenciário. A influência política do Diário de Pernambuco tornou-se mais popular quando, em junho de 1945, o Jornal Pequeno foi vendido ao Dr. Antonio de Barros Carvalho e o redator passou a ser Gilberto Osório de Andrade, um dos articulistas do Diário de Pernambuco. O Jornal Pequeno era um vespertino de seis páginas, fundado por Thomé Gibson em 1899, custava, apenas, trinta centavos, não circulava aos domingos, mas, ao contrário dos outros, circulava nas segundas-feiras.

A Folha da Manhã era mais direcionada ao leitor pequeno burguês e proletário; contudo, não deixava de se dirigir também às camadas mais favorecidas da sociedade. Há certo equilíbrio, mas algo que se percebe, principalmente na linguagem utilizada nos artigos, são a simplicidade e um caráter didático. No Diário, a redação de Chateaubriand, por exemplo, era rebuscada e os textos eram longos, enquanto, a redação de Agamenon era mais simples, direta, e os textos curtos. O jornal Folha da Manhã se colocava de maneira didática, doutrinária mesmo, e buscava esclarecer o trabalhador: educá-lo no sentido de que ele poderia conseguir o que desejava sem violência, dentro da lei, por meio da participação nos sindicatos e dos recursos no Tribunal do Trabalho. Por outro lado, também visava conscientizar o patronato, ao buscar convencê-lo da necessidade de mudar de atitude e de mentalidade a respeito da relação capital-trabalho. A mensagem do jornal Folha da Manhã aos proprietários dos meios de produção era que a inclusão do operariado na arena política não tinha mais volta; o operário deveria, de maneira ordeira, se impor nesse novo ambiente porque era o seu direito garantido na Constituição (de 1937); e o patronato deveria se adaptar e saber lidar com as novas regras do jogo.

Com o fim da ditadura, seja por meio dos sindicatos ou pelos partidos políticos, a participação política do proletariado se tornara viável. Compreende-se, assim, o receio dos trabalhadores diante das mudanças que se anunciavam. O Diário de Pernambuco, outros órgãos da imprensa e da sociedade civil organizada anunciavam o retorno da democracia. Para os trabalhadores, isso significava o retorno do Estado liberal da República Velha, que reprimiu violentamente as manifestações trabalhistas, e que tratava cruelmente, como caso de polícia, a questão social.

O jornal Folha da Manhã mantinha diariamente uma Seção do Trabalhador. Coluna que iniciava com um pequeno texto, geralmente, assinado por Amaury Pedrosa ou por

Segadas Vianna, esclarecendo sobre determinado direito legal ou comentando sobre algum assunto diverso, mas relativo ao trabalhador; e, abaixo, de forma clara e simples, explicações relativas a leis, decretos, normas, ou, decisão judicial com base em algum artigo da Consolidação das Leis do Trabalho.

Aos sábados, duas seções inteiras eram oferecidas, com o título “A Página do Trabalhador”. Nessas duas seções eram publicadas notícias de eventos, obras inauguradas, e medidas relacionadas ao operariado. Havia também uma coluna com o título de “Falamos os líderes”, que trazia vários artigos, geralmente curtos, escritos por líderes de diversos sindicatos. Em 1945, esses artigos serviram para defender Getúlio Vargas e Agamenon Magalhães. Mais precisamente: esses artigos davam razão a toda política social em prol das classes trabalhadoras desenvolvida antes e durante o Estado Novo. Frente às críticas que essa política e essas leis recebiam da oposição, os articulistas respondiam que nem tudo era perfeito, mas que a obra de Getúlio Vargas superava a de outros países e se encontrava em condições de igualdade com o México e o Chile³⁷⁹.

Uma das atividades, muito divulgada e valorizada nos diversos artigos, era a participação do proletariado nos Centros de Estudos, nas Semanas, Conferências e Congressos promovidos pelos sindicatos. Para Amaury Pedrosa³⁸⁰ esses eventos representavam “um meio de elevação do nível comum, de proveitoso aproveitamento no estudo de problemas específicos, de articulação de forças e da mais alta expressão do espírito democrático”³⁸¹. Para Pedrosa, esses momentos, além de serem um “meio eficiente de articulação”, serviam para “a formação de uma verdadeira consciência proletária nacional”.

Em 1945, estava previsto para se realizar no Recife o Congresso dos Trabalhadores do Brasil. Compreendia-se que os trabalhadores brasileiros, - e, tão pouco, os donos dos meios de produção -, ainda não estavam preparados para enfrentar, sozinhos, a luta num regime democrático: os trabalhadores foram considerados despreparados tanto do ponto de vista intelectual quanto econômico. Por isso o valor atribuído à educação e à formação sindical. Num dos artigos – “Somente a Educação eleva os Povos” -, o líder têxtil Hermes de Sá (Moreno/ PE) fez uma comparação com o trabalhador nos Estados Unidos. Ao argumentar sobre a democracia ser uma das melhores formas de governo, ressaltava que: “nos Estados Unidos o trabalhador é alfabetizado. Daí a América ser uma grande nação”. E mais adiante

³⁷⁹ GALVÃO, Antonio Torres. Problemas Básicos dos Trabalhadores. **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 03 de fevereiro de 1945.

³⁸⁰ Amaury Pedrosa, possivelmente, era o responsável pela Seção e Página do Trabalhador. Encontrei referência sobre Amaro Gomes Pedrosa que foi governador de Pernambuco entre março e julho de 1947; parente, talvez.

³⁸¹ **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 03 de janeiro de 1945.

afirmava, que no Brasil, quem era alfabetizado, seja na imprensa ou na tribuna, não trabalhava pelo bem coletivo. Nesse ponto, ele enfatizava a importância dos mais preparados iluminarem com a instrução os que viviam na ignorância e no preconceito, particularmente, ao citar o livro **Xangô** de Vicente de Lima, se referia aos negros³⁸².

Observamos, portanto, que a sociedade como um todo, especialmente patrões e empregados, viviam processos delicados de aprendizagem, quando ambos são exigidos a mudar de atitude frente aos novos rumos políticos e às mudanças institucionais que se anunciavam e se consolidavam. A democracia, na realidade, era algo ainda a ser desvelado; até então não havia sido experimentada, com exceção de um breve período de liberdade política no pós-1930, a referência anterior não correspondia a um ideal que atendesse a todos. Os democratas do Diário de Pernambuco iam buscar nas promessas das revoluções liberais do século XIX e na luta abolicionista de Joaquim Nabuco suas referências de liberdade e pretensa democracia; assim como, a Restauração Pernambucana representava o povo que não se submeteu.

Para trabalhistas e getulistas, a democracia do tempo, por exemplo, da Presidência de Artur Bernardes (1922-1926), que transcorreu quase toda em estado de sítio, devido às revoltas no Rio Grande do Sul (1923) e em São Paulo (1924), esta última dando origem à Coluna Prestes, significou: 1º de maio de surras, prisões, comícios dissolvidos à bala; “4ª delegacia auxiliar” no Rio de Janeiro; Clevelândia³⁸³ e Ilha da Trindade. Este era o governo “liberal-democrático” do Presidente Artur Bernardes. Em 1945, o ex-presidente Artur Bernardes retornava do exílio e era recebido como um reforço político importante para a redemocratização do país.

Na Página do Trabalhador, e em outras seções do jornal, se manifestavam vários líderes trabalhistas contra essas personalidades já conhecidas da política nacional, que retornavam defendendo a democracia. Os artigos buscavam na memória de seus leitores razões para não acreditar, para não votar nessas forças que nesse momento ressuscitavam. No dizer de Antonio Torres Galvão³⁸⁴, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Paulista e Igarassú,...

³⁸² **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 03 de fevereiro de 1945.

³⁸³ Clevelândia [do Norte] seria uma colônia agrícola na fronteira do Brasil com a Guiana, localizada no município de Oiapoque, Amapá, mas acabou se tornando uma colônia penal; um inferno [verde] de desterro para presos políticos, ou melhor, para operários que se atrevessem a se organizar e lutar por melhores condições de vida, trabalho e participação política, ou seja, foram presos por desejarem liberdade democrática.

³⁸⁴ Antonio Torres Galvão em 1952, enquanto presidente da Assembléia Legislativa, assumiria durante alguns meses o governo de Pernambuco, em razão da morte de Agamenon Magalhães, passando o cargo, justamente, a Etelvino Lins.

Não. O povo não é desmemoriado. A Nação tem antenas captando o fragor das descargas elétricas que rolam no espaço. As massas obreiras já construíram seu observatório de onde acompanham a marcha desses “astros” erradios no firmamento da política brasileira. Clevelândia e Trindade aí estão como marcas indeléveis de uma política de inomináveis violências.

A nação reclama o retorno dessas múmias ao silêncio de seus sepulcros, para que se aprimore cada vez mais a política objetiva iniciada no Brasil pelo presidente Getúlio Vargas, praticada em Pernambuco pelo professor Agamenon Magalhães, e, certamente, continuada pelo Dr. Etelvino Lins, uma das mais lídimas expressões morais de Pernambuco³⁸⁵.

Conforme observou Severino Cunha Primo, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Paulista e Igarassú: “a democracia é quase divina”, “Oxalá que o nosso povo já esteja em condições de praticar a verdadeira democracia”³⁸⁶.

Para Antonio Torres Galvão viver num regime democrático, possivelmente, significava mais que direitos políticos ou garantias trabalhistas. Em meio à luta operária havia uma luta religiosa, uma busca pela liberdade de culto, por não ser mais chamado de “nova seita”, “bode”, “protestante”; Antonio Torres Galvão era evangélico da Assembléia de Deus do povoado de Maricota, que em 1948, por sugestão legislativa do próprio Antonio Galvão, passou a denominar-se Abreu e Lima. Os evangélicos relatam uma história de perseguições promovidas tanto pela Cúria Católica quanto pela Indústria dos Lundgren³⁸⁷. A rede se amplia: Antonio Torres Galvão foi jornalista, líder operário, deputado, governador, mas antes de tudo era evangélico pentecostal, e, nesse sentido, sua aproximação com a ditadura Vargas e, mais inquietante ainda, com o católico praticante Agamenon Magalhães, nos revela algo a ser investigado³⁸⁸.

³⁸⁵ O Ressurgir das Múmias. **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 10 de março de 1945.

³⁸⁶ PRIMO, Severino Cunha. A Democracia é Quase Divina. **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 10 de março de 1945.

³⁸⁷ Disponível em <www.pastorrobsonaguilar.nireblog.com/post/2008/04/11>. Acesso em 12 dez 2009.

³⁸⁸ A intransigência do governo com os adeptos do Xangô e do baixo espiritismo no período do Estado Novo já foi investigada, entre outros, por Zuleica Dantas Pereira Campos, na tese **O Combate ao Catimbó: Práticas Repressivas às Religiões Afro-Umbandistas nos Anos Trinta e Quarenta** (UFPE, 2001); a respeito do espiritismo kardecista em Pernambuco, temos a tese **Religião e Poder: Introdução à História do Espiritismo em Pernambuco**, de Vera Borges de Sá (UFPE, 2001); e sobre a expressiva influencia da Igreja Católica, nessa época, podemos recorrer, entre várias obras, à tese **Entre o Tibre e o Capibaribe: Os Limites do Progressismo Católico na Arquidiocese de Olinda e Recife** (UFPE, 2003) de Severino Vicente da Silva. Mas, pouco se sabe da relação política possível das diversas igrejas evangélicas (batistas, pentecostais, presbiterianas) com o regime estadonovista. Socialmente, no cotidiano, a intolerância era flagrante; algo que pode ser percebido no senso comum até os tempos atuais em menor proporção, evidentemente, ao se considerar toda uma legislação contra a discriminação e o preconceito, o estímulo ao exercício da tolerância difundido por vários dispositivos culturais e

Os partidários de Vargas acreditavam já estar vivendo uma democracia, uma democracia social. Compreendiam que “as condições peculiares do Brasil” favoreciam uma democracia diversa de outros países, com um forte conteúdo social. Lançando mão de parábola – Um Patrão Democrático³⁸⁹ –, José Soares (líder de trabalhadores da indústria têxtil), quis ensinar aos administradores e empresários a ouvirem o que os seus funcionários tinham a dizer sobre como melhorar a produção; defendia que se devia deixar de lado a idéia de “quem manda no meu negócio sou eu” e se possibilitasse a participação dos empregados, com sugestões e opiniões a respeito do serviço. Nessa parábola, Soares conta sobre um administrador que, enfrentando a situação de uma greve, resolve mudar de atitude e realizar periódicas pesquisas com os funcionários para dinamizar a produção; conclui que a insatisfação dos operários não era financeira, “porque o que ganham é suficiente para sua manutenção”, mas estaria no relacionamento com os superiores, que não lhes permitiam opinar sobre seu trabalho, apenas executá-lo. Nesse artigo, temos um exemplo dos valores que esses líderes sindicais tentavam difundir entre os trabalhadores, quando a relação democrática é a possibilidade de ser ouvido, de ser consultado, considerado, mesmo que se entenda que o que o administrador vai efetivar nem sempre é o que o empregado esperava... Nesse sentido, a possibilidade de, democraticamente, votar e ser votado ainda era percebida com certo estranhamento; como bem observa Severino Primo:

Bem sei que alguns dos meus companheiros estão acabrunhados com esse ‘zumzum’ de eleições, porém não devem temer, pois é o próprio presidente Vargas que nos diz, desta vez: - Vamos fazer uma consulta às urnas – não com os vícios do regime passado, podemos estar certos, como também os trabalhadores que terão os seus representantes³⁹⁰.

A democracia era estar representado no governo. A tutela ainda era vista como necessária, e nisso, Antonio Torres Galvão buscou reforço na célebre afirmação de Getúlio Vargas no Primeiro de Maio de 1944, em São Paulo:

a proliferação de grupos evangélicos, inclusive políticos. Em 2008, a Assembléia de Deus de Abreu e Lima comemorou seus oitenta anos lançando o livro **Assembléia de Deus em Abreu e Lima – 80 Anos: Síntese Histórica**, elaborado por Pr Altair Germano, Pr Esdras Cabral e o Ev. Dário José. À venda no CPAD, da Av Dantas Barreto e no AD de Abreu e Lima [conforme informação repassada no blog do Pastor Robson Aguiar].

³⁸⁹ **Folha da Manhã**. Recife, 24 de fevereiro de 1945.

³⁹⁰ PRIMO, Severino Cunha. Acorrentados. **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 17 de fevereiro de 1945.

A liberdade no sentido estrito de franquias políticas não basta para resolver a complexa questão social. Sem a independência econômica, converte-se quase sempre em licenciosidade e ludíbrio para o povo que não mata a fome com o direito do voto, nem educa os filhos com o direito de reunião³⁹¹.

Para Galvão, a liberdade política tinha mais sentido com independência econômica e, assim, “O Estado terá que tutelar ainda por muito tempo as classes trabalhadoras – mesmo que a muitas vestais do liberalismo isto pareça um atentado à liberdade do homem”.

Mas, geralmente, tanto as desventuras quanto as conquistas do trabalhador - expostas na vitrine do jornal *Folha da Manhã* -, se passavam fora do estado. Não era, concretamente, divulgado um exemplo local de perseguição, ou de superação – como foi o caso da entrevista com um ensacador de café “que graças à Legislação Trabalhista” pode se formar em contador: a história de um “trabalhador autêntico”, que fez “carreira” no sindicato, e era negro³⁹². As realizações do governo e de empresários eram externas a Pernambuco, ou melhor, quase sempre, localizadas no eixo Rio - São Paulo, nas cercanias da Capital Federal; e os relatos dessas experiências sempre vinham acompanhados de queixas a respeito do empresariado local.

A atuação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) praticamente era nula em Pernambuco. Realizações próprias desse órgão: como Natal do Filho do Trabalhador, instalação de restaurantes e fornecimento de cestas, não aconteciam. Assim que a Câmara Municipal do Recife iniciou os trabalhos em dezembro de 1947, o vereador Arthur Coutinho, do Partido Democrata Cristão (PDC) indicava ao Prefeito Antonio Pereira que se movimentasse para tratar da instalação do restaurante prometido pelo Delegado do SAPS. Diz o jornal *Folha da Manhã*, edição vespertina, a respeito:

Entretanto, da promessa ao cumprimento, do dia em que o delegado do SAPS disse que ia fazer até o dia em que fará, o tempo vai passando. O SAPS fez já instalar dois ou três postos de vendas de gêneros alimentícios, que, se não corresponde à expectativa, não só por se encontrarem sempre desprovidos de mercadorias, como também, por adquiri-las por intermédio dos comerciantes grossistas, não tendo margem, portanto, para cumprir a sua finalidade que é de vender mais barato, pelo menos existem³⁹³.

³⁹¹ VARGAS, Getúlio. Apud GALVÃO, Antonio Torres. Problemas Básicos dos Trabalhadores. **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 20 de janeiro de 1945.

³⁹² Em 1937 o proletariado teve sua “Lei Áurea”. **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 24 de março de 1945.

³⁹³ Abaixo os ‘Mosqueiros’. **Folha da Manhã** [vespertino]. Recife, 27 de dezembro de 1947. P. 01;07.

Em 1948 observamos solicitação da Câmara de Vereadores do Recife ao SAPS. O vereador Carlos Duarte, do Partido Social Progressista (PSP), lançou projeto de lei para criar vinte postos de abastecimento de mercadorias e gêneros de primeira necessidade; segundo o jornal *Folha do Povo*, “tendo vários vereadores, tentando sabotar o projeto por todas as maneiras as mais escusas”³⁹⁴. A discussão do projeto provocou a reação dos representantes do comércio local. O vereador Arthur Coutinho, o mesmo que cobrou o restaurante do SAPS, apresentou parecer contra o projeto e em defesa da livre concorrência, ou melhor, contra a prefeitura ser concorrente aos produtos estrangeiros vendidos mais baratos que os produtos locais; Carlos Duarte reagiu afirmando que o imperialismo ianque estava aniquilando a indústria e o comércio brasileiro sem que o presidente Dutra levantasse barreiras alfandegárias às “bugigangas ianques”.

‘Por que os ianques não nos fornecem máquinas’ – pergunta o vereador Carlos Duarte ao que ele próprio responde: ‘ Simplesmente porque querem nos tornar um país exclusivamente produtor de matérias-primas, para nos vender, pelo preço que quiserem, seus produtos manufaturados’.

O projeto foi aprovado com votos contrários de: Vandenkolk Vanderlei e Ranilson de Sá Barreto, ambos da UDN; de José Gomes de Moura, do Partido Libertador (PL), comerciante e presidente da Associação do Comércio Retalhista - “organização que enviou um ofício à Câmara, apelando dramaticamente para a rejeição do projeto democrático” -; de Luiz Ramos Leal, da UDN, também comerciante, e de Arthur Coutinho, ambos partidários da “política de ‘portas-abertas’ ao imperialismo ianque”³⁹⁵.

Através da vitrine d’A Página do Trabalhador tomava-se conhecimento: da instalação do restaurante do comerciário no Rio de Janeiro; que os operários da Fábrica Nacional de Motores, na Baixada Fluminense, tinha sua alimentação saudável garantida por um sistema de granjas nas imediações da indústria; dos eventos do Serviço de Recreação Operária no Rio de Janeiro, do Hospital do Trabalhador em Petrópolis; do Centro de Recreação Operária instalado pelo Ministério do Trabalho em Vitória, Espírito Santo; entre outras realizações do governo federal. O Ministério do Trabalho tinha um programa destinado a instalar centros de

³⁹⁴ Postos de Gêneros Alimentícios para o Recife. **Folha do Povo**. Recife, 22 de janeiro de 1948.

³⁹⁵ Idem. P. 02.

recreação para o trabalhador em todo o país. O jornal apresentava Agamenon Magalhães mobilizando esses recursos, na ordem de cinco milhões, para a “instalação imediata” de uma colônia de férias em Garanhuns, num terreno de Água Branca, doado pelo Governo do Estado³⁹⁶.

O Diário de Pernambuco e o Jornal Pequeno³⁹⁷ começaram a contra-atacar essa dita democracia social apresentando relatos de operários perseguidos; problemas no pagamento das aposentadorias; proliferação dos mocambos; caos nos serviços de saúde; e situações de misérias, como as beliscadas, que eram, no caso³⁹⁸, lixões freqüentados por catadores.

Amaury Pedrosa, Ozias Burgos, Severino Cunha Primo, Hermes de Sá, Antonio Torres Galvão, Alfredo Lacerda, J. Queiroz, Amaro Carneiro Leão, José de Segadas Viana, Antonio Balduino Freire e José Soares eram os articulistas mais freqüentes na Seção e na Página do Trabalhador. Com exceção de Amaury Pedrosa e Segadas Viana - este último do Rio de Janeiro, um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB -, os demais são líderes trabalhistas locais, que mais tarde seriam deputados, prefeitos e até governadores, mesmo num curto espaço de tempo. Ozias Burgos, por exemplo, num artigo intitulado “Os Professores de Direito”³⁹⁹ contava um pouco de suas origens humildes e revelava que, já passando dos trinta anos, fazia o Curso Clássico no Colégio Osvaldo Cruz, quando lá poderia estar ensinando se houvesse freqüentado a escola no tempo certo; e expressava o seu desejo de ser doutor. Anos depois, em 1956, o encontramos realizando as provas para promotor.

E esses são os que se diziam líderes. Líderes de trabalhadores. Os trabalhadores que apareciam nos jornais em fotos de grandes mobilizações e eventos, ou quando formavam comissões para visitar determinada autoridade ou o próprio jornal; e quando escreviam telegramas e cartas parabenizando ou em solidariedade a Agamenon, Vargas ou outra autoridade...

A Voz do Trabalhador, no jornal Folha da Manhã, se mostrava uniforme e engajada com a democracia social do Dr. Getúlio e do Professor Agamenon, e assim seria por um bom tempo...

³⁹⁶ Colônia de Férias para os Trabalhadores Pernambucanos. **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 21 de janeiro de 1945.

³⁹⁷ O Jornal Pequeno a partir de junho de 1945.

³⁹⁸ Na época, beliscada era termo usado também para identificar certo tipo de transporte coletivo popular: caminhões adaptados, que devido à precariedade e à falta de segurança foram proibidos pela Delegacia de Trânsito em fevereiro de 1948, mas não sem uma certa polêmica.

³⁹⁹ **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 21 de abril de 1945.

III. 4 Democraticamente Ilegais... O Recife e a Cassação dos Mandatos Comunistas.

O resultado das eleições no Recife surpreendeu a todos ao findar a ditadura Vargas. Diante da política anticomunista acrescida de processos reeducativos, e ainda pelo aspecto assistencialista deflagrado pelo governo Agamenon, era de se esperar a pretendida extinção do comunismo, no entanto, o resultado das primeiras eleições democráticas anunciou o contrário. Os trabalhadores do Brasil se posicionaram entre os quemistas e os comunistas, outros seguiram os ditos democratas. Contudo, a perseguição policial sofrida pelos que, comunistas ou não, ousavam se alterar contra a ordem vigente exigiu estratégias de sobrevivência dos grupos políticos impedidos de expressar livremente seus ideais e que impuseram sua presença mesmo na ilegalidade.

Quando Dona Antonia, minha mãe, recorda o tempo da sua mocidade no Recife, ela diz que os jardins do Parque Treze de Maio e da Faculdade de Direito do Recife eram tão bem cuidados e floridos que dava gosto ficar a conversarem, ela e Seu Afonso, meu pai, sentados nos bancos dos jardins, e que não havia problemas de segurança. Entretanto, pouco se lembra de ter presenciado as grandes manifestações da época, que aconteciam naquele local - e ela residiu bem próxima ao Parque, na Rua da União. Seja pelo desinteresse, ou orientada a não se envolver, ela sabia que acontecia, e só. A memória, já se disse, é seletiva⁴⁰⁰, e dá conta daquilo que lhe é mais significativo.

No entanto, as fontes documentais impressas, especialmente os jornais, nos dizem que mesmo antes de ser Parque Treze de Maio, o lugar há muito era utilizado como espaço para grandes concentrações: palco de fé, comemorações, paixões, reivindicações, política e diversão, entre tantas outras motivações⁴⁰¹. A Festa da Mocidade, por exemplo, acontecia onde hoje é o complexo do antigo Instituto de Educação de Pernambuco, o IEPE, e da Biblioteca Estadual. Atualmente, o parque se limita a oferecer oportunidade de lazer e atividade física para adultos e crianças; é lugar de passagem e encontros. A não ser pela comemoração do doze de outubro, dia da Criança, os grandes movimentos mudaram o endereço para a Praça do Marco Zero, no Recife Antigo.

Mas, durante as décadas de quarenta e cinquenta, o Parque Treze de Maio por muitas vezes foi palco de luta pela democracia no Brasil e no mundo. Comemorou-se nesse lugar: a

⁴⁰⁰ POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos. Teoria e História**. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, n. 10, 2003. P. 203. Também disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=24..> Acesso em: 15 nov. 2009.

⁴⁰¹ Sobre festas e espetáculos cívicos e religiosos no Recife, durante o Estado Novo, sugiro a leitura de SOUZA NETO, José Maria Gomes de. **Sonhos de Nabucodonosor: Aspectos da Propaganda do Estado Novo Pernambucano**. Recife, 2005. 284 fls. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

instalação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em Pernambuco⁴⁰²; a anistia e a vitória das Forças Aliadas em 1945; a convocação da Constituinte de 1946, e tantas outras, orquestradas por diversos grupos sociais, políticos e religiosos.

Outro espaço disponível para reuniões sérias e também divertidas, era o Teatro Santa Isabel. Tanto serviu para o Estado Novo doutrinarem operários através de peças especialmente endereçadas a eles, quanto abrigou lançamento de chapas eleitorais e manifestações em prol da democracia, e, em meio a toda essa seriedade educativa e eleitoreira, a chanchada e o teatro de revista. Gilberto Freyre, discursando no local em 1945, assim se dirigia aos estudantes “companheiros de Demócrito de Sousa Filho” ...

[...] Os teatros como este são mais do povo que as academias. É a tradição do Recife. Aqui as campanhas políticas quando se tornam intensas e grandiosas como a dos dias inesquecíveis que atravessamos, transbordam dos salões acadêmicos. E encontram nesse teatro o mesmo campo de batalha intelectual que nos grandes dias do abolicionismo.

Fechem-se aos estudantes e ao povo todos os salões: ao povo e aos estudantes não faltará nunca a cúpula de um teatro que tem alguma coisa de catedral – a cúpula do Santa Isabel. Catedral política, catedral democrática e um dia talvez, e dia próximo, catedral socialista do Norte do Brasil. Catedral de um culto que teve em Nabuco, em Castro Alves, em Tobias, em Aprijo, em Martins, seus maiores sacerdotes: o culto a dignidade humana, o culto da liberdade política e da liberdade religiosa, o culto da justiça social. Aqui Nabuco defendeu com sua grande voz a causa dos escravos pretos e acusou os escravocratas feudais de todas as cores de explorarem seus semelhantes. Aqui os estudantes de 1945 defendem a causa dos escravos de todas as cores a que a ditadura Vargas-Agamenon-Muller pretendeu reduzir o Brasil pelos meios mais brutalmente policiais – recorrendo até ao assassinato.⁴⁰³

Ao espaço, aos palcos do Teatro Santa Isabel, Gilberto Freyre conferia um significado político especial, caro à memória histórica de Pernambuco. A lembrança dos embates abolicionistas do passado reforçava a luta pela liberdade democrática em curso, em meio à ansiedade pela experiência do voto.

“Mais do que fuzis, as palavras removiam trincheiras, abalavam mais que terremotos, corriam mais depressa que o vento, iluminavam mais que os raios [...]”, observou Paulo

⁴⁰² “Em maio de 1945 o Comitê Estadual foi empossado em ato público no Parque 13 de Maio”. LAVAREDA, Antonio. *A Luta Eleitoral com a Redemocratização: As Eleições Nacionais de 1945 e o Pleito Estadual de 1947. Poder e Voto . Luta Política em Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 1986. P.36.

⁴⁰³ Uma Democracia que não seja apenas política. Mas uma efetiva democracia social. O discurso de Gilberto Freyre ao povo pernambucano. *Diário de Pernambuco*. Recife, 23 de novembro de 1945.

Cavalcanti⁴⁰⁴ a respeito do poder da palavra na época. Discursos que arregimentavam multidões em grandes comícios e meeting, também realizados nos arrabaldes da cidade. Declamar era uma arte ensinada nas escolas; havendo famosas declamadoras que se apresentavam no Teatro Santa Isabel. Assim como os oradores nos comícios tornavam-se conhecidos pelo domínio da retórica. Para um líder era praticamente uma pré-condição. E assim Luis Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, também se destacava. Contudo, mais do que retórica seu sucesso advinha do significado de suas palavras para o povo operário.

“A não ser com o povo, não temos compromisso com ninguém”, disse Prestes num comício no Estádio São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em 23 de maio de 1945. No Recife, o discurso de Prestes foi ouvido durante um meeting no Parque Treze de Maio, promovido pela União Popular Socialista de Pernambuco. Nesse meeting discursaram...

[...] em primeiro lugar o escritor Gilberto Freire, que foi muito aplaudido. Seguiram-se com a palavra os srs. Cláudio Tavares, Colíncio[sic] Silveira, pela Ala Gráfica Democrática; acadêmico Rui da Costa Antunes, da Faculdade de Direito; Luiz Cardoso Aires, advogado, que evocou a figura do bispo Azeredo Coutinho, ‘autentica figura de cristão inconformado’, do século passado, e se referiu às multidões ‘com fome e sem calçados’; Guilherme de Vasconcelos; Luiz Teixeira e Marcelo Cordeiro, filho do sr. Cristiano Cordeiro – do ‘comitê’ Pré-universitário Pró-Democracia”⁴⁰⁵.

Recém-anistiado pelo Decreto-lei 7.474 de 18 de abril de 1945, Luís Carlos Prestes reassumia a liderança do PCB⁴⁰⁶; e contrariando as expectativas de muitos, afirmou ao jornal Folha Carioca: “Anistia é esquecimento e de minha parte estou disposto a esquecer.”⁴⁰⁷ Apreciou positivamente a atitude do governo de Vargas em se aliar à guerra ao lado das democracias e contra os governos nazifascistas; ofereceu apoio ao mesmo governo; clamou por uma União Nacional pelo restabelecimento da democracia no país, não se colocou como candidato, mas considerou a necessidade de uma terceira opção às eleições. Em entrevista coletiva declarou:

⁴⁰⁴ CAVALCANTI, Paulo. **O Caso Conto como o Caso foi. Da Coluna Prestes à Queda de Arraes. Memórias.** São Paulo: Alfa-Omega, 1978. P. 83.

⁴⁰⁵ **Jornal Pequeno.** Recife, 24 de maio de 1945. P. 06.

⁴⁰⁶ SILVA, Hélio. **1945: Por que depuseram Vargas.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1976. P. 194.

⁴⁰⁷ **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 18 de abril de 1945.

O Sr. Getúlio Vargas tem a virtude máxima dos estadistas de mérito: neste momento, como em outros, tem procurado acompanhar o sentimento das massas populares, esteve com o povo ao declarar a guerra e está com o povo, agora, ao dar anistia aos presos políticos.⁴⁰⁸

Nessa entrevista, publicada com grande destaque em primeira página no jornal *Folha da Manhã*, Luis Carlos Prestes considerou que o importante naquele momento era contribuir para a “democratização verdadeira” do país, “qualquer tentativa de subversão da ordem e qualquer mudança do governo só poderá contribuir para retardar esse processo”. Prestes procurava assim desarmar os ânimos com relação a sua pessoa e a militância comunista, era preciso assegurar a participação nessa nova conjuntura política, mas não deixou de alfinetar aqueles que advogavam que Vargas deveria entregar o poder ao judiciário:

[...] a fórmula é inadmissível, pois o único meio de chegar a isso seria um golpe militar. Para que o presidente do Supremo Tribunal assuma o poder seria necessário um golpe dessa natureza e é isso o que se precisa evitar, antes de tudo. O Brasil precisa de paz e de ordem, mesmo que para tanto se tenha de abdicar de muita coisa que se pode alcançar mais tarde. Tanto vale o Sr. Getúlio Vargas no poder como o presidente do Supremo Tribunal Federal. Os que querem obrigar o presidente Vargas a deixar o governo ocultam o desejo de golpe. É evidente que, agora, quando a guerra se aproxima do fim, o fascismo fará todas as tentativas para sobreviver, por meio de golpes desesperados e aventuras, sobretudo num país como o Brasil, e qualquer desordem só servirá ao fascismo.⁴⁰⁹

O PCB lançou, então, candidatura própria às eleições presidenciais de dezembro de 1945: Yedo Fiúza, um político do Rio de Janeiro, que, apesar da reconhecida competência, não representava uma convergência nacional e não era comunista.

O ex-Tenente, e comunista na época, Silo Meireles ainda tomou a iniciativa de reagrupar os ex-companheiros da Revolta de 1922 numa união em prol da democracia e pela eleição do Brigadeiro⁴¹⁰, mas não obteve o efeito desejado e acabou deixando o PCB por não concordar com a posição do partido em convocar a Constituinte com Vargas no poder.

⁴⁰⁸ “O Brasil precisa de paz e ordem”. **Folha da Manhã [matutino]**. Recife, 25 de abril de 1945. 1ª página.

⁴⁰⁹ Idem.

⁴¹⁰ Contudo, Prestes esteve às reuniões, mas não participou dos Dezoito do Forte, estava doente de Tifo na época.



Fig. 82 – Reprodução de imagem da Bandeira do Brasil partida em pedaços e distribuída entre os Dezoito do Forte Copacabana. *Diário de Pernambuco*. Recife, 25 de fevereiro de 1945.

No Recife, por ocasião de um comício congratatório pela liberdade de Prestes no Parque Treze de Maio⁴¹¹, um dos oradores, Gilberto Morais, ressaltou que Prestes confiava no Brigadeiro. Contudo, o líder comunista frustrou as expectativas daqueles que desejavam retomar o projeto dos Tenentes, decidiu acompanhar o coro dos queremistas, que já ensaiavam seus acordos. O que provocou críticas representadas por charges bem humoradas como esta:



Fig. 83 – Charge O “casamento” de Getúlio Vargas com Luís Carlos Prestes. *Jornal Pequeno*. Recife, 29 de setembro de 1945.

⁴¹¹ *Diário de Pernambuco*. Recife, 20 de abril de 1945.

O Jornal Pequeno, nesse período, seguia as orientações políticas do Diário de Pernambuco, mas a charge é do jornal O Globo. O suposto “casamento” entre Getúlio Vargas e o Comunismo estaria impedido por Vargas já ser comprometido com o nazifascismo do Integralismo, união que gerou o Estado Novo. Não por acaso, o sacerdote representado é Agamenon Magalhães, o Ministro da Justiça, e responsável pela Lei Eleitoral.

Apesar desse reinício legal do Partido Comunista do Brasil, o argumento que a entidade adotava postura extremista subordinada a organizações doutrinárias estrangeiras - o comunismo soviético - acabou por determinar por três votos a dois a ilegalidade do partido. Apesar disso, os mandatos dos comunistas eleitos, entre eles, o do Senador Luís Carlos Prestes, poderiam estar salvaguardados se considerassem que o povo os elegeu como seus representantes; portanto, independente de partido, poderiam responder pelos seus eleitores.

Contudo, a idéia de que o parlamentar eleito representava o povo e não o partido não prevaleceu. Mesmo com a situação comentada por Mário Melo, - e que, segundo ele, lhe ofereceu motivo para mudar de opinião e ficar contra a cassação -: o Tribunal Superior havia colocado como suplente do senador Apolônio Peres (PSD) um substituto de outro partido, assim como outros parlamentares mudaram de partido quando eleitos. Mário Melo, então, não via “base para a cassação de mandatos de somente comunistas. Ou a cassação do mandato de todos – dos que não tem partido e dos que abandonaram seu partido – ou a manutenção de todos os mandatos”⁴¹². Entretanto, houve quem sugerisse – o Deputado Barreto Pinto -, por questão de “vergonha e moral”, que estes parlamentares filiados ao PCB deveriam renunciar⁴¹³. O processo, assim, demandou em nova etapa: a cassação dos mandatos.

A boa imagem erguida pela União Soviética, ao participar ativamente da vitória dos Aliados, e o fato de corresponder às expectativas de luta do povo proletário, ofereceram um resultado muito positivo para o PCB nas eleições para compor a Assembléia Constituinte e eleger o novo Presidente em dezembro de 1945, especialmente nas grandes capitais. Resultado que se revelou incomodo para os grupos anticomunistas. Em março de 1946 duas denúncias foram entregues ao Tribunal Superior Eleitoral pedindo a cassação do partido; em sete de maio de 1947 o Tribunal Superior Eleitoral decidiu pelo cancelamento do registro do PCB. Os juízes: Candido Mesquita da Cunha Lobo, F. Rocha Lagoa e José Antonio Nogueira

⁴¹² MELO, Mário. Aqui e Ali. Folha da Manhã. Recife, 21 de novembro de 1947.

⁴¹³ “São apresentados pelos partidos mas, eleitos, são representantes do povo. Não perdem o mandato. **Manda, porém, a vergonha e a moral que, se for cassado o registro, o Sr. Luís Carlos Prestes deve renunciar a cadeira de senador, seguindo esse mesmo gesto os demais eleitos sob a legenda do PCB**”. Entrevista do Deputado Barreto Pinto ao jornal O Globo [grifo nosso]. Apud SILVA, Hélio. O. cit. . P. 386.

votaram pelo cancelamento, visto a inconstitucionalidade dos partidos extremistas; e os juízes Álvaro Ribeiro da Costa e Francisco Sá Filho votaram pelo arquivamento das denúncias considerando a pluralidade própria e necessária a um regime verdadeiramente democrático. O arquivamento já havia sido solicitado pelo Procurador-Geral Dr. Temístocles Cavalcanti por falta de fundamentação, mas o pedido foi indeferido por três votos a dois, sendo os dois os mesmos juízes que votaram contra o cancelamento. Percebendo que não poderia funcionar no caso, o Procurador-Geral passou o processo para o subprocurador Alceu Barbedo. Em maio de 1946 iniciaram as sindicâncias; em fevereiro de 1947 o subprocurador entregava seu parecer a favor do cancelamento baseado na tese do extremismo prevista na Constituição⁴¹⁴.

Em cinco de outubro de 1947, Patrício Potiguar, publicista da Folha do Povo, comentava sobre a demissão do Dr. Temístocles Cavalcanti do cargo de Procurador-Geral da Justiça. Observava que o procurador não manteve a mesma postura quando do processo de registro do PPP, Partido Popular Progressista, tentativa de legenda legal do PCB; mas, compreendeu o quanto às intromissões do Executivo no Judiciário culminou com essa demissão. Potiguar lamentava o fato do Dr. Temístocles não ter solicitado exoneração antes. A partir desse momento, a pressão se dirigiu para que os comunistas eleitos renunciassem dos seus mandatos. Diante da persistência dos mesmos, a tarefa seria anular as resistências.

O Projeto Ivo de Aquino para a cassação dos mandatos, no entanto, teve que enfrentar muitas obstruções armadas ou não pelos comunistas – algumas situações foram viáveis pelos políticos estarem envolvidos com as eleições municipais, portanto, ausentes das assembléias, como também, a aprovação do projeto, de certa maneira, dependia do andamento das negociações entre as forças políticas visando às possíveis cadeiras vagas. Em dez de janeiro de 1948, por cento e setenta e nove votos contra setenta e quatro, a cassação dos comunistas foi sacramentada. Entre os que votaram contra o Projeto Ivo de Aquino estavam: Agamenon Magalhães e Barbosa Lima; e, segundo o jornal comunista, entre os “traidores do povo” estavam: Alde Sampaio, Arruda Câmara, Costa Porto, João Cleofas, Sousa Leão e Juscelino Kubitschek⁴¹⁵. Não há registro do voto de Getúlio Vargas.

O jornal Folha do Povo foi um dos principais instrumentos de luta dos comunistas e das camadas populares do Recife e de Pernambuco. E por diversas vezes foi alvo de ameaças e empastelamentos. É nele que encontramos a movimentação dos trabalhadores organizados em comitês, ligas e associações, com destaque para o movimento de mulheres, contra a

⁴¹⁴ SILVA, Hélio. Op.cit. P. 386; 387.

⁴¹⁵ Estes votaram pela democracia; Estes são os traidores do povo. **Folha do Povo**. Recife, 09 de janeiro de 1948.

cassação dos mandatos, em defesa da legalidade do PCB, em defesa da Constituição e da Democracia, em prol das candidaturas populares.

Os outros jornais tratam de maneira diferenciada essa mobilização: o Diário de Pernambuco ressaltava a movimentação política no Distrito Federal, o Rio de Janeiro, lançava vários artigos alarmando a sociedade contra o comunismo e fomentava as aproximações do Brasil com os Estados Unidos; o Jornal Pequeno seguia a mesma linha dando destaque para os embates na Assembléia Legislativa de Pernambuco e divulgando possíveis relações, ou negociações, entre o Governo do Estado, o PSD, e os comunistas; já a Folha da Manhã observava os acontecimentos no Distrito Federal e em Pernambuco, comentava sobre a postura do Diário de Pernambuco, demonstrava certa indefinição quanto à questão da cassação dos mandatos, mas publicava opiniões contrárias à mesma, dá a entender que acompanhava os acontecimentos respeitando o andamento do processo nas esferas políticas decisórias, ou sejam, a Câmara Federal e o Senado, ressaltando a autonomia dos Estados; defendia o PSD e atacava a Coligação Pernambucana (UDN-PDC-PL), que acusava, apesar do anticomunismo explícito, de fazer acordos com os comunistas com objetivos eleitorais em municípios do interior do Estado. O PSD também fez acordos com os comunistas, tanto que Agamenon Magalhães e Etelvino Lins, antigos perseguidores no tempo do Estado Novo, surpreendentemente votaram contra a cassação dos mandatos. O Jornal Pequeno insistentemente acusava Agamenon de estar obstruindo a votação do Projeto Ivo de Aquino na Câmara Federal. A Folha do Povo, por seu lado, ressaltava seus interesses pela consolidação da democracia no país, e pela autonomia do Estado; democracia e autonomia entendidas, essencialmente, como o “poder do povo” e a soberania do voto.

Povo e popular são palavras que insistentemente aparecem em todo jornal Folha do Povo, até mesmo nos anúncios de propaganda comercial. O povo é apresentado como uma entidade única de conteúdo múltiplo. Povo, nesse momento histórico, e para esses veículos de informação - com destaque para a leitura do jornal Folha do Povo - eram os trabalhadores urbanos e rurais, de gênero masculino e feminino, adulto e menor de idade, explorados pelo poder político-econômico. O discurso da luta de classes era o mote. Para os jornais anticomunistas, a Folha do Povo fomentava a luta, o conflito, a desarmonia, a desordem. O que reforçava a tese do PCB ser extremista, sendo considerado por vários parlamentares de direita um partido essencialmente antidemocrático: uma ameaça à dita democracia brasileira recém-instalada ou re-inaugurada no país.

Contudo, o jornal Folha do Povo se esforçava em convencer seus opositores, e garantir sua imagem perante seus leitores, da postura democrática do PCB; e convocava: “Democrata:

organiza em teu bairro ou em teu local de trabalho u'a comissão de defesa dos mandatos dos legítimos representantes do povo”⁴¹⁶. A luta pelos mandatos era associada à defesa da Constituição, e nesse sentido os comunistas buscavam associar a particularidade dos seus problemas, a legalidade e a cassação dos mandatos, a própria sobrevivência da democracia no Brasil. Dessa maneira, o jornal buscava exortar, em notas destacadas como esta, uma pluralidade de categorias profissionais e grupos sociais independentes de “diferenças de classe, de crenças religiosas, de ideologias políticas”:



Fig. 84 – Nota convocatória pela organização em defesa da democracia. Folha do Povo. Recife, 22 de novembro de 1947.

Com imprensa escrita própria – nesse período, além do jornal, foram lançados vários periódicos: Tribuna Popular, O Momento, A Luta - os comunistas buscavam manter intercâmbio com a sociedade, particularmente com seus eleitores que, em sua maioria, pertenciam às camadas populares, melhor dizendo, à massa operária. Ofereciam espaço para que se manifestassem a respeito não só dos problemas políticos enfrentados por seus representantes, mas também sobre suas dificuldades cotidianas: abastecimento, transporte, custo de vida, entre outros. O jornal colocava o leitor a par dos embates que os parlamentares comunistas enfrentavam no governo, por acreditarem nas possibilidades de uma liberdade democrática. No discurso da imprensa comunista, a UDN, o PSD, demais partidos, entidades e imprensa anticomunistas era a “reação”: aqueles que, no entender dos jornalistas e redatores da Folha do Povo, não aceitavam as regras do regime democrático, que negavam o direito de

⁴¹⁶ Folha do Povo. Recife, 19 de novembro de 1947.

participação política aos comunistas, portanto, *reagiam* às mudanças institucionais em curso no país, ou melhor, resistiam à presença cada vez mais incômoda dos operários e de seus líderes democraticamente eleitos intervindo no espaço decisório e legislativo dos governos. Ao incomodo da origem social e do ideário político se acrescia o da etnia.

O “carpinteiro e neto de escravos” Claudino José da Silva era o único deputado negro no Congresso Nacional, eleito pelo Rio de Janeiro. Por ocasião da discussão a respeito da inconstitucionalidade do projeto Ivo de Aquino, o Deputado Claudino entrou em conflito com o Deputado pernambucano Eurico Souza Leão, que afirmara ser a favor da cassação dos mandatos “por questão de coerência: era filho, neto e bisneto de usineiros”. Claudino da Silva lançou, então, o seguinte aparte a Eurico:

Neste Parlamento reúnem-se os filhos dos senhores de escravos, como v.exa. e os filhos dos escravos que trazem na pele a marca da raça negra, como eu. Todos nós temos mães e pais de que nos orgulhamos. Não me consta que os homens nasçam como cogumelos nos campos.⁴¹⁷

Contudo, apesar de denunciar as perseguições, violências e o cerceamento da liberdade de expressão promovido por Otávio Correia, Governador de Pernambuco, por meio de sua Secretaria de Segurança, comandada por Alarico Bezerra Cavalcanti, e pelo Governo Federal, representado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra - este reconhecido como um novo ditador - a Folha do Povo investia diariamente na confiança de que as regras do regime democrático funcionariam. Havia esperança, e muita esperança, de que conseguiriam derrubar os decretos que ameaçavam os mandatos, como também em revalidar o registro do PCB.

No entender dos comunistas, o governo brasileiro estava sob influência do governo norte-americano, anúncios da Guerra Fria contra o comunismo soviético já se manifestavam, acompanhados de acordos comerciais e de cooperação. E, nessa luta contra a influência do imperialismo ianque, o jornal Folha do Povo lançava mão de interessantes charges:

⁴¹⁷ Claudino da Silva. O Único Deputado Negro! **Folha do Povo**. Recife, 12 de dezembro de 1947.



Fig. 85 - **Charge Truman golpeia o povo brasileiro.**
Folha do Povo. Recife, 12 de outubro de 1947.

O presidente dos Estados Unidos Harry Truman golpeia o povo brasileiro, e a clava forte tem o rosto do Presidente Dutra. Além do fechamento do PCB e da cassação dos mandatos, a Lei de Segurança e o “petróleo para os americanos” completam os golpes.



Fig. 86 – **Charge Aos Caçadores de Mandatos... Basta!**
Folha do Povo. Recife, 16 de dezembro de 1947.

Talvez, a imagem não esteja muito boa, mas podemos ver o dedo do povo, como se fosse o dedo de Deus, pois ele vem de cima, do céu, em riste para o Presidente Dutra vestido de caçador e acompanhado por um cangaceiro, possivelmente, o General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que na época havia sido eleito senador pelo PSD e, enquanto Ministro da

Guerra, cargo que ocupou até o início do Governo Dutra, foi o mentor da Lei de Segurança Nacional – matéria que estava sempre em pauta no jornal Folha do Povo. No chapéu do cangaceiro está escrito “o pau cont [inua]”, e ele segura os cachorros com uma mão e com a outra a caça, um coelho agarrado pelas orelhas; junto ao cangaceiro se posiciona uma sombra negra que o domina, um fio se estende da mão do cangaceiro até a mão do Tio Sam (o governo norte-americano), que está atrás de uma árvore seca por trás da sombra; um militar de costas fala com o Tio Sam gesticulando em direção aos “caçadores”. Entre Dutra e o Povo há um muro de tijolos grossos. “Aos caçadores de mandatos... [cabeçalho] Basta! [legenda]” A charge ilustra bem a confiança no poder do povo, na democracia.

A Folha do Povo se sustentava literalmente com o auxílio do povo, que recolhia doações para que saísse do prelo e cumprisse sua missão, cujo lema estampado em primeira página era: Unidade, Democracia e Progresso. “A imprensa popular é uma arma poderosa para a defesa da democracia. Para esmagar o grupo fascista, mande hoje mesmo sua ajuda”, assim convocava o jornal no dia quatro de julho de 1947. O povo aparecia no jornal nos abaixo-assinados contra a cassação, ao dar sua opinião em enquete, chegando à sede do jornal em comissões, relatando situações vividas, comumente, de conflito com patrões, polícia, instituições, ou reivindicando soluções para os problemas de infraestrutura que enfrentavam diariamente no lugar que vivia.

Para pressionar os parlamentares a não aprovarem o projeto de cassação dos mandatos o povo organizado lançou mão de diversas estratégias, entre elas: enviar para a Câmara Federal mensagens acompanhadas de abaixo-assinados por bairro e por categoria profissional; enviar telegramas diretamente para os parlamentares⁴¹⁸; realizar meeting e grandes comícios – que chegaram a ser dispersados à bala e sob os cascos da cavalaria⁴¹⁹. Para fazer realmente acontecer o movimento, desautorizado pelas autoridades, comícios eram agendados em bairros diferentes no mesmo horário. Se um comício fosse dispersado pela polícia os outros aconteceriam. No dia três de dezembro de 1947 foram anunciados três comícios preparatórios para o grande meeting do dia dez de dezembro, no Parque Treze de Maio, todos às dezenove horas, simultaneamente nos bairros do Fundão, Iputinga e Apipucos.

As mulheres participaram ativamente desse movimento. Diante da impossibilidade do PCB em atuar politicamente - mas sobrevivendo enquanto sociedade civil - os comunistas se expressavam por meio do Comitê de Mulheres Pró-Democracia, que se colocava como uma

⁴¹⁸ A Folha do Povo publicou uma lista de nomes e endereços dos parlamentares federais em: Você foi às urnas para fazer valer o seu voto. **Folha do Povo**. Recife, 30 de novembro de 1947.

⁴¹⁹ Metralhados o Povo! **Folha do Povo**. Recife, 23 de novembro de 1947. 1^op.

entidade suprapartidária, cujo interesse era defender o regime democrático e a Constituição, sendo também criada a Liga de Defesa da Constituição. O Comitê de Mulheres Pró-Democracia se multiplicava em Sub-Comitês localizados em diversos bairros da periferia, não só do Recife, mas também nos municípios da região metropolitana⁴²⁰. As mulheres de Sítio Novo, Olinda, por exemplo, enviaram a seguinte mensagem endereçada ao...

Exmo. Sr. Deputado Agamenon Magalhães.
Câmara Federal dos Deputados – Rio.
Nós, abaixo assinados, do Sub-Comitê de Mulheres de Sítio Novo (Olinda) e moradores do bairro, unidos protestamos contra o projeto vergonhoso de Ivo de Aquino, de cassação dos mandatos dos deputados eleitos pela legenda do PCB, os legítimos representantes do povo mostrando aos senhores inimigos da democracia e do povo que nós, mulheres deste bairro, estamos dispostas para lutar em favor da liberdade de nossa terra.
Natalia dos Santos, Maria José Cezar, Nautília Rosa de Lima, [...]⁴²¹

O Comitê de Mulheres Pró-Democracia publicava enérgicos manifestos na Folha do Povo; e eram elas que, geralmente, anunciavam os grandes comícios contra a cassação dos mandatos no Parque Treze de Maio nesse período. Entre os oradores masculinos, figuras femininas se destacavam, como Laís de Sousa Antunes, que ao lado de Paulo Cavalcanti, Davi Capistrano, Carlos Duarte e Juraci Góis, discursaram em grande comício do dia quatro de julho de 1947: contra a cassação dos mandatos, em defesa da Constituição, por cem por cento de aumento nos salários e por uma constituição democrática para o Estado. A pauta proposta para o comício deveria abranger questões mais imediatas, como salários, transportes e custo de vida, assim, conseguiriam atrair mais interesse por parte dos populares. Nesse comício, em particular, ressaltou-se a aceleração no processo de proletarização da classe média⁴²².

Toda essa mobilização era anunciada com antecedência no jornal, insistentemente divulgada; assim como os políticos comunistas, mesmo fazendo uso de outras legendas partidárias para se eleger⁴²³, não negavam sua condição e se assumiam publicamente comunistas. O jornal era a vitrine das “candidaturas populares” à Câmara Municipal do

⁴²⁰ No capítulo III desta tese há mais a respeito desses movimentos das mulheres.

⁴²¹ **Folha do Povo**. Recife, 07 de janeiro de 1948.

⁴²² **Folha do Povo**. Recife, 06 de julho de 1947.

⁴²³ Sobre esse assunto recomendo a leitura de LAVAREDA, Antonio; SÁ, Constança. **Poder e Voto. Luta política em Pernambuco**. Recife, Massangana, 1986.

Recife. Comitês eram organizados nos bairros para dar suporte a essas campanhas, quase todas de líderes operários.

De um total de vinte e quatro cadeiras na Câmara Municipal do Recife, doze foram ocupadas por candidatos comunistas, que eram filiados ao Partido Social Progressista (PSP), entre eles o vereador mais votado, o advogado Carlos José Duarte. Uma das primeiras providências desses vereadores foi votar por uma moção de repúdio ao Projeto Ivo de Aquino de cassação dos mandatos comunistas. Ressaltavam nessa moção, transcrita em ata de sessão ordinária, que: “Pretende-se sob as alegações mais cavilosas e imorais, anular os votos de cerca de seiscentos mil brasileiros, afastando das câmaras legislativas desse país alguns de seus membros legitimamente eleitos”.

Em 16 de dezembro de 1947, a moção foi aprovada por catorze votos contra dez, sob os protestos da bancada da UDN, que através de seu líder, Galvão Raposo, mostrou-se contrária ao alegar que o assunto era de competência exclusiva da Câmara Federal. O jornal Folha do Povo identificava no Congresso “Os Traidores do Povo de Pernambuco”, ou seja, aqueles parlamentares que votavam a favor da cassação: o Senador Novais Filho (Coligação), o Senador Apolônio Sales (PSD), o Deputado Eurico de Souza Leão (PR), o Deputado Arruda Câmara (PDC), o Deputado João Cleofas (UDN), o Deputado Alde Sampaio (UDN) e o Deputado Carlos de Lima (UDN)⁴²⁴. E a Eurico de Sousa Leão, ex-chefe de polícia do governo Estácio Coimbra, foi atribuído a seguinte afirmação em diálogo com Agamenon Magalhães, por ocasião do fim da sessão da Comissão de Constituição e Justiça em que foi aprovado o projeto de cassação dos mandatos:

Agamenon se dirigindo ao Srs Acúrcio Torres e Sousa Leão disse-lhes: “Vocês são os covardes da nova democracia que renasce no Brasil”. O “nobre” e ex-policia Eurico de Sousa Leão prontamente responde: “Ora, Agamenon! Você já concorreu para a liquidação da democracia em 37. Agora é a nossa vez. Há algum mal nisso?” Retrucou o Sr. Agamenon Magalhães: “Ainda hoje padeço pela atitude que tomei naquela época. Hoje sou homem do povo e sei que o Executivo quando começa a exigir leis como esta nada é capaz de o fazer parar na marcha para o árbitro”⁴²⁵.

Os acordos entre o PSD e os comunistas do Recife possibilitaram essa deferência com relação a Agamenon, de perseguidor de comunistas e braço direito da ditadura Vargas a

⁴²⁴ Traidores do Povo Pernambucano. **Folha do Povo**. Recife, 28 de novembro de 1947.

⁴²⁵ Agora é minha vez de liquidar com a democracia. **Folha do Povo**. Recife, 09 de dezembro de 1947.

defensor, não propriamente dos comunistas, e sim da democracia. Agamenon se revelava “homem do povo”, e a seu modo, podemos dizer, que durante o Estado Novo, governou também no sentido de atender às expectativas dos moradores de mocambos, dos retirantes e migrantes da zona canavieira⁴²⁶. E, diante das novas regras do jogo político, tentava demonstrar uma nova postura, bastante oportuna: menos intransigente e que até considerava a pluralidade de idéias.

Na Câmara dos Vereadores, o vereador Vandenkolk Nunes de Sousa Vanderlei, da UDN, foi um dos principais líderes a favor da cassação dos mandatos dos comunistas, e em 19 de fevereiro de 1948 defendia que “a Câmara não tome conhecimento de quaisquer requerimento, indicação ou projetos apresentados em nome do Partido Comunista, ou pelo menos, que em exposição verbal a título de justificativa faça referência a esse partido”⁴²⁷.

Vandenkolk, na ocasião, foi calorosamente aparteadado pela bancada do Partido Social Progressista (PSP), com exceção de Carlos Duarte que estava de licença. Mas, o requerimento foi aprovado. Mesmo assim, os vereadores persistiram em discursar fazendo referência ao PCB. Na reunião seguinte o vereador Aguinaldo Correa solicitou “que se fizesse constar da ata dos trabalhos de hoje o manifesto do ex-partido comunista, o qual fez parte integrante do seu discurso proferido na sessão anterior”⁴²⁸. Aguinaldo se referia ao pronunciamento de Prestes lido pelo deputado Pedro Pomar na tribuna da Câmara Federal no dia 29 de janeiro. E o texto foi transcrito para a ata.

Parlamentares e diversos segmentos da sociedade manifestaram-se contra a cassação dos mandatos. Contudo, apesar dos ataques dos anticomunistas e da repressão orquestrada pela violência policial, os vereadores comunistas trabalharam até a segunda legislatura de 1950, quando...

Os vereadores Andrônico José de Barros, Antonio Marques da Silva, Carlos José Duarte, Claudino Lourenço de Albuquerque, Demócrito Ramos da Silveira, Heitor Manoel Pereira, José Coutinho de Lyra, José Albino Ferreira de Miranda, Júlia Santiago da Conceição, Otávio José do Nascimento, Pedro Renaux Duarte e Ramiro Justino da Silva tiveram seus mandatos extintos em face da Resolução nº 1, de 15 de junho de 1950,

⁴²⁶ PANDOLFI, Dulce. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife: Ed. Massangana, 1984. E GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambópolis. O Estado Novo na Cidade do Recife. Recife (Décadas de 30 e 40)**. Olinda: Livro Rápido, 2007. [dissertação do PPG-História/ UFPE, 1997].

⁴²⁷ RECIFE, Câmara Municipal do. **Ata da 5ª Reunião da 1ª Sessão Ordinária**. Recife, 19 de fevereiro de 1948. P.5.

⁴²⁸ RECIFE, Câmara Municipal do. **Ata da 6ª Reunião da 1ª Sessão Ordinária**. Recife, 23 de fevereiro de 1948. P. 01

tendo em consequência e consoante o acordão do TRE e sido convocados os respectivos suplentes existentes: Cândido Joaquim Almeida, Canuto Vitor de Carvalho, Antonio Francisco Elihimas, Antonio Nogueira Lyra, Fernando Alves, Hilo Lins e Silva, Prescílio José do Rego Pires e Simplício Maurício Lima⁴²⁹.

A sessão da Assembléia em que foi lida a extinção desses mandatos, segundo Vandenkolk Vanderlei, teve a “assistência moral que foi a causa quase de que ficássemos aqui vitoriosos até hoje [jan/1951]”. Um apoio oferecido pela visita das Forças Armadas, representadas pelo General Brasileiro Americano Freire, Comandante da 7ª Região Militar, e pelos comandantes da Base Aérea e do Distrito Naval⁴³⁰. No jornal Folha da Manhã eram publicados os telegramas trocados entre presidentes de Câmaras Municipais (Cabo, Paulista) e o Comandante da 7ª Região, nos quais um comunicava a decisão da plenária e o outro congratulava “pelo gesto altamente patriótico, expulsando inimigo pátria meio verdadeiros defensores regime democrático”. Paulo Cavalcanti, da tribuna da Assembléia Legislativa de Pernambuco, denunciava que “a onda de cassação não encontrou barreiras e segue pelo interior desmoralizando a vontade do povo”; atribuía a responsabilidade da operação ao vereador Vandenkolk e ao General Brasileiro⁴³¹.

O jornal Folha do Povo relatava que no dia anterior a sessão da cassação, o escritório⁴³² dos vereadores populares havia sido assaltado, enquanto eles estavam em sessão na Câmara. No dia 15 de junho de 1950, às catorze horas e vinte minutos, em sessão na Câmara Municipal do Recife, o vereador Vandenkolk iniciou a leitura “de um imundo papelório forjado intelectualmente no conselho americano”, em que exigia que os vereadores comunistas fossem cassados com base na Lei Ivo de Aquino, que cassou o mandato dos parlamentares eleitos pela legenda do PCB em 1948. Às quinze horas o requerimento foi entregue à Comissão Executiva da Casa, que era formada pelos vereadores Henrique Valença da Mota (PSD), Romildo Ferreira Gomes (PL), José Gomes de Moura (PL) e Antonio Moury Fernandes (PSD), que se trancaram numa sala para deliberar. Nesse ínterim, segundo a Folha do Povo, Henrique da Mota solicitou pelo telefone reforço policial; no local já estavam dezenas de policiais e arauques. Quatro carros de rádio-patrolha cercaram o Edifício Alfredo

⁴²⁹ RECIFE, Câmara Municipal do. **Relatório do Diretor Geral da Secretaria Apresentado à Comissão Executiva da Câmara Municipal do Recife. Exercício de 1950.**

⁴³⁰ RECIFE, Câmara Municipal do. **Discurso pronunciado pelo Vereador Wandenkolk Wanderlei, na reunião extraordinária de 03 de janeiro de 1951.** P. 05. [material sem encadernação].

⁴³¹ **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 08 de agosto de 1950.

⁴³² Situado na Rua da Palma, 460, 1º andar.

Fernandes, onde se localizava a Câmara na época⁴³³. O delegado Eudes Castro entrou no recinto acompanhado de contingente do DOPS. As quinze e trinta a Comissão se pronunciou, por três votos a um, a favor da cassação; Antonio Moury Fernandes votou contra e declarou seu voto publicamente classificando de “imoralidade drástica” e “anticonstitucional” a decisão tomada. Ao ser anunciada a decisão por Henrique Mota, os vereadores atingidos se ergueram e protestaram. Os policiais saltaram para o recinto sob o pretexto de proteger Vandenkolk. O comissário Matusalém Vanderlei ameaçava com um revólver por baixo do paletó. Os vereadores cassados gritavam: Imoral! Fascista! Cassador Indigno! E os tiras insultavam os poucos democratas presentes.

Carlos Duarte declarou que iria recorrer a Assembléia Estadual com base na Lei Orgânica Municipal de Pernambuco. Henrique da Mota disse que ele não poderia mais se pronunciar, pois já não era mais vereador. Vandenkolk solicitou, então, a homologação da decisão. Henrique da Mota pediu o pronunciamento da plenária exceto os dez vereadores cassados presentes. Votaram a favor da cassação, além dos três da Comissão Executiva e Vandenkolk: Sérgio de Godói Vasconcelos (PSD), Ranilson Sá Barreto (UDN - integralista), Arnaldo Paes de Andrade (PSD), José Cupertino Rocha (PDC) e Antonio Luiz da Silva Filho (PDC⁴³⁴). Além de Antonio Moury Fernandes, votaram contra a cassação: Rivaldo Allain Teixeira (PSD), Eugenio Coimbra Júnior (UDN) e Luís Ramos Leal (UDN). Não havia número legal para a aprovação e foi esse fato, além da inadequação da lei, utilizado depois pelo Deputado Carlos Rios em seu projeto, na Assembléia Legislativa de Pernambuco, para invalidar a decisão tomada pela Câmara do Recife naquela tarde de quinze de junho de 1950.

Os “tiras” gritaram vivas e o presidente da Câmara mandou expulsar os vereadores cassados. Os vereadores saíram aos gritos de “Voltaremos!” “Estaremos aqui de novo porque somos o povo”, passaram pelos “tiras” mas não foram de modo algum insultados. Esse constrangimento ficou para o repórter da Folha do Povo, que ainda permaneceu na plenária até as dezesseis horas, e pode observar a ousadia de Vandenkolk em querer encerrar naquele momento os trabalhos, chamaram-lhe a atenção pela leviandade e mudou de idéia. Depois, estava ele, Paes de Andrade e Cupertino a concederem entrevista ao “policial Genuíno da PRA-8”.

Vários protestos irromperam de todos os lugares e eram publicados na Folha do Povo. A União de Estudantes de Pernambuco (UEP) e o Departamento Estudantil da UDN enviaram

⁴³³ Av. Barbosa Lima, bairro do Recife. Por ser perpendicular a mal-afamada Rua da Guia, ponto de prostitutas, os críticos incomodavam os parlamentares chamando de “Câmara da Rua da Guia”.

⁴³⁴ Segundo a **Folha do Povo**. Recife, 16 de junho de 1950: “representante do Pe. Arruda Câmara e repelente traíra dos bancários”.

notas de protesto e repulsa pela cassação dos vereadores do PSP do Recife. Acompanhava-se, então, o processo de discussão do projeto de Carlos Rios na Assembléia Legislativa de Pernambuco. Vários parlamentares expressaram desacordo à medida tomada pelo poder municipal. Nesse meio tempo, o deputado comunista Nelson Monteiro, eleito pelo PSD junto com Paulo Cavalcanti, foi preso e sua esposa agredida gravemente numa invasão a sua casa por militares da Base Aérea; a Câmara de Jaboatão dos Guararapes, numa sessão à noite e sob a orientação e presença de Vandenkolk, da Força Policial e da cavalaria, expulsou seus quatro vereadores comunistas, eleitos pela legenda do PSD. E no dia oito de agosto a Folha do Povo publicava um grande manifesto de Prestes, em que ele apontava um programa revolucionário, “o caminho da Libertação” para o povo brasileiro. O jornal foi apreendido e voltou a ser publicado no dia quinze de agosto. Nesse intervalo o projeto de Carlos Rios enfrentou na Assembléia a proposição do deputado Magalhães Melo, que advogou pela incompetência da Assembléia em interferir na autonomia da Câmara Municipal⁴³⁵.

Os suplentes conduzidos à Casa José Mariano eram do PSP, mas Cândido Almeida, Antonio Elihimas, Fernando Alves, Prescílio Pires e Simplício Lima se desligaram desse partido e passaram à bancada do PDC, em declaração lida na plenária do dia 10 de agosto de 1950. No entanto, em vinte de agosto, o vereador Simplício Lima acabou decidindo pelo PSD, escolha também de Hilo Lins e Silva. Já Henrique Valença e Rivaldo Allain, em catorze de agosto, deixaram o PSD pelo PSP. Ranilson Sá Barreto que estava com a UDN “passou a representar na casa o partido que sempre foi filiado o Partido da Representação Popular”, o PRP, de ideário integralista. E Vandenkolk Vanderlei deixou a UDN pelo PDC.

Dos vereadores considerados comunistas, ou apoiados pelos comunistas, eleitos em 1947, apenas Carlos José Duarte retornou. Em 1952 o encontramos como o único representante da bancada do Partido Ruralista Brasileiro, o PRB⁴³⁶.

Para se sustentarem legislando até 1950 os vereadores comunistas haviam lançado mão de mandatos de segurança, devido à filiação ao PSP. A situação de maioria na Câmara facilitou-lhes a permanência, assim como o fato de, por ocasião do decreto de cassação, o presidente da primeira legislatura, Demócrito Ramos da Silveira, ser comunista. Na Assembleia do Estado, o presidente da Mesa, Edson Moury Fernandes (Partido Republicano), e o deputado Afonso Ferraz (Partido Social Democrático) agilizaram os procedimentos, logo

⁴³⁵ Incompetência da Assembléia Legislativa no caso da cassação dos mandatos dos vereadores. **Folha da Manhã**. Recife, 13 de julho de 1950.

⁴³⁶ RECIFE, Câmara Municipal. **Anais da Câmara Municipal do Recife. 2ª Legislatura – 1951-1955**. Volume II. 1ª Sessão Ordinária. Iniciada em 10 de fevereiro de 1951. Encerrada em 25 de março de 1952. Publicados em 1953.

que receberam, oficialmente, a comunicação do Tribunal Superior Eleitoral sobre o cumprimento da Lei nº 211, de 07 de janeiro de 1948, o Projeto Ivo de Aquino, que determinava que “as Mesas das Assembléias Legislativas declarem ‘vagas’ as cadeiras ocupadas pelos comunistas”⁴³⁷.

Os deputados estaduais comunistas enfrentaram situação bastante desfavorável por terem sido eleitos, em janeiro de 1947, pela legenda do PCB⁴³⁸. Mesmo quem havia sido eleito por outra legenda se viu ameaçado. Houve um segundo escrutínio em 1947 para a Assembléia Estadual, realizado junto com as eleições municipais de 26 de outubro: o motorista Nelson Higino da Luz Monteiro, o camponês Cassimiro Pereira e o advogado Paulo Cavalcanti concorreram na chapa do PSD, graças aos acordos firmados entre PCB e PSD. Nelson Monteiro foi eleito e Paulo Cavalcanti ficou de suplente de Barros Barreto.



Fig. 87 – Anúncio de candidaturas a deputado estadual de Pernambuco. Folha do Povo. Recife, 02 de outubro de 1947.

Aconteceu que, antes de tomar posse, Nelson Monteiro foi preso por estar numa “reunião comunista” na casa do presidente da Câmara Municipal do Recife, Demócrito Ramos da Silveira. No lugar foram encontrados objetos e material impresso que foram tratados como indícios de atividade subversiva. O fato foi aproveitado para impedir a posse de Nelson Monteiro e afastar Demócrito da Câmara. Paulo Cavalcanti, já atuando na Assembléia,

⁴³⁷ Segundo o jornal **Folha do Povo**. Recife, 15 de janeiro de 1948, a reunião da Mesa foi ilegal pois violava o Regimento Interno e o quorum necessário. Declararam vagas as cadeiras ocupadas pelos deputados comunistas o presidente da Mesa, o Deputado Edson Moury Fernandes (PR), e o 4º Secretário, o Deputado Afonso Ferraz (PSD), quando seriam necessários no mínimo três componentes da mesa.

⁴³⁸ O PCB foi declarado ilegal em 07 de maio de 1947. Em 19 de janeiro do mesmo ano haviam sido eleitos pelo PCB para a Assembléia Estadual de Pernambuco: Davi Capistrano Costa, Rui da Costa Antunes, Valdu Cardoso de Aguiar, Amaro Francisco de Oliveira, Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, Francisco Antonio Leivas Otero, Eleazar Machado e Etelvino de Oliveira Pinto.

saiu em defesa de Nelson e Demócrito; desmascarou toda a farsa de provas contra os dois; conseguiu sensibilizar os deputados; providenciou para que Nelson Higino tomasse posse por procuração, e requereu junto ao Poder Legislativo um habeas corpus em seu favor⁴³⁹.

A memória legislativa do Município do Recife, desse conturbado período, está registrada em atas, que revelam o acirramento dos conflitos e o persistente clima de tensão entre comunistas e não comunistas. Nem Paulo Cavalcanti, nem Dulce Pandolfi, nem Manuel Correia de Andrade, nem Antonio Lavareda e Constança Sá comentaram as lutas desses vereadores que persistiram em seus mandatos. Seus estudos se concentraram mais nas relações de poder das esferas estadual e federal⁴⁴⁰. A maioria dos vereadores eleitos pelo Partido Social Progressista eram líderes operários de pouca cultura formal, mas com uma bagagem significativa de luta cotidiana e trabalhista. Legislavam por melhorar a infraestrutura da cidade, especialmente dos subúrbios da zona norte, e defendiam com determinação o direito de se expressar livremente e reivindicar melhores condições de vida, salário e trabalho. As sessões da Câmara eram ocasião de denunciar as injustiças – como, por exemplo, o confronto entre mocambeiros e (pseudo) proprietários de terrenos; as violências da polícia política. E, por meio de moções, telegramas, votos de protesto e de aplauso, manifestos, abaixo-assinados e matérias jornalísticas anexos em ata, faziam a Câmara Municipal do Recife se posicionar: contra as arbitrariedades dos governos, estadual e federal; contra a Lei de Segurança Nacional; contra a cassação; contra a prisão de Gregório Bezerra; contra o imperialismo ianque e a guerra fria; a favor da paz; sobre o imposto sindical; e em defesa de trabalhadores em greve. Isso tudo sob apartes, protestos e declarações de votos contrários dos adversários políticos, que ainda alegavam que tais estratégias desviavam e prejudicavam os assuntos em pauta.

[...] Fez uso da palavra, em seguida, o vereador Galvão Raposo. Disse que queria criticar acerbamente a conduta dos membros da Casa, como o fizera ontem um respeitado proletário com assento neste Parlamento Legislativo. Referiu-se depois à falta de ordem durante a realização das reuniões que a toda hora estavam sendo interrompidas por contíguos pedidos de urgência sob os mais ridículos motivos. Dirigindo-se ao senhor Presidente, responsabiliza-o como principal responsável por tudo que até então sucedera

⁴³⁹ CAVALCANTI, Paulo. **O Caso Eu Conto como o Caso Foi: Da Coluna Prestes à Queda de Arraes**. SP: Alfa-Omega, 1978. P. 216-218.

⁴⁴⁰ Pelos menos nos títulos consultados e mais conhecidos: **O Caso eu conto como o caso foi; Pernambuco de Agamenon Magalhães; Pernambuco Imortal; e Poder e Voto**, respectivamente.

e finaliza dirigindo um apelo aos seus pares no sentido de terem mais decoro parlamentar e maior respeito ao Regimento Interno. [...]⁴⁴¹

Por outro lado, observamos, em alguns momentos, os vereadores anticomunistas, particularmente Vandenkolk Vanderlei, a lançar requerimentos no sentido de provocar os adversários, fazê-los reafirmar sua condição ilegal de comunistas, colocando-os em situação delicada, já que se mantinham no cargo pela filiação ao Partido Social Progressista. No dia 28 de janeiro de 1948, uma carta do Senador Luis Carlos Prestes foi apresentada em sessão extraordinária⁴⁴². Na carta Prestes recomendava que o eleitorado recifense votasse nos candidatos do PSP. Vandenkolk requereu que a carta fosse anexada à ata, mas desistiu. A recomendação de Prestes não era novidade, a Folha do Povo havia publicado a mensagem em página inteira. E, assim, no sentido de demonstrar que não havia o que se desmentir, o vereador Carlos Duarte requereu em seu nome a inclusão da carta em ata.



Fig. 88 – Página “Prestes disse: Estes São os Meus Candidatos”. Folha do Povo. Recife, 26 de outubro de 1947.

⁴⁴¹ RECIFE, Câmara Municipal do. **Ata da 20ª Reunião da 1ª Sessão Ordinária**. Recife, 10 de março de 1948. P. 04.

⁴⁴² RECIFE, Câmara Municipal do. **Ata da Trigésima Primeira Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa**. Recife, 28 de janeiro de 1948. P. 13.

Estranhamente, no cabeçalho da página do jornal Folha do Povo, encadernado no Arquivo do Estado de Pernambuco, estava marcada de caneta-tinteiro: “Dr. Delegado de Ordem Econômica”. A página foi publicada no dia das eleições. O Recife estava impedido de eleger seu prefeito; os votos dirigidos ao cargo de vice-prefeito e de vice-subprefeito foram anulados. Os candidatos sugeridos por Prestes eram: Gregório Bezerra para prefeito, e John Kirchoffer Cabral e Vicente Barbosa, para vice-prefeito e vice-subprefeito, respectivamente. O anúncio publicado no dia da votação motivaria a população a firmar o seu desejo de uma municipalidade autônoma. Dos catorze candidatos a vereador do Recife apenas Cândida Maranhão Otero e Andrônico José de Barros ficaram como suplentes.



Fig. 89 – Anúncio dos candidatos à Câmara dos Vereadores do Recife. Folha do Povo. Recife, 28 de setembro de 1947.

Nessa outra lista sugerida pelo jornal, e publicada em setembro, Otávio José do Nascimento e Carlos José Duarte ainda não estavam incluídos. A relação identifica a atividade produtiva e a posição sócio-política dos candidatos. A candidatura “popular” era mais do que uma expressão de efeito, seu significado repercutia uma situação de fato: Operários, estudantes, trabalhadores braçais, e um “pequeno funcionário público federal” subiriam à tribuna. De outro lado estavam comerciantes, proprietários, profissionais liberais,

sobrenomes com tradição na política⁴⁴³. Após dezessete anos, a composição de vereadores que reabriu os trabalhos legislativos da Câmara Municipal do Recife expressava um aparente equilíbrio de forças. Mas, logo se evidenciou certa pluralidade de interesses, que se traduziram em desconforto quando da sessão solene de instalação da Câmara: a eleição da Mesa. A Coligação Pernambucana (UDN-PDC-PL) não entrou em acordo com o PSD, cada grupo político ofereceu seu candidato, duas votações foram realizadas, e na disputa entre Demócrito da Silveira (PSP) e Galvão Raposo (UDN), o PSP elegeu o presidente da Câmara, porque o PSD votou em branco⁴⁴⁴.

Com a prisão de Demócrito Ramos da Silveira, assumiu a presidência Antonio Marques da Silva (PSP) e nesse período os conflitos se acirraram a ponto das reuniões serem suspensas por falta de quorum. A crise começou na sessão extraordinária do dia 20 de abril de 1948, Aguinaldo Correa pediu a votação de duas moções e as bancadas da Coligação e do PSD decidiram se retirar. Apenas a bancada do PSP se manteve nas reuniões subseqüentes até o dia 27 de abril, sempre protestando contra as arbitrariedades policiais, mas impedidos de legislar.



Figs. 90 e 91 – **Clichês de Antonio Marques da Silva e Demócrito Ramos da Silveira.** **Folha do Povo.** Recife, 07 e 09 de setembro de 1947.

⁴⁴³ PSD: Arnaldo Paes de Andrade, Antonio Mouri Fernandes, Henrique Valença da Mota (a 1ª Sessão legislativa passou em licença médica/ acidente de trânsito), Rivaldo Alain Teixeira e Sergio de Godói Vasconcelos; PDC: Artur Coutinho e Antonio Luís da Silva Filho; UDN: Ranilson de Sá Barreto (saiu em 1949), Luís Ramos Leal, Vandenkolk Nunes de Sousa Vanderlei; Edgar Galvão Raposo (morreu em 1949) e Eugênio Coimbra Júnior (assumiu em 1949); PL: José Gomes de Moura e Romildo Ferreira Gomes.

⁴⁴⁴ Instalado o Legislativo da Cidade. **Diário de Pernambuco.** Recife, 16 de dezembro de 1947.

Demócrito retornou; a segunda legislatura teve a presidência de Edgar Galvão Raposo. Mas, em 1949, encontramos Claudino Lourenço de Albuquerque (PSP) na presidência da mesa, e em vinte e dois de março Vandenkolk Vanderlei lançou-lhe um voto de desconfiança, “pela sua maneira parcial e desleal à frente dos nossos trabalhos legislativos”. Vandenkolk entendia que o presidente da mesa desconsiderava o regimento interno porque encerrou a sessão antes de terminada a discussão e não deu “ouvidos aos protestos das bancadas democráticas”. A Coligação e o PSD, pelo menos a maioria de seus membros, passaram a convergir numa reação às proposições da bancada comunista. Mas, os comunistas não deixaram de manifestar seus protestos, apenas não conseguiram mais, com tanta facilidade, a aprovação de seus requerimentos, especialmente os de caráter político partidário. Entretanto, quando a questão envolvia melhorias para a cidade havia de certa maneira um acordo mútuo de trabalho, salvo se envolvesse disputa de espaços eleitorais ou interesses econômicos, e nessa intenção os vereadores da Coligação e do PSD criavam polêmica ou observavam falhas nos projetos apresentados pelos vereadores do PSP. Mas, houve uma problemática que, apesar da diversidade de opinião, promoveu certa convergência de interesses: a preservação da soberania da Casa José Mariano e a luta pela autonomia do Município do Recife.



Fig. 92 – Publicidade: Seu Kilowatt rechaça críticas aos serviços da Tramways. Diário de Pernambuco. Recife, 01 de junho de 1945.

IV

RECIFE: CIDADE BASE... CIDADE VERMELHA.

A “Pernambuco Tramways & Power Co. Ltda” mantinha nos jornais uma campanha cuja mascote era o Seu Kilowatt, o criado elétrico. Por meio dessa personagem a empresa se comunicava com o consumidor: o alertava sobre a necessidade de pagar as contas de energia elétrica em dia, explicava, didaticamente, como funcionava o serviço, dissertava sobre eletricidade, e comentava sobre o momento vivido pela sociedade. E o anúncio também servia para justificar as dificuldades que a empresa enfrentava em tempos de guerra, como também renovava as esperanças em dias melhores no pós-guerra.

O anúncio que abre esse quarto capítulo foi publicado em junho de 1945, nele diabinhos são enxotados pelo Seu Kilowatt; os diabinhos reclamam da superlotação dos bondes, da precariedade dos transportes – estas são reclamações dos consumidores - e também da falta de braços e de matéria-prima – na verdade, estas são justificativas da empresa, que, por outro lado, observava que os problemas não se concentravam apenas no Recife. A problemática com a Tramways se prolongou até o final da década de 40, quando o contrato de serviço, que envolvia fornecimento de energia e transporte urbano, foi reavaliado e não renovado. O interessante é que o anúncio já prevê, de certa maneira, a relação tensa que se acirrará com o retorno da Câmara Municipal do Recife, em 1947; especialmente com a pressão que - como dizia Chateaubriand, ao se referir aos comunistas - os “diabos vermelhos” iriam exercer na defesa da população recifense, sendo a questão dos bondes apenas uma das tantas questões infraestruturais a enfrentar.

IV. 1 Recife e o Comunismo: (Des) Fazendo Memórias.

Em 2006⁴⁴⁵, a Rede Globo Nordeste, num programa dominical, exibiu uma reportagem sobre Pesqueira (PE), especialmente sobre a romaria ao santuário de Nossa Senhora das Graças, no Sítio Guarda, em Cimbres. Esse programa apresentou uma entrevista com a Irmã Adélia, a menina Maria da Luz, que viu a santa em 1936. Irmã Adélia revelava à reportagem os três castigos anunciados pela Senhora e postos em segredo até então: “Lampião, o comunismo no Recife e a guerra”. No site do santuário⁴⁴⁶ encontra-se o relato da aparição e uma das últimas presenças de Irmã Adélia no lugar do encontro com Nossa Senhora:

Duas meninas caminhavam aos pés da serra - a pedido do pai, tinham ido buscar sementes de mamona - conversavam...

⁴⁴⁵ Este texto foi apresentado no **II Encontro Cultura, Modernidade e Memória**, CFCH/ UFPE, Recife, 18 a 21.09.2006 e publicado nos anais eletrônicos do evento. Passou por correções e reformulações para esta tese.

⁴⁴⁶ Disponível em <<http://www.santuariopesqueira.hpg.ig.com.br/index.htm>> Acesso em 16 jan 2010.

[...] sobre o tempo passado de perseguição e perigo. Em dado momento, Maria da Luz perguntou a sua companheira: ‘O que você faria se agora mesmo chegasse aqui Lampião?’ - Imediatamente esta respondeu: ‘Nossa Senhora haveria de dar-nos um jeito para este malvado não nos ofender.

Depois disso, a aparição aconteceu e, como prova para os descrentes, surgiu uma fonte de água milagrosa que cura doenças.

(Em 1945 foi erguido outro santuário no sertão. No município de Solidão, o padre francês Carlos Luís Cottard colocou uma imagem de Nossa Senhora de Lourdes num dos pontos mais altos da cidade. O local se tornou ponto de romaria e por ocasião da construção de um pedestal para a santa surgiu um olho d’água que rapidamente se atribuiu poderes curativos. No entanto, segundo justificam, como começaram a vender a água, a fonte secou)⁴⁴⁷.

Em nove de março de 1985 religiosas fizeram peregrinação ao Sítio Guarda e tiveram a seguinte experiência:

Nossa Senhora manifestou o desejo de que rezemos e façamos penitência, sobretudo pelos jovens para que se livrem do comunismo e do materialismo, neste tempo de tanta confusão, em que muitos estão caindo no desespero e nas drogas.

Em oito de dezembro de 1986, Irmã Adélia acompanhava uma das peregrinações a Cimbres, e nessa ocasião...

No meio da subida, há um patamar onde irmã Adélia ficou com os jovens, pois o alto já não os comportava. Deu-lhes aí a mensagem da Virgem Santíssima acerca do perigo da entrada do comunismo no Brasil, pediu aos jovens deste país que se comprometessem em guardar e defender a nossa Pátria.

⁴⁴⁷ Disponível em < http://www.pe-az.com.br/subsecao_ler.php?id=OTky > Acesso em 16 jan 2010.

Se observarmos as datas, perceberemos momentos significativos da história política do país: em 1936, um ano após a eclosão do Movimento Comunista, era tempo de homologação das eleições municipais de 1935; em 1945, iniciava-se o processo de redemocratização pós-Estado Novo, as eleições aconteceriam em dezembro; em 1985 e 1986, o Brasil vivia intensamente o processo de abertura política e as eleições estavam em pauta; Miguel Arraes, por exemplo, estava de volta em campanha para governador.

Chama a atenção um dos castigos expostos por Irmã Adélia: o comunismo do Recife; não de qualquer lugar, mas o do Recife. Socialismos, comunismos, anarquismos - no plural, pois as tonalidades são bem variadas - são fenômenos, geralmente, próprios dos grandes centros urbanos; ideários que buscam justificar a luta do proletariado em prol de melhores condições de vida, trabalho e participação política. No Recife não foi diferente. A presença de idéias e ideais socialistas no ambiente operário desde o final do século XIX já foi matéria de produção historiográfica⁴⁴⁸, na qual se estuda tentativas de organização de classe e/ ou categoria profissional: os trabalhadores das docas foram os primeiros a mobilizar uma greve, em 1812. O ano de 1917, marcado pela Revolução Russa, é considerado emblemático no movimento operário internacional. Mas, no Recife, 1917 foi o ano em que trabalhadores de diversas categorias organizadas promoveram uma grande mobilização grevista. Momento também em que o jovem Cristiano Cordeiro fez uma conferência sobre “Ideais Socialistas” no dia 1º de maio⁴⁴⁹.

“Trabalhador, ocupa o teu posto!”, dizia o lema da campanha de líderes operários pleiteando vaga na Câmara Federal, que redigiria a Constituição de 1934, sob a legenda União Operária e Camponesa, do Partido Comunista; apenas Cristiano Cordeiro conseguiu o coeficiente necessário, mas Agamenon Magalhães impediu a sua diplomação. Contudo, em 1935, Cristiano Cordeiro, Chagas Ribeiro e João Bezerra de Lima conseguiram se eleger vereadores do Recife⁴⁵⁰. Entretanto, o Movimento Comunista em 1935 tomou a cidade, sendo o Largo da Paz, no bairro proletário de Afogados, uma das praças de confronto entre comunistas e governistas, e os eleitos não puderam ser diplomados. A situação dos vereadores eleitos só foi resolvida quando já se avizinhava o Estado Novo. Não é à toa que o dito “comunismo do Recife” tenha criado fama.

⁴⁴⁸ REZENDE, Antonio Paulo. Primeiras Idéias Socialistas em Pernambuco. **Cadernos de História 1. Manifestações Operárias e Socialistas em Pernambuco**. Recife: Depto. de História/ UFPE, 1987.

⁴⁴⁹ MOREIRA, Aluisio Franco. A greve de 1917 em Recife. Idem.

⁴⁵⁰ Vide CAVALCANTI, Paulo. **O Caso Eu Conto Como o Caso Foi. Da Coluna Prestes à Queda de Arraes**. SP: Alfa-Omega, vol. 1, 1978. Pp.121-122 e 130; BRAYNER, Nadja. Lutas Operárias nos Anos 30 (1). In **Recife: que história é essa?** Recife: Col. Tempos e Espaços, Vol. 1, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1987. P. 171; e **Memória & História. N° 2. Cristiano Cordeiro**. SP: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1982. Pp. 164-171.

Acompanhando esse contexto operário, temos uma memória social que se alimenta de uma cultura, de uma tradição, que manifesta em Pernambuco e, particularmente, no Recife, uma predisposição natural pela revolta, pela contestação; considera-se a luta contra o invasor holandês; a Guerra dos Mascates; as lutas libertárias do século XIX; a participação popular no Movimento de Trinta, como exemplos desse espírito leonino de Pernambuco, o Leão do Norte. Intelectuais poetas e autoridades alimentavam essa imagem do Recife tanto no sentido do orgulho pernambucano pela capacidade de luta, quanto como um ambiente propício à revolta no sentido de ameaça a ordem social. E, nesse último sentido, acreditava-se, na época, que o Estado Novo de Agamenon Magalhães seria a solução, compreendendo o mocambo, a habitação popular insalubre, como o foco da revolta, o campo propício para o *credo vermelho*. A estratégia, então, consistiria em neutralizar esses focos oferecendo o que o trabalhador desejava de imediato: moradia, assistência, educação e alimentação. A conquista se completa por um trabalho de reeducação anticomunista a cargo de entidades civis e religiosas, como os Centros Educativos Operários e os Círculos Operários Católicos.

A contrapropaganda é uma atividade políticossocial presente sempre que a chamada “ordem natural das coisas”, a hierarquia socioeconômica, se sente de alguma forma ameaçada. A princípio, o anticomunismo no Brasil se movia na lembrança da Revolução na Rússia, o apelo à crença no caráter ateu e anticlerical do comunismo frente a uma nação tradicionalmente católica praticante se traduz como o ponto sensível do anticomunismo. Com o Movimento Comunista de 1935 ocorreu uma renovação nas justificativas da campanha e a utilização de novos dispositivos culturais pela causa: a manipulação da idéia de conspiração, associada à prática “subterrânea” e clandestina dos comunistas, e a homenagem aos mortos pelo comunismo. O anticomunismo se transformou num espetáculo cívico, reforçando uma memória e uma mitologia sobre o fato. Uma tradição inventada, que fazia parte da agenda de Getúlio Vargas durante o Estado Novo e que perdurou até 1990⁴⁵¹.

Durante o período do Estado Novo, o anticomunismo, travestido de trabalho de reeducação das camadas populares, esteve muito presente. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Departamento da Ordem Política e Social (DOPS) exerciam o controle e o policiamento das atividades sociais, culturais, políticas e cotidianas da população; a censura, a espionagem e a delação eram práticas constantes. O Estado, priorizando a solução da questão social, subtraía da luta operária a conquista dos direitos apresentando-os como uma outorga.

⁴⁵¹ GONÇALVES, Marcos. Para nunca mais esquecer: elementos do mito da conspiração no imaginário anticomunista brasileiro. In **Revista História Hoje. Revista Eletrônica de História**. vol. 2 nº 4 jul 2004. Disponível em <www.anpuh.org> Acesso em 16 jan 2010.

Em Pernambuco a campanha contra os mocambos se revestiu desse potencial de conquista das camadas populares. No entanto, por ocasião da queda do Estado Novo, surgiu a oportunidade de retorno dos comunistas à cena pública.

As primeiras eleições que colocariam um fim ao regime do Estado Novo foram convocadas pelo próprio ditador. Em dezembro de 1945 a população poderia escolher o presidente, os senadores e os deputados federais. Agamenon Magalhães, que havia deixado a interventoria de Pernambuco pela pasta de Ministro da Justiça, a convite de Getúlio, instituiu a nova lei eleitoral que seria conhecida pelo seu nome. O alistamento tornava-se obrigatório e podia ser feito por iniciativa do cidadão ou *ex-officio*⁴⁵²; e foram estabelecidas multas por não se alistar e por não comparecer para votar. O Código Eleitoral, anunciado sob o Decreto-lei nº 7586 de 28 de maio de 1945, conhecido por Lei Agamenon, ampliou o direito de voto a todas as mulheres maiores de dezoito anos, salvo o Art. 4º alínea b que desobrigava “as mulheres que não exerçam profissão lucrativa”.

Esses mecanismos possibilitaram uma significativa participação eleitoral, antes não registrada. Mais de dez por cento da população total compareceu às urnas. E as eleições de 1945 também são consideradas as primeiras mais limpas da história brasileira. Além de todo o processo - alistamento, votação, apuração e proclamação dos eleitos – ter estado sob a responsabilidade da Justiça Eleitoral, criada pelo Código de 1932. A Lei Agamenon também, pela primeira vez, criou critérios para a organização dos partidos. Dez mil assinaturas, em pelo menos cinco estados, eram necessárias para se obter o registro do partido. Mas, a inscrição dos candidatos poderia ser feita até quinze dias antes das eleições.

O sistema eleitoral naquele momento era exclusivamente proporcional; de uma lista oferecida pelos partidos, ou coligações, os eleitores votavam em um único nome; calculava-se o quociente eleitoral⁴⁵³, e se dividia o resultado da soma de votos do partido, ou da coligação, pelo quociente. “Um partido (ou coligação) elegia tantas cadeiras quantas vezes ele atingisse o quociente eleitoral. As cadeiras que restassem eram preenchidas pelo partido mais votado no estado”.⁴⁵⁴

Havia, também, nessas eleições, a possibilidade de um mesmo candidato concorrer em diversos estados e para diferentes cargos. Assim, Getúlio Vargas, por exemplo, inscrito pelo PTB, concorreu ao Senado pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo, e para deputado federal por sete estados e pelo Distrito Federal. Como Vargas recebeu mais da metade dos votos do

⁴⁵² Sindicatos e órgãos públicos enviavam as listas de seus membros e funcionários para a Justiça Eleitoral; cabe destacar, que nessa eleição este foi um expediente muito utilizado pelos órgãos federais.

⁴⁵³ Votos válidos mais os votos brancos divididos pelo número de cadeiras disputadas.

⁴⁵⁴ NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. RJ: Jorge Zahar Editor, 2004.

total recebido pela bancada do Partido Trabalhista do Brasil (PTB) e optou por ser senador do Rio Grande do Sul, ajudou a eleger diversos deputados e garantiu as cadeiras conquistadas na Câmara dos Deputados para seus suplentes. Essa situação provocou uma grande celeuma entre a UDN e o Tribunal Superior Eleitoral. A UDN - que defendia a candidatura à presidência do Brigadeiro Eduardo Gomes - exigia a depuração de Getúlio, e o TSE afirmava que isto não era possível após a eleição. Caso o Tribunal Eleitoral acatasse o processo da UDN, o partido poderia ter as cinco vagas que sobrariam do PTB no Distrito Federal.⁴⁵⁵

Agamenon Magalhães também foi eleito deputado federal pelo PSD, e com a vitória do General Eurico Gaspar Dutra, também do PSD, seria nomeado presidente do Banco do Brasil; segundo os jornais de oposição da época Agamenon teria solicitado o cargo.⁴⁵⁶

Pernambuco elegeu Novais Filho, ex-prefeito do Recife, e Etelvino Lins, que havia substituído Agamenon na Interventoria, para o Senado. O que mais surpreendeu à época foi o número de votos percebidos por Agamenon e Vargas em Pernambuco, especialmente no Recife e cidades circunvizinhas. Enquanto João Cleofas (UDN) obteve em torno de catorze mil quatrocentos e noventa e um votos, Agamenon conseguiu treze mil quinhentos e trinta e dois, e Gregório Bezerra (PCB) foi eleito com catorze mil trezentos e quarenta e um⁴⁵⁷. No Diário de Pernambuco da época temos um resultado quase conclusivo de um mil cento e sessenta e quatro votos para Getúlio Vargas. Dutra e o PSD venceram em todo o estado, no entanto, o PCB foi o grande vitorioso na capital: Yedo Fiúza foi o mais votado no Recife para a presidência.

Na maioria dos estados brasileiros o PTB ocupou o terceiro lugar nas eleições; em Pernambuco esse espaço foi ocupado pelo PCB. Em Porto Alegre ocorreu algo semelhante: o PCB conseguiu eleger um deputado federal, Abílio Fernandes, e, apesar da campanha anticomunista comandada pela Liga Eleitoral Católica (LEC), obtiveram também uma expressiva votação para Yedo Fiúza⁴⁵⁸.

Nos jornais da época encontramos vários artigos assinados por clérigos e leigos contra o comunismo. Não era raro que provocassem polêmicas e através de muitas edições ocorriam verdadeiros debates ou disputas de idéias. Foi o que aconteceu com um artigo do professor Andrade Bezerra, candidato a deputado pelo PDC em Pernambuco, que não conseguiu se

⁴⁵⁵ **Folha da Manhã** [matutino] Recife, 01 de janeiro de 1946.

⁴⁵⁶ **Jornal Pequeno**, janeiro de 1946.

⁴⁵⁷ Segundo dados do TRE publicados por PANDOLFI, Dulce. **Pernambuco de Agamenon Magalhães** Recife, Ed. Massangana, 1984. P. 116

⁴⁵⁸ Cf. RODEGHERO, Carla Simone. Confrontos no Pós-Guerra – O Anticomunismo e as eleições de 1945 e 1947 em Porto Alegre. In **Revista História Hoje. Revista Eletrônica de História**. Vol. 3 nº 8 dez/ 2005. Disponível em <www.anpuh.org> Acesso em 17 jan 2010.

eleger. Publicado no Diário de Pernambuco, no dia 29 de dezembro de 1945, o artigo “As Eleições e os Comunistas” detonava toda uma discussão sobre a eficácia da política social do Estado Novo de Agamenon Magalhães. Os jornais Folha da Manhã, Diário de Pernambuco e Jornal Pequeno eram os veículos da disputa; cada qual representativo de um segmento político. Em 1945, a Folha da Manhã ainda estava muito ligada à política de Getúlio Vargas; o Diário de Pernambuco e o Jornal Pequeno faziam a campanha da UDN⁴⁵⁹. E o PCB teria seu próprio jornal a partir do segundo semestre de 1945: a Folha do Povo.

Andrade Bezerra responsabilizava Agamenon e Vargas pelo resultado das eleições a favor dos comunistas. Acompanhando essa discussão, que percorreu várias edições, surgiram diversos editoriais, artigos de opinião, reportagens, denúncias e pequenas colunas. No Diário de Pernambuco e no Jornal Pequeno, o foco era basicamente em questões sociais, como: transporte, alimentação, mortalidade infantil, circulação da moeda e, principalmente, a questão da habitação, no que se refere ao problema dos mocambos – a *menina dos olhos* do governo-interventor de Agamenon Magalhães. O Diário e o Jornal Pequeno procuravam desconstruir a propaganda de sucesso da Cruzada contra os Mocambos. Tentavam mostrar o outro lado da campanha recorrendo a testemunhos de mocambeiros,. Compreendiam que o governo de Agamenon Magalhães não atendeu e não cumpriu os objetivos que traçou, pelo contrário, piorou as condições de vida das camadas populares.

O jornal Folha da Manhã, praticamente, apenas respondia e retornava as provocações defendendo e reeditando, quase que diariamente, toda a história da campanha contra os mocambos e exigindo a continuidade dos trabalhos de fiscalização e derrubada. O jornal aludia que Agamenon ao deixar o governo cuidou para que os trabalhos da Liga Social Contra o Mocambo continuassem - tanto que a entidade tornou-se autarquia estadual -, mas que as orientações não estavam sendo as mesmas, daí afirmarem que os mocambos voltavam a se multiplicar. Essa discussão a respeito da campanha contra os mocambos, surgia imediatamente após as eleições e juntamente com o debate sobre a votação que os comunistas obtiveram.

O momento político devia permitir esse debate, esse diálogo. O processo de redemocratização abria possibilidades para que seus agentes apresentarem posturas antes inimagináveis. No entanto, o cerceamento ainda se fazia presente. Ao passar a pasta para Etelvino Lins em fevereiro de 1945, Agamenon, possivelmente, visava manter o controle da chamada subversão, visto que o mesmo havia sido Secretário de Segurança Pública. Contudo,

⁴⁵⁹ Que se torna partidário da UDN quando é vendido em junho de 1945. Vide Capítulo II, página 82 desta tese.

os fatos que se seguiram, especialmente com a morte do estudante Demócrito, não convergiram para o clima de redemocratizar que o país buscava.

No entender do professor Andrade Bezerra, a votação dos comunistas era uma “atordoante surpresa”. Como ele mesmo afirmou, na sua ingenuidade, acreditava que a política social de Agamenon e Vargas havia realmente neutralizado a ameaça bolchevista. No entanto, as urnas diziam o contrário. No texto, Andrade Bezerra, além de culpar a política do Estado Novo, afirmava que os católicos cometiam “falta grave” ao “descansarem” – numa alusão aos Evangelhos – enquanto o governo trabalhava tomando medidas que, naquele momento, ele considerava falhas e contraproducentes. Nesse sentido, denunciava que os Institutos de Aposentadorias e Pensões só beneficiavam os grandes empresários, que as leis do salário não eram fiscalizadas, que os sindicatos eram agentes da política pessoal do governo e que a política habitacional só fazia agravar as condições de vida dos trabalhadores. Nesses termos, Andrade Bezerra justificava o sucesso dos comunistas nas urnas; e concluía que os mecanismos governamentais não funcionaram no combate ao comunismo.

O professor, então, conclamava os católicos para “em número e qualidade” contribuírem para a solução dos problemas destacados, numa responsabilidade social e acima de tudo cristã, de acordo com o que ensinava a doutrina social da Igreja. Assim, propunha:

Estudamos e reconhecemos corajosamente os erros e injustiças da ordem social existente, ainda tão distante e diversa da ordem social cristã, que propugnamos. Elevemos e alarguemos nosso próprio sentido de justiça social. Colaboremos para que sejam facilitadas e asseguradas condições mais humanas de vida para o povo, combatendo eficazmente o encarecimento e as dificuldades inoportáveis subsistência, que formam seu permanente tormento de cada dia.

A linguagem de Andrade Bezerra era impregnada pelo enunciado religioso. O jornal Folha da Manhã respondeu ao artigo no dia primeiro de janeiro de 1946, o atacando de uma forma irônica e sarcástica, lançava mão do passado: Acusava o professor Andrade Bezerra não só de contraditório, mas de falta de memória. O jornal relembra o discurso feito por Andrade em 1940, na época era diretor da Faculdade de Direito do Recife, quando, ao saudar o Presidente Vargas, o professor ressaltou o trabalho realizado por Agamenon frente os problemas sociais do Estado.

Andrade Bezerra foi um colaborador do Estado Novo, participou das reuniões e integrou a Comissão dos Estatutos e a Comissão de Propaganda e Ação Social da Liga Social Contra o Mocambo; fez parte, também, do Conselho Fiscal da Empresa Construtora de Casas Populares. O professor Andrade Bezerra, como, possivelmente, tantos outros políticos na época, tentava se desvincular dos laços que manteve com a ditadura. Mesmo Vargas e Agamenon buscaram se distanciar, pois, afinal, poderiam ter se candidatado à presidência e ao governo do Estado, respectivamente. Teria sido uma oportunidade para legitimar sua proposta política, mas, certamente, calcularam, que apesar dos quemistas, não seria uma boa estratégia confiar no efeito “Pai dos Pobres” em tão curto prazo. O sentimento do momento era pela retomada da ordem legal, pela manutenção da liberdade democrática. As lembranças dos desmandos do Estado Novo ainda estavam muito recentes. Ao atacar o Estado Novo, Andrade Bezerra acabava por se atingir também.

O jornal Folha da Manhã contestava Andrade Bezerra ao afirmar que os próprios candidatos promoveram o esquecimento, por parte das “massas operárias”, do nome dos seus benfeitores: Agamenon Magalhães e Getúlio Vargas. A campanha de contraposição à ditadura, no entender do jornal, fez com que a “a massa, desgostada pela injustiça”, se vingasse votando nos comunistas.

A Folha da Manhã, ao mesmo tempo em que louvava o processo democrático vivenciado pelo país, persistia em sua defesa do Estado Novo, e, nesse sentido, adotava uma linguagem irônica e até ofensiva frente às denúncias dos outros jornais, que faziam campanha pela UDN, se dirigindo diretamente a seus interlocutores.

Andrade Bezerra escrevia, principalmente, para os leitores católicos; os alertava do perigo comunista e da necessidade de uma tomada de posição mais efetiva e desvinculada das práticas anticomunistas empreendidas pelo Estado Novo. Sugeriu uma nova alternativa política. Seu discurso, certamente, partia do ressentimento pela ausência do esperado apoio católico nas eleições, que indicava ter sido seu fator de derrota. Contudo, o professor não levava em consideração que os eleitores poderiam não ter esquecido de sua participação no Governo de Agamenon...

A “atordoante surpresa” eleitoral comunista se repetia em outros centros do país. Talvez, alguns detalhes que possam ser articulados com esse sucesso tenha sido a participação da Rússia colaborando com as forças aliadas contra Hitler, portanto, contra o fascismo e o nazismo. Fato que sugeriu uma imagem mais patriótica dos comunistas. Outro detalhe seria a postura do PCB em levar em conta a liberdade democrática oferecida por Vargas: a oportunidade de anistia e a garantia da constituinte. Quanto aos ataques da Igreja, entendiam

como antiunitarismo, e não como anticomunismo. A Igreja rebatia considerando falsa a política das mãos estendidas⁴⁶⁰.

No Recife, apesar dos dispositivos culturais e mecanismos de repressão empreendidos pelo Estado Novo, o comunismo, as idéias socialistas, de alguma forma sobreviveram e aproveitaram o pequeno intervalo de liberdade para se fazerem presentes, e mesmo novamente na ilegalidade persistiram.

Nos arquivos da Câmara Municipal do Recife encontram-se documentos que registram a presença combativa de vereadores comunistas e simpatizantes ao comunismo, nem todos eram propriamente do partido, mas apoiados pelo partido, ou melhor, poderíamos dizer que as camadas populares, especialmente os trabalhadores organizados, ofereciam apoio àqueles candidatos que se destacavam como líderes populares, personalidades sensíveis às condições de vida e trabalho do povo.

Apesar da extinção dos mandatos dos vereadores considerados comunistas em 1950, parlamentares ainda continuaram, especialmente o vereador Vandenkolk Vanderlei, a denunciar ações dos comunistas e a exigir mais rigor das autoridades. Em 1951, em discurso na Câmara, Vandenkolk destilou toda sua aversão aos comunistas ao relatar o cerco de dois dias que a polícia empreendeu ao jornal Folha do Povo, sendo que “o deputado não eleito Carlos Duarte” requereu na Justiça o impedimento da ação, mas o Secretário de Segurança manteve alguns investigadores vigiando a sede do jornal...

[...] porque os atrevidos comunistas avisaram não às autoridades, mas a certas pessoas do povo, simpatizantes do Partido comunista, de que ontem às 18 horas haveria uma marcha sobre a cidade do Recife com 300 comunistas, vindo dos altos de Casa Amarela, era a primeira investida, o primeiro caminho que os comunistas iam sondar a força, a disposição da polícia, isto é, se tivessem êxito tentariam com 600, vindos outros 300 de Água Fria e conforme as circunstâncias outro contingente vinha do lado dos Afogados até que aquela situação da Checoslováquia se repetisse em Recife e tomasse vulto pelo Brasil a fora. Mas, na verdade, depois das 17 horas, cerca de 100 indivíduos em plena luz do dia, numa praça mais movimentada do Recife, como a Sergio Loreto, um grupo se dirigiu à polícia que estava nas imediações, espancando barbaramente um policial deixando-o caído ao solo sendo até pisado em sua face. Contam na presença de muita gente que esse auxiliar da polícia chegou até a ajoelhar-se, pedindo para não se mais espancado e depois dessa medida a polícia não teve outro caminho a seguir senão para mostrar que a polícia está disposta a manter a ordem a todo custo e o Sr. Secretário da Segurança mandou para o local cerca de 40 praças e lá eu estava e não se dirigiram absolutamente nem se quer às calçadas da

⁴⁶⁰ RODEGHERO, Carla Simone. Op.cit.

“Folha do Povo”, ficaram na calçada do Jardim afim de impedir aquela marcha que se dizia vir de Casa Amarela. Depois, os soldados, parece-me, da Base Naval, ou Aérea, chegaram até a vizinhança da Praça, daí os comunistas sem respeito às pessoas desavisadas na Praça e nos arredores dispararam várias armas contra a polícia, chegando isso ao cúmulo da ousadia de 4 ou 5 cafajestes armados de armas curtas atiraram numa força policial armada a fuzil e até a metralhadora. Se isso não é provocação, se isso não é a ameaça à democracia, não sei mais o que significa violências, nem defesa social. Ainda assim, os soldados não atiraram e mandaram comunicar ao Sr. Secretário da Segurança Pública que chegou operado como estava, deixou seu leito e veio para praça pública e se dirigiu à porta, diante de todo mundo pedindo que eles respeitassem a vida alheia, como estavam sendo respeitados. Apesar de encurralados, há dois dias, a polícia os tinha respeitado e queria que viesse aquele grupo de Casa amarela, tomasse a “Folha do Povo” e se aquartelasse e depois desse prejuízo mais grave à família pernambucana, enquanto o Sr. Secretário de Segurança falava do lado de fora, porque já parecia uma repartição soviética, de portas fechadas com ferro, foi mais uma vez alvejado à bala. Atiraram na força policial e atiraram no rosto do sr. Secretário de Segurança Pública e que poderia fazer a polícia? Eu, como sempre tenho acusado a polícia e especialmente o Sr. Coronel Viriato de Medeiros, sou forçado agora, por um imperativo de ordem moral a dizer que o Secretário não desejava combatê-los e que suportou até não poder mais. Mandou que a polícia exercesse sua ação preventiva, disse que se considerava num plano superior e que cada homem agisse como homem em defesa própria e em defesa da lei. Os policiais diante dessa ordem, que não precisava mais ser, penetraram na “Folha do Povo” e lá encontraram um verdadeiro arsenal de guerra, arma, munições, revolveres, pistolas “comblain”, punhais vazados de ambos os lados, balas, caixas de balas e até víveres como se quisessem estar ali preparando uma subversão de longo curso; e tudo isso, e todo o material de propaganda subversivo está apreendido na polícia. Elementos subversivos aconselhando o povo a se dirigir à Goiana e fazer voar pelos ares as fábricas que lá existem, alegando ordem desse bandido que é Luiz Carlos Prestes e a comparecerem onde está essa estação norte-americana, devidamente instalada com o consentimento do governo brasileiro diante do tratado nacional, pretendendo despedaçar essa estação, prender os americanos e surrá-los. Qual seria, senhores, a nossa repulsa, se soubéssemos que na embaixada brasileira, América do Norte, os nossos irmãos fossem trucidados ou espancados pelos americanos? Porque nós vamos consentir que indivíduos antipatrióticos, indivíduos sem classificação, porque comunista não tem classificação, se dirijam a esse local que cabe ao governo brasileiro amparar com a sua força para sustentar a sua palavra, para sustentar o seu tratado, para ali, Sr. presidentes e srs. vereadores, assassinar os americanos ou espancá-los? Isso pareceria uma situação vexatória para o Brasil se essa propaganda de guerra, a mesma causa prevista como crime na própria Constituição, no seu artigo 191, parágrafo 5º, parte final, que não será tolerada a luta contra classes e essa classe que se chama subversiva, contra esse interesse social.

[aparte de José Cupertino sugeria “consignar em ata um voto de aplausos à polícia civil, militar e da aeronáutica, pelas medidas brilhantes e patrióticas que tomaram”]

Wandenkolk Wanderlei – É a parte final do meu requerimento. Portanto, Sr. Presidente e srs. Vereadores: eu não combato sistematicamente o regime, eu combato sistematicamente o partido comunista, porque esse partido se apresenta com a pecha da traição e da maldade. Onde está um comunista está

um bandido traidor. É por isso que tenho lutado, sr. Presidente e srs. Vereadores, contra esses comunistas, contra este caso em que o homem comunista perde a sua personalidade e por isso que lutei para expulsar desta Câmara aqueles 12 servis adeptos do Sr. Stalin e continuo lutando para que não voltem, porque comunistas disfarçados como o Sr. Jeferson Ferreira Lima, um bandido tanto quanto aqueles que saíram, porque os comunistas perdendo a personalidade, não têm mais razão, não tem mais consciência nem virtude dentro deles, só tem nos ombros a traição. [...] ⁴⁶¹.

Três de janeiro é o aniversário natalício de Luis Carlos Prestes. Todo ano a Folha do Povo se aliava às festividades, conferências, palestras e reuniões promovidas pelo PCB e seus militantes, e também oferecia festas, bailes e homenagens ao Cavaleiro da Esperança. Em 1948, Prestes completava cinquenta anos e o partido, além de celebrar o sucesso nas eleições municipais, reforçava a luta contra a cassação dos mandatos. A “Semana Luiz Carlos Prestes” tinha como programação: salvas de fogos das cinco às seis horas da manhã no dia três; um grande piquenique do povo, em Gaibú, na manhã do dia quatro de janeiro; e, à tarde, aposição do retrato do Senador Prestes na redação do jornal “com a presença de jornalistas, deputados, vereadores e homens do povo”.



Fig. 93 – Retrato de Luiz Carlos Prestes por A. Petricci⁴⁶². Folha do Povo. Recife, 28 de setembro de 1947.

Na Rádio Clube, durante a semana, seriam irradiadas palestras: de Paulo Cavalcanti, do prof. Salvador Nigro e do prof. Arnaldo Marques; como também, se apresentariam artistas

⁴⁶¹ RECIFE, Câmara Municipal do. **Discurso pronunciado pelo Vereador Vandenkolk Vanderlei, na reunião extraordinária de 5 de janeiro de 1951**. 05fls. P. 1-3. [documento não encadernado].

⁴⁶² Não sabemos se é a mesma imagem exposta na sede do jornal.

“amigos e admiradores” de Luís Carlos Prestes. Conferências estavam confirmadas para acontecer nos bairros da Boa Vista, Santo Amaro, Afogados e Iputinga, respectivamente: de Adalgisa Cavalcanti, Carlos Duarte, do vereador José Albino de Miranda e do deputado José Leite Filho⁴⁶³. As palestras na Rádio Clube iniciariam no dia trinta e um de dezembro, mas o Comando da 7ª Região militar ordenou que o Governo do Estado proibisse a transmissão⁴⁶⁴, como também foi proibido um festival artístico a ser realizado no Teatro Santa Isabel⁴⁶⁵.

Quanto aos acontecimentos de 1951 relatados pelo vereador Vandenkolk, as manifestações e a grande passeata prevista para ocorrer no centro da cidade faziam parte das festividades de aniversário de Prestes, assim como o material impresso apreendido nas oficinas do jornal. Se a ação extrapolava as comemorações, tendo em vista o armamento também apreendido e afirmações estampadas nos jornais como esta: “O poder popular se conquista com ações revolucionárias de massa”, não o sabemos. O Coronel “Rapa-Coco”, como a Folha do Povo se referia ao Coronel Viriato Correa, impediu as manifestações pelo aniversário de Prestes, prendeu os aquartelados na sede do jornal, inclusive mulheres, que se renderam sob condição de garantias de vida e de preservação do patrimônio das oficinas do jornal, o que, segundo eles, não foi cumprido, as oficinas foram depredadas. Em edição extraordinária, um simples folheto de duas páginas, a Folha do Povo publicou o seu relato sobre o que aconteceu naqueles dois dias, inclusive explicava de maneira jocosa que o general não foi atingido por um tiro no rosto e sim que, ao tentar lançar uma bomba de gás lacrimogêneo para dentro do prédio, desastradamente a deixou cair. Ao detonar, estilhaços atingiram o seu rosto⁴⁶⁶.

Vandenkolk Vanderlei em sua narrativa, além de, obviamente, querer justificar a ação policial e até demonstrar certo desapontamento pela polícia ter “respeitado” a Folha do Povo e não ter agido imediatamente, e considerar, para a defesa do governo, que o Coronel Viriato resistiu o quanto pode em entrar em confronto com os comunistas, desenha a imagem de uma verdadeira praça de guerra no centro do Recife. Contudo, dos seiscentos comunistas prometidos, que viriam de Casa Amarela e Água Fria, apenas cem apareceram, e “4 ou 5 cafajestes armados de armas curtas” atiraram contra a Força Policial. Vandenkolk criou o

⁴⁶³ Cinquentenário de Prestes. **Folha do Povo**. Recife, 31 de dezembro de 1947. A comissão promotora era composta pelo: suplente de deputado Paulo Cavalcanti, presidente da comissão; Eng. Murilo Coutinho, jornalista Edmundo Celso, deputada Adalgisa Cavalcanti; vereador Salvador Nigro; comerciante Jorge Chaves de Oliveira; deputado Leite Filho; comerciante Lauro Góis; comerciante Alfredo Ferreira; jornalista Carmita Jungmann e o vereador Andrôniço Barros.

⁴⁶⁴ Censura Radiofônica em Pernambuco. Proibidas as Conferências sobre Prestes. Novo atentado contra a Constituição. **Folha do Povo**. Recife, 01 de janeiro de 1948.

⁴⁶⁵ Manifestações de Regozijo no Aniversário de Prestes. **Folha do Povo**. Recife, 03 de janeiro de 1948.

⁴⁶⁶ **Folha do Povo**. Edição Extraordinária. Recife, 05 de janeiro de 1951.

monstro e depois o desfez, poderia ser pior ou, na verdade, nada disso procedia. Ao mesmo tempo em que denunciava a gravidade do fato, afinal a Folha do Povo escondia um verdadeiro arsenal de guerra, também desqualificava o movimento, que de um grande contingente se reduziu a uns poucos elementos subversivos “sem personalidade”. Não tinha meias palavras; os comunistas eram cafajestes, traidores, bandidos, malvados e sem personalidade; nessa última expressão, utilizava o senso comum de estarem a mercê de influências exteriores indesejadas ao país e à “família pernambucana”. O jornal Folha do Povo também não ficava atrás nos adjetivos que tomavam o lugar do nome Vandenkolk Vanderlei em seu noticiário: “o tarado assassino”. E no Folha da Manhã se reproduziu o diálogo entre Paulo Cavalcanti e Mário Melo na Assembléia, em que Paulo assim se referia sobre Vandenkolk: “ainda há poucos aquele sabujo policial ‘fantoche’ sem nenhum resquício de dignidade, arrotava o direito de porta-voz oficioso desses chefes militares”⁴⁶⁷.

Mas, os comunistas também poderiam considerar que alguns brasileiros não tinham personalidade por se submeterem ao imperialismo capitalista norte-americano. E assim, Vandenkolk Vanderlei ressaltava o impacto internacional que resultaria do fato dos norte-americanos serem um dos possíveis alvos da ação subversiva e se referia aos transeuntes, simplesmente, como os “desavisados”, pois Vandenkolk já vinha alertando a todos do perigo vermelho. Não sossegou enquanto não expulsou os doze vereadores servos de Stalin, “12 infames”, e trabalhava para que não retornassem. Naquele momento, se debatia pela possibilidade da presença do funcionário Jefferson Ferreira Lima, encarregado das atas, que havia sido expulso da Casa, segundo ele, por comandar o Partido Comunista de dentro da Câmara; mas o juiz Tomás Aquino Cirilo Wanderlei concedeu mandado de segurança a Ferreira Lima ao considerar quorum insuficiente na decisão da Assembléia: “esse homem de coração deu despacho concedendo a volta desse abutre, a esse homem que me causa nojo e tenho até vergonha de enxergá-lo, mas continuarei a minha luta e apelo a cada vereador que pergunte a si mesmo se é brasileiro ou auxiliar da linha moscovita”. Vandenkolk, no entanto, não usava dos mesmos termos com os magistrados, pelo contrário dizia serem cultos e honestos: “o Dr. Tomas Cirilo concedeu mandado de segurança, tenho certeza, pelo coração e não pelo saber jurídico [...]”⁴⁶⁸.

A expressão intolerante do vereador Vandenkolk se fazia em nome de uma democracia. Uma democracia que temia a ação popular, haja vista que o vereador localizava

⁴⁶⁷ **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 28 de junho de 1950.

⁴⁶⁸ RECIFE, Câmara Municipal do. **Discurso pronunciado pelo Vereador Vandenkolk Vanderlei, na reunião extraordinária de 5 de janeiro de 1951**. 05fls. P. 1-3. [documento não encadernado].

focos de revolta nos bairros mais populares da cidade: Água Fria, Casa Amarela e o tradicional bairro proletário dos Afogados. Lugares que, naquela época, lutavam contra o foro, pelo direito a propriedade, por água, pavimentação e transporte, que haviam depositado suas esperanças naqueles “infames” vereadores comunistas expulsos da Câmara Municipal.

IV. 2 A Luta pela Autonomia

O eixo de uma tese é uma problemática que se elege para ser desvelada, e também o fio condutor da narrativa. Enquanto projeto, algo que chamou a atenção, ao observarmos a superfície do cenário pós-Estado Novo no Recife, foi o fato de num período de dez anos, 1945-1955, o município ter sido administrado por nove prefeitos nomeados⁴⁶⁹. A primeira idéia era pesquisar se essa situação sucessiva afetou de alguma maneira o cotidiano da cidade, se provocou reações ou manifestações e, obviamente, as razões de mandatos tão curtos. As fontes, no entanto, nos ofereceram questões que extrapolaram à problemática inicialmente delineada, e percebemos que esse detalhe se inseria em processos de reajustamentos e alterações históricas mais complexas: A mudança de regime político em meio à persistência de dispositivos ditatoriais; a democracia como imperativo frente a práticas e concepções autoritárias - e, na época, denunciadas como nazifascistas -; as disputas eleitorais significando oportunidade de participação política para as camadas populares e, por outro lado, ameaça para os interesses tradicionalmente dominantes; e o atrelamento do Estado brasileiro à política anticomunista norte-americana. Eram condições que possibilitavam uma experiência democrática baseada numa liberdade controlada, e que dificultava a conquista da autonomia, especialmente, quando essa autonomia poderia transgredir a ordem político-social, muitas vezes, travestida de segurança nacional.

Além da cassação dos mandatos dos vereadores comunistas, a Câmara do Recife teve que enfrentar leis e decretos que pretendiam cercear sua autonomia legislativa, como também, o direito do cidadão recifense de eleger seu prefeito. Por diversas vezes, a Câmara teve suas decisões tolhidas por impedimentos criados, particularmente, pela Secretaria de Segurança do Estado, como no caso da “diminuição da passagem para estudantes e militares”, que era uma lei municipal (nº 108) regulamentando uma lei estadual, e que despertou o interesse da polícia civil, contínuos e serventes do IPSEP. A Secretaria de Segurança, em portaria que impedia a aplicação da lei, segundo o vereador Paes de Andrade, visava evitar distúrbios que aconteciam

⁴⁶⁹ José dos Anjos (1945-1946); Pelópidas da Silveira (fev- agosto de 1946); Clóvis de Castro (1946-1947); Antonio Alves Pereira (1947-1948); Manuel Cezar de Moraes Rego (1948-1951); Antonio Alves Pereira (1951-1952); Jorge Martins (1952-1953); José do Rego Maciel (1953-1955); e Djair Brindeiro (mar-dez de 1955). Em 1955, Pelópidas da Silveira foi eleito prefeito do Recife.

por parte de “certos agitadores”⁴⁷⁰. Diante das preferências partidárias da cidade, tudo foi feito para evitar que um comunista assumisse pelo voto a prefeitura do Recife. E não só o Recife, mas mais dezoito cidades e portos viviam situação semelhante, sendo enquadrados no projeto de lei 748, entre elas São Paulo e Porto Alegre⁴⁷¹.

A idéia de uma guerra eminente, entre países capitalistas e comunistas, era alimentada pela imprensa anticomunista, no sentido de reforçar a posição estratégica do Recife em caso de um novo conflito mundial. A situação da Guerra da Coréia, em que se ameaçava se recorrer novamente ao uso da bomba atômica, agravava esses temores. As manchetes nos jornais, especialmente na Folha da Manhã, chamavam a atenção dos leitores para esses conflitos no exterior. Para o Diário de Pernambuco, o Recife estava sob o domínio dos vermelhos, e a influencia comunista na região era facilitada pela conviência do governo de Otávio Correia e pelos acordos eleitorais celebrados entre o PSD e os comunistas. O Ministro da Guerra, General Canrobert, esteve no Recife em outubro de 1947, dias antes das eleições municipais, e, em entrevista coletiva, questionado sobre a possibilidade de intervenção em Pernambuco teria respondido que “isso só existia na cabeça dos provocadores”. Os provocadores, na visão do editorial do Diário de Pernambuco, eram os comunistas e quemistas que dificultavam a relação do estado como o governo federal. A presença da comitiva dos oficiais suscitou manifestações desses grupos no Parque Treze de Maio, que chamavam os generais de fascistas. O jornal expôs a situação do Recife e de Jaboatão dos Guararapes e alertava o general para não “querer ser aquele capitão que não cuidou”. Visto que ...

Os provocadores tudo fazem por criar aqui um clima de agitação, de sorte a dificultar o governo federal. E sendo o Recife uma cidade-base, interessando profundamente à defesa do país e do hemisfério, o trabalho dos amigos do governo é abrir uma brecha nesse baluarte de defesa, para entregá-lo nas mãos do inimigo.

Ora, não é possível que o governo federal se mantenha alheio a essas cousas. O fato de ter vindo ao Recife o ministro da guerra é a prova de que o presidente da República não está despercebido da importância estratégica que representa este bastião de defesa continental; e sobretudo agora, que os

⁴⁷⁰ RECIFE, Câmara Municipal do. **Ata da 1ª Reunião da 3ª Sessão da Assembléia Extraordinária de 12 de julho de 1948**. P. 03-04

⁴⁷¹O decreto-lei se baseava no §2º do artigo 28 da Constituição de 1946, que considerava “portos e bases militares de excepcional importância para a defesa do país”, sendo eles: Manaus (Amazonas); Belém (Pará); Natal (R. G. do Norte); Recife (Pernambuco); Salvador (Bahia); Niterói e Angra dos Reis (Estado do Rio); São Paulo, Santos e Guarulhos (São Paulo); Florianópolis e São Francisco (Santa Catarina); Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, Gravataí e Canoas (R. G. do Sul); Corumbá (Mato Grosso). **Diário de Pernambuco**. Recife, 23 de outubro de 1947.

comunistas de todo mundo estão intimamente ligados ao Bureau de Belgrado, de que recebem o santo e a senha.⁴⁷²

O Diário de Pernambuco se aliava ao anticomunismo do governo Dutra. A defesa da liberdade democrática, tão presente nos editoriais dos primeiros tempos de abertura, era sacrificada por se crer que o comunismo significava um perigo para a ordem democrática no país. Comunismo era associado à revolução, totalitarismo, fim da propriedade privada e das liberdades individuais, submissão a uma nova ditadura monitorada por uma potencia externa, a União Soviética.

Os militantes do PCB, por seu lado, saíram em defesa da autonomia municipal mobilizando a sociedade, especialmente as camadas populares e o movimento operário. Uma campanha que era conjugada com a defesa da Constituição, da democracia, do direito de participação legal do PCB e dos mandatos dos parlamentares eleitos pela legenda, e mesmo a preservação dos direitos daqueles eleitos por outras legendas, inclusive pelo PSD de Agamenon Magalhães, e da própria UDN em alguns municípios do interior.

Em artigo no Folha do Povo, Gregório Bezerra avaliou que o anteprojeto que discriminava cidades e portos brasileiros como base militares de “excepcional importância para a defesa do país [...] constitui, não há dúvida, mais uma aventura ditatorial do governo, uma nova tentativa de retardar a marcha da democracia em nossa terra”⁴⁷³.



Fig. 94 – Gregório Bezerra “vítima preferida dos novos nazistas”. *Folha do Povo*. Recife, 16 de janeiro de 1948.

⁴⁷² Os Provocadores. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 de outubro de 1947.

⁴⁷³ BEZERRA, Gregório. Saibamos Lutar pela Autonomia da nossa Capital. *Folha do Povo*. Recife, 15 de outubro de 1947.

Gregório Bezerra era candidato à Prefeitura do Recife. Após a cassação dos mandatos em janeiro de 1948 teve a casa vasculhada e, assim como os outros deputados comunistas cassados, foi preso. Logo depois foi acusado de provocar um incêndio no 15º Regimento de Infantaria de João Pessoa, na Paraíba, mesmo estando a quilômetros do local. Sua prisão e julgamento motivaram grande mobilização popular por sua liberdade.

Em julho de 1947 a Assembleia Constituinte de Pernambuco havia se reunido e entre as emendas estava a de autoria do deputado comunista José Leite Filho, que estabelecia a autonomia do Recife, e foi aprovada com unanimidade⁴⁷⁴. No dia 25 de julho a nova Carta Constitucional de Pernambuco foi promulgada em meio a um “espetáculo de vibração cívica”, no qual “grande massa popular” e “organizações sindicais”, principalmente os tranviários, alfaiates e trabalhadores da construção civil, ocuparam o edifício e as cercanias da Assembléia Legislativa portando faixas, cartazes, aclamando Prestes e o PCB e vaiando Dutra e o Partido da Representação Popular, o PRP. A Coligação Pernambucana assinava a Carta Magna de Pernambuco com restrições. Segundo o jornal *Folha do Povo*, o deputado Gilberto Osório, em seu pronunciamento, classificou “as conquistas populares como as subprefeituras, a isenção de impostos aos que vivem de salário e vários outros dispositivos progressistas” como “aberrações jurídicas”⁴⁷⁵. Já o líder do PRP, Lídio Paraíba, foi fortemente vaiado pela multidão por estar representando os “restos do fascismo e devido a sua atuação nos trabalhos constitucionais quando fez votação cerrada com a Coligação, procurando expurgar a nossa Carta de seus dispositivos progressistas”⁴⁷⁶.

No início de outubro os defensores da autonomia municipal intensificaram suas manifestações, sendo destaque nos comícios dos candidatos populares, em que também era exigida a legalidade do PCB. Na Assembleia Legislativa o deputado Valdú Cardoso lançou uma moção de reprovação ao projeto que declarava Recife, Olinda, Jaboatão e outras cidades do país bases militares. Os deputados Lael Sampaio, Padre Felix Barreto e Antonio Heráclio (todos da Coligação Pernambucana) foram contrários à moção. O Padre Félix pretendeu evitar que a moção fosse enviada à Câmara Federal e à representação pernambucana. Argumentou que sendo o projeto de lei, em tramitação, referente aos artigos 28 da Constituição Federal e 126 da Estadual, a moção deveria receber parecer da Comissão de Constituição e Justiça antes

⁴⁷⁴ Conquistada a Autonomia. **Folha do Povo**. Recife, 12 de julho de 1947.

⁴⁷⁵ Espetáculo de Vibração Cívica a Promulgação da Carta Magna. **Folha do Povo**. Recife, 26 de julho de 1947. 1^ap.

⁴⁷⁶ Idem.

de ser enviada. Mas, foi voto vencido⁴⁷⁷. A moção foi aprovada por “esmagadora maioria”, o Padre Félix foi o único voto contra.

O deputado Leivas Otero em sua defesa da moção ressaltava que o projeto 748 era constitucional, mas estava servindo aos interesses dos inimigos da democracia “que possuidores de um anticomunismo histórico pretendem fazer nomear os prefeitos das cidades como Recife, Santos, Niterói, Porto Alegre e outras cidades onde os comunistas obtiveram a maioria esmagadora dos votos”. E, buscando sensibilizar seus colegas de assembléia - principalmente aqueles que devotavam especial valor à história de Pernambuco, que cultuavam a imagem guerreira e insubmissa deste povo -, Leivas Otero se referiu à “luta autonomista do povo pernambucano, marcadamente com Frei Caneca e outros bravos que jamais recuaram diante das intervenções indébitas do governo federal, então o governo imperial”. O deputado não negava a condição militar do Recife, mas considerava que não havia incompatibilidade com a eleição do prefeito, pelo contrário, compreendia que as possibilidades de defesa nacional se ampliariam com um governante eleito pelo povo. Entendia como incoerência a atuação dos deputados federais do PSD, que tanto lutaram contra a intervenção federal. Entre eles, Barbosa Lima Sobrinho, que votou pela urgência do projeto 748, parecendo se vingar da cidade que um dia chamou de cruel⁴⁷⁸.

O Tribunal Regional Eleitoral chegou a lançar as regras para as eleições de prefeito, vice-prefeito e subprefeito e a registrar as candidaturas, quando, em 22 de outubro, o Presidente Dutra sancionou a lei nº 121, aprovada pelo Congresso, “considerando bases, os portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país, e nos quais os prefeitos serão nomeados pelos governadores dos Estados e não eleitos”. Quem já havia sido eleito, como foi o caso de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, teve seu mandato cassado, e quem havia se candidatado teve seu registro cancelado⁴⁷⁹.

No dia seguinte em que a lei das cidades-base foi aprovada, um pronunciamento de Luiz Carlos Prestes defendendo a autonomia do Recife foi publicado na Folha do Povo. Para Prestes e José Maria Crispim, os lugares declarados bases militares perdiam as garantias que, em caso de guerra, estariam asseguradas pelo direito internacional de cidade aberta. Sendo assim, a responsabilidade se tornava maior, pois era necessário se custear todo um sistema de defesa para os aglomerados urbanos. Prestes e Crispim denunciavam em seus discursos que as razões para essa decisão não foram esclarecidas pelo Conselho de Segurança Nacional. “O

⁴⁷⁷ Contrários à Autonomia. **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 03 de outubro de 1947.

⁴⁷⁸ Leivas Otero desmascara os inimigos da autonomia do Recife. **Folha do Povo**. Recife, 08 de outubro de 1947.

⁴⁷⁹ Declaradas as Cidades-bases. **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 24 de outubro de 1947.

projeto foi gerado pelo medo do povo que o fanatismo anticomunista transforma em ódio”, temor a agrupamentos políticos, à livre escolha do sufrágio popular⁴⁸⁰. O PSP ainda tentou um recurso junto ao Tribunal Superior Eleitoral contra a decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco em cumprir o disposto na Constituição e na lei nº 121, portanto, não realizando as eleições para prefeito, vice-prefeito e subprefeito da capital, o que lhe foi negado provimento⁴⁸¹.

Contudo, como se não bastasse o impedimento em eleger seu prefeito, o Recife correu o risco de submeter ainda mais a sua soberania ao ser votada a emenda do deputado Magalhães Melo à Constituição de Pernambuco. Nela o cargo de prefeito das cidades-base seria cargo de confiança do governador e a Câmara Municipal não precisaria ser ouvida, assim como não analisaria os vetos do prefeito. Os vereadores do Recife protestaram veementemente contra esta emenda por sessões seguidas. Segundo o vereador Antonio Moury Fernandes “[...] se tratava de um atentado à democracia a aos direitos do povo, que todos os vereadores da Câmara Municipal do Recife deveriam repudiar sem paixões partidárias”⁴⁸². E foi o que aconteceu. A ponto de Carlos Duarte se congratular com Vandenkolk Vanderlei ao lhe dar razão por afirmar “que o povo estava sendo tolhido em sua autonomia”⁴⁸³. Os vereadores comunistas assinalavam em seus pronunciamentos que o fato de não poder se eleger o prefeito do Recife já era um primeiro passo para a “implantação da ditadura em Pernambuco”⁴⁸⁴. O vereador José Albino aproveitou a ocasião para chamar a atenção de todos de que “naquele momento os comunistas se uniam com os representantes de todas as outras bancadas na defesa do Município do Recife, o que provava que os comunistas marchavam sempre com os homens que defendiam a democracia”⁴⁸⁵. Na mesma reunião, o vereador Demócrito da Silveira havia protestado contra a prisão de comunistas.

Com exceção dos votos de Sergio Godoy e Paes de Andrade, foi decidido, na reunião do dia 10 de agosto de 1948, que “todos os vereadores incorporados” encerrariam a próxima sessão e iriam à Assembleia Legislativa do Estado protestar contra a emenda do deputado Magalhães Melo. Na sessão de doze de agosto Antonio Moury Fernandes lançava o requerimento de que fosse “indicado em todas as reuniões ordinárias um vereador para defender a autonomia do Município, e discorrer pela constitucionalidade ou não da emenda

⁴⁸⁰ Prestes defende a autonomia do Recife. **Folha do Povo**. Recife, 23 de outubro de 1947.

⁴⁸¹ Pelo Superior Tribunal Eleitoral. Mantida a decisão do TER de não eleição para prefeito do Recife. **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 26 de novembro de 1947.

⁴⁸² RECIFE, Câmara Municipal do. **Ata da 1ª reunião da 3ª sessão ordinária, em 10 de agosto de 1948**. P. 05.

⁴⁸³ RECIFE, Câmara Municipal do. **Ata da 1ª reunião da 3ª sessão ordinária, em 10 de agosto de 1948**. P.06.

⁴⁸⁴ Idem. [vereador Antonio Marques]. P. 06.

⁴⁸⁵ Idem. P. 07.

Magalhães Melo até o encerramento do assunto”. Nessa mesma discussão o vereador Demócrito da Silveira solicitou esclarecimentos, e providências do presidente da Mesa, a respeito do Prefeito Moraes Rego não estar cumprindo as deliberações da Câmara, particularmente sobre uma lei número quinze que não estava sendo executada; fato que era compreendido como “um desrespeito a autonomia do Recife através da Câmara Municipal”.

Além desse fato reclamado pelo vereador Demócrito da Silveira, houve uma discussão a respeito de que se deveria lançar um voto de desagrado ao Prefeito Moraes Rego ou enviar uma comissão para conversar com o mesmo, devido uma entrevista que ele concedeu ao Jornal do Commercio no dia 10 de agosto, na qual demonstrou aprovar a emenda Magalhães Melo. Os cinco vereadores da bancada do PSD se posicionaram contra as ações propostas, e o vereador Paes Andrade revelou-se favorável a emenda Magalhães Melo. Os demais vereadores decidiram pelo voto de desagrado proposto pelo vereador Ranilson de Sá Barreto (UDN), ao considerarem as informações oferecidas pelo vereador Sergio Godoy (PSD) de que a entrevista publicada “relatava fielmente as palavras do senhor Prefeito”. Vandenkolk Vanderlei (UDN) e Romildo Gomes (PL) fizeram declaração de voto reafirmando que votaram em razão do prefeito ter se mostrado favorável à emenda que feria a autonomia da Casa e do povo do Recife.

Nova discussão se formou ao votarem sobre a solicitação de Moury Fernandes para que cada vereador discorresse sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da emenda. Aguinaldo Correa aproveitou o momento para ressaltar que “se devia acabar de uma vez por todas que se defender a democracia era agitação comunista”. Mas, a bancada do PSD votou contra, por entender que se “tratava simplesmente de agitação”; e o vereador Sergio Godoy explicou que seguiam as orientações do deputado Magalhães Melo; e que, na ausência do deputado federal Agamenon Magalhães, o Governador Barbosa Lima era o chefe do PSD⁴⁸⁶ e que este também era favorável à emenda, portanto, ser contra era “pura agitação”.

Vandenkolk Vanderlei e Romildo Gomes novamente se pronunciaram a favor dos pronunciamentos. Romildo asseverava que, “a emenda em apreço, arrebata um direito do vereador e sobretudo asfixiava o pensamento livre do povo do Recife”. O requerimento do vereador Moury Fernandes foi aprovado.

Seguiram-se, então, a cada sessão da Câmara, os discursos dos parlamentares que foram anexos às referidas atas. Todos argumentaram partindo da compreensão de que a autonomia municipal constituía a base de qualquer democracia, portanto, nem a União, nem o

⁴⁸⁶ RECIFE, Câmara Municipal do. **Ata da 3ª reunião da 3ª sessão ordinária, em 12 de agosto de 1948.** P. 06. Retificada na **Ata da 4ª reunião da 3ª sessão ordinária, em 13 de agosto de 1948.** P. 01.

poder do Estado poderiam intervir. Os primeiros a discursarem foram os vereadores: Carlos Duarte, Vandenkolk Vanderlei e Ranilson Sá Barreto, todos advogados; assim, enfatizaram o ângulo jurídico da questão. Sá Barreto, por sua vez, leu o Manifesto Municipalista da quinta convenção do Partido da Representação Popular (PRP)⁴⁸⁷. Os demais vereadores, em sua maioria, reafirmaram os argumentos defendidos pelos três primeiros oradores e buscaram analisar a proposta de emenda do deputado Magalhães Melo pela perspectiva política.

O vereador Claudino Lourenço de Albuquerque (PSP), por exemplo, criticou o deputado por lembrar-se de cercear o direito dos vereadores em analisar os vetos do prefeito e esquecer-se: dos “trabalhadores da Resistência, da Estiva e das Docas, do carvão e dos transportes marítimos e terrestres”, que viviam nas praças à procura de trabalho; e dos “preços do chão de casa” que aumentavam de “maneira escandalosa”, assim como dos alugueis. Para Claudino, o deputado Magalhães Melo deveria se preocupar em “colocar água, luz e escolas na Bela Vista, na Mustardinha, em Fernandinho, em Água Fria, em Fundão, no Alto do Céu, no Alto do Mandú, no Alto José do Pinho, e em outros lugares que precisam destes benefícios”, assim como lançar projetos e emendas para “diminuir a carestia de vida”. Claudino Lourenço ressaltava em seu discurso que “todos os vereadores da Câmara Municipal do Recife” visitavam os bairros para observarem as reivindicações e depois apresentarem soluções em forma de indicações, requerimentos e projetos de lei. Caso a emenda Magalhães Melo fosse aprovada, os vereadores perderiam essa perspectiva com receio do veto do prefeito, e o povo seria prejudicado.

Na fala de Claudino podemos perceber as dificuldades que podiam advir dependendo do prefeito indicado. O período de permanência no poder executivo era em torno de um ano, Pelópidas da Silveira conseguiu impressionar no curto espaço de sete meses, em 1946, pelas obras de infraestrutura que empreendeu na cidade e pelas medidas tomadas com relação ao preço dos alimentos, especialmente o peixe; Antonio Alves Pereira, em dois mandatos (1947-48 e 1951-52), ofereceu atenção à área de documentação e cultura do município⁴⁸⁸, e demonstrou uma boa relação com os vereadores; e José do Rego Maciel (1953-55) se destacou pelo Departamento de Bem-Estar Público, cujo relatório de 1954 permitia a “ufania de dizer que é o Recife uma das cidades mais limpas do Brasil”⁴⁸⁹. A prefeitura de Moraes Rego aconteceu justamente entre os dois mandatos de Alves Pereira, sua gestão deu

⁴⁸⁷ RECIFE, Câmara Municipal do. **Ata da 5ª reunião da 3ª sessão ordinária, em 16 de agosto de 1948**. P. 03.

⁴⁸⁸ Bibliotecas populares, discoteca pública, organização da documentação e do acervo fotográfico, excursões da Orquestra Sinfônica do Recife.

⁴⁸⁹ RECIFE, Câmara Municipal do. **Relatório do Prefeito José do Rego Maciel apresentado à Câmara Municipal em 10 de agosto de 1954**. P. 14.

importância à pavimentação, como também construiu o mercado do bairro da Encruzilhada. Para concluir seu discurso, Claudino alertava com uma de suas trovas:

Desperta pernambucano
 Está em jogo a tua sorte
 Pernambuco vai marchando
 Para outro estado forte
 E ficar sem garantia
 Olha a tua autonomia
 Acorda, Leão do Norte!⁴⁹⁰

A emenda do deputado Magalhães Melo, por fim, foi rejeitada pela Assembleia Legislativa do Estado. E em 04 de janeiro de 1949 era promulgada a Lei de Organização Municipal de Pernambuco. Nessa lei, o artigo 55 determinava que o prefeito seria eleito por “sufrágio universal, igual e secreto, na forma da lei, pelo período de quatro (4) anos, vedada a reeleição para o período subsequente”. Mas, num parágrafo único, assinalava que os municípios que estivessem enquadrados na lei federal como “bases e portos militares de excepcional importância para a defesa do país” seriam nomeados pelo Governador do Estado. O legislativo estadual, então, corroborava a lei 121 e a Constituição. Todavia, a Lei Orgânica do Município reconheceu a autonomia e a soberania da Câmara Municipal ao determinar que o prefeito fosse empossado em assembleia na Câmara e se confrontasse periodicamente com os vereadores para prestar contas e realizar consultas, assim como estabelecia prazos e condições para que os parlamentares pudessem recorrer em caso de veto do prefeito, até mesmo à Assembleia Legislativa do Estado⁴⁹¹.

Outras cidades já tinham perdido o status de base militar, como Niterói e Angra dos Reis em dezembro de 1952⁴⁹². Quando, no dia 03 janeiro de 1955, a autonomia política do Recife foi restabelecida mediante projeto de lei de autoria do deputado federal pernambucano Antonio de Barros Carvalho, que, em 1953, filiado ao PTB, havia sido reeleito pela coligação do PTB com o Partido Social Trabalhista (PST), autores do Movimento Popular Autonomista⁴⁹³. É interessante observar a ênfase dada à notícia do restabelecimento da

⁴⁹⁰ RECIFE, Câmara Municipal do. **Ata da 21ª reunião da 3ª sessão ordinária, em 08 de setembro de 1948.** Discurso do Vereador Claudino Lourenço de Albuquerque em anexo. .p. 03.

⁴⁹¹ Lei de Organização Municipal. **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 04 de junho de 1949.

⁴⁹² Lei nº1.785 de 27 de dezembro de 1952.

⁴⁹³ **Governo Juscelino Kubitschek. Barros Carvalho. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930.** Rio de Janeiro: 2ª Edição, Ed. FGV, 2001. Disponível em:

autonomia do Recife estampada em primeira página nos jornais Folha da Manhã e Folha do Povo⁴⁹⁴. Nota-se uma diferença de entusiasmo pela conquista.



Figs. 95 e 96 – Manchetes sobre a Lei de Autonomia da Recife. Folha da Manhã e Folha do Povo. Recife, 04 e 05 de janeiro de 1955.

Enquanto o jornal Folha da Manhã associava a assinatura da lei a um breve momento do Presidente Café Filho antes dele viajar a Bolívia e transmitir o cargo ao vice Nereu Ramos, a Folha do Povo envolvia o aniversário de Prestes com o restabelecimento da autonomia política do Recife: Entre “sancionada” e “definitiva” “Salve Prestes!”. Segundo o jornal Folha do Povo, o presidente “forçado pela opinião pública” sancionou a lei. O jornal conclamava a todos, principalmente aqueles que ainda não tinham se alistado, para que se preparassem para exercer o seu direito de voto. A Folha da Manhã, por sua vez, entrevistou o Governador Etelvino Lins sobre a autonomia do Recife e este respondeu: “Se foi um bem ou um mal só o tempo dirá”, a preocupação alegada era se a Municipalidade teria condições de arcar com os serviços de Pronto Socorro, saneamento, água e Corpo de bombeiros⁴⁹⁵. Para o Diário de Pernambuco, segundo pesquisa de Taciana Mendonça Santos, a autonomia do Recife representava “um desserviço à cidade”, pois estava sendo administrada por “homens dignos

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/Barros_Carvalho Acesso em 28 nov 2010. Segundo SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco: A(s) Frentes do Recife (1955-1964)**. Recife: UFPE/ PPGH - Dissertação de Mestrado, 2008, a UDN e uma dissidência do PSD também participaram do Movimento Popular Autonomista. P. 70-85.

⁴⁹⁴ Infelizmente, nesse caso, não foi possível observar outros jornais.

⁴⁹⁵ Declara o governador acerca da autonomia “O Recife não poderia constituir exceção”. **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 05 de janeiro de 1955.

de sua confiança”, e que os maiores favorecidos seriam os comunistas, que, enfim, chegariam ao poder⁴⁹⁶.

A empolgação da população pela possibilidade de eleger o prefeito do Recife foi assinalada pela imprensa. A Folha da Manhã, logo após a notícia, já entrevistava transeuntes sobre quem eles elegeriam prefeito. Um verdureiro, que não tinha título e nunca votou, afirmou que a família votaria na sua escolha, que poderia ser Antonio Alves Pereira, Pelópidas ou Rego Maciel; e um barbeiro deu a seguinte resposta:

- Eu voto em qualquer nome popular. Em candidato granfino apresentado pelos ricos eu não voto. Já esse negócio de partido eu acho besteira, porque são todos iguais. Um homem de bens, amigo dos pobres, pode não ser bom prefeito, mas pelo menos não tira da gente humilde para dar aos grandes. Isso é que revolta⁴⁹⁷.

Um “nome popular”, um nome conhecido do povo. É marcante a presença do vocábulo “popular” no movimento político da época. O jornal Folha do Povo já ressaltava as “candidaturas populares” desde as eleições de 1947 ao se referir àqueles filiados ao PCB e, oportunamente, ao PSP. Nesse momento, o termo aparece, por mais de uma vez, no jornal Folha da Manhã, legado de Agamenon Magalhães, líder ausente do PSD. A fala do barbeiro abria possibilidades políticas para as próximas eleições, pois indicava que o povo poderia não estar preocupado com legendas e sim com personalidades que correspondessem às expectativas populares, que se aproximassem do povo, que lhes apertassem a mão; podia ser rico, mas não indicado por ricos. A diferença não estava entre ser rico e ser pobre, mas entre granfino e popular.

Mesmo com o restabelecimento da autonomia política do Recife, e até mesmo pela autonomia da Câmara Municipal já conquistada, os ânimos se exaltaram. Na ausência do prefeito a presidência da Câmara assumia a administração da cidade, e foi o que aconteceu quando o Prefeito José do Rego Maciel se afastou do cargo por ter sido eleito deputado federal. O vereador Antonio Moury Fernandes, presidente da Câmara, assumiu a prefeitura. Acontece que o General gaúcho Cordeiro de Farias havia sido eleito governador de

⁴⁹⁶ SANTOS, Taciana Mendonça. Op. Cit. P. 67; 68.

⁴⁹⁷ O recifense já está se preparando para escolher o futuro prefeito. **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 04 de janeiro de 1955.

Pernambuco, substituindo Etelvino Lins. Ao assumir o governo, Cordeiro de Farias insistiu em nomear um novo prefeito para o Recife enquanto não ocorressem as eleições.

Na sessão da Câmara Municipal do dia 10 de fevereiro de 1955, Moury Fernandes estava na condição de prefeito e apresentava o relatório da gestão de José do Rego Maciel. Nessa mesma reunião acontecia a eleição da Mesa Diretora da legislatura que se iniciava. O presidente da Câmara eleito conseqüentemente seria o novo prefeito, enquanto o sufrágio universal não ocorresse. Contudo, apesar da satisfação que todos manifestavam pela reconquista da autonomia do Recife, polêmica surgiu quando o vereador Carlos Duarte denunciou que o Governador do Estado pretendia “investir no cargo de prefeito um cidadão estranho a esta Casa”. Antonio Moury Fernandes (PSD) e Ruy Rufino Alves (PST) eram os candidatos à presidência da Câmara. O favorito na disputa era o vereador Ruy Alves, segundo a Folha da Manhã, “o candidato da conciliação e do fortalecimento do Poder Legislativo”. Por dezessete votos a oito Ruy Alves foi eleito presidente da Câmara Municipal do Recife.

Empossada a Mesa, por sugestão do vereador Sergio Xavier, os trabalhos foram suspensos e todos saíram - vereadores, funcionários e povo - rumo à Rua da Aurora “afim de investir no cargo de prefeito o Sr. Ruy Alves”. Todavia, segundo relato do jornal Folha da Manhã, o prefeito interino Antonio Moury Fernandes relutou a transmitir o cargo a Ruy Alves, devido o fato do Governador Cordeiro de Farias ter nomeado o médico e ex-senador Djair Brindeiro prefeito do Recife; assim, Moury Fernandes teria entregue o cargo ao jornalista Jorge Abrantes, chefe do departamento da administração municipal⁴⁹⁸, “que em brilhante atitude democrática recusou o cargo [...]”⁴⁹⁹. Moury Fernandes entendeu que havia um conflito de poderes cabendo à Justiça decidir a questão, mas, o ato de nomeação do Governo em favor de Jorge Abrantes, que ficaria responsável até a posse de Djair Brindeiro, não chegou a tempo. E, diante da insistência do vereador Ruy Alves e demais vereadores, Antonio Moury Fernandes, enfim, transmitiu o cargo de prefeito ao novo presidente eleito da Câmara Municipal⁵⁰⁰.

O Jornal Pequeno, partidário do novo governador, tratou a atitude da Câmara Municipal como um “assalto” à Prefeitura. O interessante é que o jornal Folha da Manhã fez questão de reproduzir o texto do Jornal Pequeno revelando simpatias pela maneira como foi tratado o assunto e publicado em destaque:

⁴⁹⁸

⁴⁹⁹ RECIFE, Câmara Municipal do. **1955 – Requerimento Nº 1**. [de Wilson de Barros Leal, Luiz Gonzaga Porto e Antonio Batista de Souza]. Recife, 11 de fevereiro de 1955.

⁵⁰⁰ Momentos Dramáticos. Recusou o Sr. Moury Fernandes transmitir o cargo de prefeito. **Folha da Manhã** [matutino]. Recife, 11 de fevereiro de 1955.



Fig. 97 – Reprodução de notícia: Prefeitura do Recife tomada de assalto. Folha da Manhã [matutino]. Recife, 15 de fevereiro de 1955.

A disputa passaria, então, por caminhos jurídicos: o Dr. Djair solicitando seu direito de posse e convocando a Câmara para empossá-lo, e os vereadores buscando anular o ato de nomeação do governador e ignorando a solicitação do prefeito biônico. O jornal Folha do Povo manifestava a insatisfação popular pela interferência do governo do Estado na autonomia recém-conquistada do Recife e conclamava a população a pressionar pela permanência de Ruy Alves como prefeito.



Fig. 98 – Reprodução de destaque pela defesa da autonomia do Recife. Folha do Povo. Recife, 13 de fevereiro de 1955.

A princípio, a Justiça ofereceu razão aos que defendiam a autonomia da Câmara de Vereadores amparados na Lei Orgânica Estadual. Por fim, a Justiça entendeu que a reconsideração da autonomia política do Recife só se efetivaria com o sufrágio universal, preservando assim o direito de nomeação conferido ao Governo do Estado. Djair Brindeiro foi empossado como prefeito permanecendo no cargo de março a dezembro de 1955, quando Pelópidas da Silveira, com o apoio da Frente do Recife⁵⁰¹, foi eleito por sufrágio popular.

IV. 3 A Avenida da Ditadura e da Democracia.

Quando a Câmara Municipal do Recife retomou os trabalhos em 1947, após dez anos de impedimento, foi como se os donos da casa estivessem retornando de uma longa viagem e a casa, abandonada, necessitasse de um verdadeiro mutirão de reforma, reconstrução e melhoramentos. A leitura das atas das assembleias da primeira legislatura dos vereadores eleitos em outubro de 1947 dá essa impressão; mas, mais do que isso, o esforço que percebemos é de reconquista, de reaver o direito de cuidar da cidade e de seus moradores: uma luta pela autonomia. Durante esses dez anos, o Município ficou aos cuidados de uma edilidade biônica, assim como todos os órgãos que o gerenciavam. O cargo de prefeito ainda permaneceria sob a determinação do Estado até 1955, quando ocorreu a primeira eleição direta. Durante esse intervalo, a Câmara reagiu - como vimos no título anterior - contra os projetos de lei que desejavam cercear sua autonomia, entre eles estava o debatido projeto do deputado Mário Melo, que pretendia retirar “das Câmaras Municipais a competência de dar a denominação de suas artérias e praças”⁵⁰².

A cidade do Recife nas décadas de 40 e 50 estava em intensa expansão. O centro tinha sua configuração urbana redefinida com a construção de amplas avenidas, pontes e modernos edifícios. Moradores de mocambos que não conseguiram se localizar nas novas vilas construídas pela campanha da Liga Social Contra o Mocambo, e insistiram em permanecer na capital, contribuíram para aumentar a população dos morros que circundam a planície recifense, especialmente no bairro de Casa Amarela.

A emergência dessas novas comunidades criou uma demanda por água, iluminação e transporte. O Recife dos rios e manguezais enfrentava problemas de abastecimento, e, nesse sentido, a Câmara reforçava junto ao Estado a instalação de mais de trezentos chafarizes pela cidade. Algumas comunidades enviavam abaixo-assinados à Câmara solicitando um chafariz,

⁵⁰¹ Sobre a Frente do Recife: SANTOS, Taciana M. op. cit.

⁵⁰² RECIFE, Câmara Municipal do. **Ata da 5ª reunião da 3ª sessão ordinária, em 16 de agosto de 1948.** P. 01.

por não ter água ou pelo fato da mesma ser de péssima qualidade, como é o caso dos moradores da Bomba Grande, na Caxangá. Entretanto, a comunicação entre a Câmara do Recife e a Assembleia Legislativa do Estado, bem como dessas instituições com a Secretaria de Viação e Obras Públicas, aparentemente, não estava funcionando a contento, pois um dos vereadores, Pedro Renaux, em audiência com o Secretário, revelou em uma das sessões ordinárias que o mesmo não tinha conhecimento da lei sobre chafarizes e sim que instalaria bombas hidráulicas para facilitar o fornecimento de água na cidade, visto que a saúde pública desaprovava os chafarizes. No entanto, os pedidos de chafarizes continuavam na Câmara, sob a pressão das comunidades. Quanto a Beberibe, um dos bairros mais problemáticos, o Secretário afirmava que necessitaria de uns cinco milhões de cruzeiros para resolver a questão.

Outro assunto constantemente em pauta era a necessidade de iluminação pública, que deveria acompanhar as obras de pavimentação, sendo, nesse sentido, questionado o serviço da Pernambuco Tramways e da Beberibe Electric Light - esta última fornecia energia para os bairros do Arruda e de Beberibe. Corria o boato de que a Tramways só atenderia quando o município pagasse o que devia. Quanto ao transporte público, Recife se encontrava às voltas com bondes lotados, ônibus insuficientes e “beliscadas”, que eram caminhões velhos que transportavam passageiros entre bairros.

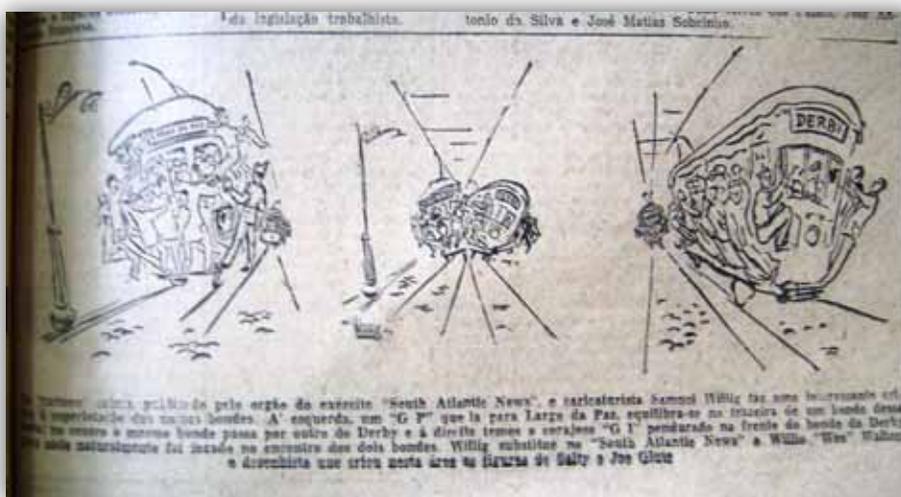


Fig. 99 – Cartoon de Samuel Willig critica superlotação dos bondes do Recife. Diário de Pernambuco. Recife, 26 de julho de 1945.

O cartoon acima foi publicado originalmente num periódico do exército norte-americano, o “South Atlantic News”, e mostra as aventuras dos soldados e do povo ao utilizarem esse meio de transporte.

Os acidentes eram constantes, não apenas pelas condições dos transportes, mas também pela situação precária das vias: Recife também é a “Cidade dos Buracos”. Daí os amplos projetos de calçamento e pavimentação.

Os projetos de infraestrutura, nesse primeiro momento da Câmara, eram tantos que, vez por outra, os vereadores se alertavam da necessidade de consultar o orçamento da prefeitura e prever a viabilidade da ação, verificando assim a conveniência de se contrair ou não um empréstimo para as obras mais urgentes. Para o exercício de 1948 a Prefeitura tinha catorze milhões a mais do que nos anos anteriores.

O processo de criação e renovação dos subúrbios da cidade supunha também a abertura de ruas e de novas vias de tráfego. Desde a campanha contra os mocambos e a construção das vilas operárias e populares novos espaços eram criados, bem como recebiam as marcas da memória que desejavam guardar. A escolha de nomes para becos, travessas, ruas, avenidas e comunidades recaía, geralmente, em pessoas significativas para os moradores da cidade e personalidades famosas internacionalmente. Quando a população não batiza de imediato e o nome se fixa pelo costume, às vezes resistindo ao nome oficialmente registrado, prevalece a decisão do poder que a instituiu; comumente, uma homenagem a um ilustre desconhecido. No Recife há um apreço pelos pitorescos nomes de algumas de suas ruas, como: Rua da Harmonia, da Alegria, da Aurora, da Saudade, da União; chega a ser verso de poemas, como a Evocação do Recife, de Manuel Bandeira. Nesse período ocorreu também um movimento pela restauração dos antigos nomes das ruas e dos becos. Com as demolições muito se perdeu; no entanto, nem sempre foi possível preservar, como ressaltou o Jornal Pequeno, em 09 de agosto de 1945, sobre a existência de nomes impronunciáveis; impróprios ao recato.

O fim do Estado Novo promoveu uma grande polêmica no Recife a respeito do nomear as ruas. O bairro de Santo Antonio, coração da cidade, vinha sofrendo um lento processo de modernização desde o final da década de vinte. A atual Avenida Guararapes, seu principal corredor, não é um trecho muito longo, mas comportava os mais modernos edifícios da época, que abrigavam os Institutos de Aposentadorias e os Correios, este último ainda hoje na mesma função. Antes mesmo da conclusão das obras, segundo o Decreto Municipal nº 61 de quatro de junho de 1938, o nome da avenida já estava determinado como Dez de Novembro, em homenagem ao Golpe do Estado Novo. Em abril de 1945, a Federação das

Indústrias de Pernambuco, aproveitando o momento de uma homenagem em memória do Presidente Franklin Delano Roosevelt, com a presença do Cônsul dos Estados Unidos, lançou a idéia de mudar o nome da avenida para “Presidente Roosevelt”. Carta solicitando a mudança foi endereçada ao prefeito da época, Novais Filho, este respondeu que consultaria: o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e a Comissão do Plano da Cidade. Ambos deram, então, parecer favorável à mudança. Contudo, segundo o Jornal Pequeno, de treze de abril do mesmo ano, o Prefeito se fez de esquecido e não deu resposta. Em agosto as cobranças ao prefeito continuavam e o Jornal Pequeno provocava com as seguintes quadrinhas em primeira página:



Figs. 100 e 101 - **Quadrinhas Pau Seco do João Queremista.**
Jornal Pequeno. Recife, 14 e 16 de agosto de 1945.

A campanha pela mudança de nome da avenida, segundo os jornais de oposição, esbarrava na suposta determinação de Agamenon Magalhães em manter o nome Dez de Novembro; dizia-se que o projeto de mudança do nome da avenida estava misteriosamente encalhado no Conselho Administrativo por intervenção de Agamenon e a notícia era assim ilustrada:



Fig. 102 – **Caricatura de Agamenon Magalhães**. Legenda “O dedo misterioso que entrava o projeto, no Conselho Administrativo, da Federação das Indústrias de Pernambuco”.
Jornal Pequeno. Recife, 29 de agosto de 1945.

Em nenhum momento da presente pesquisa foi encontrado qualquer comentário por parte de Agamenon Magalhães a respeito da possibilidade ou não de mudar o nome da avenida. Mas, num comunicado da Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo à Imprensa e ao Radio Clube de Pernambuco, datado do dia 28 de abril de 1945 e publicado na Folha da Manhã, era ressaltada a importância de um logradouro se registrar com o nome de Roosevelt, pois...

O Recife sente hoje os benéficos resultados da boa política de Roosevelt. Nunca, não há como negar, como hoje, americanos do norte e brasileiros se misturaram tão ao gosto, sentindo interesse e ideais comuns. O grande Presidente deu novo significado, muito mais humano, muito mais evangélico, a solidariedade das Américas⁵⁰³

Uma campanha pela mudança de nome da avenida foi iniciada pelo Jornal Pequeno. A justificativa apresentada era que “Avenida Dez de Novembro” era sinônima de “Avenida do Golpe”, sendo esta uma lembrança indesejada; Roosevelt representava o “grande paladino das quatro liberdades”, o “Apostolo da Boa Vizinhança”, ou seja, um emblema coerente com o

⁵⁰³ **Folha da Manhã**. Recife, 29 de abril de 1945.

processo de redemocratização que o país estava vivendo. No intuito de aquecer a polêmica e movimentar a população, o jornal solicitava aos leitores que enviassem para a redação sua opinião a respeito e mesmo sugestão de outros nomes. Muitos dos que escreveram concordavam com a mudança, mas sugeriam evocar lembranças mais relacionadas ao Brasil; e, nesse sentido, indicavam Monte Castelo, uma reverência aos heróis da Força Expedicionária Brasileira em batalha na Itália.

Surgiu na imprensa a especulação de que o prefeito aguardava o aval de Agamenon Magalhães para resolver a questão. Em vinte e três de agosto, o Jornal Pequeno estampava uma foto com a inscrição “Avenida Roosevelt” em duas colunas de um dos edifícios da avenida, e provocava:



Fig. 103 – Reprodução de imagem fotográfica: Colunas pixadas na Av. Dez de Novembro/ Guararapes. Jornal Pequeno. Recife, 23 de agosto de 1945.

Ao que parece, alguns populares, cansados de tanto esperar pela independência do prefeito, resolveram por sua conta e risco batizar a Avenida Presidente Roosevelt durante a noite passada. Ignoramos se houve cerimônia especial, com discursos e banda de música. Mas o fato é que lá está patente a homologação do povo, a idéia da Federação das Indústrias, como um protesto contra o nome feio que se pretendia dar a nossa bela avenida.

Cid Sampaio, na época, vice-presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco, ressaltava numa entrevista ao Jornal Pequeno, em catorze de março, que a não-mudança, a permanência do Tribunal de Segurança, do Departamento de Propaganda, da Avenida

Presidente Vargas, no Rio de Janeiro, e da Dez de Novembro, no Recife, eram formas de “preservar a mística dos governos fortes”, sendo que “Tudo isso faz parte de um plano geral para manter o governo”. O fantasma da continuidade de Vargas na direção do país ainda assombrava.

A questão do nome da avenida foi prorrogada até o retorno da Câmara em 1947. O vereador Vandenkolk Nunes de Sousa Vanderlei, da União Democrática Nacional (UDN), na sessão ordinária do dia 22 de dezembro de 1947, apresentou projeto de lei mudando o nome da Avenida Dez de Novembro para Avenida Presidente Roosevelt. Em 22 de janeiro de 1948 o ofício do projeto foi posto em assembleia, e se requereu que fosse ouvido, novamente, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. No dia vinte e seis o parecer da Comissão de Viação e Obras entrou em discussão, mas o vereador Artur Coutinho, do Partido Democrático Cristão, solicitou que o Prefeito informasse porque a Avenida se chamava Dez de Novembro; requereu, assim, o adiamento da discussão do referido projeto. A questão só retornou à plenária em 27 de fevereiro de 1948 com a resposta do Secretário Perpétuo do Instituto Arqueológico, Mário Melo. Este informava que a instituição aprovava com “unanimidade” a permanência da designação Dez de Novembro, sendo apenas acrescentada, na placa indicativa, a data de mil setecentos e dez (1710). Em março do mesmo ano, Mário Melo enviava cópia do parecer do Instituto reafirmando a permanência do nome.

O problema seria resolvido mudando-se a época. Em 1945 um dos leitores do Jornal Pequeno já havia alertado que poderia haver a confusão de datas: 10 de Novembro de 1710, no Senado de Olinda, o sargento-mor e vereador Bernardo Vieira de Melo proclamou a República com cento e doze anos de antecipação. Todavia, mesmo se acrescentando o ano, a data já estava marcada por toda polêmica gerada pela imprensa, particularmente a imprensa partidária da UDN, em torno do nome da avenida.

Assim, mesmo diante do parecer do Instituto Arqueológico, o vereador Ranilson de Sá Barreto sugeriu o nome Avenida Guararapes; o vereador Luís Ramos Leal, no entanto, indicou Avenida Bernardo Vieira de Melo. Em votação ficou decidido o substitutivo pela Avenida Guararapes; com o apoio de Vandenkolk Vanderlei e contra os votos de Rivaldo Allain, Paes de Andrade e Sergio Godoy, todos do PSD. Em 17 de março de 1948, o Prefeito Moraes Rego concedeu entrevista ao Diário de Pernambuco; e, entre outras coisas, comentou que não tinha preferência por nomes, o que a Câmara decidisse sancionaria com “o coração ligeiro”, pois nunca foi favorável a regimes ditatoriais. Sá Barreto recebia telegramas de congratulações pela escolha; e a assembléia solicitava com urgência um parecer do Instituto

Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco sobre o nome Guararapes “para uma avenida da cidade”.⁵⁰⁴

A discussão a respeito do nome da avenida retornava à Câmara Municipal em vinte e três de março; Vandenkolk Vanderlei entendia que antes um nome brasileiro do que um estrangeiro; Sá Barreto disse não haver “ação política” em sua sugestão, mas “uma homenagem comovida e sincera aquele grande e significativo fato histórico da pátria”. Rivaldo Allain, entretanto, afirmava que a modificação feria o artigo cento e noventa e um da Constituição Federal, que Dez de Novembro representava uma homenagem a Bernardo Vieira de Melo e não ao Estado Novo; estranhava que a Câmara estivesse contrariando o parecer do Instituto, bem como a bancada coligacionista estivesse de braços dados com a bancada comunista para aprovação da emenda Sá Barreto. O vereador Paes de Andrade afirmava que o sonho da Coligação Pernambucana era varrer das ruas do Recife as referências ao dez de novembro, mas que este ficaria no coração dos pernambucanos. O vereador comunista Claudino Lourenço se posicionou da seguinte maneira: a data 10 de novembro de 1710 lembrava Bernardo Vieira de Melo; 10 de novembro de 1937 se associava a Getúlio Vargas; Guararapes recordava o povo, a luta do povo pela sua libertação. Ainda que representasse...

O início da formação da burguesia nacional e da luta do proletariado brasileiro, razão pela qual ele, comunista, e todos os demais membros da bancada a que pertencia, votariam pela aprovação da denominação Guararapes, porque estavam sendo continuadores da luta daquele tempo iniciada.

Observa-se que o ideal de liberdade prevalecia sobre as questões históricas, mas Claudino percebeu que a data estava longe de inaugurar relações democráticas entre ricos e pobres, pelo contrário, a luta continuava. Sergio Godoy reagiu afirmando que a questão “era meramente política”, e propôs que na placa fosse mencionada a data dezoito de abril em homenagem ao nascimento de Getúlio Vargas. O aditivo de Sergio Godoy foi rejeitado; e o substitutivo foi aprovado com a emenda de Vandenkolk Vanderlei, que solicitava que a placa fosse de bronze.

Uma comissão foi formada para organizar as homenagens aos heróis da Batalha dos Guararapes, quando da substituição da placa. O vereador Sá Barreto foi o orador oficial, e a

⁵⁰⁴ RECIFE, Câmara Municipal. **Ata de Assembléia Ordinária de 18 de março de 1948.**

data, não por acaso, foi dezenove de abril. Contudo, as denominações Dez de Novembro e Bernardo Vieira de Melo, como se para apaziguar os ânimos, foram depois determinadas para outras vias do Recife. A Rua Guararapes, por exemplo, passou a se denominar Bernardo Vieira de Melo em resolução da Câmara de 29 de março de 1948.

O nomear de novas ruas e o renomear de outras seguia o espírito de evocar heróis e personalidades que revelaram em vida apreço pelos ideais democráticos e de liberdade. Um dos primeiros nomes sugeridos em assembleia na Câmara foi do psiquiatra e escritor Afrânio Peixoto, que falecera em janeiro de 1947. Um homem de idéias e opiniões apaixonadas, de espírito crítico e independência de pensamento, crítico das idéias de Lombroso e de Legrand du Saulle, segundo biografia escrita pelo Dr. Walmor J. Piccinini⁵⁰⁵. O vereador Galvão Raposo sugeriu homenagear o estudante Demócrito de Souza Filho com uma das ruas do bairro de Santo Antonio ou da Boa Vista, no entanto, a escolha recaiu por rua no bairro da Madalena. E assim foram tantos outros nomes que, com a colaboração, ou não, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, foram justificados levando em conta valores que representavam heroísmo, bravura e liberdade, tão caros para a sociedade pernambucana.

IV.4 Beliscadas de Cidadania⁵⁰⁶

Heroísmo, bravura e liberdade sinalizando as ruas do Recife, nem sempre, no entanto, reconheciam o valor daqueles que, diariamente, lutavam pela sobrevivência, pelo direito de moradia, de ir e vir, de conforto e segurança. A cidadania é um dos fatores mais importantes da democracia, mas quase sempre não a acompanha plenamente, assim como o acesso às condições dignas de vida ainda hoje não contempla de forma satisfatória a maioria da população brasileira, muito menos há mais de cinquenta anos.

A ditadura Vargas havia formulado uma política social que se propunha a atender às históricas reivindicações proletárias, especialmente com relação à legislação trabalhista. Moradia, educação, saúde e alimentação correspondiam aos anseios das camadas populares e foram encarados pelo Estado como caminhos necessários para se conter a revolta, eram meios de controle social. Contudo, ainda eram medidas incipientes frente à demanda e os interesses políticos e econômicos em jogo. Várias campanhas foram empreendidas. Pernambuco ficou nacionalmente famoso pela cruzada contra os mocambos capitaneada pelo interventor

⁵⁰⁵ História da Psiquiatria. Afrânio Peixoto (1876-1947). **Psychiatry on line Brazil**. (7) Agosto 2006.

Disponível em <<http://www.polbr.med.br/arquivo/wal0802.htm>> Acesso em 17 jan 2010.

⁵⁰⁶ Este subtítulo foi escrito após a defesa, na intenção de suprir algumas questões comentadas pela banca e para dar um fechamento menos abrupto ao capítulo.

Agamenon Magalhães. Mas, no período em estudo, o que havia sido feito era alvo de críticas, ou melhor, o que devia ter sido feito era cobrado, mas, inicialmente, não de forma direta pelos mais interessados, as camadas populares – lembremos do *queremismo* -, e sim como arma política da oposição nas disputas eleitorais.

Assim, em 1945, os Diários Associados enviaram ao Recife o “caçador de notícias”, o repórter Edmar Morel, do Diário da Noite, que viajava “pelo norte do país colhendo matéria para uma série de reportagens sobre os problemas do norte e nordeste brasileiro”⁵⁰⁷. Edmar Morel tinha objetivos bem definidos no Recife: verificar os resultados da política social de Agamenon Magalhães, no tocante a campanha contra os mocambos e quanto o índice de mortalidade infantil. Nesse sentido, Morel iniciou uma série de reportagens retratando as precárias situações de vida enfrentadas pelas camadas populares.

E Edmar Morel chegou ao Recife já sabendo o que queria ver: “Primeiro que tudo quero que vocês me mostrem a ‘beliscada’”⁵⁰⁸. Acompanhado de um fotógrafo e um cicerone do Diário de Pernambuco, Morel realizou duas séries de reportagens, na verdade fotos com pequenos textos em legenda. Uma série com a chamada “Miséria em Pernambuco”, em que se destacava, principalmente, o problema da fome, da moradia e da limpeza urbana, e outra série simultânea, no mesmo formato, mas também com reportagens mais longas, retratando a situação da assistência social e hospitalar no Recife, inclusive o tratamento dispensado aos loucos da Tamarineira e aos doentes que chegavam do interior pela Estação Central.

Beliscada, como já foi dito em outra oportunidade nesta tese⁵⁰⁹, era a denominação de um tipo de transporte coletivo popular, e o termo também se referia à triste situação de famílias que acorriam quando os caminhões que coletavam o lixo das bases militares norte-americanas de Boa viagem e do Ibura vinham despejá-lo num depósito no bairro de Santo Amaro, bairro este que é praticamente parte do centro do Recife. Apesar da urbanização e construção de vilas populares na área, como a Vila das Cozinheiras e a Vila Popular da Macaxeira, ainda hoje este bairro comporta uma comunidade muito pobre e de muitos problemas sociais.

A carestia e o deficiente abastecimento de gêneros alimentícios favoreciam a existência do mercado negro de alimentos. Câmara Municipal e imprensa traziam à discussão

⁵⁰⁷ Caçador de Notícias. O repórter Edmar Morel veio ver o Recife por dentro. Ficou surpreendido com a mocambaria de Afogados e quer saber por que competimos com a Abissínia em índice de mortalidade infantil. **Diário de Pernambuco**. Recife, 03 de maio de 1945.

⁵⁰⁸ Cousas da Cidade. Cenário de Miséria. **Diário de Pernambuco**. Recife, 10 de maio de 1945.

⁵⁰⁹ Vide p. 184 no capítulo III, e nota de rodapé nº 71. Eram caminhões adaptados, que, por falta de segurança, foram proibidos em 1948.



Fig. 106 – Miséria em Pernambuco, fotorreportagem de Edmar Morel. Diário de Pernambuco. Recife, 12 de maio de 1945.



Fig. 107 – Miséria em Pernambuco, fotorreportagem de Edmar Morel. Diário de Pernambuco. Recife, 13 de maio de 1945.



Fig. 108 – Miséria em Pernambuco, fotorreportagem de Edmar Morel. Diário de Pernambuco. Recife, 17 de maio de 1945.



Fig. 109 – Miséria em Pernambuco, fotorreportagem de Edmar Morel. Diário de Pernambuco. Recife, 23 de maio de 1945.



Fig. 110 – Miséria em Pernambuco, fotorreportagem de Edmar Morel. Diário de Pernambuco. Recife, 27 de maio de 1945.

A seqüência não se limita a essas imagens. Algumas das fotos os partidários do governo consideraram que foram provocadas, como a de um popular comendo lixo nos fundos do Mercado de São José, enquanto outra, na mesma localidade, registra uma prática até hoje freqüente: pessoas, geralmente crianças, aproveitando o descarte de frutas e legumes sem condições de comercialização. A última dessa seqüência aqui apresentada observa a existência de um depósito de lixo no centro da cidade, no Cais do Apolo, próximo a ponte Buarque de Macedo, concorrendo, segundo a avaliação da reportagem, para a proliferação de moscas causadoras da febre tifóide. O tifo, nessa época, ainda fazia muitas vítimas.

Edmar Morel desconstruía a política social do Estado Novo em Pernambuco e chamava a atenção para o fato de que, enquanto o povo se alimentava de restos das mesas dos americanos e a cidade vivia em péssimas condições sanitárias, o Tesouro do Estado guardava uma receita de setenta milhões de cruzeiros. As reportagens também apresentavam as reações do governo à exposição no Diário de Pernambuco, e demais jornais do grupo em outras cidades do país, daquela situação indesejada. Segundo Morel, o governo enviou investigadores para as beliscadas e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DEIP) alegava que as imagens eram posadas, assim como, empreendeu operações de limpeza nos prontos-socorros do Recife e tomou medidas para proibir o acesso da imprensa.

O Diário de Pernambuco, então, afirmava: “A fotografia cuja autenticidade desafia qualquer contestação dos escribas dipianos [DEIP], fala por si mesma e representa outro golpe de morte na tão propagada assistência social estadonovista em Pernambuco”⁵¹⁰. Assim, a imagem era a prova que dispensava comentários, representava a realidade, mesmo assim, todas as fotografias são acompanhadas de legendas, textos indignados que oferecem justificativas para a existência daqueles quadros de fome e desassistência apesar dos setenta milhões de receita do Estado.

A idéia de permanência dos problemas nos assalta. As condições impróprias dos prontos-socorros não ficavam muito distantes do que atualmente as lentes da imprensa, agora não mais apenas em fotografia, mas por vídeos gravados, às vezes, em segredo, com interesse ou não em apenas criticar o governo, nos oferecem. No entanto, as imagens de 1945 estavam condicionadas por uma imprensa explicitamente partidária, que denuncia na intenção de desmoralizar toda a política de assistência social do Estado Novo.



Figs. 111 e 112 – Assistência Hospitalar em Pernambuco. Diário de Pernambuco. Recife, 4 e 5 de maio de 1945.

⁵¹⁰ Assistência Hospitalar em Pernambuco. Diário de Pernambuco. Recife, 05 de maio de 1945.



Fig. 113 – Reportagem sobre Assistência Hospitalar em Pernambuco. Diário de Pernambuco. Recife, 05 de maio de 1945.

Guardando as devidas proporções e considerando os avanços na área, a manchete nos faz lembrar os atuais problemas que ainda persistem no sistema público de saúde. Todavia, a preocupação com o índice de mortalidade infantil estava associada não só a constatação de uma triste realidade⁵¹¹, mas também pelo fato de Agamenon Magalhães ter posto em suspeita o destino dos recursos provenientes da Campanha pela Redenção da Criança Brasileira. Recursos que deveriam ser empregados na construção de centros e postos de puericultura⁵¹².

Segundo Assis Chateaubriand, Agamenon a denominou de “Campanha do Estelionato”. Não se importou, assim, em ofender Dona Darcy Vargas, presidente da campanha, e Dona Lahir Braga Costa Rego, a administradora. A campanha acontecia há dois anos com a colaboração dos Diários Associados, segundo Chatô, mais de setenta centros e postos de puericultura estavam em andamento⁵¹³.

Assim, se entrevê nesses embates a situação precária em que viviam as camadas populares no Recife e em tantos outros lugares. A beliscada reaparece em 1947 em Água Fria, mas não como a busca por restos de comida, mas como uma feira à margem da Avenida Beberibe à mercê da poeira no verão e um verdadeiro atoleiro no inverno. O quadro é pintado

⁵¹¹ O Diário de Pernambuco apresentou uma estatística de 687 criancinhas mortas em março de 1945, e quinze mil num período de cinco anos (1940-1944). Mortes causadas por “distúrbios digestivos, de miséria orgânica, de doenças facilmente evitáveis”. O Massacre dos Inocentes [editorial]. **Diário de Pernambuco**. Recife, 03 de agosto de 1945.

⁵¹² Não ficou claro se os postos seriam erguidos pelo Brasil, encontramos apenas construções em São Paulo.

⁵¹³ MELO, Francisco Assis Chateaubriand Bandeira de. A Brigada de choque da defesa infantil de D. Lahir Braga. **Diário de Pernambuco**. Recife, 31 de agosto de 1945.

com cores fortes: “Nuvens de moscas, cães à solta, barracas rebentadas, gêneros expostos, detritos espalhados pelo chão, falta absoluta de higiene”⁵¹⁴. Era uma feira, mas se cobrava do Prefeito Antonio Pereira a promessa de um mercadinho para substituir a sujeira e o desconforto da beliscada. E era o jornal Folha da Manhã, numa edição vespertina, que fazia a vez de exigir da prefeitura providências para o bairro de Água Fria não só quanto à beliscada, mas também pelo Grupo Escolar Dom Sebastião Leme, pela falta de iluminação em ruas sem nome e pela situação do cinema, que também carecia, se alertava, de uma maior fiscalização do juizado de menores.

Quando o jornal Folha da Manhã expôs o problema da beliscada de Água Fria a Câmara Municipal do Recife ainda não havia iniciado os trabalhos legislativos. Lutas por melhores condições de vida sempre movimentaram politicamente a cidade, continuaram sendo bandeira para atrair eleitores, e tornaram-se pauta de discussão em assembleias. Após 1947, jornais como a Folha da Manhã deveriam cada vez mais buscar outros sujeitos, além do prefeito, para pressionar por mudanças. A eleição dos vereadores populares comunistas foi oportunidade para se encontrar solução de boa parte dos problemas enfrentados pela cidade, e mesmo vereadores não comunistas trabalharam por beneficiar seus redutos eleitorais. Apesar de a experiência democrática estar tolhida por não admitir a presença comunista no espaço aberto das lutas partidárias, há de se levar em conta que, mesmo sob a influência ainda decisiva de uma minoria - reforçada por toda uma cultura que valorizava a hierarquia social, o poder e o prestígio político-econômico, caracterizados pelo clientelismo político -, a participação nos assuntos da cidade fora ampliada e legitimada pela eleição universal e direta de Pelópidas da Silveira em 1955.

[Beliscada 1 Ato ou efeito de beliscar; 2 PE caminhão de carroceria aberta ou fechada, utilizado no transporte de passageiros. Beliscar 1 comprimir a pele de (outrem ou a própria), com as pontas ou os nós dos dedos ou com as unhas, com fito de causar dor; 5 tirar pequena porção de; 5.1 comer pequena porção de; lambiscar; 6 causar pequena dor moral; picar]⁵¹⁵.

Beliscada, gíria popular pernambucana referente a situações em que transporte, alimentação e, por que não incluir por nossa conta, moradia, saúde e educação foram direitos experimentados em pequenas porções de insegurança e insalubridade provocando dor física e moral em todos.

.....

⁵¹⁴ Água Fria Sofredora! **Folha da Manhã** [vespertino]. Recife, 06 de dezembro de 1947.

⁵¹⁵ **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 1ª edição, 2001. P. 428.



Fig. 114 – Propaganda de medicamento contra stress.
Diário de Pernambuco. Recife, outubro de 1945.

A Experiência da Escrita

- Considerações Finais -



Fig. 115 – Propaganda do Fermento Royal, receita de bolo.
Diário de Pernambuco. Recife, outubro de 1945.

“Em busca do tempo perdido” foi o título que escolhi para o projeto. Ainda não havia lido Marcel Proust. Coincidência, foi uma das obras trabalhadas em Seminário de Tese com o professor Antonio Montenegro. A ditadura impediu a livre expressão e o posicionamento político. Com a abertura há de se notar um afã por participar ativamente desse momento de alteração histórica: correr atrás do tempo perdido. Expressar toda revolta pelo passado, reajustar-se no presente numa perspectiva de assegurar uma posição futura.

A ideia era encontrar o tempo do fazer história. Algo ainda indefinível. De concreto só o fato que a cidade, num período de dez anos, passou por nove prefeitos biônicos; e havia uma intensa movimentação cultural e política. A leitura de Peter Gay me ofereceu a luz: não o tempo, mas a experiência no tempo. Democracia e Liberdade, as palavras de ordem numa época preenchida pelos autoritarismos, conservadorismos, tradicionalismos, mas também esperta para modernismos e comunismos. O incomodo, o desconforto, a incompreensão, a incoerência, a inadaptação, a incompletude, contudo, o esforço de manter as mudanças sob controle e, ao mesmo tempo, querer mais. Contrastes e contradições – ambiguidades. Medo e desejo em situações extremas de confronto produziram mortos e feridos literalmente e não.

A literatura ofereceu parâmetros e verdades sacramentadas, passíveis de problematização; é preciso buscar informações precisas: nomes, datas, locais, explicações. São detalhes que confrontados esclarecem muito, nem sempre para incluir, mas pra pensar, relacionar, analisar, não só o conteúdo mas também a forma, sentidos e significados. Sintetizar é bom, melhor é narrar. Passar horas, e até dias, para tirar a dúvida de um simples detalhe: uma data, um nome, uma pessoa, uma situação. Preocupação didática: nem todo leitor é acadêmico não.

Com as fontes as surpresas: Só sei que nada sei. Tudo é novidade. É preciso saber mais. Ânsia de colocar tudo no papel, não dá. O labirinto das fontes é sedutor. Foco, cadê o fio de Ariadne? A experiência democrática entre 1945 e 1955 no Recife. De repente, é possível criar um elo... Calma! Não é possível dar conta de tudo, não se deve deixar o fio dá nó.

Digitalizar é uma facilidade, mas é preciso nomear, organizar, salvar (por garantia, em mais de uma mídia). A organização deve se orientar pelas questões ou assuntos a serem trabalhados para serem facilmente localizados.

Pensar, ruminar, perseguir, provocar o argumento, arrancar a verdade. Quê verdade?! Representação, força, entusiasmo, paixão, sensibilidade. Em perspectiva, percepções múltiplas.

É inquietante buscar saber como pessoas com entusiasmo, revolta, esperança, em grupo ou individualmente, mas nunca sozinhas, se mobilizaram para realizar seus objetivos, para divulgar suas idéias, para alterar situações, para agir e reagir, resistir e aceitar, marcar presença e ignorar, para solucionar e criar problemas, para conciliar e divergir, desviar e enfrentar. A experiência de ser num tempo determinado, de aprender a conviver com o diferente, com o inusitado; prevenção e pretensão.

A escrita é condicionada pela erudição presente, pela experiência adquirida que ainda se desenvolve e se percebe ainda aprendiz, mais que isso, pela necessidade de conciliar o urgente com o necessário, o possível com o provável, as responsabilidades e compromissos diversos que fazem parte da vida e ocupam, por vezes, todo o tempo.

Aristóteles, Ítalo Calvino, Gabriel Garcia Marques, Jorge Amado, Marcel Proust, Ginzburg, Michel de Certeau, Jacques Ranciere, Chartier, Marx & Engels, Durkheim, Hegel, Walter Benjamim, Le Gof, Paul Veyne, Peter Burke, Pierre Nora, Castoriadis, Gatarri, Freud, Deleuze, Bergson, Foucault, Roland Barthes, Ricoeur, Maffesoli... Enilda Regina, Marc Hoffnagel, José Nivaldo Júnior, Marcos Albuquerque, Gadiel Perruci, Vera Acioly, Virginia Almoedo, José Batista Neto, Nadja Brayner, Silvia Cortez, Marília Pessoa, Leda Rivas, Gabriela Martins Ávila, Paulo Henrique Martins, Carlos Miranda, Michel Zaidan, Socorro Ferraz, Cristhine Dabat, Regina Guimarães, Marcus Carvalho, Antonio Paulo Rezende, Antonio Montenegro, Durval Muniz de Albuquerque Júnior... Alexandre Alves Dias, Hamilton Marcelo, Geraldo Magela, Moabe, João Geraldo, José Policarpo Jr, Rosana, Aluizio, Inocência, Leda, Alcides, Sylvania, José Maria, Kalina, Giselda, Susan, Zuleica, Marcos, Lula Biu, Tatiana, Lucinha, Lucas Victor, Daniel, Artur, Noemia da Luz, Natália, Vera Braga, Osvaldo,... Os companheiros de jornada vêm de agora e de muito tempo. Leituras e vivências, presenças e influências, encontros e desencontros, amor e amizade, modos de ensinar e de aprender a ser historiador e pessoa. “Ao entrar no Recife,/ não pensem que entro só./ entra comigo a gente/ que comigo baixou/ por essa velha estrada/ que vem do interior; [...]”⁵¹⁶

⁵¹⁶ Melo Neto, João Cabral de. O Rio ou Relação da viagem que faz o Capibaribe de sua nascente à cidade do Recife.

A Tese

Cidade Vermelha. A Experiência Democrática no Pós-Estado Novo. Recife, 1945-1955 surgiu da vontade em conhecer melhor esse intervalo pouco estudado pela historiografia. Geralmente, há um salto do Estado Novo para Agamenon governador eleito em 1950, ou para Pelópidas eleito prefeito em 1955, ou para Arraes, governador em 1962, e há uma ênfase na história política referente ao governo do Estado.

As indagações iniciais partiram de um interesse pela movimentação cotidiana do Recife frente às alterações institucionais decorrentes do fim da ditadura e da guerra, assim como as contradições que se seguiram com a persistência de dispositivos ditatoriais e atitudes conservadoras, ao mesmo tempo em que se investia em ideais democráticos.

Sendo assim, a tese, que foi escrita em quatro capítulos, comporta traços, eventos, práticas e representações de democracia, ou melhor, aspectos da experiência democrática vivenciada no Recife no período de 1945 a 1955, ou seja, do fim da ditadura à conquista da autonomia municipal. Autonomia que culminou com a realização da eleição para prefeito do município, que até, então, estava impedido pela condição de cidade-base militar.

A experiência democrática é o foco de interesse, que se expressa pela ação e reação, pelo aprender a autolimitação, dos agentes históricos em grupo ou individualmente num contexto de disputas pelo poder; mas, que não se restringe ao campo político partidário, se enfrenta no cotidiano de lazeres e acesso a novas demandas da modernidade, bem como por direitos e condições dignas de vida e trabalho, especialmente para as mulheres e as camadas populares.

Experiência é o saber fazer por repetição, rotina, conhecimento acumulado. E nesse ponto há um porém em que encontramos a complexidade do período em estudo. Para muitos, democracia ainda era uma grande novidade, era as aulas de história sobre outros países, distantes no tempo e no espaço: Grécia, França, Estados Unidos; ou a política liberal da República Oligárquica no Brasil. A pretensa experiência liberal brasileira em democracia, assim, se evadia de sentido denotando apenas emblemas de significação histórica – lutas pela liberdade, pela independência, pela emancipação, contra invasores - mas de pouco saldo positivo ao se constatar a alta dívida social e política da elite dominante com o povo operário, camponês, mulheres e crianças: a Questão Social era tratada como caso de polícia. Outorga ou não, a Era Vargas promoveu alterações importantes na relação capital-trabalho; atendeu a expectativas dos trabalhadores, das camadas populares. A liberdade democrática anunciada em 1945 soou como ameaça aqueles que reconheciam a ditadura do Estado Novo como um regime de democracia social, e surgia como oportunidade para quem viveu oprimido,

perseguido, subvalorizado, saudoso do prestígio político perdido, ou que compreendia as implicações dos estratagemas de controle e dominação da política Vargas num sentido mais amplo e a longo prazo. O governo Dutra foi uma contradição no movimento pela democracia, avanços e recuos.

Experiência é tentativa de encontro entre teoria e prática, ação e pensamento, nome e objeto. É um processo que recorre a diversas estratégias e instrumentos de luta, e, retomando François Dubet⁵¹⁷, se fundamenta em três lógicas: integração, estratégia e subjetivação, ou pertencimento, interesse e criticidade frente à comunidade, ao mercado e ao sistema cultural nos quais o indivíduo está vivendo. O conflito social seria decorrente da necessidade de fugir da alienação e não se deixar dominar: Ser agente e não apenas expectador diante de um processo que também lhe atinge. E, com essa compreensão, a história de 1945 e 1955 nos apresentou diversos grupos sociais que estavam em luta por experimentar suas idéias de democracia, em não se deixar dominar por uma persistente sombra da ditadura, assim como pelas interferências externas ao país. A aprendizagem se faz num processo de confronto entre teoria e possibilidade que torna, ou não, viável a ação.

Ao iniciar os estudos sobre a história do Recife, nesse período, buscava entender primeiramente porque o município, em tempo de redemocratização, esteve aos cuidados de nove prefeitos com mandatos tão curtos. Nessa pesquisa encontrei muito mais. Além da resposta à primeira questão, pude conhecer: a compreensão de democracia que grandes personagens como Gilberto Freyre, Prestes e Vargas assumiam; o papel desempenhado pela juventude; a luta que militantes comunistas de origem proletária enfrentaram para cuidar da cidade, de sua categoria profissional e defender seu direito de participação política; a luta pela autonomia municipal revelando uma situação esdrúxula: Recife base militar pela segurança nacional; a importância que lazeres, hoje tão banalizados como o cinema e o rádio, e as tradições do carnaval tinham para as camadas populares, e também para o comércio; assim como o empenho de intelectuais em aproximar-se da arte popular; o impacto social provocado pela presença das tropas dos Estados Unidos na cidade, influenciando na percepção de modernidade e democracia; e, principalmente, algo que me surpreendeu, a atuação política e social das mulheres nesse período: mulheres trabalhadoras, idealistas e zelosas pelo bem-estar de sua família, de sua comunidade e da humanidade.

Para escrever essa tese lancei mão, principalmente, de três tipos de fontes: a imprensa (artigos, notícias e reportagens); a imagem (fotografias, charges e propaganda veiculadas pela

⁵¹⁷ Vide Introdução, p. 8-9.

imprensa); e atas e relatórios da Câmara Municipal do Recife. Todas essas fontes foram trabalhadas não apenas como conteúdo, informação, mas como objeto de estudo que demanda uma metodologia de análise particular.

Parto da compreensão que a fonte tem suas pertinências alicerçadas em interesses definidos pelo suporte que a torna visível. No caso da imprensa tive que considerar a condição explicitamente partidária de cada jornal, daí muitas vezes não me ater a um único veículo; buscando sempre o diálogo possível entre os jornais, e destacar na narrativa a origem do que é e foi dito.

Quanto à imagem, também digitalizada de jornais, busquei referência de análise em Roland Barthes, Torben Westergaard, num curso com o professor-visitante Alberto de Castillo Troncoso, e em tese recente da professora e amiga Noemia da Luz, num esforço por compreender a idéia, a mensagem, a crítica, os sinais de uma época, que, possivelmente, nem eram tão naturais ao contemporâneo.

Mas, o trabalho mais árduo foi com os documentos da Câmara Municipal do Recife, não só pela dificuldade de acesso, mas, no caso, pelo trabalho de leitura atenta e minuciosa em buscar entender, por sessões seguidas, processos como a mudança do nome da avenida, ou pinçar a atuação da vereadora Júlia Santiago nas assembleias. Isso tudo sem se perder na impressão dos embates e dos discursos inflamados que eram proferidos nas sessões, como também pelos momentos de tensão armada entre vereadores.

Nesse trabalho com atas encadernadas e soltas percebi a dificuldade do historiador em lidar com uma fonte, que tanto pode descrever com detalhes uma sessão, quanto pode apresentar apenas um resumo, ou os termos gerais de uma discussão. A atividade de redação de atas é comprometida por uma série de limitações e habilidades específicas do indivíduo responsável, que depende também dos recursos tecnológicos disponíveis, ao registrá-la *in loco*. Assim, o trabalho do redator percorria quatro fases: 1º o rascunho; 2º a redação quase final, 3º a passagem pelos revisores, e 4º, após a leitura e aprovação em assembleia, a redação final com ou sem correções. Ao passar pela revisão e ser submetido à aprovação o documento sofria alterações que podiam acentuar, atenuar ou omitir o que foi dito, ou vivido. Em certos momentos ficou registrada a proposição de não se registrar os conflitos físicos e verbais ocorridos na Casa. Havia um controle, portanto, do que é deixado para a posteridade. Os vereadores, geralmente, se cercavam de melindres no que ia ser registrado, demonstrando a consciência do efeito de sentido que estava em jogo naquele momento. Pode comparar e perceber a diferença que faz a leitura de atas em que se registrou toda a dinâmica de uma reunião, portanto, um rascunho solto, como também um registro mais apurado publicado em

anais, e as atas encadernadas, que registravam a síntese, mas que, por vezes, também chegavam às minúcias dos discursos e apartes.

Nesse sentido, tive o cuidado de abordar o documento com desconfiança, buscando identificar as forças que interagiam, inclusive, recorrendo à imprensa e à bibliografia para compreender melhor algumas situações.

Talvez tenha me excedido em explicações e contextualizações, mas, diante da novidade, é preciso articular com o máximo de possibilidades para trançar a narrativa com os fios certos.

Zélia de Oliveira Gominho.
Recife, Dez/ 2010 - 16/02/2011 – 09/04/2011.



Fig. 116 – Uma das salas do Arquivo da Câmara Municipal do Recife. Acervo pessoal, 2008.

Fontes & Referências Bibliográficas

1. Fontes:

1.1 Localização:

Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (Hemeroteca)
Arquivo da Câmara Municipal do Recife
Biblioteca Jurídica da Prefeitura do Recife
Biblioteca Estadual Presidente Castelo Branco/ Treze de Maio
Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas

1.2 Jornais e Periódicos:

Diário de Pernambuco. Recife, 1945-1948
Folha da Manhã [matutino e vespertino]. Recife, 1945-1955
Jornal Pequeno. Recife, 1945-1948
Folha do Povo. Recife, 1947-1955
Revista Atlântida. Recife, 1945.

1.3 Documentação Primária:

Atas da Câmara Municipal do Recife 1947-1955
Anais da Câmara Municipal do Recife 2ª Legislatura - 1951-1955, Volume II, 1ª Sessão Ordinária. PE, 1953.
Relatórios da Prefeitura do Recife: 1949, 1950, 1951, 1952, 1954 e 1955.
Relatórios do Diretor Geral da Secretaria apresentado à Comissão Executiva da Câmara Municipal do Recife. Exercícios de 1949 e 1950.
Leis e Decretos da Prefeitura do Recife

1.4 Relatos de memória e Biografias:

ALVES, Antonio de Brito. **O Estudante Demócrito e a Campanha da Redemocratização na Faculdade de Direito do Recife**. Recife, Tipografia Marista, 1977.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Gregório Bezerra. Um lutador o povo**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu Conto como o Caso foi; da Coluna Prestes a queda de Arraes**. (memórias). São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

_____. **O caso eu conto como o caso foi. Memórias políticas.** Recife: Editora Guararapes, 1980.

_____. **O caso eu conto como o caso foi. Nos Tempos de Prestes.** Recife: Editora Guararapes, 1982.

_____. **O caso eu conto como o caso foi. A Luta Clandestina.** Recife: Editora Guararapes, 1985.

FEACA. **Casa Amarela. Memórias, Lutas e Sonhos.** Recife: Departamento de Memória de Casa Amarela, Serie 1 – entrevistados, 1988.

GASPAR, Lúcia. **Austro Costa. Pesquisa Escolar On-Line.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

MORAIS, Fernando. **Chatô. O Rei do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PARÁISO, Rostand. **Antes que o Tempo Apague. (Crônica dos Anos 40 e 50).** Recife: Ed. Comunicarte, 2ª ed., 1996.

_____. **O Recife e a II Guerra Mundial.** Recife: Editora Bagaço, 2003.

OTERO, Cândida Maranhão. **Na Correnteza da Vida.** Porto Alegre: Renascença, 2003.

Fascículo **Assis Valente. MPB Compositores 37.** São Paulo: Editora Globo, 1997.

Memória & História nº2. Cristiano Cordeiro. São Paulo: Livr. Ed. Ciências Humanas, 1982.

2. Referências Bibliográficas:

2.1. Sobre Recife/ Pernambuco

ANDRADE, Manuel Correia de. **Pernambuco Imortal. Evolução Histórica e Social de Pernambuco.** Recife, CEPE, 1997.

BUARQUE, Cristina. **Preparando a Campanha para Vereadoras e Prefeitas de Pernambuco: Cadernos Feministas de Economia e Política 1.** Recife: Casa da Mulher do Nordeste, 2005.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **O combate ao Catimbó: Práticas Repressivas às Religiões Afro-Umbandistas nos anos Trinta e Quarenta**. Recife: PPGH/ História, Tese de Doutorado, 2001.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambópolis. O Estado Novo na Cidade do Recife. Décadas de 30 e 40**. Olinda: Ed. Livro Rápido, 2007.

LAVAREDA, Antônio & SÁ, Constança (orgs). **Poder e Voto: luta política em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ/ Editora Massangana, 1986.

MOREIRA, Romildo. Teatro Popular no Nordeste. Uma Experiência de Identidade cultural. **Brincantes 6. Encarte cultural do Jornal do Commercio**. Prefeitura do Recife, Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes/ Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1998.

MOREIRA, Aluisio Franco. A greve de 1917 em Recife. **Cadernos de História 1. Manifestações Operárias e Socialistas em Pernambuco**. Recife: Depto. de História/ UFPE, 1987.

MOURA, Alexandrina Sobreira de. **Terra do Mangue: Invasões Urbanas no Recife**. Recife: Ed. Massangana/Fund. Joaquim Nabuco, 1990.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória. A Cultura Popular Revisitada**. São Paulo: Contexto, Col. Caminhos da História, 1992.

NASCIMENTO, Luís do. **Recife pela Voz dos Poetas**. Recife: Prefeitura Municipal do Recife/ Sec. de Educação e Cultura, 1977.

OTTES, Joel. **O Recife: Gênese do Urbanismo 1927-1943**. Recife: Massangana, 1997.

PANDOLFI, _____. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife: Ed. Massangana, 1984.

PHAELANTE, Renato. **Fragmentos da História do Rádio Clube de Pernambuco**. Recife: CEPE, 1994.

SÁ, Vera Borges de. **Religião e Poder: Introdução à História do Espiritismo em Pernambuco**. Recife: PPG-História/ UFPE, 2001.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife**. Recife: Editora Universitária da UFPE, Tese de Doutorado, 2006.

PONTUAL, Virgínia. **Uma Cidade e Dois Prefeitos: narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950**. Recife: Editora da UFPE, 2001.

PORFÍRIO, Pablo. **Medo, Comunismo e Revolução: Pernambuco (1959-1964)**. Recife: Editora da UFPE/ PPG-História – Dissertação de Mestrado, 2009.

REZENDE, Antonio Paulo. Primeiras Idéias Socialistas em Pernambuco. **Cadernos de História 1. Manifestações Operárias e Socialistas em Pernambuco**. Recife: Depto. de História/ UFPE, 1987.

REZENDE, Antonio Paulo (org.). **Recife: que História é essa?** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1987.

_____. **(Des) Encantos Modernos. Histórias da Cidade do Recife na Década de Vinte**. Recife: FUNDARPE, 1997.

REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. **O Recife: Histórias de uma Cidade**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

SANTIAGO, Roberval da Silva. **Cinematógrafo Pernambucano: A Jornada da Transgressão, do Sonho e da Sedução**. Recife: Dissertação de Mestrado em História, UFPE, 1995.

SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)**. Recife: PPG-História/ UFPE, Dissertação de Mestrado, 2008.

SOUZA NETO, José Maria Gomes de. **Sonhos de Nabucodonossor: Aspectos da Propaganda do estado Novo Pernambucano**. Recife: PPG-História/UFPE, Tese de Doutorado, 2005.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O Movimento e a Linha. Presença do Teatro do Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946-1964)**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2007.

VAINSENER. Semira Adler. **Inglese em Pernambuco. Pesquisa Escolar On Line**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

VÁRZEA, Mariana. **Adalgisa Cavalcanti, uma lutadora**. Disponível em <http://bolsademulher.com/adalgisa_cavalcanti_uma_lutadora-1785-1.html> Acesso em 17 dez 2009.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. **A construção de um líder político: Francisco Heráclio do Rego. Limoeiro, 1945 a 1955**. Recife: Programa de Pós-Graduação em História, Dissertação de Mestrado, 2008.

O Pioneirismo das Engenheiras Agrônomas Pernambucanas nos 96 Anos da UFRPE. Disponível em <www.apcagronomica.org.br> Acesso 04 mai 2010

2.2. Sobre o Brasil

BUSETTO, Áureo. Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a Televisão. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol. 27, nº 54, 2007.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: O Poder e o Sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FAUSTO, Boris (org.) O Brasil Republicano (Tomo III). Economia e Cultura (1930-1964) (4o. volume). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 2a. ed., 1986.

FERNANDES, Reginaldo J. **Um Breviário da Lei de Segurança Nacional (LSN): do Estado Novo aos Primeiros Anos do Regime Militar (1930-1969)**. [Sub-Sala Educação, Infância e Cidadania]. Disponível em <<http://www.rumootolerancia.fflch.usp.br/node/2474>> Acesso em 25 dez 2009.

FERREIRA, Jorge. **A Democracia no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Atual, 2006.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de A. Neves (orgs). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O Imaginário Trabalhista: Getulismo, PTB e Cultura Popular. 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fund. Getúlio Vargas, 1997.

GONÇALVES, Marcos. Para nunca mais esquecer: elementos do mito da conspiração no imaginário anticomunista brasileiro. **Revista História Hoje. Revista Eletrônica de História**. Vol. 2 nº 4 julho/ 2004. Disponível em <www.anpuh.org>

LEYSER, Maria de Fátima Vaquero Ramalho. **Direito à Liberdade de Imprensa**. Disponível em <<http://www.justitia.com.br/artigos/c44v59.pdf>> Acesso em 10 ago 2010.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

NICOLAU, Jairo. **História do Voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: 6ª ed. Paz e Terra, 1979.

PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SILVA, Hélio. **1945: Porque Depuseram Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOARES, Cte Gerson de Macedo. **O Brasil na Segunda Guerra Mundial. A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Disponível em <<http://adluna.sites.uol.com.br>>. Acesso em 14 de mar 2010.

TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo Sedutor. A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 30: A dominação oculta**. São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção Tudo é História 42, 1988.

2.3. Cultura e Democracia:

BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTORIADIS, Cornélius. **Figuras do Pensável. As Encruzilhadas do Labirinto**. Volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Ed. Cortez, 6a. ed., 1993.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Campinas/ São Paulo: Papyrus, Col. Travessia do Século, 1995.

DABAT, Christine Rufino; LIMA, Maria do Socorro Abreu e. **História do Pensamento Socialista e Libertário**. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2008.

GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. **Micropolítica. Cartografia do Desejo**. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 4ª. Ed, 1996.

LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da. **Os Caminhos do Olhar. Circulação, Propaganda e humor. Recife, 1880-1914**. Recife: PPG-História/ UFPE, Tese de Doutorado, 2008

MAFFESOLI, Michel. **O Instante Eterno. O retorno do trágico nas sociedades pós-modernas**. Tradução Rogério de Almeida e Alexandre Dias. São Paulo: Zouk, 2003.

MARTINS, Paulo Henrique; MATOS, Aécio; FONTES, Breno. **Limites da Democracia**. Recife: Ed. Universitária/ UFPE, 2008.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira. (1933-1974)**. SP: Ed. Ática, 1977.

ORTIZ, Renato. “O Popular e o Nacional.”; “Do Popular-nacional ao internacional-popular?”; “Inclonclusão.” **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1991. P. 149-212.

O que é Simbologia. Edição especial da **Revista Destino**. Editora Globo S.A., 1992.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2008.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil. Entre o Povo e a Nação**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil 1890-1930**. São Paulo: Paz e Terra, 2ª. Ed., 1987.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, Col. Primeiros Passos 110, 14a. Ed. , 1994.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo Sociedade e Cultura nos Frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo: Ed.Nacional, 1974.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/DIFEL, 17ª. Ed., 1994.

SCHÜLER, Donald. **Origens do Discurso Democrático**. Porto Alegre, L& PM, 2002.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: 2ª ed., Paz e Terra, 1980.

2.4.Contextual

BELLAFABRE, Judith A. **The Women’s Army Corps: a Commemoration of World War II Service**. Disponível em: <<http://www.history.army.mil/brochures/wac/wac.htm>>. Acesso em 13 mar 2010.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991.** São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos.** São Paulo, Contexto, 2007.

QUÉTEL, Claude. **As Mulheres na Guerra. 1939-1945.** São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

2.5. Teórico-metodológico

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **História: A Arte de Inventar o Passado.** São Paulo: EDUSC, 2007.

ARISTOTELES. **Arte Retórica e Arte Poética.** Tradução de Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: Clássicos Garnier da Difusão Européia do Livro, 1964.

BARTHES, Roland. **O Óbvio e o Obtuso. Ensaios Críticos III.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2990.

BURKER, Peter (org). **A Escrita da História. Novas Perspectivas.** São Paulo: Ed. UNESP, 2a.ed., 1992.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª. Ed, 1991.

CASTORIADIS, _____. "A Criação Histórica e a Instituição da Sociedade". **A Criação Histórica.** [com textos de vários autores]. Porto Alegre: Artes e Ofícios Ed. LTDA, Sec. Municipal de Cultura, 1992.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária , 2000.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre Práticas e Representações.** Lisboa: DIFEL (col. Memória e Sociedade), 1990.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos.** Tradução de Antonio Carlos Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária – 2ª ed. - 2006.

DUBY, George/ ARIÈS, Philippe/ LADURIE, Emmanuel Le Roy/ LE GOFF, Jacques. **História e Nova História.** Lisboa: Editorial Teorema, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Ed. Graal, 6a. ed, 1986.

FOUCAULT, _____. **A Arqueologia do Poder.** Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1972.

GAY, Peter. **Freud. Uma vida para o nosso tempo.** Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 15ª reimpressão, -, 2007.

_____. **A Educação dos Sentidos. A Experiência Burguesa: Da Rainha Vitória a Freud.** Tradução Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **O Coração Desvelado. A Experiência Burguesa: Da Rainha Vitória a Freud.** Tradução Sergio Bath. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Guerras do Prazer. A Experiência Burguesa: Da Rainha Vitória a Freud.** Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Relações de Força. História, Retórica, Prova.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4a. Ed., 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** São Paulo: UNICAMP, 3a. ed., 1994.

MOTTA, Ana Raquel & SALGADO, Luciana. **Ethos Discursivo.** São Paulo: Contexto, 2008.

NORA, Pierre. In **Pierre Nora e o ofício do historiador.** “A França doente de sua memória”. **Le Monde 2.** Hors Série. Colonies. Um débat français. Mai-juin 2006. p. 07-09. Tradução Christine Rufino Dabat.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História. Operários, Mulheres e Prisioneiros.** São Paulo: Paz e Terra, 2a. Ed., 1992.

PERROT, Michele. **Práticas da Memória Feminina. As mulheres ou o Silêncio da História.** Bauru/ São Paulo: EDUSC, 2005.

POLLAK, Michel. **Memória e Identidade Social. Revista Estudos Históricos. Teoria e História.** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, nº 10, 2003.

QUEIROZ, Teresinha. História e Literatura: Um Olhar sobre as fontes. **Cadernos de Teresina.** Ano X, n. 24, dez/1996.

REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. “Cultura e História: as impossibilidades do sentido.” in **Clio. Revista de Pesquisa Histórica. Série História do Nordeste,** n.15. Recife: Universitária - UFPE, 1994.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa.** Tomo III.

SANTOS, Milton. “O Tempo das Cidades”; GLEZER, Raquel. “Tempo e História”; RIBEIRO, Ronilda Igautemi. “Finitude, Mutações e Gozo”; ADES, César. “A Experiência Psicológica da Mutação”; LEITE, Therezinha Moreira. “A Perspectiva de tempo no sonho”; OLIVA-AUGUSTO, Maria Helena. “Tempo, indivíduo e vida social”; BRUNI, José Carlos. “O Tempo da Cultura em Nietzsche”; MOURÃO, Maria Dora. “O tempo no cinema e as novas tecnologias”; FRIAÇA, Amâncio. “Cronos e Cosmos”; MARTINS, André Ferrer P. E ZANETIC, João. “Tempo: Esse velho estranho conhecido”; MENNA-BARRETO, Luiz e MARQUES, Nelson, “O tempo dentro da vida, além da vida dentro do tempo”. MARQUES, Nelson. “A(s) máquina(s) do tempo. A ficção científica tem futuro” **Ciência e Cultura. Temas e Tendências. Tempo.** Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ano 54 n° 2, out/ nov/ dez/ 2002.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A Teia do Fato. Uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica.** São Paulo: Ed. HUCITEC - História Social/USP, 1997.

WESTERGAARD, Torben; SCHRODER, Kim. **A Linguagem de Propaganda.** São Paulo: Martins fontes, 2004.

WAUTIER, Anne Marie. Para uma Sociologia da Experiência. Uma Leitura Contemporânea: François Dubet. **Sociologias.** Porto Alegre, ano 05 n° 09, jan/ jun 2003, p. 181. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>.

2.6. Da Internet:

<http://www.mp.pe.gov.br> (Ministério Público; candidatos a promotores na década 40-50).

<http://pastorrobsonaguilar.nireblog.com/post/2008/04/11> (história da Assembléia de Deus em Abreu e Lima).

<http://www.meucinemabrasileiro.com> (Mazzaropi)

<http://www.museumazzaropi.com.br>

http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_690.html

<http://www.desvendar.com> (Teatro de Emergência em Belo Horizonte/ MG)

<http://www.fundaj.gov.br> (diversos assuntos)

<http://www.itaucultural.com.br> (Hermilo Borba Filho)

http://pernambuco.com/diario/08/15/urbana5_0.htm (Colégio Agnes)

<http://literaturabrasileira.ufsc.br> (biografia de Olívio Montenegro)

<http://www.apcagronomica.org.br> (Mulheres agrônomas)

<http://bolsademulher.com> (biografia de Adalgisa Cavalcanti)

<http://www.rumoatolerancia.fflch.usp.br> (Lei de Segurança)

<http://www.portais.pe.gov.br> e <http://alepe.pe.gov.br> (Biografia de Adalgisa Cavalcanti)

<http://www.mulheredemocracia.org.br> (perfil de Júlia Santiago)

<http://www.cidadaolegal.com.br>, <http://www.overmundo.com.br>;
<http://zerohora.clicrbs.com.br> (Cândida Maranhão)

<http://www.justitia.com.br/artigos/c44v59.pdf> (Direito à liberdade de imprensa)

<http://www.cpdoc.fgv.br> (documentos, biografias e artigos)

<http://www.santuariopesqueira.hpg.ig.com.br>, <http://www.pe-az.com.br>
(Sítio da Guarda, Nossa Senhora das Graças de Cimbres, Pesqueira, PE)

<http://www.polbr.med.br> (Psychiatry on line Brazil)

<http://www.anpuh.org> (artigos)

<http://www.history.army.mil/brochures/wac/wac.htm> (Mulheres na II Guerra)

.....